

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História**

Daniele Maria Megid

**À RODA DE BRÁS CUBAS:
LITERATURA, CIÊNCIA E PERSONAGENS FEMININAS EM MACHADO DE ASSIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

CAMPINAS
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

M473r Megid, Daniele Maria, 1986-
À roda de Brás Cubas: literatura, ciência e
personagens femininas em Machado de Assis / Daniele
Maria Megid. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Assis, Machado de, 1839-1908. 2. Literatura
brasileira – História e crítica. 3. Imprensa. 4. Gênero.
4. Ciência. I. Chalhoub, Sidney, 1957- II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Around and about Brás Cubas: Literature, science and
female characters in Machado de Assis

Palavras-chave em inglês:

Brazilian literature – History and criticism
Press

Gender

Science

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Sidney Chalhoub [Orientador]

Jefferson Cano

Daniela Magalhães da Silveira

Data da defesa: 27-02-2012

Programa de Pós-Graduação: História

DANIELE MARIA MEGID

À roda de Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 27 / 02 / 2012.

BANCA

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)

Prof. Dr. Jefferson Cano

Profa. Dra. Daniela Magalhães da Silveira

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes (suplente)

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira (suplente)

FEVEREIRO/2012

RESUMO

O romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi publicado pela primeira vez em 1880, de forma seriada na *Revista Brasileira*. Nesta dissertação analisou-se essa obra machadiana em seu suporte original com o intuito de perceber com quais temas o texto literário dialogava e quais interpretações ele pode ter suscitado entre seus primeiros leitores. Dessa forma, a imprensa oitocentista brasileira auxiliou a identificar que uma das preocupações de Machado de Assis à época era combater a literatura realista e o discurso cientificista com o qual essa literatura mantinha íntima relação. Para o autor, esses dois âmbitos carregavam as marcas de uma sociedade que privilegiava as aparências à realidade, e com isso perpetuava injustiças. Machado elabora sua crítica estética, que é também uma crítica social, por meio da construção de personagens femininas que explicitam as ficções do mundo em que viviam e mostram alternativas para se escapar às opressões cotidianas.

ABSTRACT

The novel *Memórias póstumas de Brás Cubas* was published for the first time in 1880, on the pages of *Revista Brasileira*. The main goal of this thesis was to analyze this novel written by Machado de Assis in the periodical where it first appeared. The intention was to identify the themes addressed in the literary text and to understand the interpretations that could have been raised among its first readers. Thus, reading the novel in the periodical allows realizing that one of Machado's main concerns was to fight against realist literature that was based on a scientific approach. According to the author, these two elements represented a society where appearances overcame reality, perpetuating injustices. In Machado's novel, this esthetic criticism – that assumes also the role of a social criticism – appears through the actions of his female characters, who made evident the fiction of the world where they lived and showed the available alternatives to escape from everyday oppressions.

AGRADECIMENTOS

O percurso sempre parece mais longo do que de fato foi. Quando olho para trás e percebo quanto se viveu e quantos participaram de perto de tudo isso, então é que dois anos podem se aproximar de uma eternidade.

Em primeiro lugar, agradeço ao CNPq e à FAPESP que financiaram, em momentos distintos, este trabalho.

Faz mais de um par de anos que Sidney Chalhoub acompanha minhas inseguranças e conquistas. Orientador desde minhas primeiras incursões no mundo de Machado de Assis, foi sempre a injeção de ânimo necessária e o responsável por, a cada nova reunião, me fazer recobrar a crença de que era possível seguir em frente. Seus ensinamentos; sua atenção; suas correções cuidadosas; tudo está impregnado nas páginas a seguir. Não há como agradecer isso. O que posso é reconhecer o quanto essa convivência possibilitou meu crescimento acadêmico e me comprometer a continuar investindo sempre com mais afinco nesse universo machadiano que tanto nos encanta.

Ainda com relação ao trabalho que hora se apresenta, as contribuições dos professores Robert Slenes e Jefferson Cano foram essenciais. Agradeço a leitura cuidadosa do texto apresentado ao exame de qualificação. Foi a partir de seus comentários e sugestões que consegui perceber os rumos finais que a pesquisa deveria seguir.

Não há como falar de minha experiência como pesquisadora sem mencionar Daniela Silveira, professora que me apresentou à imprensa oitocentista, ao AEL, a um outro Machado de Assis. Foi com ela que comecei a aprender a pesquisar, e é nela que continuo a me inspirar quando imagino a infinidade de caminhos que podem existir à nossa frente.

Nem só de professores competentes vive uma trajetória acadêmica. Os colegas da história social também foram essenciais. Na impossibilidade de citar todos, espero que sintam minha gratidão na menção que faço a três pessoas. A Crislayne, que sempre tinha a postos um carinho “mineiro”. A Leca, que me faz questionar e procurar as várias portas que nos estão disponíveis. A Andrea, com quem pude compartilhar – e aliviar – angústias muito parecidas de leituras, escrita, prazos e seleções.

A Raquel é um parágrafo à parte. Nunca imaginei que de ambiente teórico tão árido surgiria uma amizade como a sua – dedicada, doce, divertida.

Bel e Luna continuam presentes. Ouviram cada incerteza, apoiaram cada decisão. Souberam quando me consolar e quando me roubar das revistas e livros. A Bel e Morato um agradecimento especial pelo caderno confidente de toda a trajetória de pesquisa.

Sempre que na Unicamp a tensão apertava, era fora dela que eu encontrava meu equilíbrio. Lu e Maína foram um grande refúgio. Obrigada por compartilharem comigo suas famílias, por se interessarem por esta pesquisa e por todas as outras vertentes que me compõem. O surgimento de vocês em minha vida é daquelas coisas que não entendemos como acontecem, mas que fazem perguntar como pude seguir tanto tempo sem vocês.

Isa é o contrário. É a amiga que está presente há tanto, tanto tempo, que não existe um minuto – literalmente – da minha história que não tenha sido dividido com você.

A família fica para o final pela dificuldade em falar de vocês. Como agradecer a convivência diária, o exemplo constante, o amor dedicado? Em dois anos em que tanto mudou, mas só para confirmar o que eu já sabia: vocês continuam sendo meu alicerce, para onde corro na hora das lágrimas e com quem divido cada uma das minhas alegrias. Minha mãe sempre foi a segurança do colo e do sorriso que me mostravam, cada um a seu momento, que tudo ia dar certo. Meu pai, a eterna contradição: o leitor mais crítico e mais doce; o maior questionador e principal incentivador. Tantas oscilações que deixam apenas duas certezas: o amor estampado em cada olhar marejado; as semelhanças misteriosas que só genética ou convivência podem explicar. A Kiki, irmã, aquele outro eu tão diferente de mim, que me ajuda a enxergar o outro lado e torce junto a cada degrau transposto.

Ao Gui. O último agradecimento tinha que ser seu. À época da monografia eu já indicava que você seria o engenheiro mais conhecedor de Machado de Assis. Hoje, é também aquele que nos almoços de domingo explica a preferência por se falar em “interlocução social” ao invés de “contexto” e parafraseia Brás Cubas ao descalçar sapatos. Não bastasse isso, foi o grande companheiro dessa reta dissertativa final, fosse me ouvindo falar em voz alta ao tentar organizar minhas ideias, fosse aparecendo com cafés da manhã apetitosos para lembrar que acabava uma madrugada e começava nova manhã. Muito obrigada pelo amor com que se desdobrou entre os papéis de amigo, parceiro e marido.

SUMÁRIO

PRÓLOGO:	
DIÁLOGO COM UM CADERNO.....	11
CAPÍTULO 1	
O REALISMO EM 1878: O INÍCIO DA BATALHA.....	19
1.1. Construindo o debate.....	20
1.2. Observando o debate.....	41
CAPÍTULO 2	
ESPAÇO DA CONTENDA: A <i>REVISTA BRAZILEIRA</i>	51
2.1. Primeiras intenções: o periódico se apresenta.....	52
2.2. Quem lia? Ou: como reconhecer os leitores da <i>Revista Brasileira</i>	59
CAPÍTULO 3	
LITERATURA, VERDADE E CIÊNCIA	
EM MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS.....	77
3.1. O mundo das letras invade a política.....	78
3.2. Os duelos de Machado de Assis na <i>Revista Brasileira</i>	96
CAPÍTULO 4	
A MULHER EM FOCO	129
4.1. Sobre os riscos impostos às mulheres.....	133
4.2. De como as mulheres encontravam alternativas.....	157
4.3. Um adultério alegórico.....	175
FONTES.....	187
BIBLIOGRAFIA.....	191

PRÓLOGO: DIÁLOGO COM UM CADERNO

O texto apresentado nas próximas páginas é resultado de um longo período de convivência diária com sujeitos pouco usuais. Sem dúvida que grande parte das reflexões apenas tomou forma a partir das conversas com orientador, professores e colegas. No entanto, o início de tudo estava sempre nas palestras privadas com aqueles “homens” e “mulheres” de papel. Foi lendo o que essas personagens reais ou ficcionais diziam por meio de veículos da imprensa fluminense do Oitocentos e tentando dialogar com elas, que as linhas dessa dissertação foram se moldando.

Natalie Zemon Davis, na abertura de seu livro *Nas margens*¹, reúne-se imaginariamente com as três mulheres que estudara e entabula conferência que vai, aos poucos, mostrando as particularidades do trabalho que apresentava, as escolhas metodológicas que fez ao desenvolver a pesquisa, as sutilezas que definiam a obra e permitiam perceber um mote comum a todo o texto, apesar da lide com figuras históricas em princípio tão diferentes entre si.

Se o presente trabalho fosse confessar algo, provavelmente a principal testemunha ocular de seu percurso seria um *caderno de notas*, aquele que possui as informações mais íntimas acerca do nascimento do projeto, dos percalços enfrentados ao longo da pesquisa e das sensações de satisfação nos momentos de descoberta de saídas em meio às frequentes encruzilhadas. Bloco de anotações que recebeu desde 2007, quando comecei a me aventurar no universo machadiano, todos os pontos de interrogação e de exclamação que fizeram parte desta pesquisa. Bloco que em janeiro de 2012 chega a sua última página, com o ponto final derradeiro (ou será que temporário?).

O estabelecimento de relação tão íntima com um amontoado de folhas envolto por capa azul e amarela pode ser algo estranho aos mais céticos. Mas historiadores, figuras acostumadas ao prazer e à angústia da convivência com vidas impressas em papéis cheirando a passado, de certo compreenderão a possibilidade de chamar um caderno para

¹ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp.11-14.

depor e apresentar ao leitor o texto com o qual se deparará nas páginas a seguir. Se o diálogo hipotético acontecesse, talvez ele se desenrolasse assim:

Inquiridor: Mas afinal, para quê buscar ler um romance consagrado pela crítica e convertido em cânone literário, numa revista publicada há mais de um século, se edições recentes dele estão acessíveis em qualquer livraria?

Caderno: Para responder essa questão, é necessário considerar a importância que o próprio romancista conferia aos periódicos nos quais escrevia. Machado de Assis publicou grande parte de seus textos em jornais brasileiros do século XIX, e chegou mesmo a afirmar que o “jornal, *literatura quotidiana*, no dito de um publicista contemporâneo, é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a ideia de um homem, mas a ideia popular, esta fração da ideia humana.”²

Inquiridor: Pode até ser... mas, de qualquer forma, isso não justifica a necessidade de se buscar um jornal, esse espaço de reprodução do espírito do povo, para se compreender um romance, obra fictícia.

Caderno: Mais uma vez a importância da imprensa se justifica. Sem dúvida um romance pode ser analisado focando-se exclusivamente em questões de estética literária. Contudo, ao historiador interessa também recuperar as leituras históricas recebidas por um texto. Isso porque, para esses estudiosos, uma produção como *Memórias póstumas de Brás Cubas* não é obra fictícia, mas texto ficcional. Ou seja: traz em si as marcas da época em que foi escrito e pode dizer muito acerca das intenções do autor ao produzir aquela obra.³ Além disso, a busca pelas diversas maneiras como um romance pode ter sido compreendido entre seus primeiros leitores ajuda a entender experiências de vida de sujeitos passados. A

² *Correio Mercantil*, 10 de janeiro de 1859. (grifos no original)

³ Essa diferenciação é feita pois a palavra “fictício” carrega implícita uma ideia de “mentira” ou “falsidade”. Já o termo “ficcional” se refere ao texto imaginário mas que mantém uma interlocução com a realidade, escrito por meio do qual o autor pode se propor a apresentar “verdades”. Sobre reflexões acerca da definição de conceitos como os de “ficção”, “fictício” e “ficcional”, ver: COHN, Dorrit. *The Distinction of Fiction*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1999. WATT, Ian. *A ascensão do romance – estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. GALLAGHER, Catherine. “Ficção”. In: MORETTI, Franco (org.). *O Romance, 1: A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. pp.629-658.

imprensa aparece nesse contexto como fonte essencial para se aproximar a essas questões, por meio da interlocução que ela permite estabelecer entre texto ficcional e outros artigos que eram publicados e traziam debates em voga no período.

Inquiridor: Começo a entender... Mas ainda fica difícil perceber o porquê da escolha de um romance tão estudado, e com interpretações já bastante consolidadas pela crítica, como *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Caderno: Mais uma digressão se faz necessária neste momento. O primeiro registro de interesse por esse romance que consta em minhas folhas data de 06 de setembro de 2007. Havia uma intenção de procurar compreender o que havia acontecido no período anterior à escritura das *Memórias póstumas*, que explicasse o surgimento de um romance tão diferente, correntemente considerado um divisor de águas na obra de Machado de Assis. Essa primeira investida, todavia, se deparou com a dificuldade de conseguir entender em relação a quem a narrativa de Brás Cubas diferia tanto. Era necessário buscar conhecer de maneira mais aproximada o romance que antecedia (*Iaiá Garcia*) e o que sucedia (*Quincas Borba*) diretamente a publicação daquela obra identificada pela crítica posterior como o ponto de inflexão da carreira de Machado.

Inquiridor: E o estudo desses outros dois romances auxiliou a compreender o desafio que anteriormente havia sido proposto?

Caderno: Nesse ponto é que reside um desses desvios que estão à espreita daqueles que se debruçam sobre a indeterminação dos arquivos. O que a análise de *Iaiá Garcia* e de *Quincas Borba*, em conjunto com os periódicos em que foram inicialmente publicados, *O Cruzeiro* e *A Estação* respectivamente, começou a mostrar foi que, apesar de todas as diferenças no modo de contar uma história que podem ser encontradas entre esses romances, as discussões propostas pelas três obras (incluído aí *Memórias póstumas*) não pareciam se distanciar muito. Boa parte dos sentidos dos textos era apresentada por meio de suas personagens femininas e, antes de essas mulheres ficcionais se contradizerem por completo, o desvendamento de umas promovia maior compreensão da mensagem social carregada por outras. Essas análises produziram um primeiro estudo, fixado em forma de monografia de conclusão de curso de graduação. Ao final, ficou em minhas páginas a recorrência de inquietações que pareciam tomar a forma de um enigma: como *Memórias*

póstumas de Brás Cubas pode representar o papel tão rígido de um divisor de águas, se o que se encontra antes e depois de sua publicação são obras que não apresentam oposição profunda entre si?

Inquiridor: Entendi. Depois da análise de *Iaiá Garcia* e *Quincas Borba*, seus registros mostraram que, na verdade, *Memórias póstumas* não era uma ruptura, mas sim mera continuidade de tudo o que Machado de Assis vinha escrevendo até o momento?

Caderno: Essa conclusão é muito apressada. Por um lado, a preocupação de Machado de Assis em construir críticas sociais em seus textos literários permanece. De modo mais específico, ainda que a partir de chaves de leitura diferentes, tanto em *Iaiá Garcia* quanto em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba* as personagens femininas expressam o sentido político dos textos. No que diz respeito ao modo de contar a história, entretanto, a narrativa de *Brás Cubas* traz muitas inovações.

Inquiridor: Poderia explicar melhor, então, o que se sucedeu?

Caderno: Depois de longas páginas de anotações, encontro em minhas folhas as primeiras suspeitas de que as novidades estéticas encontradas nas *Memórias póstumas* se relacionam com debates em que Machado de Assis se envolveu poucos anos antes, em 1878. A polêmica teve por estopim a chegada do romance *O Primo Basílio* ao Brasil, mas o que estava em jogo era determinar quais rumos a literatura nacional deveria seguir. Machado se opunha aos preceitos realistas como vinham sendo praticados pela chamada escola francesa, e teve que enfrentar ânimos inflamados por expor sua opinião. A análise de réplicas e tréplicas do debate que teve por palco a imprensa brasileira permite perceber como, desde um período anterior a 1880, quando *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi publicado, o autor acumulava argumentos e experiência que seriam mobilizados para compor esse romance. [Capítulo 1]

Inquiridor: As peças começam a se encaixar... O que você está procurando dizer é que esse romance machadiano foi uma resposta a polêmicas estéticas que ganharam espaço entre os homens de letras no Brasil a partir da década de 1870?

Caderno: Sim, se por “polêmicas estéticas” você compreender um campo que também incorpora discussões políticas e sociais. Isso porque, para o século XIX, é difícil analisar esses diferentes âmbitos de forma compartimentada.

Inquiridor: Mas não parece tão simples perceber como esses elementos podem se combinar...

Caderno: Isso porque, hoje, estamos distantes da lógica social do mundo que serviu de berço às produções de Machado de Assis. Mas, se encontrarmos um caminho que permita adentrar um pouco mais as especificidades daquela sociedade, será possível começar a entender como um comentário sobre estética literária também podia carregar uma crítica política. Para o caso específico de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, uma forma direta de conhecer a realidade com a qual o romance interagiu é estudá-lo na *Revista Brasileira*, periódico em que o texto foi publicado pela primeira vez. Conhecer os artigos que rodeavam o romance machadiano em sua primeira aparição, os colaboradores da revista e seus leitores pode ser um caminho inicial interessante para compreender com que tipo de conteúdo a obra de Machado de Assis mantinha interlocução no momento de seu surgimento. [Capítulo 2]

Inquiridor: Essa parece mesmo uma sugestão interessante: conhecer *quem* lia e *o que* liam, para tentar entender *como* liam.

Caderno: É isso mesmo. Na falta de registros de leitores comuns acerca das experiências de leitura depreendidas das *Memórias póstumas*, pode-se buscar como o romance pode ter sido compreendido, a partir de outros debates que rodeavam a obra literária na *Revista Brasileira*. Se não há leituras reais com as quais se trabalhar, sempre é possível perseguir as leituras plausíveis.

Inquiridor: E o leitor que acompanhasse a publicação seriada de *Memórias póstumas de Brás Cubas* na *Revista Brasileira* ao longo do ano de 1880 iria se deparar com que tipo de discussão?

Caderno: Esse era um periódico dedicado à ciência e à literatura, então o conteúdo recorrente dos artigos dedicava-se a temas desses campos. Porém, o que se percebe é a existência de limites muito fluidos entre essas instâncias. Tanto argumentos científicos eram incorporados a produções literárias, quanto os textos sobre ciência contavam com uma forma literária para exporem seus argumentos. Além disso, a literatura realista, afinada com o cientificismo daquele fim de século XIX, preocupava-se com o estabelecimento de uma noção de verdade inquestionável. Essa construção, no entanto,

muitas vezes se sustentava apenas por fórmulas retóricas. Importava mais parecer ou convencer do que, de fato, ser. Tal sobreposição da aparência sobre a realidade reproduzia o estado de ficcionalização pelo qual aquela sociedade se pautava. Nas *Memórias póstumas* tudo isso é mobilizado para construir a crítica social pretendida por Machado de Assis. [Capítulo 3]

Inquiridor: Creio que meu interrogatório chegaria ao final, não fossem as mulheres... Afinal, por que o interesse por elas na última curva da pesquisa?

Caderno: Novamente essa é uma questão que perpassa, aqui e acolá, todo o conjunto de minhas folhas hoje tingidas. Após os estudos sobre *Iaiá Garcia*, *Quincas Borba* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, percebeu-se que havia um elemento que sempre retornava às lentes da análise quando o objetivo era adentrar o argumento crítico desenvolvido pelo literato nessas obras. Esse fator recorrente era as personagens femininas dos romances. Para falar sobre políticas de dependentes, escravidão ou abuso de senhores, com frequência Machado de Assis lançava mão das mulheres ficcionais que criava. Eram elas que encarnavam a crítica social desses romances. Com *Memórias póstumas* não foi diferente. As ressalvas que o escritor vinha fazendo até o momento com relação à estética realista e ao cientificismo em artigos críticos, ganhava nova roupagem no romance da *Revista Brasileira*. Ciência, verdade e aparência, assim como as consequências advindas desse tripé, são discutidas na obra literária a partir de um viés de gênero. [Capítulo 4]

Inquiridor: No início a autora deste prólogo comenta que houve percalços e encruzilhadas ao longo do trajeto da pesquisa. Mas agora que pergunto a seu caderno, o confidente desses anos de trabalho, as respostas me são dadas a partir de tal lógica que tudo parece seguir um caminho predeterminado.

Autora (“*saindo das sombras*”, como N. Z. Davis): Creio que para responder seu comentário sofro do mesmo mal que Brás Cubas ao contar sua história: a distância temporal a partir da qual observo fatos anteriores me leva a conferir novo sentido ao caminho percorrido. Esse trajeto não estava estabelecido previamente, foi sendo construído ao longo da pesquisa. E, se outros leitores se deparassem com meus rabiscos, novos caminhos poderiam ser traçados. Agora, analisando de forma retrospectiva os dados que minha pena deixou naquelas folhas, ignoro as ideias riscadas e imprimo à trajetória uma

coerência que não é fiel aos desvios e atalhos descobertos ao longo do percurso. Não obstante, depois de acumuladas tantas anotações de leituras realizadas, conversas entabuladas e sugestões recebidas, é difícil retornar ao estágio das páginas em branco e dizer apenas o que se sabia em cada momento do caminho. A experiência reunida, ao final, conta com um misto indissociável de respostas que não se pretendem definitivas e de perguntas que continuam a se mostrar instigantes. Tal vivência pode ser conhecida nas páginas que se seguem e formam um novo volume, não mais manuscrito, mas composto pelas satisfatórias e intimidadoras letras impressas.

CAPÍTULO 1

O REALISMO EM 1878: O INÍCIO DA BATALHA

“Não direi com Buffon, que o gênio é a paciência; mas creio poder afirmar que a paciência é a metade da sagacidade: ao menos na crítica.”⁴ O trecho citado, publicado em 30 de abril de 1878, pertence ao segundo artigo escrito por Machado de Assis dedicado à análise crítica do romance *O primo Basílio*, de Eça de Queirós. O primeiro texto sobre esse assunto veio a público em 16 de abril de 1878 no mesmo jornal. Assinando como Eleazar, o crítico brasileiro deu início a uma longa e contundente polêmica em torno da recepção do livro recém-chegado de Lisboa. O verdadeiro tema que mobilizou o surgimento das mais variadas manifestações na imprensa fluminense era, no entanto, a nova escola literária que ganhava publicidade entre os intelectuais brasileiros com a chegada do romance português: o realismo.

A participação de Machado de Assis no debate não fica bem definida. Seu folhetim do dia 16 de abril sobre *O primo Basílio* fez surgirem críticas e as manifestações contrárias ao colaborador de *O Cruzeiro* permaneceram marcando presença na imprensa fluminense após o texto do dia 30. Aparentemente, contudo, Machado se calou. Voltaria a escrever um último artigo a respeito da escola realista no ano seguinte, no texto “A nova geração”, publicado na *Revista Brasileira*.⁵ Novamente ânimos se inflamaram contra Machado de Assis, e mais uma vez ele não respondeu.

O desfecho aparente de toda a contenda, de tão simples, soa também pouco crível: Machado expôs sua opinião acerca da nova forma literária que surgia e dos seguidores nela engajados; fez duras críticas e se tornou alvo fácil para réplicas não menos mordazes; no clímax da polêmica, absteve-se da discussão. Talvez fosse essa uma solução pacífica. Mas conhecendo o ânimo combativo do escritor, certamente é pouco verossímil. O autor que em 30 de abril de 1878 já anunciava o cultivo da paciência como requisito de primeira importância para a crítica sagaz não parece ser o mesmo que se calaria diante de um debate por ele iniciado. Antes, e aqui repousa a hipótese que se procurará demonstrar,

⁴ *O Cruzeiro*, “Literatura Realista” 30 de abril de 1878.

⁵ *Revista Brasileira*, “A nova geração”, 1º de dezembro de 1879. pp.373-413.

Machado de Assis soube como ninguém seguir o conselho tomado de empréstimo de Buffon: acompanhou pacientemente todas as controvérsias que giravam em torno do realismo e, depois de algumas investidas contra aquilo de que discordava na nova escola literária, seu golpe definitivo foi desferido em forma de obra prima – *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Não apressemos as conclusões. Há um longo percurso a ser seguido antes de intencionar qualquer remate.

1.1. Construindo o debate

De início, é necessário conhecer um pouco mais sobre a contenda e como ela vem sendo analisada pela crítica especializada recente. A primeira notícia que se teve do romance *O primo Basílio* na imprensa brasileira foi na *Gazeta de Notícias* do dia 25 de março de 1878, com a publicação de um artigo de Ramalho Ortigão, originalmente escrito em Lisboa no dia 22 de fevereiro do mesmo ano. Ortigão se apresentou como amigo de Eça de Queirós, com quem lançou uma revista, *Farpas*, mas cuja sociedade já havia sido desfeita em virtude de outras ocupações assumidas pelo autor de *O crime do padre Amaro*. Depois de elogios à carreira de Eça e de fazer um breve resumo da recém lançada obra, o crítico passou a comentar questões mais pontuais do romance analisado. Para Ramalho Ortigão, o problema do livro estava centrado em algumas personagens. Desagradavam-lhe especificamente Basílio, que considerava um tipo falso (para o autor, um comerciante de sucesso não agiria como um dândi “devasso” que desencaminha a prima, visto que o exercício do trabalho produzia ação moralizadora em quem o praticava), e Luísa, cujo caráter fraco deveria ter sido justificado na obra detalhando a educação falha que a moça recebera. O crítico ainda lamentou o tom de “melancolia e desalento” deixado pelo livro, que passava a impressão de uma sociedade lisboeta “corrupta” e “condenada à dissolução”. Por outro lado, ponderou que o término da leitura também podia fazer suscitar um sentimento “consolador” se os leitores levassem em consideração que, apesar do quadro negativo apresentado, era essa mesma Lisboa que havia gerado “um artista que, como Eça de Queirós, é uma das glórias da civilização e uma das forças mais poderosas da humanidade”. Em suma, o que incomodava essencialmente Ortigão era a ideia de uma

corrupção moral da burguesia de seu país, que deveria ser educada e não simplesmente incriminada. Com relação às questões estéticas, não obstante, ele era enfático: Eça apresentava um “escrúpulo inexorável na perfeição da forma” e mesmo as passagens mais moralmente discutíveis serviam para transmitir ao leitor a força dos sentimentos das personagens, como um “espelho mágico” a refletir uma “realidade implacável e trágica”.⁶

Iniciou-se, assim, a série de artigos dedicados ao romance *O primo Basílio*.⁷ A crítica atual tende a reconhecer como o cerne desse debate a questão da moralidade do romance. Beatriz Berrini e Silvia Maria Azevedo, após tecerem seus comentários acerca desses textos críticos, concluem que “o romance *O primo Basílio* foi acolhido pela maioria dos críticos como obra imoral, perniciososa aos costumes, dominando, portanto, nos textos a tônica moralizante”. Elas também ponderam que “a polêmica reuniu no Brasil, em duas facções distintas e rivais, os que eram favoráveis e os que eram contrários à nova escola [o realismo]”. Mas os esforços interpretativos das autoras parecem focar mesmo em comprovar a recusa do romance por parte dos leitores especializados brasileiros em virtude de questões relacionadas ao decoro do livro.⁸

Vale analisar de modo mais detido os textos participantes do debate. Sem dúvida os críticos do Oitocentos elaboraram ressalvas ao teor moral de *O primo Basílio*. O autor do folhetim “Sem Malícia”, do *Jornal do Commercio*, em 27 de março de 1878, observou que o romance possuía algumas cenas “decotadas”, e apenas por isso não poderia recomendar, “sem reбуço”, o livro a suas leitoras. Aos leitores, por outro lado, o folhetinista não tinha restrições: apresentava *O primo Basílio* como “condimento picante, mas agradável aperitivo”.⁹ Essas eram as considerações finais do artigo. Antes, o autor comentara o que havia escrito Ramalho Ortigão, de quem discordava. Para o colaborador

⁶ *Gazeta de Notícias*, “Cartas Portuguesas”, 25 de março de 1878.

⁷ José Leonardo do Nascimento reúne em livro artigos que se envolveram na chamada Batalha do Realismo, comentando cronologicamente essa polêmica: NASCIMENTO, José Leonardo do. *O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história*. São Paulo: EDUNESP, 2008. Aqui, darei ênfase a passagens que considero mais relevantes, sem pontuar necessariamente cada um dos artigos elencados por Nascimento.

⁸ BERRINI, Beatriz; AZEVEDO, Silvia Maria. “A polêmica recepção de Eça de Queirós no Brasil – considerações em torno da acolhida feita por Machado de Assis e outros”. In: MARIANO, Ana Salles; OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de (Org.). *Recortes machadianos*. São Paulo: EDUC, 2003. pp.299-316.

⁹ *Jornal do Commercio*, “Sem Malícia”, 27 de março de 1878. (José Leonardo do Nascimento informa que o autor do folhetim é, provavelmente, Carlos de Laet. NASCIMENTO, Op.cit., p.164.)

do *Jornal do Commercio*, Basílio não era um tipo falso, mas antes personagem que poderia ser facilmente encontrado caminhando pelas ruas de Lisboa. Esse é, aliás, o ponto sobre o qual o autor do folhetim se dedicou com maior afincamento: mostrar as características literárias trazidas por Eça de Queirós que, com seu olhar realista,

Não procura nem rejeita o que porventura possa haver de repulente no seu herói.

Pinta as cousas como elas são realmente na vida, um misto de bom e de mau, de generoso e de miserável, de justo e de iníquo.¹⁰

Duas semanas depois o crítico retomaria o tema em seu folhetim, fazendo uso da mesma estrutura argumentativa: reunia ao longo da maior parte do texto comentários elogiosos a *O primo Basílio*, ressaltando os aspectos que ligavam o romance à escola realista e reservava apenas os parágrafos finais para indicar a ressalva relativa à moralidade da obra. De qualquer modo, a conclusão a que chegamos junto com o autor é a de que “o *realismo* é a questão do dia” e “não há [como] fugir-lhe.” Debater esse tema, de fato, parecia ser questão central naquele fim de século:

Assentará ou não definitivamente os seus arraiais, entre a literatura e a arte moderna, esta nova evolução?

Passará o *realismo*, como um sonho vago, sem deixar atrás de seu rastro as bases de uma nova escola definida e acentuada?

Eis as questões que atualmente mais devem preocupar os que se interessam pelos progressos da arte e da literatura.¹¹

Além disso, o folhetinista tornou a relacionar o realismo com a “expressão do real e do verdadeiro”, e mostrou como Eça de Queirós se movimentava com maestria nessa escola, pois nem restringia sua narrativa ao “prêmio da virtude” e ao “castigo do vício”, nem enfatizava apenas “a torpeza e a devassidão”. Aí repousava, segundo o escritor daquelas linhas ao rés-do-chão do *Jornal do Commercio*, a grande vantagem do realismo

¹⁰ Idem.

¹¹ *Jornal do Commercio*, “Sem Malícia”, 10 de abril de 1878. (grifo no original)

empreendido pelo romancista português, “porque tão falsa é a pintura da sociedade vista pelos prismas do otimismo, como pelos do pessimismo.”¹²

Nem tudo eram flores nos posicionamentos do folhetinista com relação ao livro que acabara de chegar ao Brasil. Ele também reservava críticas à obra de Eça, e mesmo elas eram construídas por dentro da análise estética do romance. Como ressalva principal à nova forma de escrever literatura, o crítico comentou que o realismo tratava a palavra escrita como uma fotografia: de tal forma saturava o texto de minudências que levava o leitor à exaustão. A consequência que advinha desse fato era tão grave que quase minava os elogios feitos até o momento: “Seja qual for o mérito absoluto de um livro, o tédio, que possa causar a sua leitura, é sempre um elemento de mau êxito para a popularidade desse livro.”¹³

A questão moral ocupou as últimas linhas do artigo. Ela foi mencionada no texto como uma “pequena mancha”, porém suficiente para “não pode[r]mos eximir-nos de lastimar que o mesmo nome que assina tão grandes belezas seja o mesmo que referenda tão repelentes obscenidades.”¹⁴ Por fim, o autor opinou que não obstante todos os méritos do romance, era o escândalo o principal fator que estava contribuindo para sua popularização. Frase de efeito, mas que deixava em aberto o questionamento de onde estariam esses comentários reincidentes sobre o referido escândalo, uma vez que os artigos que haviam sido publicados até o momento na imprensa brasileira não conferiam destaque a essa questão.

De qualquer modo, por essa breve análise de artigos iniciais da polêmica é possível afirmar que, ainda que a moralidade tenha sido tema polemizado entre os primeiros participantes da dita Batalha do Realismo, seria prematuro dizer que essa foi a tônica da discussão. A preocupação em debater questões estéticas a fim de definir os rumos da literatura nacional era matéria que preocupava em igual escala os literatos do último quartel do século XIX, tornando a contenda bastante eclética. Por outro lado, a discussão em termos literários parecia dividir os adversários de forma mais nítida e, com isso, talvez seja lícito afirmar que essa seja a matéria responsável pelos debates mais acalorados e se sobrepunha aos argumentos que possuíam teor estritamente moral.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

O mote da polémica se voltou ainda mais para a forma literária a partir da publicação do primeiro artigo crítico intitulado “Literatura Realista”, no jornal *O Cruzeiro*. O texto veio a público em 16 de abril de 1878 e era assinado por Eleazar, pseudônimo de Machado de Assis. Feitas as primeiras breves observações elogiosas, o que já de início fica patente é o fato de o autor não diferenciar realismo de naturalismo. Ele afirmou ser Eça discípulo do “realismo propagado pelo autor de *Assommoir*”.¹⁵ Não apenas seguidor, o romancista português foi também acusado de ser plagiador de seu mestre: segundo Eleazar, *O crime do padre Amaro* era imitação do romance *La faute de l'abbé Mouret*, de Zola. Na nota à segunda edição de *O crime do padre Amaro*, que saiu em janeiro de 1880, Eça de Queirós refutou a incriminação feita no jornal *O Cruzeiro*, explicando que tal cópia seria cronologicamente impossível:

O crime do padre Amaro foi escrito em 1871, lido a alguns amigos em 1872, e publicado em 1874. O livro do Sr. Zola, *La faute de l'abbé Mouret* (que é o quinto volume da série “Rougon Macquart”), foi escrito e publicado em 1875.¹⁶

Como se tal defesa não bastasse, Eça ainda prolongou seu argumento, permeado de observações irônicas. Comentou brevemente o teor dos dois livros, procurando deixar patentes as diferenças entre eles. E por fim concluiu com o que aparenta ser uma invectiva derradeira e incisiva contra Machado de Assis, fazendo menção à sua doença nos olhos ao dizer que, àquele que possuísse conhecimento de ambas as obras,

só uma obtusidade córnea ou má fé cínica poderia assemelhar esta bela alegoria idílica, a que está misturado o patético drama duma alma mística [refere-se a *La faute de l'abbé Mouret*], ao *Crime do padre Amaro* que, como podem ver neste novo trabalho, é apenas, no fundo, uma intriga de

¹⁵ O escritor a que faz referência é Zola. Atualmente, a crítica relaciona a tradição literária iniciada por Zola ao naturalismo, e não ao realismo. Percebe-se, contudo, que as definições das diferentes tradições literárias no século XIX ainda eram muito fluidas, e usualmente os autores faziam menção a *realismo* de maneira indistinta, tanto para se referir a essa escola, quanto ao naturalismo. A opção por utilizar neste trabalho o termo *realismo* segue a nomenclatura utilizada com mais frequência pelos autores estudados.

¹⁶ QUEIRÓS, Eça. “Nota da segunda edição de *O crime do padre Amaro*”, escrita em Bristol com data de 1º de janeiro de 1880. Apud: NASCIMENTO, Op.cit., p.294.

clérigos e de beatas tramada e murmurada à sombra duma velha Sé de província portuguesa.¹⁷

É interessante notar, no entanto, que essa é a única ressalva pública feita por Eça aos artigos que foram dedicados a *O primo Basílio* na imprensa brasileira. Decerto o autor sabia que o conteúdo crítico desses textos ia muito além, mas reconhecia o impulso que a polêmica deu para a popularização de sua obra: lançado em volume em 1878, os três mil exemplares do livro se esgotaram rapidamente, e uma nova edição saiu ainda no mesmo ano.¹⁸

Não há dúvida de que os textos críticos escritos por Machado de Assis ajudaram a dar visibilidade ao trabalho do autor português. Ainda que tenham sido apenas dois, os artigos publicados depois dos comentários de Eleazar faziam, de forma direta ou não, referência aos folhetins que apareceram no rodapé de *O Cruzeiro*. Foram esses mesmos escritos que em grande medida conduziram os rumos das análises críticas recentes que se dedicaram a interpretar a recepção de *O primo Basílio* entre seus primeiros leitores especializados.

Paulo Franchetti afirma que a “crítica [...] não compartilhou, de modo geral, o entusiasmo do público, sendo a tônica das acolhidas negativas (sic) à imoralidade da trama e do texto.”(sic)¹⁹ Nesse breve trecho, há duas informações que merecem atenção: em primeiro lugar, é necessário conferir se os artigos críticos, especialmente os produzidos por Machado de Assis, tinham por tema central a discussão de questões relativas à moral de *O primo Basílio*. O segundo aspecto que pede investigação é a afirmação de que a crítica brasileira, de maneira geral, apresentou ampla rejeição à obra vinda de Lisboa.

No que diz respeito à primeira ressalva, ainda que Franchetti abra seu estudo fazendo a citada observação geral que aponta como sendo a “tônica” da crítica oitocentista – e, em especial, machadiana – a questão moral, o próprio autor matiza esse argumento ao longo de seu texto. Em sua análise pormenorizada, reconhece dois eixos principais sobre os

¹⁷ Idem, pp.295-296.

¹⁸ Informação encontrada em FRANCHETTI, Paulo. “Eça e Machado: crítica de ultramar”. In: GUIDIN, Márcia Lígia; GRANJA, Lúcia; RICIERI, Francine Weiss (Org.). *Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea*. São Paulo: EDUNESP, 2008. p.269.

¹⁹ Idem.

quais se organizam os artigos assinados por Eleazar: por um lado, há um esforço por filiar *O primo Basílio* à escola realista e marcar sua desaprovação com relação a tal estilo literário; por outro, expõe o que considera serem os defeitos de concepção e de realização do romance em pauta.

A segunda afirmação, relativa à ampla reprovação recebida por *O primo Basílio* por parte da imprensa brasileira logo após a chegada da primeira edição do livro, merece ser retomada. Essa é a impressão deixada no leitor que centrar sua atenção nos artigos escritos por Machado de Assis – que ostensivamente fez uso da publicação do romance de Eça de Queirós para levantar a bandeira contra a escola realista. Entretanto, o posicionamento machadiano não pode ser generalizado para os demais colaboradores dos periódicos do país. O que encontramos de maneira mais recorrente nos jornais fluminenses são ou manifestações menos inflamadas do que as de Machado, ou textos produzidos com a intenção de fazer franca oposição ao folhetinista de *O Cruzeiro*, com o intuito de despertar no público a indulgência e o apoio para com o realismo de Eça. Para auxiliar a compreensão dos termos em que se organizou essa contenda, talvez o melhor caminho seja seguir a experiência de leitura daqueles que acompanharam diariamente a chegada dos jornais oitocentistas da Corte, analisando réplicas e tréplicas na sequência em que foram publicadas.

Além da carta de Ramalho Ortigão e dos dois folhetins “Sem Malícia” publicados na *Gazeta de Notícias*, houve um quarto artigo escrito antes que Machado de Assis adentrasse o debate: o texto “O primo Basílio”, que também apareceu na *Gazeta* de 12 de abril de 1878. Assinado por L., a crítica atual acredita que o autor por trás do pseudônimo fosse Ferreira de Araújo.²⁰ Nesse folhetim parece haver a intenção de balancear as opiniões. O autor diz que

Os que o leram [*O primo Basílio*] dividiram-se em duas classes; os que exclamaram: – Isto é um escândalo; outros que o apontaram como a obra mais profunda, mais digna e meritória da moderna literatura portuguesa.

²⁰ NASCIMENTO, Op.cit., p.185.

Respeitando tanto uns como outros, cremos que ambos exageram, e que são levados nas suas maneiras de apreciar pelo defeito de pertencerem a esta ou àquela *escola*.²¹

O crítico parecia adivinhar os termos em que a discussão se prolongaria. Por isso, a principal campanha de seu artigo era no sentido de convencer os leitores a de fato lerem a obra em questão, e a não tirarem conclusões apenas a partir da apreciação de terceiros.

Quatro dias depois viria a público a crítica que causaria grande furor, tanto entre os primeiros leitores do debate em seus veículos originais, quanto entre aqueles que apenas teriam contato com a contenda décadas depois: em 16 de abril de 1878 “Literatura Realista” saía da pena de um Eleazar para o folhetim do jornal *O Cruzeiro*. Desvendar esse pseudônimo é tarefa necessária para começar a entender melhor a forma como Machado de Assis se posicionou frente a toda a polêmica.

Não há dúvida de que era Machado o autor real por trás da assinatura bíblica. Mesmo em seu tempo o pseudônimo já estava mais do que desvendado. Encontramos alusões menos explícitas à identidade verdadeira do folhetinista de *O Cruzeiro*, como ocorre no rodapé da *Gazeta de Notícias* de 03 de maio de 1878. Amenófis Efendi²², que vinha participando ativamente do debate em torno da recepção crítica do livro de Eça, sempre se colocando ao lado do escritor português e da escola que ele representava, concluiu da seguinte maneira, após se defender da crítica que ele próprio, Amenófis, havia recebido de Eleazar:

Entretanto agradeço cordialmente a Eleazar *esse e outros conselhos* que me dá; pagá-los-ei brevemente quando der-te conta dos romances brasileiros escritos há poucos meses, romances que começo a *reler com*

²¹ *Gazeta de Notícias*, “O Primo Basílio”, 12 de abril de 1878. (grifo no original)

²² José Leonardo do Nascimento explica que Amenófis Efendi era um pseudônimo carregado de tom humorístico que simulava um egípcio viajando pelo Brasil. Amenófis era “forma derivada do antigo nome egípcio *Amehotep* significando ‘Amon está satisfeito’”, e Efendi era palavras árabe “cujo sentido semântico é ‘senhor’.” Os folhetins levaram também datas fictícias e o narrador pretensamente viajava pela história egípcia. A intenção dessa estratégia era mostrar um esforço por “enxergar a sociedade brasileira no final do século XIX com o olhar do estrangeiro, que captaria com mais nitidez que a dos nativos as bizarrices culturais da nova terra.” NASCIMENTO, Op.cit., p.215.

pausa. Sabe de antemão que o autor de um desses romances é o literato mais mimoso deste país.²³

Todas as passagens em itálico estavam grafadas da mesma forma no original, e faziam referência ao artigo de 30 de abril de 1878 publicado no jornal *O Cruzeiro*, no qual Eleazar produzia sua tréplica a comentários que Amenófis Efendi havia feito acerca do primeiro artigo do narrador machadiano. Pouco depois, em 03 de maio, Ataliba Lopes Gomensoro, o nome pelo qual atendia Amenófis Efendi na vida real²⁴, ironizou os conselhos dados pelo adversário crítico, que sugeriam a leitura pausada de romances para deles poder tirar um parecer mais acertado, dizendo que colocaria em prática a recomendação quando lesse o romance do literato “mais mimoso” do Brasil. Referia-se provavelmente a *Iaiá Garcia*, que havia acabado de ser publicado em folhetim também em *O Cruzeiro*, e a seu autor, Machado de Assis. De uma só vez, a investida ácida atingia o contendor Eleazar e o autor que o criara.

Ainda quanto ao desvendamento do pseudônimo no próprio ano da polêmica, outro documento auxilia tal identificação. Eça de Queirós, protagonista de todo o debate, em determinado momento escreveu carta comentando as opiniões que apareceram na imprensa brasileira a respeito de seu romance. A carta tinha por foco posicionar-se frente aos dois artigos assinados por Eleazar, mas acabou fazendo um breve agradecimento

aos colegas de jornal pela honrosa aceitação que lhe mereceu *O primo Basílio*. Um total acolhimento por parte de uma literatura tão original e tão progressiva como a do Brasil – é para mim uma honra inestimável – e para o Realismo, no fim de tudo, uma confirmação esplêndida de influência e vitalidade.²⁵

Mesmo que Eça possa ter lido as críticas a partir de uma lente de indulgência para com seu próprio livro, é difícil acreditar que o autor português tivesse impressão tão positiva sobre a polêmica caso a recepção de *O primo Basílio* tivesse sido mesmo

²³ *Gazeta de Notícias*, “Cartas Egípcias”, 03 de maio de 1878. (grifos no original)

²⁴ NASCIMENTO, Op.cit., p.222.

²⁵ QUEIRÓS, EÇA. “Carta de Eça de Queirós endereçada a Machado de Assis”. A carta está presente em NASCIMENTO, Op.cit. pp.260-261; o historiador explica que a carta leva a data de 29 de junho de 1878 e identifica como lugar de escritura Newcastle-upon-Tyne, Inglaterra.

amplamente negativa. Mas deixemos as conclusões para depois de analisados os artigos de forma mais detida. No momento, interessa saber que Eça de Queirós reconheceu o tom duramente crítico do folhetim de *O Cruzeiro*²⁶, porém não esboçou qualquer protesto a ele. Apenas lamentou que o texto crítico fosse inspirado por uma hostilidade à escola realista, mas admitiu que “esse artigo, pela sua elevação e pelo talento com que está feito, honra o meu livro, quase lhe aumenta a autoridade”.²⁷

Se honrava ou aumentava a autoridade do livro não é possível saber, mas de certo Eça tinha conhecimento da importância da contenda gerada por Machado para dar notoriedade ao livro e aumentar a curiosidade dos leitores. Ainda mais sendo “o Sr. Machado de Assis, nome estimado entre nós, o autor do belo artigo ‘*O primo Basílio e o realismo*’, publicado no *Cruzeiro* de 16 de abril, assinado com o pseudônimo de ‘Eleazar’.”²⁸ A observação de Eça de Queirós exclui qualquer dúvida sobre a identificação do criador de Eleazar entre seus contemporâneos.

Estabelecida a relação autor-implícito/autor-real, é forçoso buscar compreender o significado do pseudônimo escolhido por Machado para assinar aquelas crônicas. Paulo Franchetti explica sucintamente o significado do nome: “Eleazar foi o mártir judeu que preferiu a morte à ingestão de alimentos impuros.”²⁹ José Leonardo do Nascimento amplia a caracterização desse pseudônimo. Além de se referir sempre a “Machado-Eleazar”, o autor também contribui com informações adicionais sobre o significado do nome escolhido para assumir a autoria dos artigos de *O Cruzeiro*. Eleazar é alcunha de quatro personagens bíblicos. Entre eles, Nascimento considera que a figura da Bíblia que teria inspirado Machado na escolha do pseudônimo foi provavelmente um ancião do livro Macabeus II. Tratava-se de um “ancião de noventa anos, que prefere sacrificar a vida a desrespeitar os costumes e os preceitos da sua religião.”³⁰ No livro cristão, Eleazar se negou a contrariar o que acreditava ser verdadeiro: preferiu a morte a comer carne impura de animais sacrificados a deuses pagãos. Nem a ideia de apenas fingir ingerir esse alimento foi aceita

²⁶ Eça se referiu apenas ao artigo publicado no dia 16 de abril, pois dizia saber da existência do segundo texto, mas afirmou que ainda não tivera a oportunidade de o ler. Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ FRANCHETTI, Op.cit., p.269.

³⁰ NASCIMENTO, Op.cit., p.195.

pelo ancião, pois ele acreditava que, caso a estratégia forjada desse certo e ele sobrevivesse, os jovens pensariam que ela havia realmente “sucumbido aos costumes estrangeiros” e isso poderia incentivá-los a agir do mesmo modo. Antes, Eleazar confiava que sua morte “exerceria uma função edificadora na formação da juventude.”³¹

Se levarmos em consideração a escolha do pseudônimo e a história bíblica que o inspirou, a compreensão dos artigos a respeito de *O primo Basílio* assinados por Eleazar se amplia. Das mesmas linhas surge um texto mais comprometido com a exposição das influências que procuravam agir sobre a literatura brasileira. Mantendo-se contrário a elas, o autor se apresentava como exemplo a ser seguido por jovens que viriam a construir o futuro do fazer literário no país.

José Leonardo do Nascimento pondera que nos textos assinados com esse pseudônimo, Machado de Assis incorporou com veemência a personagem que selecionara para narrador. Posiciona-se, assim, como alguém que age como se tivesse por preocupação primeira educar os jovens, mesmo que isso trouxesse consequências pessoais (algo que de fato ocorreu com as inúmeras críticas negativas recebidas após a publicação de seus artigos sobre *O primo Basílio*). A autoconsciência do literato brasileiro em ser fiel às opções que fazia em seus textos chegou ao ponto de “exprimir, confessadamente, opiniões, hábitos e manias de ‘gente velha’”, para bem representar o ancião de noventa anos que assinava aqueles artigos.³²

Essa compreensão relativa ao pseudônimo ajuda a evitar a leitura dos artigos de Machado como a manifestação de um espírito conservador, como fizeram muitos de seus colegas de imprensa. Acima de tudo, traçar com cuidado o perfil desse narrador pode auxiliar a compreender a proposta de Machado de Assis nos textos críticos publicados em 1878. Se entendermos Eleazar como aquele que pretende servir de exemplo aos jovens e os auxiliar em suas decisões futuras, poderíamos perceber que a preocupação maior do folhetinista era, com aqueles artigos, ajudar a traçar os rumos da literatura brasileira naquele final de século XIX.³³

³¹ Idem.

³² Idem, p.275.

³³ Daniela Magalhães da Silveira apresenta uma análise ainda mais profunda acerca desse pseudônimo. A autora observa os textos de diferentes gêneros que Machado de Assis assinou como Eleazar, e conclui que a

É o que Machado parece fazer em seu artigo de 16 de abril de 1878. Como era a primeira vez que se manifestava a respeito de *O primo Basílio*, o texto contou com um bem elaborado resumo do romance, a fim de que o escritor possuísse material a partir do qual delinear suas críticas. A primeira delas não era novidade para os leitores que já tivessem conhecimento dos artigos sobre o mesmo romance publicados anteriormente na imprensa fluminense: referia-se ao fato de o livro de Eça de Queirós possuir descrição em exagero. O crítico não incluiu ponderações positivas minuciosas acerca da obra literária que analisava, mas afirmou que os quadros “excelentemente acabados” eram aqueles em que “o Sr. Eça de Queirós esquecia por minutos as preocupações da escola”. Na maior parte da narrativa, entretanto, o literato português “atirou-se ao inventário”. Esse seria um grande defeito para Eleazar, que acreditava que “a nova poética só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha.”³⁴ Estava aberta a investida contra a escola realista.

Na continuação, o alvo das censuras foram as personagens do romance. Para o crítico, elas eram mal-acabadas, especialmente Luísa que, por aparentar não possuir paixões, remorsos ou mesmo consciência, foi comparada a um “títere”.

Ainda no âmbito da elaboração narrativa, o artigo dedicou longas linhas a mostrar como todos os desdobramentos de *O primo Basílio* dependiam do acaso que permitiu à criada Juliana interpelar as cartas apaixonadas trocadas entre Basílio e sua prima. Em outras palavras, o que incomodava o folhetinista era o fato de Eça de Queirós substituir as “determinações morais ou psicológicas por determinações externas à personagem, como maneira de dar continuidade à narrativa.”³⁵

A conclusão com que Machado fechou o artigo de 16 de abril de 1878 é ao mesmo tempo ponderada e mordaz: o crítico argumentou que aquilo que condenava não era necessariamente toda a forma de literatura realista, mas sim o fato de Eça de Queirós

observância conjunta dos artigos críticos e dos contos que são atribuídos a esse pseudônimo auxilia a compreensão dos objetivos do autor ao escrever tais textos. Silveira mostra que também nos contos havia o “objetivo de empreender discussão sobre a forma literária e os caminhos tomados pela literatura e pelos literatos seus contemporâneos.” Ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p.55.

³⁴ *O Cruzeiro*, “Literatura Realista”, 16 de abril de 1878.

³⁵ FRANCHETTI, Op.cit., p.274.

carregar muito nas tintas com que pintava sua narrativa. Para Eleazar, o próprio chefe da escola, Zola, teria oferecido o conselho ideal, segundo o qual seria necessário ter em mente que “o perigo do movimento realista é haver quem suponha que o traço grosso é o traço exato.” O colaborador de *O Cruzeiro*, contudo, não acreditava na possibilidade de a escola realista incentivar a parcimônia de seus seguidores. Tampouco se preocupava com isso, pois confiava, aparentemente sem qualquer tipo de pesar, que “se tal suceder [a continuidade da produção de romances produzidos com *traço grosso*], o realismo na nossa língua será estrangulado no berço”.³⁶

Os termos em que o artigo foi organizado indicam que ele não passaria incólume. Já no dia seguinte, o folhetim “Sem Malícia” retomou o tema ao qual havia dedicado dois textos anteriores. Coincidência ou não, o texto foi aberto por frase que parece fazer referência ao folhetim de teor fortemente combativo publicado no jornal *O Cruzeiro*: “Se não temêssemos que se levantassem contra nós todos os folhetinistas havidos e por haver, escrevíamos agora um folhetim inteiramente realista!”³⁷

Apesar da ironia, o colaborador da *Gazeta* não se mostrou muito mais clemente para com o realismo. Ele retomou a questão moral da escola, explicitando que achava que os livros realistas eram restritos a determinados leitores (de modo específico, desaconselhava-os às mulheres de família). Porém, o folhetim não girou apenas em torno de temas desgastados. Antes, o autor recobrou o frescor da discussão quando inseriu novo item de debate: a questão da verdade. Mostrou como os representantes da polêmica escola literária tinham especial apreço pela descrição minuciosa da realidade, e diziam adotar essa postura porque se colocavam a serviço da verdade.

O folhetinista começou sua oposição a tal atitude ponderando que “nem todas as verdades se dizem” e que “muito mais que para o crédito do seu talento não há necessidade de dizê-las todas.” Apesar de serem essas sentenças suficientes para indicar sua recusa à relação estabelecida entre realismo e verdade, o autor ainda procurou demonstrar que esse paralelismo era impossível nos termos da própria tradição literária que buscava se impor. Mostrou como, por um lado, escritores realistas advogavam para sua literatura a

³⁶ *O Cruzeiro*, “Literatura Realista”, 16 de abril de 1878.

³⁷ *Jornal do Commercio*, “Sem Malícia”, 17 de abril de 1878.

representação máxima da verdade. Por outro, esses mesmos autores reconheciam que não podiam descrever as coisas exatamente como eram, “não por asseio, mas para que não fizesse [...] cair de todo no ridículo as miúdas exagerações da escola realista.” Surgia como insustentável aquele que um era dos principais motivos de orgulho dos literatos engajados no realismo. Depois de expor ao leitor como a nova tradição literária se apoiava sobre pilar recheado de contradição, o autor do folhetim “Sem Malícia” ainda encontrou espaço para retomar o debate em torno da decência dos livros produzidos por essa corrente estética e elaborar uma última observação aguda e conclusiva: “Para se apreciar o realismo são necessárias duas qualidades essenciais: a educação fraca e estômago forte.”³⁸

Machado de Assis encontrava entre seus pares apoio para o embate que acabara de iniciar. O eco, contudo, acabava por aí. A partir dos dias seguintes os leitores da *Gazeta de Notícias* se depararam com uma longa série de artigos dedicados a defender a escola realista ou a retrucar com igual intensidade as duras observações colocadas na pena de Eleazar. Duas posturas que, no fim das contas, não estavam assim tão distantes.

Dos artigos contestatórios, o primeiro era assinado por S. Saraiva, pseudônimo de Henrique Chaves, um dos fundadores da *Gazeta de Notícias*.³⁹ A organização do texto assemelhava-se muito à de seu oponente Eleazar, porém de modo invertido: S. Saraiva estruturava sua argumentação de forma a subverter cada uma das críticas de Machado de Assis.

A primeira ação de “Ainda O primo Basílio” tinha por objetivo desqualificar Machado como crítico de Eça. Inicialmente S. Saraiva forjou para si a posição de comentarista altamente confiável e mostrou os motivos pelos quais a argumentação de Eleazar não poderia ser levada em consideração:

Não discuto preferências de escolas; de nada serviria para o caso em questão. O que me parece todavia, é que desde que há pontos de vista diferentes, a crítica não pode ser exercida com imparcialidade e sem preocupação de gênero.

³⁸ Idem.

³⁹ Informação sobre a identificação do pseudônimo presente em NASCIMENTO, Op.cit., p.205.

Eleazar é evidentemente adverso à escola a que se filiou o autor do *Crime do Padre Amaro*, e necessariamente por isso é obrigado a combater a causa e o efeito, a escola e o livro.⁴⁰

Confiante de que a partir dessa constatação o leitor saberia qual apreciação crítica acatar, o folhetinista da *Gazeta* deu prosseguimento a sua tese, na qual rebateu um a um os pontos anunciados por seu concorrente de *O Cruzeiro* como sendo problemas de *O primo Basílio*. Assim, explicou por que Luísa não podia ser considerada um títere⁴¹; argumentou que a compreensão de Eleazar a respeito da interceptação das cartas por Juliana era equivocada, mostrando que tanto narrativas ficcionais quanto a vida real estavam sempre permeadas de episódios fortuitos que mudavam o sentido dos acontecimentos⁴²; minimizou o teor libertino do romance⁴³; e, finalmente, retomou um tema que havia sido privilegiado pelo autor do folhetim “Sem Malícia”, e que mais adiante se tornaria um dos principais focos de combate de Machado de Assis: a identificação criada entre realismo e verdade. A esse respeito, S. Saraiva defendia que

Ao contrário do ilustre folhetinista [Eleazar], para mim não é ponto de dúvida, que do *realismo* venha algum ensinamento. O *realismo* tem por principal preocupação a maior aproximação da verdade: ainda que não chegue ao seu resultado, não serão os seus esforços dignos de louvor?⁴⁴

Esse único elemento, a parceria que a escola realista teria feito com a verdade, já seria suficiente para salvaguardá-la da intenção destrutiva de qualquer crítica: “Podem os que não aceitam o realismo, formar as colunas cerradas da sua resistência, esta será inútil

⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, “Ainda O Primo Basílio”, 20 de abril de 1878.

⁴¹ “Se efetivamente ela não tivesse consciência, não tivesse remorsos, não a humilharia aos seus próprios olhos a posição em que se vê colocada. Transige com Juliana, sofre-a, trata-a bem, é verdade; mas fica tranquila? essa *perpétua humilhação* não a leva ao túmulo?” Idem. (grifos no original)

⁴² “Perdoe-me o ilustre crítico. Esta suposição, por fútil que é, chega a parecer-me cômica.” Idem.

⁴³ “É exato que há no *Primo Basílio* algumas cenas, que no próprio interesse do livro deviam dele ser arrancadas. Esse excesso, porém, essas *cores tão carregadas*, esses *traços tão grossos*, são apenas os defeitos da propaganda, que nos parece, não de em breve desaparecer. Não sirvam, pois, essas páginas pouco convenientes para a condenação *in totum* de uma obra artística, estudada com critério, observada com cuidado e que revela um progresso na maneira de apreciar os fatos que nos cercam.” Idem. (grifos no original)

⁴⁴ Idem. (grifos no original)

porque as colunas sucumbirão ao peso do grande colosso, que se chama simplesmente – a verdade.”⁴⁵

O foco do artigo seguinte ao escrito por Henrique Chaves foi, em grande medida, dedicado a mostrar a intolerância do folhetinista de *O Cruzeiro*. Fazendo comparação implícita com o furor crítico de Eleazar, Luiz de Andrade, autor do folhetim “Palestra”, abriu seu texto com a seguinte ponderação:

Ainda não há muitos anos que o despotismo literário, exercido por uns príncipes feudais, com alianças defensivas, castigava rudemente com a conspiração do silêncio os temerários que ousavam aparecer em público sem uma licença por eles autenticada, um selo de (sic) na testa ou um carimbo na anca, dando assim à literatura o aspecto singular (sic) uma manada de potros marcados pelo dono.⁴⁶

Em seguida, boa parte do folhetim foi dedicada a esmiuçar melhor a forma como esse “despotismo literário” agia e a felicitar o fim desse período e a ascensão do estabelecimento da “perfeita democracia” entre as escolas a partir de um movimento iniciado em 1830 pelo romantismo na França. Depois de defendido o direito que havia sido conquistado de todos poderem se manifestar à sua maneira, o autor também se integrou à galeria de escritores que deixaram sua marca na polêmica recepção de *O primo Basílio* no Brasil.

Luiz de Andrade retomou pontos já expostos por outros colegas de imprensa, interpretando-os conforme sua própria apreciação. Para ele, o investimento descritivo encontrado no romance e tão criticado por alguns era justamente o responsável pelo valor literário do livro. O folhetinista concordava que o leitor travava uma luta com a obra de Eça de Queirós e que, concluída a leitura, saía extenuado. Em contraste com comentaristas anteriores, que ao fazerem análise semelhante inferiam que aí estava uma das principais faltas do livro, Andrade via nessa mesma característica a força dele, que fazia com que devorá-lo fosse tarefa “não de um momento, mas de algumas horas de leitura ininterrupta.”

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, “Palestra”, 23 de abril de 1878.

Feitos os devidos elogios, o colaborador da *Gazeta* também reconheceu que havia falhas em *O primo Basílio*, e condensou todas essas ideias em algumas poucas linhas: a falta de um ideal superior; a fraca caracterização das personagens, que representam tipos falsos; a exageração em determinados pontos. Era, enfim, um livro inferior ao talento de Eça e que não fazia jus à escola realista. Analisando bem, estava construída uma opinião que não se distanciava muito da exposta por Eleazar. Por que, então, travar combate tão duro contra o crítico de *O Cruzeiro*?

Aparentemente o que incomodava Luiz de Andrade não eram as opiniões de seu adversário, mas o modo destrutivo com que as expunha. O embate que o folhetim “Palestra” encabeçou não era em defesa ou em ataque ao realismo. Era contra o estilo crítico trazido por Machado de Assis. Essa bandeira fica ainda mais clara ao se reparar na parte final do texto de Andrade, que mantém semelhança indiscutível com sua introdução. O autor concluiu com nova metáfora criada para se opor à postura contundente de Eleazar. Disse que, certa vez, estavam três homens discutindo a respeito de determinado tema. Cada um possuía opinião diferente, mas uma delas era marcada por seu extremismo, e por isso foi recusada por todos. Houve grande mobilização para reprimi-la:

Foi posta em cerco, bloqueada, mas fez uma resistência enorme. Entrincheirou-se atrás dos últimos acontecimentos, defendeu-se com a bravura de Osmah Pachá, e, mais feliz do que ele, recusou render-se à descrição. Mandamos-lhe parlamentares, pedimos-lhe pelo amor de Deus que se entregasse, que reconhecesse quanto a sua posição era falsa. Nada! Ela sempre lutando e sustentando-se. – Utopia, entrega-te, exclamamos com as lágrimas nos olhos, pensa bem nos destinos da pátria! – E fizemos-lhe um discurso de lágrimas. Tentamos suborná-la. Oferecemos-lhe doces e cafunés. Olha as crenças que bebeste com o leite, olha as ordenações, olha o xadrez. Nada. A utopia cada vez mais entrincheirada, chegou no paroxismo da raiva, como Cambronne em Waterloo, e deixando a defensiva, deu-nos com o auxílio de um reforço de três atletas, que lhe chegaram não sabemos de onde, um ataque imprevisto, e, contra o que esperávamos, nós é que tivemos de entregar-nos sem condições.⁴⁷

⁴⁷ Idem.

O último folhetim de teor abertamente contestatório que foi publicado antes da tréplica elaborada por Machado de Assis apareceu também na *Gazeta de Notícias*, no dia 24 de abril de 1878. Assinado por Amenófis Efendi, seu autor real era Ataliba Lopes de Gomensoro, provavelmente o rival mais assíduo que Eleazar encontrou durante o desenrolar de toda a polêmica. Os temas abordados nas “Cartas Egípcias” não são muito diferentes daqueles que receberam atenção nos folhetins críticos publicados antes. Novamente há a defesa de Luísa, que não poderia ser considerada um títere; aborda a questão das cartas interceptadas por Juliana e argumenta em favor da impossibilidade de tomá-las como simples episódio fortuito que mostraria a falta de estruturação narrativa do romance; recusa as acusações de que o livro seria imoral.

O diferencial de Amenófis Efendi era não deixar dúvidas a respeito de contra quem se insurgia, e a partir daí reunir uma coleção de ofensas e ironias contra Machado-Eleazar. Assim, logo de início apresentou seu oponente:

Tendo ontem acabado de ler o romance português a que se referem, e em seguida um folhetim crítico de uma publicação diária, *Cruzeiro*, analisarei às largas essa crítica, e assim terás uma ideia do romance do distinto escritor português e do seu crítico.⁴⁸

Enquanto rebatia cada um dos argumentos do oponente, fez questão de incorporar alfinetadas ao folhetinista rival: falou em “Eleazar (que não parece ser protegido por Deus)”; forneceu um conselho irônico: “Boileau podia lembrar ao crítico, e com razão, algumas das palavras que escreveu: *Avant Don que d’écrire, apprendre à penser*”; recorreu à empatia do leitor, para juntos acusarem seu opositor: “Não classificarás Eleazar ingênuo? Responderás por mim”.⁴⁹ Reservou para o final uma galhofa ao pseudônimo adotado por Machado de Assis, fazendo menção de que o nome teria se inspirado não em Eleazar, o ancião, mas em Eleazar, irmão de Judas Macabeu. Amenófis Efendi usou a história dessa personagem bíblica para mofar da opinião de Eleazar-folhetinista de que o exagero de episódios fortuitos fariam de *O primo Basílio* romance sem sustentação narrativa:

⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, “Cartas Egípcias”, 24 de abril de 1878.

⁴⁹ *Idem*.

Se Eleazar, o irmão de Judas Macabeu, não tivesse querido matar o elefante sobre o qual estava Antíoco, para aprisionar o rei da Síria, não teria o valente guerreiro morrido esmagado por esse animal, que caía morto; mas que fazer! a fatalidade quis que Antíoco montasse um elefante quando podia estar a pé para Eleazar não ser esmagado por ele. O crítico condena a invenção das cartas e da criada, como, estamos convencidos, censura A. Herculano por não ter acabado com Eurico antes de ser presbítero.⁵⁰

Por essas passagens é possível depreender o tom geral sobre o qual foi construído o artigo de Amenófis Efendi. Depois dele ainda foram publicados outros dois folhetins acerca de *O primo Basílio*⁵¹, mas escritos por penas menos apaixonadas, mais preocupadas em constatar as variadas apreciações recebidas pelos romances e ironizar os ânimos inflamados dos comentaristas de ambas as escolas – romântica e realista. Textos que, ao que parece, não causaram o mesmo furor entre os principais participantes da Batalha do Realismo. Com considerável probabilidade foram os escritos anteriores, especialmente as observações sarcásticas elaboradas por Gomensoro, que motivaram Machado de Assis a novamente acionar Eleazar em 30 de abril de 1878 para comentar, no folhetim de *O Cruzeiro*, questões literárias suscitadas pela leitura do romance de Eça de Queirós.

Eleazar afirmou de início que preferiria não precisar retomar esse tema:

Pela minha parte, podia dispensar-me de voltar ao assunto. Volto, (e pela última vez) porque assim o merece a cortesia dos meus contendores; e outrossim, porque não fui entendido em uma das minhas objeções.⁵²

Se forçoso era retornar ao tema, o narrador não iria abrir mão de, nesse novo artigo, utilizar de postura semelhante à apresentada por seu oponente mais enfático: rebater, em forma de tréplica, as críticas recebidas, salpicando o argumento aqui e ali de observações irônicas em tom mais rude. A primeira delas dizia que, com o novo texto, o

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Os dois artigos mencionados são: *Revista Illustrada*, “As três questões”, 27 de abril de 1878, assinado por D. Fortes (assinatura não identificada); e *Gazeta de Notícias*, “A Semana”, 28 de abril de 1878, assinado por F. de M. (provavelmente forma abreviada de Ferreira de Menezes). Textos presentes em NASCIMENTO, Op.cit., pp.223-233.

⁵² *O Cruzeiro*, “Literatura Realista”, 30 de abril de 1878.

folhetinista esperava ensinar a seus opositores “como se deve ler e entender uma objeção”. A indignação de Eleazar era devida, segundo ele, à má interpretação que recebeu seu comentário de que *O primo Basílio* dependia de um ou dois episódios fortuitos para continuar – não fossem eles a narrativa não teria por onde prosseguir. O autor se explicou, não sem aproveitar a oportunidade para dar nova alfinetada em seus contendores:

Que não me entendessem, vá; não era um desastre irreparável. Mas uma vez que me não entendiam, podiam lançar mão de um destes dois meios: reler-me ou calar. Preferiram atribuir-me um argumento de simplório; involuntariamente, creio; mas, em suma, não me atribuíram outra cousa. Releiam-me; lá verão que, depois de analisar o caráter de Luísa, de mostrar que ela cai sem repulsa nem vontade, que nenhum amor nem ódio a abala, que o adultério é ali uma simples aventura passageira, chego à conclusão de que, com tais caracteres como Luísa e Basílio, uma vez separados os dois, e regressando o marido, não há meio de continuar o romance, porque os heróis e a ação não dão mais nada de si, e o erro de Luísa seria um simples parênteses no período conjugal.⁵³

Em seguida são incluídas no texto passagens do romance que exemplificassem e embasassem seu argumento.

Sobre a possibilidade de ser tomado como conservador por sua postura combativa com relação à nova escola literária, Machado explicou que sua crítica ao realismo não podia ser compreendida de maneira inversa, como uma defesa do “romantismo decadente”. Antes que pudesse ser tomado por contraditório, enfatizou que “sair de um excesso para cair em outro, não é regenerar nada: é trocar o agente da corrupção.”⁵⁴

Os últimos parágrafos do artigo foram reservados para reforçar as duas campanhas centrais da participação do autor na polêmica. Com muita clareza, elas foram reunidas em um único comentário:

Resta concluir, e concluir aconselhando aos jovens talentos de ambas as terras da nossa língua, que não se deixem seduzir por uma doutrina caduca, embora no verdor dos anos. Este messianismo literário não tem a força da universalidade nem da vitalidade; traz consigo a decrepitude.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

Influi, decerto, em bom sentido e até certo ponto, não para substituir as doutrinas aceitas, mas corrigir o excesso de sua aplicação. Nada mais. Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o realismo; assim não sacrificaremos a verdade estética.⁵⁵

O autor terminava de explicitar suas intenções: por um lado, Machado de Assis procurava, com seu Eleazar e inspirado no bíblico ancião, educar os jovens para garantir que o futuro da literatura brasileira não fosse moldado pelas diretrizes da nova escola que vinha ganhando cada vez mais destaque e novos adeptos. Por outro, o folhetinista retomava um tema que ganharia importância em textos de seu entorno e, por isso mesmo, passaria a marcar presença de destaque em suas produções literárias subsequentes: a questão da verdade. Naquele momento, o crítico observava um crescente esforço entre muitos intelectuais para estabelecer relação direta entre realismo e verdade, como se o primeiro elemento dessa equação fosse a forma literária de se representar o segundo. Sua discordância a esse respeito já aparecia de forma latente nos artigos escritos para *O Cruzeiro*, e ressurgiria de maneira mais acabada em produções futuras do romancista.

Pretendia Machado que aquele fosse o ponto final do debate. Seus críticos, contudo, tinham outros planos. A imprensa fluminense (e mesmo a paulista) voltaria a publicar um considerável número de textos acerca da mesma temática.⁵⁶ Para fins conclusivos deste comentário, entretanto, é suficiente apontar o retorno de Amenófis Efendi no dia 03 de maio de 1878.

No novo texto o crítico não abriu mão de sua costumeira ironia. Dizia que, refeita a defesa de Eleazar, passava a haver alguns pontos com os quais poderia concordar. Mas fez questão de enfatizar que a qualidade do segundo artigo era muito superior à do primeiro. Sobre o conselho dado pelo oponente para reler seu folhetim original, Amenófis

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ O artigo publicado na imprensa paulista foi assinado por Afonso Celso Júnior. Sua tônica central era muito semelhante à dos principais defensores da escola realista: matizou o suposto sensualismo do livro de Eça, estabeleceu intrínseca relação entre realismo e representação da verdade, defendeu a proposta das passagens impudicas e altamente descritivas (*A Província de São Paulo*, “*O primo Basílio* por Eça de Queirós”, 05 de maio de 1878. Apud: NASCIMENTO, Op.cit., pp.248-255). Os artigos posteriores publicados em periódicos fluminenses já não tinham por objeto central o romance *O primo Basílio*, mas sim a adaptação que foi feita do livro para o teatro. Em geral, as apreciações das encenações foram negativas, mas por escaparem aos objetivos principais desta pesquisa, não serão comentadas detidamente, exceção feita a uma passagem memorável elaborada por Machado de Assis que será identificada logo mais. Os artigos dedicados à dramatização do romance de Eça de Queirós podem ser lidos em: NASCIMENTO, Op.cit., pp.256-286.

Efendi foi contundente: “Para que reler o seu primeiro folhetim? bastava pedir-me (e isso não era preciso) que lesse o seu folhetim de hoje, para jurarmos que esse sim é do excelente literato brasileiro.”⁵⁷ A conclusão da “carta” ocorre com o já comentado excerto escarninho em que seu autor agradeceu os conselhos do crítico brasileiro e em retribuição fazia a promessa de utilizá-los em futura análise sobre romance recente do “literato mais mimoso deste país”, fazendo menção ao recém- publicado *Iaiá Garcia*.⁵⁸

Provavelmente a resposta de Amenófis Efendi desagradou a Machado de Assis, mas o colaborador de *O Cruzeiro* já havia afirmado com convicção que seu artigo do dia 30 de abril era o último que escreveria sobre o tema. Não havia como retroceder. Podia, porém, encontrar uma brecha para dar seu recado final. Foi o que fez: Machado lançou mão uma vez mais de seu narrador Eleazar, não como crítico literário, mas sim como cronista das “Notas Semanais”, para deixar naquele ano sua palavra derradeira acerca da polêmica em torno do realismo. Em 07 de julho de 1878, comentando o fracasso da adaptação do romance de Eça de Queirós para o teatro, observou:

Se o mau êxito cênico do *Primo Basílio* nada prova contra o livro e o autor do drama, é positivo também que nada prova contra a escola realista e seus sectários. Não há motivo para tristezas nem desapontamentos; a obra original fica isenta do efeito teatral; e os realistas podem continuar na doce convicção de que a última palavra da estética é suprimi-la.⁵⁹

1.2. Observando o debate

Essa breve retomada dos termos em torno dos quais se organizou a polêmica, que posteriormente ficou conhecida como Batalha do Realismo, permite perceber dois pontos centrais: primeiro, que Machado representou a principal voz dissonante, posicionando-se de maneira contrária à nova escola que chegava em terras brasileiras, enquanto a maioria de seus adversários se mostrava entusiasmada com as novidades

⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, “Cartas Egípcias”, 03 de maio de 1878.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ *O Cruzeiro*, “Notas Semanais”, 07 de julho de 1878. O exemplar no periódico desta data encontra-se gravemente mutilado. Portanto o texto da crônica foi consultado em: ASSIS, Machado de. *Notas Semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. pp.143-254.

surgidas no campo literário. Uma segunda questão refere-se à tônica das discussões que emergiram naquele ano de 1878: os escritores envolvidos pareciam mais preocupados em discutir questões estéticas trazidas pelo realismo e interferir nos rumos da literatura brasileira do que em elencar passagens que comprovariam o teor moral ou libertino de *O primo Basílio*. Essa é, ao menos, a impressão que fica ao acompanhar cronologicamente o desenvolvimento do debate.

Outras conclusões são encontradas quando a trajetória de pesquisa é diferente ou em função dos interesses de cada estudioso. José Leonardo do Nascimento, por exemplo, comenta que Machado se mostrava preocupado, em 1878, com o futuro da literatura brasileira, mas não aprofunda as implicações políticas e sociais que estavam imbricadas nessa discussão empreendida pelo literato. O historiador explicitamente afirma que essa não era sua preocupação, quando comenta que

A recepção crítica de *O primo Basílio* estendeu-se aos aspectos éticos (especialmente moralistas), históricos (noção de mudança social) e estéticos ou artísticos. Entre todos eles, importam-nos sobretudo as questões estéticas, as concepções do objeto artístico em geral e literário, em particular.⁶⁰

Esse olhar privilegiando determinadas questões acaba, contudo, por gerar alguns impasses. É o caso, por exemplo, da ideia de que a “discussão literária, que caracterizou a primeira metade do ano de 1878 no Brasil, desenrolou-se sobre o fundo da escravidão, ao qual em nenhum momento fez alusão.”⁶¹ Em virtude do interesse em comprovar o teor fortemente literário do debate, Nascimento procura demonstrar que os participantes da polêmica se esquivaram de tratar de assuntos que transcendessem essa esfera. No entanto, a presença do tema da reivindicação da verdade para determinados escritos foi item presente na contenda de 1878. Essa questão, aliada a discussões em torno do cientificismo, voltaria a aparecer na polêmica que Machado e seus pares travaram nos dois anos subsequentes, nas páginas da *Revista Brasileira*. Nesses escritos, fica clara a

⁶⁰ NASCIMENTO, Op.cit., p.85.

⁶¹ Idem, p.78.

importância da manipulação da ideia de verdade e da definição dos limites da ciência em textos literários, e as implicações políticas e sociais que estavam imbricadas nesses atos.

Daniela Magalhães da Silveira apontou para o subtexto que pode existir em escritos aparentemente inofensivos. Ao analisar os contos de *Papéis Avulsos* em sua versão publicada ainda nos jornais, a historiadora percebe que havia um esforço por parte de Machado em mostrar como a recorrência ao discurso científico estava ligada às novas políticas de dominação desenvolvidas no final do século XIX. Essa estratégia, segundo Silveira, vinha sendo utilizada pelo literato desde seus escritos críticos e literários da década de 1870. Nessas obras Machado buscava incutir no leitor a percepção de que as escolhas narrativas de determinados autores, especialmente aqueles envolvidos com a disseminação do pensamento cientificista da época, podiam trazer como resultado a desconsideração de diferenças sociais. Em suma, a estudiosa dos contos de Machado de Assis mostra que

Retórica e ciência pareciam então caminhar juntas [...] entre os anos 1870 e 1880. O ofício de escritor de folhetins e organizador de livros permitia a Machado de Assis a elaboração de narrativas que discutiam o fazer literário e, por conseguinte, as práticas de dominação social que elegiam no discurso científico seus subsídios.⁶²

Em outros estudos, o privilégio de determinados argumentos escritos por Machado de Assis em *O Cruzeiro* leva à ideia de que a polêmica travada entre intelectuais brasileiros em 1878 teve por foco discutir questões morais da literatura realista. Assim, Paulo Franchetti, ao destacar que Eleazar caracterizou como defeito “grave”, “gravíssimo” de *O primo Basílio* o aspecto imoral do livro, conclui que o teor libertino do romance era o “ponto central da crítica de Eleazar.”⁶³

De modo análogo, Beatriz Berrini e Silvia Maria Azevedo defendem que o tema principal de discussão naqueles artigos escritos no primeiro semestre de 1878 e dedicados à apreciação crítica de *O primo Basílio* era a questão moral. Todavia, em seu

⁶² SILVEIRA, Op.cit., p.127.

⁶³ FRANCHETTI, Paulo. “*O primo Basílio* e a Batalha do Realismo no Brasil”. *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007. p.174.

percurso analítico as autoras retiram algumas fontes do conjunto que originalmente constituíam. Assim, para tomar um exemplo que escape dos pontos aqui apresentados, Berrini e Azevedo pretendem mostrar como a torpeza de *O primo Basílio* ainda era motivo de ressalvas décadas depois de sua primeira aparição. Elas comentam que, por ocasião da morte de Eça de Queirós, surgiram na imprensa fluminense várias notas homenageando o autor e sua obra. Até que se deparam com a “Croniqueta” de 24 de agosto de 1900, espaço da revista feminina *A Estação* em que eram comentados os acontecimentos da quinzena. A coluna era assinada por Eloy, o herói, pseudônimo de Artur Azevedo. Nessa ocasião, o autor escreveu sobre Eça que “Tudo quanto lhe saía das mãos tinha um admirável requinte de forma, que encantava, que extasiava”. Por tal razão seu nome seria eternamente respeitado. Porém, o ponto central para as autoras era o fato de que, a despeito dos mais de vinte anos transcorridos, o autor do folhetim continuava a ressaltar a inadequação de *O primo Basílio* para as leitoras:

Não creio que nenhuma das minhas leitoras desconheça a obra do grande romancista português, exclusão feita do *Primo Basílio* e do *Crime do padre Amaro*, que pertencem a uma literatura pouco recomendada às senhoras.⁶⁴

Essa suposta não recomendação trazida pela “Croniqueta”, que indicaria a permanência de um cuidado pudico entre os críticos literários do Oitocentos se estendendo para além da morte de Eça, pode ser compreendida de maneira diversa. Tomando-se outros textos da mesma coluna percebe-se que era prática recorrente naquele espaço o cronista negar indicações quando na verdade intencionava dar publicidade a determinados temas. Ou seja, na prática, o autor fazia o oposto do que pregava. Assim, frequentemente Eloy, o herói dava notícia de acontecimentos políticos dizendo que não deveria tratar daquele tema no periódico em questão, visto que, supostamente, suas leitoras não se interessariam por tais assuntos. Apesar das ressalvas constantes, praticamente não havia crônica em que a política estivesse ausente daquelas linhas.

⁶⁴ *A Estação*, “Croniqueta”, 24 de agosto de 1900.

Caso muito semelhante ao citado por Berrini e Azevedo apareceu alguns anos antes, quando o autor da “Croniqueta” dissertou acerca do romance *O cortiço*. Vejamos as palavras exatas que foram publicadas:

A população inteira lerá, cuidado, dois livros que estão a sair do prelo: *O cortiço*, grande romance naturalista de Aluísio Azevedo, e *Ondas*, poesias de Luiz Murat.

Não tomarei a liberdade de aconselhar às leitoras da *Estação* a leitura da obra audaz, inflexível e vigorosa que vai publicar o ilustre romancista; em compensação, peço-lhes que reservem na sua cestinha de costura um lugar para o livro de Murat [...].⁶⁵

Era uma não recomendação com todos os elementos de uma recomendação de fato: o autor de *O cortiço* era um “ilustre romancista”, a obra era “audaz, inflexível e vigorosa”, e o cronista confiava que toda a população leria o romance. A curiosidade das leitoras já estava, provavelmente, aguçada. É difícil crer que a ressalva (“não tomarei a liberdade de aconselhar às leitoras da *Estação* a leitura da obra”) sobrepujasse todos os elogios que foram a ela dedicados.⁶⁶ O motivo que fazia Eloy, o herói agir assim com relação a *O cortiço* devia ser muito semelhante às razões que o levaram a dizer que *O primo Basílio* não era literatura indicada às senhoras: tanto Aluísio Azevedo quanto Eça de Queirós retratavam em seus textos um ambiente de moral adversa àquela com que se desejava que as finas assinantes do periódico de modas e literatura tivessem contato.

Esse longo parêntesis mostra que o comentário de Eloy, o herói, em 1900, não pode ser tomado de maneira literal. De fato, é pouco provável que o cronista efetivamente acreditasse que depois de tanta publicidade recebida por *O primo Basílio* em decorrência dos debates havidos sobre ele, da ampla tiragem que teve o livro e de ter sido inclusive adaptado para o teatro e encenado na Corte, todo o público feminino tenha se mantido alheio ao teor daquela narrativa ficcional. A hipótese de que o autor da coluna de *A Estação* apenas encontrou uma estratégia para lembrar a existência do livro às leitoras, sem ser

⁶⁵ *A Estação*, “Croniqueta”, 31 de dezembro de 1889.

⁶⁶ Sobre a análise da “Croniqueta” da revista *A Estação*, ver: MEGID, Daniele Maria. *Mulheres de jornal: personagens femininas em romances-folhetins de Machado de Assis*. Monografia de bacharelado em História. IFCH/Unicamp, Campinas: 2009.

acusado de fazer recomendações inapropriadas, é plausível, mas se torna mais consistente quando considerada a trajetória do escritor nesse periódico ao longo dos anos.

Algo semelhante ocorre com a participação de Machado de Assis nas discussões surgidas em sua época a respeito das novas possibilidades disponíveis à literatura brasileira. O literato escreveu dois artigos bastante combativos especificamente dedicados a esse tema no primeiro semestre de 1878. Depois, ainda que o debate tenha continuidade pela ação de outros colegas, Machado pareceu se calar. Retomaria sua carreira como crítico literário no ano seguinte, com o artigo “A Nova Geração”, o último do gênero escrito pelo autor. É difícil crer, no entanto, que após demonstrar postura tão engajada com relação aos rumos da literatura nacional, o escritor se ausentasse dos desdobramentos da discussão. Antes, a publicação das *Memórias póstumas de Brás Cubas* apenas alguns meses mais tarde, iniciada já em 15 de março de 1880, parece ter forte relação com toda a contenda que a antecedeu.

Apesar de soar factível, essa relação entre as discussões em torno do realismo e o surgimento das *Memórias póstumas* não foi perseguida com afinco pela fortuna crítica machadiana. A hipótese mais recorrente encontrada na bibliografia trabalha estritamente com dados biográficos para explicar as mudanças que esse romance trouxe para a carreira literária de Machado de Assis. A versão que se consolidou com mais força foi a de Lúcia Miguel Pereira.

Segundo a biógrafa de Machado, foram a enfermidade enfrentada pelo autor em 1878 e o seu recolhimento em Nova Friburgo para tratar da saúde os fatores responsáveis pela escritura do romance que tradicionalmente marca o início da segunda fase da carreira literária do escritor:

Esse retiro forçado parece ter sido de grande importância na sua vida. Entre *Iaiá Garcia* e as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, entre o romancista medíocre e o grande romancista, existiu apenas isso: seis meses de doença de Outubro de 1878 a Março de 1879, três dos quais passados na roça.⁶⁷

⁶⁷ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis. Estudo Crítico e Biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p.189.

Não eram as mudanças políticas pelas quais passava o Brasil, a decepção frente ao fracasso das leis que restringiam a escravidão, as críticas recebidas como Eleazar ou os embates literários travados com Sílvio Romero na *Revista Brasileira*. Para Pereira, a crise de saúde que sofreu Machado de Assis em 1878 explicava as novidades de sua ficção a partir das *Memórias póstumas*.

Para ponderar a validade da análise da autora, é necessário compreender melhor sobre quais pilares ela se apoia para conferir inteligibilidade à vida de Machado. Lúcia Miguel Pereira objetivava criar um Machado que pudesse ser compreendido como exemplo de superação, personagem cuja trajetória fosse explicada a partir da chave da luta para sobrepujar “a doença insidiosa e implacável”, “a pobreza” e a “maldição da cor humilhante”. Nas palavras da própria biógrafa, era uma busca por demonstrar como um “mulatinho feio”, “pobre” e “doente”⁶⁸ conseguiu vencer tais obstáculos para se estabelecer como o grande literato brasileiro do século XIX.

Para a autora, que se encontrava bastante influenciada pela expansão de ideias médicas e psiquiátricas no momento em que escrevia a biografia machadiana, os rumos da vida do literato brasileiro podiam ser explicados satisfatoriamente em termos de doença e nevropatia. Na atualidade, essa análise não parece suficiente. Surgem, então, diferentes frentes indicando que esse tema – as razões que teriam levado Machado a escrever *Memórias póstumas de Brás Cubas*, romance que no âmbito da estrutura narrativa é significativamente diferente do anterior *Iaiá Garcia* – precisa ser analisado mais a fundo. Os comentários a esse respeito, contudo, aproximam-se mais de observações passageiras e sugestões para pesquisas futuras do que propriamente de indicações que tornem mais complexa a abordagem do problema.

Nesse sentido, Beatriz Berrini e Silvia Maria Azevedo comentam que

Deve-se lembrar que *Iaiá Garcia* é do início de 1878, antecedendo de um mês no máximo a publicação de *O primo Basílio*, note-se. Além disso, a primeira edição em livro de *O crime do padre Amaro*, bastante divulgada no Brasil, é de 1876, ou seja, é dois anos anterior a *Iaiá Garcia*. As *Memórias póstumas de Brás Cubas* começaram a ser publicadas em

⁶⁸ Adjetivos como esses ou semelhantes, fazendo menção à cor, à posição social de nascimento e à doença de Machado de Assis são usados com certa constância na biografia de Lúcia Miguel Pereira. PEREIRA, Op.cit.

folhetim na *Revista Brasileira* em 1880 e, em 1881, foi editado o livro, Machado não parece ter ficado imune íntima e exteriormente à literatura criada por Eça.⁶⁹

Paulo Franchetti lança a questão mas, quando parece que trará a resposta, encerra seu artigo:

No momento, registro apenas que do exposto parece razoável supor que a crise que Machado viveu em 1878 nasceu também de um impasse propriamente literário, que se poderia resumir nesta pergunta: como abandonar a linha romântica desenhada de *Ressurreição* (1872) até *Iaiá Garcia* sem adotar a forma e o estilo do romance realista? A resposta de Machado parece ter sido pôr em prática o que reclamava no final da resenha de *O Primo*: voltou ele mesmo a beber as águas de Garret e Herculano, além de Camilo (e até águas situadas mais acima na corrente, como as de Sterne e De Maistre), para dar a volta em que ficaria assente a sua genialidade, com *Memórias póstumas de Brás Cubas*.⁷⁰

Daniela Magalhães da Silveira, por sua vez, chega mais perto de sugerir trajetória a ser perseguida para melhor entender o surgimento das *Memórias póstumas*:

Aquele momento e a publicação da *Revista Brasileira*, com a reunião de colaboradores discordantes entre si, propiciaram abordagem de temas outrora deixados num segundo plano. Esse romance pode ser entendido como continuação das discussões começadas no artigo “A nova geração”.⁷¹

A partir disso, fica patente que a melhor compreensão das inovações trazidas pelas *Memórias póstumas de Brás Cubas* e do sentido crítico do romance depende de radicar o texto em seu momento de produção e de analisá-lo em conjunto com outros artigos e autores com os quais Machado de Assis dialogava enquanto escrevia aquela que é, na atualidade, considerada uma das maiores obras da literatura brasileira. A polêmica em torno da recepção do realismo em que o escritor se envolveu enquanto folhetinista do jornal *O Cruzeiro* auxilia a mapear das questões que inquietavam o literato brasileiro no último quartel do século XIX. Elas, reunidas a seus desdobramentos e a novos pontos de embate

⁶⁹ BERRINI; AZEVEDO, Op.cit., p.305.

⁷⁰ FRANCHETTI. “*O primo Basílio* e a Batalha do Realismo no Brasil”, Op.cit., p.191.

⁷¹ SILVEIRA, Op.cit., p.91.

que seriam trazidos pelos colaboradores da *Revista Brasileira*, podem indicar o posicionamento adotado por Machado frente a esse quadro. Finalmente, após todo o percurso analítico, talvez seja possível perceber de que forma *Memórias póstumas de Brás Cubas* pode ser lido como uma resposta altamente refinada que Machado de Assis elaborou para marcar sua oposição frente a opções estéticas que, na época, misturavam-se a questões políticas e sociais.

CAPÍTULO 2

ESPAÇO DA CONTENDA: A *REVISTA BRAZILEIRA*

Como vimos, no primeiro semestre de 1878 Machado de Assis se envolveu em inflamada contenda em torno da escola realista que começava a entusiasmar escritores brasileiros e influenciar os rumos da literatura nacional. A posição combativa de Machado com relação a características trazidas pela nova corrente literária – como o privilégio de um excesso de descrição em prejuízo de um empreendimento narrativo mais complexo; a presença de cenas consideradas pouco pudicas para a época; o recurso a discursos disponíveis no período, como o científico, para estabelecer uma relação entre a nova escola e a ideia de uma verdade objetiva – pôde ser percebida em diferentes gêneros de texto praticados pelo autor. O literato apresentou suas primeiras opiniões em artigos críticos que publicou no jornal *O Cruzeiro* sob o pseudônimo de Eleazar, mas não abandonou a postura combativa em suas outras produções do período, como a série de crônicas “Notas Semanais” e os contos que escrevia para o mesmo jornal.⁷²

O debate foi tão intenso que seus desdobramentos não se restringiriam ao ano de 1878 ou ao jornal *O Cruzeiro*. No ano seguinte, Machado iniciava sua colaboração para uma publicação que ressurgia em nova fase, a *Revista Brasileira*. Periódico que privilegiava a divulgação de textos voltados às ciências e às letras, a polêmica em torno do realismo não ficou ausente de suas páginas. Nem o autor de “Círculo Vicioso”, primeira contribuição de Machado de Assis para a *Revista Brasileira*, se manteria alheio a essa discussão. De início, o escritor concentrou seus posicionamentos relativos à recepção do realismo no Brasil e às recentes produções literárias desenvolvidas em território nacional no artigo crítico “A Nova Geração”. O texto abriu o último fascículo da *Revista* no ano de 1879 e teve grande repercussão entre os demais colaboradores do periódico. Parecia que começava uma nova versão das intermináveis réplicas e trélicas que caracterizaram as discussões de 1878 em torno da Batalha do Realismo.

⁷² A respeito da relação entre a polêmica em torno do realismo e contos escritos por Machado em 1878 ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

A previsão, contudo, não se concretizou. Aquele foi o último artigo sobre crítica literária que Machado de Assis publicou. As páginas da *Revista Brasileira* ainda foram ocupadas por novas produções do gênero que se dedicaram à mesma temática, respondendo, de maneira indireta, às colocações de Machado, mas ele não tornou a se manifestar. Ao menos não de maneira explícita. O literato parecia cansado da responsabilidade de defender seus argumentos a respeito de estrutura e protocolos narrativos. Encontrou, então, uma nova abordagem que permitiu que permanecesse no debate, mas o isentava de estar alerta a todas as críticas recebidas e rebatê-las prontamente com a elegância e sisudez esperada de um dos maiores literatos do momento. O crítico empunhou sua pena de romancista e, saindo do campo da discussão teórica, apresentou a seus contadores e ao público a sua resposta empírica: *Memórias póstumas de Brás Cubas*. A obra ficcional retomava os principais pontos da polêmica travada em 1878 e das disputas nas páginas da *Revista Brasileira*. Para compreender como o romance pode ter sido escrito com a intenção de produzir mais um texto combativo – dessa vez com roupagem de obra-prima – acerca do cenário literário brasileiro que se modificava e, mais relevante ainda, para melhor avaliar a possibilidade de essa obra ter sido recebida por seus primeiros leitores nesses termos, é necessário conhecer as redes de interlocução dela em seu momento de escritura. Em outras palavras, é essencial inserir as *Memórias póstumas* em seu suporte de publicação original e buscar perceber como esse texto ficcional se relacionava com o que havia de literário ou não na *Revista Brasileira*.

2.1. Primeiras intenções: o periódico se apresenta

O Brasil conheceu, desde 1855, vários periódicos que tiveram sua publicação iniciada e interrompida sob o nome de *Revista Brasileira*. O veículo de imprensa editado por Nicolau Midosi teve seu surgimento em junho de 1879 e trouxe a público edições quinzenais até junho de 1881.⁷³ Foi nesse período, entre 15 de março e 15 de dezembro de 1880, que as *Memórias póstumas de Brás Cubas* ocuparam as páginas da *Revista*.

⁷³ Não é possível afirmar que todos os periódicos que apareceram com o título de *Revista Brasileira* sejam uma mesma publicação que se apresentou em diferentes fases. No entanto, quando em 189 volta a ser

Durante o período em que o romance machadiano apareceu, a *Revista Brasileira* era publicada em fascículos com formato de livro. Desse modo, após determinado tempo de publicação esses números poderiam ser reunidos em tomos, ação que permitiria um eventual retorno futuro às páginas do periódico, aproximando a *Revista* mais dos livros que compunham a biblioteca de seus leitores do que dos jornais da imprensa diária, mais efêmeros.

Os números da *Revista* eram quinzenais, e publicados com as datas do 1º e 15º dias de cada mês. Cada seis fascículos – o que correspondia a três meses – formavam, após encadernação, um tomo único. O número de páginas que compunha cada fascículo era bastante variado. Em média, cada publicação tinha algo em torno de 80 páginas. Reunidos os seis números que compunham um tomo, formavam um volume de aproximadamente 500 páginas. O que determinava o tamanho exato de cada exemplar da *Revista Brasileira* era o número e extensão dos artigos que a integravam. Sobre esse quesito os editores da publicação faziam questão de afirmar que não interferiam na estrutura dos textos recebidos.

publicada uma revista com este nome, sob direção de José Veríssimo, o artigo de apresentação do periódico traz o seguinte comentário: “É esta a terceira publicação que com igual título de *Revista Brasileira* vem a lume. É agradável acreditar que a insistência no tentamen de fazer viver um periódico desta espécie e com este título corresponde a uma necessidade e satisfaz uma aspiração: a necessidade de dar um órgão à vida espiritual brasileira e a aspiração de ser esse órgão, cujos intuitos o título repetidamente escolhido por si só define.” Em seguida, o autores (que se apresentam como a “Direção” da *Revista*) fazem uma breve retrospectiva do caráter assumido pelos periódicos que o antecederam (neste artigo, há o reconhecimento de apenas dois empreendimentos editoriais anteriores da *Revista Brasileira*, em 1857-1861 com Candido Baptista de Oliveira, e em 1879-1881 com Nicolau Midosi). No artigo da direção da *Revista Brasileira* em 1895, considera-se que essa primeira iniciativa do periódico, em 1857, teve “uma feição talvez demasiado científica e técnica”. Já no momento seguinte, a *Revista* teria deixado por marca o “brilho com que se desempenhou da sua tarefa” e o “muito que fez pelas nossas letras”. A nova *Revista Brasileira* que saía em 1895, enfim, afirmava: “Sai agora pela terceira vez a *Revista Brasileira*. Não tem com as suas gloriosas antecessoras senão o laço dos mesmos ideais. Com ela pretende servir, com dedicação e sinceridade, a causa da cultura nacional.” Com este artigo de apresentação à nova *Revista*, a direção marca suas diferenças para com os periódicos de mesmo nome que a antecederam, bem como reafirma ter determinados objetivos que remetem aos defendidos pelos grupos editoriais anteriores. Em todo o caso, tendo ou não se efetivado uma continuidade entre as revistas que permita falar em um mesmo empreendimento editorial que apresenta diferentes fases ao longo do tempo, percebe-se na publicação dirigida por José Veríssimo um esforço por estabelecer um vínculo entre as publicações das quais ele tornava a emprestar o nome. Este artigo foi publicado em: *Revista Brasileira*, “Revista Brasileira”, 1895. pp.1-3. Após o período em que a *Revista* foi editada por José Veríssimo, periódicos com o mesmo título ainda reapareceram nos seguintes momentos: 1934-1935, por Baptista Pereira; 1941-1948 e 1958-1966, por Levi Carneiro; 1975-1990, por Josué Montello; e, finalmente, de 1994 em diante, sob comando de João de Scatimburgo. Os dados a respeito dos diferentes momentos de surgimento de periódicos sob nome de *Revista Brasileira* foram retirados de: ARANTES, Daniel Essenine Takamtsu. *Literatura e imprensa: a Revista Brasileira – quarta fase (1895-1899)*. Monografia de Conclusão de Curso. IEL/Unicamp, Campinas: 2010.

Em carta inserida ao final da publicação de 15 de março de 1880, eles comentam que “nunca pedimos aos redatores da *Revista* que resumissem ou reduzissem os seus trabalhos, nunca lhes regateamos espaço.”⁷⁴

De fato, o tamanho de cada artigo oscilava muito. Houve a publicação desde poemas ou comentários curtos de poucas páginas, até romances e artigos extensos, que tiveram de ser serializados no decorrer de vários números. Para se ter ideia da dimensão que um artigo de *Revista Brasileira* poderia atingir, pode-se citar o trabalho de Sílvio Romero, “A poesia popular no Brasil”, cuja publicação teve início em 1º de junho de 1879, junto com o reaparecimento da *Revista*, e se estendeu até o 7º tomo, no fascículo de 1º de janeiro de 1881. Com o intuito de facilitar o acompanhamento da leitura dos textos sem gerar confusões, os artigos que teriam continuidade em números posteriores encerravam-se com a marca “(Continua)”, e quando se chegava ao último texto da série inseria-se a palavra “FIM”.

Também era apenas ao final de cada artigo que se colocava o nome do autor responsável pelas páginas antecedentes. O fato de os textos serem todos assinados facilita a identificação dos colaboradores da *Revista* e das pessoas envolvidas em polêmicas que foram constantes ao longo do período de existência do periódico. Nas últimas páginas de cada tomo publicava-se uma lista com todos os artigos e respectivos autores que compuseram aquele volume.

De modo geral, esses intelectuais tinham por objetivo, assim como anunciado pelo programa da *Revista*, educar o público leitor, tanto no que se referia ao desenvolvimento do gosto literário, quanto com relação à ampliação do conhecimento científico. Para eles, esse papel transcendia a função de proporcionar algumas horas de lazer a seus leitores. Segundo Moema de Rezende Vergara, ao tratar da *Revista Brasileira*, a “relação entre ciência e literatura, no caso brasileiro, constituiu um dos caminhos pelos quais a elite letrada expressou sua intenção de conduzir, de uma posição privilegiada, a recente nação brasileira.”⁷⁵

⁷⁴ *Revista Brasileira*, 15 de março de 1880. p.IV.

⁷⁵ VERGARA, Moema de Rezende. “Ciência e literatura: a *Revista Brasileira* como espaço de vulgarização científica”. *Sociedade e cultura*. Ano/Vol. 7, n.001. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2004. p.87.

Assim, por um lado o Dr. Luiz Couty, no artigo de abertura da série que publicou na *Revista* e que seria dedicada às últimas descobertas da ciência, com o intuito de informar os jovens brasileiros e, porventura, despertar neles a vocação da carreira científica, afirmava:

Os nossos artigos serão curtos, porque desejamos que sejam lidos; entretanto, não nos esquecendo de que escrevemos para homens instruídos, não procuraremos simplificar as questões e pô-las, conforme se diz, ao alcance de todos. Terão eles um fim único, perfeitamente definido: discutir e estudar desde já o que denominei – a ciência no Brasil.⁷⁶

A. H. de Souza Bandeira Filho, por sua vez, dissertando no mesmo periódico a respeito das letras nacionais, ainda que reconhecesse o atraso em que o país se encontrava nesse campo, ressaltava a importância do trabalho do crítico em apresentar soluções para aquela situação:

Há um ponto pois em que todos estão de acordo: é o nosso atraso; fazer disso uma questão é perder tempo com banalidades. O que convém é não cair em extremos: censurar sistematicamente, ou condenar tudo sem lembrar um meio ao menos de sair da situação que lastimamos. De que serve fazer ruínas para nada edificar no lugar delas? Seria imperdoável pobreza de espírito; e quem se reputa incapaz de criar alguma cousa, não tem o direito de destruir cousa nenhuma.⁷⁷

Percebe-se que a função que os colaboradores da *Revista Brasileira* se atribuíam era mais ampla do que meramente criar um campo para o debate intelectual. A uniformidade de objetivos e de inclinação política que aqueles homens de letras pretendiam forjar para si é assumida por Angela Alonso como a marca da chamada Geração de 70. A autora mostra como no Brasil oitocentista as instituições intelectuais estavam ligadas à carreira pública, e se preocupavam com a criação de uma nacionalidade brasileira que condissesse com as instituições políticas do país. O impasse é que tal argumento acaba por conduzir a análise à conclusão de que a Geração de 70 era formada não por membros contemporâneos entre si, mas por intelectuais empenhados em contestar o Império. Alonso

⁷⁶ *Revista Brasileira*, “Os estudos experimentais no Brasil”, 1º de novembro de 1879. p.238.

⁷⁷ *Revista Brasileira*, “Uma renovação literária entre nós”, junho de 1879. p.81.

defende, por exemplo, que a marca dessa Geração é menos a preocupação por utilizar “ideias europeias para construir teorias abstratas”, do que a intenção de recuperar tais questões para elaborar uma “contestação política do Segundo Reinado”, esse sim o ideal unificador daqueles sujeitos.⁷⁸ A coerência que a autora identifica no movimento parece ser em muito devedora do modo como aqueles intelectuais pretendiam se apresentar. De todo modo, esse estudo sobre a Geração de 70 ajuda a perceber os limites fluidos entre o mundo político e o mundo das letras nas décadas finais do século XIX brasileiro. Os autores que participaram da elaboração da *Revista Brasileira* entre os anos 1879 e 1881 deixam transparecer essa fluidez em seus escritos, ao permitirem que suas intenções políticas possam ser depreendidas de seus posicionamentos científicos e literários.

Se a identificação dos colaboradores é informação fornecida pelo periódico e seus posicionamentos ficam claros à medida em que vão surgindo novos números da *Revista*, o mesmo não ocorre com o grupo editorial responsável pela publicação. O único nome que aparece nas primeiras páginas de cada tomo como sendo o editor da *Revista Brasileira* entre 1879 e 1881 é o de Nicolau Midosi.⁷⁹ É apenas no final do terceiro volume, nas últimas páginas do fascículo de 15 de março de 1880, que são encontrados mais detalhes a respeito dos sujeitos envolvidos na publicação do periódico. Eles vêm a público, por meio de uma carta coletiva, para responder a críticas que haviam sido publicadas contra a *Revista* na imprensa diária. A carta é assinada por Balduino Coelho, Candido Rosa, Franklin Távora, Moreira Sampaio e Nicolau Midosi.⁸⁰

⁷⁸ ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.86.

⁷⁹ Nessas páginas iniciais também é possível conhecer o endereço do escritório do periódico: Rua de Gonçalves Dias, nº47; e a tipografia pela qual ele era impresso: a Tipografia Nacional.

⁸⁰ Além desses, José Veríssimo, em artigo que abre a *Revista Brasileira* do período que se inicia em 1895, comenta que Borges Carneiro também fez parte do grupo que ficou responsável pela publicação da *Revista* entre 1879 e 1881. Segundo Moema de Rezende Vergara, todos esses intelectuais ocuparam cargos na Secretaria do Império e lá, provavelmente, reuniram-se e decidiram retomar o projeto da *Revista Brasileira* (VERGARA, Op.cit.). Mais informações sobre os integrantes do grupo editorial da *Revista Brasileira* podem ser obtidos em Sacramento Blake (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Edição do Conselho Federal de Cultura. 1970. 7 volumes. Fac-símile da edição de 1883 da Typografia Nacional) e no site da Academia Brasileira de Letras (www.academia.org.br). Franklin Távora (1842-1888) nasceu no Ceará e estudou direito na Faculdade do Recife, onde se formou em 1863. Desse período até 1874 viveu no Recife e lá advogou e ocupou cargos políticos. A partir desse ano transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi funcionário da Secretaria do Império e jornalista ativo. Em sua carreira literária escreveu romances com marcas regionalistas, tendo a partir de determinada fase a preocupação com a

Além da citada carta, um outro momento em que o grupo editorial se manifesta, dessa vez expondo os objetivos pretendidos com a publicação da *Revista*, é no programa que aparece na abertura do fascículo inaugural da fase sob comando de Nicolau Midosi. A publicação de um programa em todo periódico nascente era prática comum na imprensa da época. Nesse texto, os editores do jornal apresentavam a nova folha aos leitores: diziam quais eram suas preocupações, o tipo de conteúdo a que se dedicaria, a qual público se dirigia, além de fornecer também alguns dados a respeito da postura que seria defendida pelo periódico no quadro da imprensa brasileira. No caso do periódico de Midosi o programa se apresentou em forma de artigo intitulado “A Revista Brasileira”, cuja autoria não é explicitamente apontada, mas que, em função do conteúdo do próprio texto, pode ser identificada com certa segurança como sendo o corpo editorial do periódico.

O programa segue a estrutura tradicional para esse tipo de texto. A abertura consta de uma apresentação a respeito do contexto brasileiro nos campos intelectual e científico. Nela, os autores atestam que o Brasil não possuía uma situação de destaque entre os povos civilizados. Há, porém, a ponderação de que não se pode exigir dos povos que adentraram recentemente nas lutas pelo progresso o mesmo nível de desenvolvimento encontrado nas nações da “primeira linha da humanidade”, as quais gozavam de situação de vantagem devido ao “patrimônio de muitas épocas, desenvolvimentos e civilizações.”⁸¹

Após a constatação desse quadro, há a inserção da opinião dos autores a respeito do que acabaram de narrar. Nesse caso, trata-se de uma crítica às consequências advindas do pouco desenvolvimento cultural brasileiro. Os editores lamentam que

reconstituição do passado pernambucano. José Marcelino Moreira Sampaio nasceu em 1820 na Bahia. Formou-se em matemáticas e foi lente do Liceu Provincial, tendo feito seus estudos na Europa. Nicolau Midosi (1838-1889) nasceu no Rio de Janeiro e foi subdiretor da terceira Secretaria do Império. Além disso, Sacramento Blake também destaca outras ocupações de Midosi: comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de S. Gregório Magno de Roma, oficial da Academia da França e condecorado com a medalha de 3ª classe do busto de Simão Bolívar. Joaquim Borges Carneiro nasceu no Piauí em 1853 e iniciou sua educação literária em Pernambuco. Concluiu seus estudos no Rio de Janeiro, tornando-se bacharel em direito. Foi oficial aposentado da Secretaria do Império, além de secretário particular do primeiro ministro do interior no regime republicano. Dedicou-se desde os 16 anos ao magistério, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, tendo atuado em diversas áreas do conhecimento, como português, filosofia, pedagogia, francês, matemáticas, geografia e história do Brasil. Além de haver participado do projeto da *Revista Brasileira*, também foi redator do periódico *Repórter*, em 1879, e redator chefe da *Semana*, em fins de 1887. A respeito dos outros dois editores, Balduino Coelho e Candido Rosa, não foram encontrados dados biográficos.

⁸¹ *Revista Brasileira*, “A Revista Brasileira”, 1º de junho de 1879. p.5.

O povo brasileiro – não é sem mágoa que o dizemos – posto que deva desempenhar em período talvez não muito remoto o papel importante no teatro do mundo, não está ainda preparado para consumir o livro, substancial alimento das organizações viris e fortemente caracterizadas.⁸²

Em seguida à lamúria, a solução: a publicação da *Revista Brasileira*. O empreendimento editorial era compreendido por seus idealizadores como “transição racional do *jornal* para o *livro*”. Eles acreditavam que o público brasileiro não estava preparado para consumir livros, obras de grandes extensões e dedicadas a temas específicos de forma muito aprofundada. Por outro lado, o jornal, com suas notas rápidas noticiando muitas e variadas ideias, não permitiria o desenvolvimento gradual do gosto literário e do conhecimento. A *Revista*, assim, apresentava-se como “a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhe são necessários para ascender a superior esfera, no vasto sistema das luzes humanas.”⁸³

Além desse, um outro objetivo da *Revista Brasileira* era trazer a lume publicações de intelectuais brasileiros, muitas vezes desconhecidos entre seu próprio povo. A intenção era não apenas capacitar novos leitores para a nação desenvolvida que o Brasil deveria vir a ser, como também despertar o gosto pela ciência e pelas letras em outros conterrâneos. A *Revista*, desta forma, colocava-se como um espaço de divulgação de ideias e de incentivo à ampliação do grupo de intelectuais que adquiriu tanta importância a partir dos anos 1870.

A tentativa de ver o periódico bem recepcionado pelo público também levou os editores a incluírem no programa a expectativa que teriam com relação a seus colaboradores. Afirmaram que, como o lançamento da *Revista Brasileira* coincidira com a estação parlamentar, esperavam que nos próximos números as folhas trouxessem “escritos primorosos dos nossos primeiros talentos políticos”.⁸⁴ A afirmação lisonjeira também poderia incentivar a submissão espontânea de textos para a publicação, contribuição tão

⁸² Idem.

⁸³ Idem, p.6.

⁸⁴ Idem.

valiosa para a sobrevivência de um periódico nascente, especialmente num período em que os retornos financeiros advindos da participação na imprensa não eram significativos.

Por fim, os autores do programa reafirmaram a esperança que depositavam no novo empreendimento editorial. Acreditavam que

a vitória que possamos vir a alcançar redundará em proveito dos nossos descendentes, que hão de achar mais curto o caminho entre o vale, onde estamos, e a eminência que o futuro lhes reserva para assento da sua felicidade e da sua glória.⁸⁵

De forma relativamente surpreendente, visto que programas de periódicos no século XIX já nasciam quase sempre fadados ao fracasso das ideias inaugurais, o programa da *Revista Brasileira* parece ter sido em grande parte cumprido. As expectativas com relação a temas abordados e colaboradores envolvidos foram significativamente confirmadas no decorrer dos números publicados.

2.2 Quem lia? Ou: como reconhecer os leitores da *Revista Brasileira*

A *Revista Brasileira* é um periódico que, em um primeiro contato, permite conhecer muito pouco a respeito de seu público leitor. Informações como tiragem, procedimento para assinatura dentro ou fora da Corte, seções de cartas de leitores ou “A Pedidos” são todos elementos importantes para uma aproximação a esses leitores e correntemente encontrados em jornais do século XIX, mas estão ausentes das páginas da *Revista Brasileira*.

De qualquer modo, a busca por leitores da *Revista* apenas faz sentido caso haja a convicção de que, seja lá quem fossem esses leitores, eles existiam. Isso porque é corrente o discurso atual de que não havia leitores no Brasil oitocentista. Muitos estudiosos tomam de forma literal lamentações como a publicada por Machado de Assis em 1876, e acabam engrossando o coro daqueles que se recusam a procurar (ou a reconhecer) a existência de um público leitor no século XIX brasileiro:

⁸⁵ Idem, p.7.

[...] publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler.

Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos. As letras fizeram-se para frases; o algarismo não tem frases, nem retórica. Assim, por exemplo, um homem, o leitor ou eu, querendo falar do nosso país, dirá:

– Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo o seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas. Peço à nação que decida entre mim e o Sr. Fidélis Teles de Meireles Queles; ela possui nas mãos o direito superior a todos os direitos.

A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade:

– A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não leem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha – por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.

– Mas, sr. Algarismo, creio que as instituições...

– As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%”. A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na câmara: Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem...” dirá uma coisa extremamente sensata.

E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos, e ele tem o recenseamento.⁸⁶

Sem aprofundar em questões relativas à impossibilidade de se confiar plenamente em dados de censos do século XIX, nem apelar para a contradição que estaria inerente à postura de Machado em continuar produzindo um sem-número de textos caso acreditasse na existência de insignificante público leitor, outras informações podem ajudar

⁸⁶ ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. pp.85-86. (Crônica de 15 de agosto de 1876)

a rever essa questão. A própria *Revista Brasileira* traz um texto que contribui com mais informações para repensarmos o tema.

Franklin Távora, em artigo de sua série “Notas bibliográficas”, fez uma lista comentada de bibliotecas e locais para pesquisa disponíveis à sociedade fluminense naquele ano de 1879. A relação era ampla, fazendo menção

a Biblioteca Nacional, a Municipal, a Fluminense, a da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica, da Escola de Marinha, do Museu Nacional, da Academia das Belas Artes, do Instituto Histórico, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Mosteiro de S. Bento, dos Conventos de Santo Antonio e do Carmo, do Gabinete Português de Leitura, do Gabinete Inglês de Leitura e da associação *Germânica*, além de outras pertencentes a associações particulares, e algumas de homens de letras, são provas irrefragáveis a favor do gosto pelos adornos do espírito que aí se obtém gratuitamente.⁸⁷

O autor completou seu argumento apresentando outros dados acerca do tamanho do acervo de alguns desses estabelecimentos, e pareceu taxativo no que se refere à defesa da existência de público para eles:

Em novembro último foi [a Biblioteca Nacional] frequentada por 952 pessoas, que consultaram 960 obras, prova em favor da causa das letras. As outras bibliotecas da capital terão leitores? De algumas podemos dar o movimento relativo àquele mês. A Municipal, foi frequentada por 366 leitores, e a do Gabinete Português de Leitura por 264.⁸⁸

Se eram necessários números para fazer-se crer na realidade dos leitores no século XIX, Távora apresentava informações que faziam frente às do censo. Talvez os leitores não existissem na quantidade ou qualidade que desejariam os literatos. Porém, mesmo os mais queixosos como Sílvio Romero, se por um lado reclamavam que ao “império falta isto; o pouco que produzimos não é lido, nem tem saída no mercado à mingua de espírito literário e de coesão nacional”⁸⁹, por outro matizavam: “Nem tanto

⁸⁷ *Revista Brasileira*, “Notas bibliográficas”, 15 de dezembro de 1879. p.505.

⁸⁸ *Idem*, p.506.

⁸⁹ *Revista Brasileira*, “A literatura brasileira – suas relações com a portuguesa; o neo-realismo”, 15 de novembro de 1879. pp.285-286.

assim... Aqui também há livros e aqui também se estuda. Não nos queiram iludir com despropósitos.”⁹⁰

Apesar de todas as controvérsias e lamúrias, a existência de público leitor é algo incontestado, e mesmo a *Revista Brasileira*, periódico de caráter mais específico, contou com ele, ainda que não o possa comprovar com dados precisos e concretos. Sendo assim, a busca por conhecer melhor esses sujeitos, leitores reais ou plausíveis, necessariamente deve seguir por outra via.

Uma menção isolada que se encontra a respeito do público da *Revista Brasileira* está já no programa escrito pelos proprietários do periódico. Nele, diziam que a matéria da *Revista* era direcionada “aos espíritos, qualquer que seja o grau de instrução de cada um, a intensidade da sua convicção, a tendência do seu gosto, a ordem do seu interesse.”⁹¹ É necessário lembrar, no entanto, que o programa de um jornal não representa necessariamente a realidade. Essa observação acerca dos leitores, se aceita na íntegra, pode levar a crer que as matérias da *Revista Brasileira* eram acessíveis ao grande público e que, portanto, o periódico granjeou ampla recepção. Por outro lado, a mesma frase também pode ser compreendida como uma estratégia dos responsáveis pela *Revista*. Diziam que a futura publicação agradaria a um amplo espectro de leitores, com o objetivo de conquistar a simpatia do público e, mais importante, um considerável número de assinaturas. Afinal, delas dependia em muito a sobrevivência econômica de um jornal oitocentista. É a análise detida do conjunto do periódico que tornará uma das hipóteses mais aceitáveis do que a outra.

Na ausência de informações sobre tiragem, um dado numérico com o qual se pode trabalhar para analisar a questão do público é o valor da assinatura do periódico. Moema de Rezende Vergara informa que entre os anos 1879 e 1881 a assinatura anual da *Revista Brasileira* custava 10\$000.⁹² Em vistas de realizar uma comparação, pode-se citar valores de assinaturas anuais de outras publicações: a do *Jornal do Commercio* custava 30\$000; a da *Gazeta de Notícias*, 12\$000; e a da *Revista Illustrada*, 16\$000. A escolha desses três periódicos como exemplos carrega razões particulares. Enquanto o *Jornal do*

⁹⁰ Idem, p.286.

⁹¹ *Revista Brasileira*, “A Revista Brasileira”, 1º de junho de 1879. p.6.

⁹² VERGARA, Op.cit., p.78.

Commercio era uma publicação destinada à elite brasileira, a *Gazeta de Notícias* surgiu com a proposta de ampliar o acesso do público ao jornal, promovendo a venda avulsa e a redução nos valores de venda.⁹³ Por esse viés, constata-se que a assinatura da *Revista Brasileira* era inclusive mais barata do que a da *Gazeta de Notícias*. Porém, há que se considerar também a periodicidade do jornal. Nesse caso, o número de exemplares que um assinante da *Gazeta*, periódico diário, receberia é muito superior aos 24 fascículos anuais da *Revista Brasileira*. De qualquer modo, esses dados iniciais já indicam, ao menos, que a assinatura da publicação de Midosi possuía valor muito inferior ao do *Jornal do Commercio*, o que pode sugerir que talvez o público da *Revista* não fosse, em termos econômicos, tão específico quanto a elite assinante desse jornal diário.

A *Revista Illustrada*, editada por Angelo Agostini, por sua vez, representa um parâmetro interessante, pois assim como a *Revista Brasileira*, ela se dedicava a assuntos mais específicos e não era uma folha de circulação diária. Nesse caso, as comparações de preços de assinatura podem ser feitas mais diretamente. Enquanto a assinatura anual da *Revista Brasileira* custava 10\$000, para se receber pelo mesmo período a *Revista Illustrada* o leitor deveria desembolsar a quantia de 16\$000. Novamente a publicação dedicada às ciências e às letras se mostra menos dispendiosa. Em todo caso, é necessário ponderar que os custos para se reproduzir uma publicação ilustrada eram mais elevados do que os mobilizados por um jornal que não possuía gravuras, como é o caso da *Revista Brasileira*.

Uma outra informação leva a crer que os responsáveis pela *Revista Brasileira* acreditavam que compartilhavam de leitores semelhantes aos do empreendimento de Angelo Agostini. Em 28 de junho de 1879 a *Revista Illustrada* anunciou que recebera em sua redação o primeiro número da publicação de Nicolau Midosi. Enviar a esse periódico um exemplar da *Revista Brasileira* com o fim de noticiar a chegada da nova publicação à Corte apenas faria sentido se os editores acreditassem que, entre aqueles que acompanhavam o empreendimento de Agostini, alguns pudessem se tornar assinantes do jornal científico e literário. Periódicos com valores de assinatura semelhantes e igualmente

⁹³ Ana Flávia Cernic Ramos apresenta ponderações a respeito de até que ponto as medidas assumidas pela *Gazeta de Notícias* podem ser consideradas inovações para a imprensa diária da segunda metade do século XIX. Ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). IFCH/Unicamp, Campinas: 2005.

dedicados a temas específicos poderiam despertar o interesse de uma mesma parcela do público leitor.

Se a *Revista Brasileira* era, como propunham seus proprietários, uma “transição racional do *jornal* para o *livro*”, um outro dado comparativo pode ser interessante: o preço de um livro. No dia 14 de janeiro de 1881, pouco depois do término da publicação das *Memórias póstumas de Brás Cubas* de forma seriada no periódico editado por Nicolau Midosi, o *Jornal do Commercio* anunciou em sua página de classificados a venda desse romance em volume, pelo preço de 3\$000. Outros livros de Machado de Assis, como *Helena e Ressurreição*, apareceram no mesmo anúncio sendo comercializados a 2\$000 cada. Esses eram valores médios de livros, que costumavam custar entre 1\$000 e 2\$000.⁹⁴ Se pensarmos que, após reunidos os fascículos da *Revista Brasileira* em seus devidos tomos, a cada ano o assinante do periódico teria quatro volumes para integrar sua biblioteca, cada um deles custaria 2\$500. Ou seja: um tomo da *Revista* possuía não apenas formato, temas e estrutura semelhantes aos de um livro; seu valor também se aproximava ao das obras impressas comercializadas pelo mercado livreiro da época.

Se tais dados numéricos não permitem traçar um perfil conclusivo a respeito do público da *Revista Brasileira*, ao menos ajudam a delinear um esboço inicial desses leitores. Assim, parece não se tratar de um público tão popular quanto aquele que a *Gazeta de Notícias*, graças a suas estratégias de redução de preços, conseguiu angariar. Isso porque, na necessidade de se optar por uma única assinatura de periódico, muito provavelmente os investimentos dos leitores se voltariam para uma publicação diária e de temas os mais diversificados possíveis. Por outro lado, não era atípico que os leitores fluminenses assinassem mais de um jornal. Então, a *Revista Brasileira* não apresentava um custo tão elevado a ponto de impossibilitar que ela fosse escolhida como uma segunda assinatura.

Há mesmo razões para se crer que essa situação (de uma mesma pessoa assinar mais de um jornal, incluindo a *Revista Brasileira* entre suas aquisições) tenha ocorrido. Um caso em que isso se torna mais evidente pode ser encontrado na edição de 07 de março de

⁹⁴ Dado referente ao ano de 1881. Em 1876 o preço dos livros variava entre 2\$000 e 3\$000. LAJOLO, Mariza; ZIBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. p.320.

1880 na *Gazeta de Notícias*. Nela, foi publicado um “A Pedido” de Pacheco Junior, texto que motivou a escrita de uma carta-resposta pelos proprietários da *Revista Brasileira*, sendo a mesma incluída ao final do fascículo de 15 de março de 1880.

Em linhas gerais, o ocorrido foi o seguinte: Pacheco Junior era colaborador da *Revista Brasileira* e desde o primeiro tomo teve seus textos ocupando páginas da publicação. Sua participação foi iniciada com o artigo “A propósito de algumas teses”, em que o autor analisou etimologicamente a influência dos sons das letras na língua portuguesa, em muito se opondo às teses de Teófilo Braga.⁹⁵

O artigo seguinte de Pacheco Junior já foi o desencadeador de toda a polêmica. “Reforma da ortografia portuguesa” foi publicado no número de 1º de setembro de 1879, e retornou ao tema da etimologia da língua portuguesa. Assunto que agitava os espíritos da época, havia duas propostas diferentes para a reforma ortográfica. Uma defendia que a escrita seguisse a etimologia da palavra, outra insistia na necessidade de fixar a forma de grafar os termos tomando por base a fonética. Pacheco Junior era adepto da primeira corrente e defendeu energicamente essa teoria em seu artigo. O alvo principal das críticas foi Barboza Leão, que à época escrevia uma obra propondo as novas formas gráficas das palavras, a partir da ortografia sônica.⁹⁶

Quem respondeu em princípio às críticas de Pacheco Junior na *Revista Brasileira* foi Beaurepaire Rohan. Seu artigo foi publicado em duas etapas, em 15 de outubro e 1º de dezembro de 1879, e levava o mesmo título daquele escolhido por seu contendor.⁹⁷ Nele, Rohan ressaltou algumas restrições aos posicionamentos de Barboza Leão, mas também como ele defendeu a ortografia fonética, contestando um a um os argumentos de Pacheco Junior.

A contenda pareceu finalizada em 1º de março de 1880, quando o próprio atacado em primeira instância, José Barboza Leão, respondeu aos comentários e críticas

⁹⁵ *Revista Brasileira*, “A propósito de algumas teses aventuradas pelo Sr. Th. Braga nas suas produções literárias”, 1º de junho de 1879. pp.116-124.

⁹⁶ *Revista Brasileira*, “Reforma da ortografia portuguesa”, 1º de setembro de 1879. pp.495-502.

⁹⁷ *Revista Brasileira*, “Reforma da ortografia portuguesa”, 15 de outubro e 1º de dezembro de 1879. pp.135-137 e 422-426.

que seus estudos vinham recebendo nas páginas da *Revista Brasileira*. O texto de Leão é antecedido por uma nota introdutória assinada pelos editores do periódico:

A propósito dos artigos que sobre a importante questão da reforma da ortografia portuguesa têm sido insertos nesta *Revista* recebemos a seguinte carta, que, por falta de espaço, só agora é publicada, conservando-se a ortografia observada pelo autor.⁹⁸

A este comentário segue-se a carta escrita por Barboza Leão, datada de 1º de janeiro de 1880 e remetida desde Lisboa, na qual o autor rebatia as críticas até então recebidas, colocando-se em oposição a Pacheco Junior de forma ainda mais enérgica. A contenda parecia, assim, finalizada – cada autor envolvido teve a oportunidade de se pronunciar –, e nenhum texto intitulado “Reforma da ortografia portuguesa” voltou a ocupar as páginas da *Revista Brasileira*.

Se para os editores da *Revista* tudo estava esclarecido, aparentemente não foi essa a opinião daquele que havia iniciado o debate. Em 07 de março de 1880 um novo artigo fazendo referência a esta polêmica apareceu, porém dessa vez publicado na seção de “A Pedidos” da *Gazeta de Notícias*. O título era “A *Revista Brasileira* e a reforma ortográfica”, e o autor um antigo conhecido da *Revista*: Pacheco Junior. Desta vez, porém, o alvo do escritor se multiplicara: além de Barboza Leão e sua ortografia fonética, a *Revista Brasileira* também foi duramente criticada. O autor acusou os responsáveis pela publicação de abafar as polêmicas e de terem censurado a resposta que havia preparado para o artigo de Beuarepaire Rohan. E justifica o fato de ter recorrido aos “A Pedidos” da *Gazeta*:

Mas, dirá S. Ex. o Sr. cirurgião de Brigada com os seus botões: “Por que esse arrojado admirador de antigualhas não respondeu pela *Revista Brasileira*, onde publiquei o meu *sonógrafo* artigo, tanto mais que é dela colaborador?

O reparo é justo e força é responder.

Os inteligentes e muito ilustrados proprietários e editor da *Revista*, deslumbrados do que escreveu Beaumarchais, recusaram publicar a minha resposta ao artigo de S. Ex. o Sr. de Beuarepaire (depois de composta) *para evitar polêmicas*, segundo me afirmaram mui atenciosamente. É claro, pois, que não podiam nem deviam aceitar resposta minha ao Sr.

⁹⁸ *Revista Brasileira*, “Reforma da ortografia portuguesa”, 1º de março de 1880. p.340.

Barboza [...]. Posto me privassem do direito de defesa (a não ser mediante 120 rs. por linha nas folhas publicadas. *Merci!*), [...] aquela circunstância já por si constitui não pequeno galardão, mesmo para aqueles que menos modestos são do que eu em suas ambições.⁹⁹

Afora o curioso de toda a contenda, também é interessante refletir, voltando ao tema dos leitores, sobre o que essa comunicação entre colaboradores e a transição entre diferentes periódicos pode representar.

Em primeiro lugar, já de início chama a atenção que ânimos tão inflamados sejam resultado de uma discussão ortográfica. A disputa entre a ortografia fonética e a sônica, tema tão específico, mobilizava os leitores da *Revista Brasileira*, a ponto de motivar a participação nas páginas do periódico para defender seus pontos de vista. Fica, assim, evidente o alto nível intelectual do público daquele periódico. Além disso, percebemos como leitores e colaboradores se confundiam em uma publicação que tinha por intenção conquistar para pesquisas nos campos das ciências e das letras novos participantes, mas que acabava se fechando em um círculo restrito, no qual os consumidores diretos daqueles artigos eram as próprias pessoas envolvidas em sua produção.

Também é relevante o fato de Pacheco Junior ter recorrido à *Gazeta* para realizar sua defesa. Isso aponta para a probabilidade de as duas publicações (a *Revista Brasileira* e a *Gazeta de Notícias*) terem leitores em comum. Isso porque, o autor, que se julgara lesado por não ter obtido o espaço que desejava para realizar sua defesa na *Revista Brasileira*, só se sentiria satisfeito se acreditasse que aqueles que lessem suas reivindicações reunidas no “A Pedidos” da *Gazeta* estivessem a par dos antecedentes que apareceram no periódico de Nicolau Midosi.¹⁰⁰

Sendo assim, uma análise inicial dos valores das assinaturas em conjunto com outros indícios trazidos pelo próprio conteúdo da *Revista Brasileira* aponta para a

⁹⁹ *Gazeta de Notícias*, “A Revista Brasileira e a reforma ortográfica”, 07 de março de 1880.

¹⁰⁰ A polêmica de fato termina quando, ao final do terceiro tomo da *Revista Brasileira*, no número de 15 de março de 1880, os proprietários e editor deste periódico escrevem uma carta respondendo ao “A Pedido” de Pacheco Junior. Nela, rebatem as acusações de que a *Revista Brasileira* estaria evitando publicar polêmicas em suas páginas, e dizem que a carta de Barboza Leão, na qual critica Pacheco Junior, foi enviada ao próprio criticado, para que ele pudesse redigir sua defesa, a qual seria publicada juntamente com a carta de Leão. Não obtendo resposta por três meses, a *Revista* publicou a carta de Barboza Leão, e não permitiu que a contenda se prolongasse mais, fechando suas páginas para artigos que a retomassem.

possibilidade de compartilhamento de leitores entre diferentes jornais da Corte. É neste ponto que emerge outra questão a ser considerada: se o custo não parece ser fator extremamente restritivo do público leitor da *Revista*, pode-se então afirmar que essa publicação obteve ampla aceitação entre os leitores fluminenses, tendo angariado um grande número de assinantes? Ainda que não haja elementos que permitam solucionar de modo definitivo essa questão, é arriscado realizar tal afirmação. Isso porque, se os leitores desse periódico possivelmente não se restringiam à elite econômica, eles parecem fazer parte de uma outra elite: a intelectual.

Novamente, os próprios textos da *Revista Brasileira* apontam para essa direção. Os colaboradores do periódico em diversos momentos se mostram leitores da *Revista*, citando artigos anteriores e mostrando aproximações e distanciamentos de seus textos para com aqueles escritos por outros colegas de publicação. Carlos de Laet, na dupla condição de leitor e autor, dá exemplo de como uma leitura prévia de artigos da *Revista* poderia se converter em escrita. Em sua “Crônica literária” de 1º de setembro de 1879, ele afirmou que iria prescindir de tecer comentários a respeito de alguns folhetos literários que havia recebido, pois “de alguns deles já se disse quanto basta, em outra seção, do passado número”.¹⁰¹

O alto nível intelectual daqueles que acompanhavam os artigos da *Revista Brasileira* era devido não apenas aos colaboradores usuais do periódico, que se tornavam também leitores da *Revista*. Dentre o público em geral havia aqueles que tinham condições de dialogar em igual nível com seus autores de predileção. Leitores que também deixaram naquele jornal as marcas de suas leituras anteriores. No número de 15 de setembro de 1880 os editores decidiram incluir dois textos sobre artigos que haviam gerado repercussão entre seus leitores, antecedendo a eles a seguinte nota explicativa:

Sugeridos pelo estudo do Sr. Arthur Barreiros sobre *A Colocação dos pronomes*, publicado no fascículo do 1º de julho, tomo 5º do 2º ano, recebemos dois artigos, dos Srs. Dr. José Jorge Paranhos da Silva e L. L. Fernandes Pinheiro Junior, os quais, por conveniência de espaço, somente agora se dão à estampa.¹⁰²

¹⁰¹ *Revista Brasileira*, “Crônica literária”, 1º de setembro de 1879. p.526.

¹⁰² *Revista Brasileira*, “A colocação dos pronomes”, 15 de setembro de 1880. p.496.

Outra forma pela qual os leitores da *Revista Brasileira* influenciaram na organização do periódico foi a partir de cartas que, mesmo permanecendo desconhecidas em função da inexistência de uma seção de correspondências de leitores, deixaram seus vestígios no periódico. Não raro encontramos referências a artigos que tiveram seus rumos alterados devido à interferência do público. Carlos Perdigão, assim, comentou como seu texto sobre “A prevenção dos crimes” recebeu uma continuidade no fascículo seguinte em função da aprovação que obteve entre seus leitores:

A extrema benevolência, poderíamos dizer o êxito, que acolheu o que sobre esta mesma epígrafe escrevemos à página 42 deste tomo, aconselha-nos o dever de continuar senão de completar até algumas ideias que ali estão quase que só esboçadas, imperfeição em grande parte devida à urgência de corresponder a honra que me fez a ilustrada direção desta tão útil revista.¹⁰³

Em outros momentos, os autores dos artigos dão indícios do nível intelectual que creem que seus leitores têm. Franklin Távora, por exemplo, em suas “Notas bibliográficas” de 1º de outubro de 1879, ao resenhar o livro *La Retraite de Laguna*, de Alfredo d’Escragnolle Taunay, disse que certamente seus leitores conheceriam a obra em questão, devido à importância que o autor atribuía àquele livro. A insistência nessa afirmação mostra que, de fato, Távora tinha confiança em que os assinantes da *Revista* possuíam amplo conhecimento literário:

Era já de nós conhecida a primeira edição desta obra do Sr. A. d’Escragnolle Taunay, impressa em 1871 na Tipografia Nacional; e injusto fora supor que não tivessem dela igual conhecimento os leitores da *Revista*, que não sem razão temos por versados nos bons livros, quando fora do Brasil, nomeadamente na Alemanha, a *Retraite de Laguna* foi objeto de distinto apreço.¹⁰⁴

¹⁰³ *Revista Brasileira*, “A prevenção dos crimes”, 15 de julho de 1879. p.250.

¹⁰⁴ *Revista Brasileira*, “Notas bibliográficas”, 1º de outubro de 1879. p.79.

A. J. de Macedo Soares é ainda mais enfático nesse sentido, pois em seu artigo “Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro”, publicado na *Revista Brasileira*, deixa claro que imagina se dirigir a uma elite intelectual:

Nós, a gente culta, damos com o desprezo da indiferença ou da repugnância, o nome de *samba* a qualquer dançado dos negros, ou dos brancos que se deitam na esteira deles; os negros, porém, e o povileu que em sua companhia comunga na mesa do *pai Quilombo*, o sacerdote e médico, esses não confundem.¹⁰⁵

Os textos literários que foram publicados na *Revista Brasileira* também auxiliam a compor uma imagem a respeito do leitor imaginado por aqueles autores. O romance “Sacrifício”, escrito por Franklin Távora, foi o primeiro que apareceu de forma seriada no periódico. Nele, Maurícia, mulher que havia fugido do marido violento, Bezerra, em determinado momento da narrativa se reencontra com ele e, por contingências da vida, acaba tendo de voltar a morar com seu antigo algoz. Em pouco tempo, no entanto, ela descobre que o marido permanecia igual, acrescentando que, agora, ele também mantinha relações com criadas da casa onde o casal pretensamente reconciliado vivia de favor. Em meio a toda essa trama, em determinado momento os dois travam o seguinte diálogo, iniciado após Maurícia questionar por que Bezerra fazia aquelas atrocidades com ela:

– Quer saber por quê? Porque... *varietas delcelat*. (sic)
– Tenha bondade de verter para língua que eu entenda esta frase que me é desconhecida.
Bezerra disse em termos ignóbeis o que queria significar este latim.
Então Maurícia ergueu-se arrebatadamente, mostrando no gesto indícios de entranhável ingratidão.
– Se o senhor tem este direito, igual devo ter eu. Mas não! acudiu imediatamente. Ainda que me assegurassem...¹⁰⁶

Maurícia não era uma pessoa sem qualquer tipo de bagagem cultural. Havia sido educada em Paris e conhecera a família senhorial em cuja casa vivia porque fora contratada para ser professora da filha do casal. Mas nem ela tinha erudição suficiente para

¹⁰⁵ *Revista Brasileira*, “Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro”, 15 de maio de 1880. p.245.

¹⁰⁶ *Revista Brasileira*, “Sacrifício”, 1º de setembro de 1879. p.490.

compreender a frase em latim que o marido proferira. Por esse motivo, ele lhe traduz a sentença, gerando a revolta que vimos acometer a mulher. A explicação que recebera do marido foi provavelmente “a variedade agrada”, tradução de *varietas delectat*.¹⁰⁷ Expressão bem escolhida para caracterizar seu temperamento. Se Bezerra contemplou Maurícia com a indulgência da tradução, o mesmo não acontece com o narrador do texto literário em relação a seu leitor. O público que acompanhava o desenrolar da trama ficcional em momento algum recebe explicação acerca do significado daquele “*varietas delcelat*”. Talvez porque o autor do romance, apostando no alto nível intelectual de seus leitores, acreditasse que tal esclarecimento seria desnecessário àqueles a quem se dirigia.

Ainda é possível tecer ponderações a respeito da forma como a expressão latina está grafada: “*delcelat*” em lugar de *delectat*. Quiçá seja um simples erro tipográfico. Ou então Franklin Távora deliberadamente optou pelo equívoco, o que levaria Bezerra a assumir posição vexatória ao tentar impor-se intelectualmente à esposa fazendo uso de um latim que ele próprio não dominava. Nesse caso, o literato contaria com a erudição de seu público leitor para que a chalaça fosse percebida. Não é possível, contudo, conferir qual das hipóteses se sustenta pois toda a frase que continha as palavras estrangeiras foi excluída da versão em livro.¹⁰⁸

De todo modo, os textos da *Revista Brasileira* traziam ponderações a respeito de seu público leitor. O narrador das *Memórias póstumas de Brás Cubas* fazia a ressalva de que era necessário ter sempre em mente que havia diferentes tipos de leitores. Assim, o autor deveria considerar essa variedade de leitores e suas necessidades no momento de escrever seus textos: “Capítulos compridos quadram melhor a leitores pesadões; e nem todo o público é in-folio, uma boa parte é in-12, pouco texto, larga margem, tipo elegante, corte dourado e vinhetas... principalmente vinhetas...”¹⁰⁹

¹⁰⁷ Tradução em: SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-português*. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

¹⁰⁸ Esse pode ser mais um indício que aponta para a possibilidade de a *Revista Brasileira* contar com um público intelectualizado. Franklin Távora aposta, na *Revista*, em um chiste que para ser compreendido requer do leitor conhecimento de latim. Quando o romance é publicado em livro o autor não tem a mesma previsão de qual seria o perfil de seu público. Assim, opta por suprimir a expressão latina, por não estar seguro de que suas intenções originais seriam atingidas.

¹⁰⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de abril de 1880. pp.113-114. (Capítulo XXII) (As citações de passagens do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* será feita com base no texto

Qualquer que fosse a composição de seu público, a *Revista Brasileira* mostrava que acreditava na condição de haver, entre aqueles que seguiam a publicação, leitores com os requisitos necessários para compreender de forma profunda o que era dito nas entrelinhas ou, atualizando os termos, acreditava-se que haveria quem realizasse uma leitura a contrapelo das linhas que compunham o periódico. É o que fica demonstrado por Eunapio Deiró quando aconselha a outros autores a prescindirem de empenhar-se em explicar tudo:

Outra censura, que cabe indicar, cifra-se no tocante ao esforço de mais para fazer o leitor compreender o texto... Prejudica, de alguma sorte, o original, acrescenta-lhe palavras escusadas, explicativas, que aliás estão ao alcance de qualquer homem lido. Os escritores artistas ou profundos pensadores soem deixar no escuro certos pontos para provocar a inteligência e meditação. É uma cortesia e confiança no espírito dos leitores.¹¹⁰

Uma última observação que merece atenção refere-se à possibilidade de o periódico de Nicolau Midosi ter contado com a presença de mulheres entre seu público leitor. Além das várias menções que são feitas ao longo dos tomos à “leitora”, há passagens que permitem conjecturar de forma mais embasada a respeito dessa presença feminina. Novamente, são as obras literárias da *Revista* as que trazem maior contribuição para a análise desse ponto.

Voltando ao romance *Sacrifício*, quando Maurícia morre, a mãe de Ângelo, admirador platônico daquela que acabara de morrer, informa ao rapaz o ocorrido. Nesse momento, o narrador toma a palavra e profere o seguinte conselho: “Mulheres, mirai-vos nesse espelho de aço puro. Maurícia existiu. Foi, como aqui se pinta, uma mulher que honrou o seu sexo e a família brasileira.”¹¹¹ Na cena que antecede essa intervenção do

original, publicado na *Revista Brasileira*. Porém, para facilitar a consulta à obra, será colocado ao final o capítulo correspondente conforme edição do livro: ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. Há que ressaltar, contudo, que algumas passagens foram modificadas por Machado de Assis quando da conversão do texto seriado em livro. Sendo assim, o texto da *Revista Brasileira* não necessariamente confere com o texto do livro, assim como os capítulos indicados nem sempre correspondem ao número do capítulo no original da *Revista*.)

¹¹⁰ *Revista Brasileira*, “Cornélio Tácito”, 1º de julho de 1880. p.110.

¹¹¹ *Revista Brasileira*, “Sacrifício”, 1º de novembro de 1879. p.184.

narrador estão apenas Ângelo e sua mãe. Desse modo, certamente não é às personagens do romance que o narrador se dirige. Antes, parece que o episódio ficcional passa para um segundo plano e o responsável por conduzir aquela trama transpõe o limiar entre ficção e realidade e fala diretamente às leitoras que o acompanhavam.

Se os narradores poderiam aconselhar as mulheres, também contavam com a empatia gerada entre elas e suas personagens para que a história ficcional fosse bem compreendida. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* são incluídas várias personagens-leitoras, que podem representar no texto ficcional a possibilidade de leitoras reais para o romance. A primeira leitora que aparece nas *Memórias póstumas* é Virgília.¹¹² Brás considera a possibilidade de, entre seus poucos leitores (como por vezes faz questão de enfatizar), estar incluída Virgília.

Em seguida, ao contar do primeiro beijo que deu em Eugênia, o narrador fala em uma “alma sensível”. No trecho, o defunto autor relembra como a moça tremia de comoção durante o suposto encontro apaixonado, enquanto ele repassava na memória a situação de filha bastarda da parceira, pensando em como ali, ao beijá-lo, a menina coxa não desmentia sua origem como flor da moita. Percebendo a insensibilidade com que tratou o momento, no capítulo seguinte Brás supõe realizar uma retratação, mas que na verdade não atinge esse objetivo:

Há aí, entre as cinco ou dez pessoas que me leem, há aí uma alma sensível, que está de certo um pouquinho agastada com o capítulo anterior, começa a tremer pela sorte de Eugênia e talvez... sim, talvez lá no fundo de si mesma, me chame de cínico. Eu, cínico, alma sensível? Pela coxa de Diana! esta injúria merecia ser lavada com sangue, se o sangue lavasse alguma coisa nesse mundo. Não, alma sensível, eu não sou cínico, eu fui homem; meu cérebro foi um tablado em que se deram peças de todo o gênero, o drama sacro, o austero, o piegas, a comédia louçã, a desgrenhada farsa, os autos, as bufonérias, um pandemonium, alma sensível, uma barafunda de cousas e pessoas, em que podias ver tudo, desde a rosa de Smyrna até a arruda do teu quintal, desde o magnífico leito de Cleópatra até o recanto da praia em que o mendigo tiritava o seu sono. Cruzavam-se nele pensamentos de várias castas e feições. Não havia ali a atmosfera somente da água e do beija-flor; havia também a da lesma

¹¹² “Tu que me lês, se ainda fores viva, quando estas páginas vierem à luz, – tu que me lês, Virgília amada, não reparas na diferença entre a linguagem de hoje e a que primeiro empreguei quando te vi?” *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 01 de maio de 1880, p.174. (Capítulo XXVII)

e do sapo. Retira, pois, a expressão, alma sensível, castiga os nervos, limpa os óculos, – que isso às vezes é dos óculos, – e acabemos de uma vez com esta flor da moita.¹¹³

Brás percebeu que seus pensamentos íntimos durante o beijo que dera em Eugênia desagradariam a alguns leitores, especificamente às “almas sensíveis”. Ainda que a expressão não permita estabelecer com certeza se o narrador se dirigia a homens ou mulheres, é possível arriscar que estivesse fazendo menção a suas leitoras. No século XIX o sexo feminino era correntemente apresentado como frágil, sensível, mais propenso a emoções. Brás, que ao longo de todo o livro assume em suas falas uma série de construções discursivas de seu tempo, poderia estar neste trecho reproduzindo mais um estereótipo. Além disso, é também plausível supor que uma mulher tivesse mais condição de sentir compaixão por Eugênia e, por isso, se visse impelida a criticar o narrador (daí o capítulo escrito por Brás, com intenção de se defender dessas críticas hipotéticas). Apesar disso, é claro que não se pode descartar a possibilidade de que leitores homens que tivessem condição de perceber a violência empreendida por Brás contra Eugênia e se solidarizarem com a moça.

Se essa passagem deixa em aberto o gênero do interlocutor (ou interlocutora), há outros dois momentos do romance em que o narrador menciona leitoras do sexo feminino, não deixando dúvidas de que acreditava que elas existiam e, inclusive, dando algumas dicas sobre quais poderiam ser algumas de suas características.¹¹⁴

Ainda que não seja possível delimitar em definitivo quem eram os leitores ou leitoras do periódico, pode-se, a partir do exposto, conjecturar a respeito de um determinado perfil a que eles, em média, correspondessem. Parece-nos, em resumo, que eram leitores especializados, não necessariamente participantes de uma elite econômica,

¹¹³ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de maio de 1880. pp.241-242. (Capítulo XXXIV)

¹¹⁴ Assim, no capítulo LXIII há uma “leitora pálida”, que poderia se assustar com a iminência de uma cena de sangue no romance (*Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 01 de agosto de 1880, p.197. Mais adiante, no capítulo CXXXV, Brás aconselha que, “se alguma dama tem seguido estas páginas, feche o livro e não lê as restantes. Para ela extinguiu-se o interesse da minha vida, que era o amor.”, sugerindo (talvez em mais um das armadilhas que constrói) que às mulheres interessava apenas a história de amor que servia de pano de fundo ao folhetim (*Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 01 de novembro de 1880, p.203).

mas provavelmente membros da elite intelectual da época. Além disso, entre esses leitores estavam inseridos os próprios colaboradores da *Revista Brasileira*. Os textos do periódico também dão indícios de que era possível encontrar mulheres que acompanhavam a publicação. A bagagem de conhecimento trazida pelo público da *Revista Brasileira* foi fundamental para a compreensão dos artigos que ocuparam as páginas do periódico, assim como também deve ser levada em consideração ao se refletir a respeito das possibilidades de leitura que *Memórias póstumas de Brás Cubas* recebeu dentro desse suporte específico.

CAPÍTULO 3

LITERATURA, VERDADE E CIÊNCIA EM MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS

A *Revista Brasileira* foi um periódico voltado para o campo intelectual e segundo seus editores tinha por objetivo divulgar o conhecimento produzido por brasileiros. Dentre os temas abordados, a área das letras foi a que recebeu mais atenção e à qual se dedicou um maior número de páginas. Porém, para aqueles autores, a literatura era mais do que poemas, contos e romances destinados à distração nas horas de ócio. Os colaboradores da *Revista Brasileira* – e, por que não dizer, os sujeitos letrados do Oitocentos brasileiro – tinham uma abordagem eminentemente política do que era considerado literário. A literatura invadiu escritos ficcionais ou não, e se tornou campo de combate para discussões políticas, científicas e estéticas. Esse quadro, que ganha forma cada vez mais definida conforme o periódico começa a ser compreendido em sua totalidade, era também esboçado aqui e acolá em frases que os colaboradores iam deixando pelo caminho, como a elaborada por Eunápio Deiró:

Por meio da literatura não só resolvereis os problemas da unidade da humanidade, as questões de raças, mas ainda podereis, como legislados, ou governo, aquilatar as energias de um povo para a momentosa obra da civilização, prosperidade e grandeza do país, ou prever as causas da decadência.¹¹⁵

Se o campo das letras pode ser destacado como o fio condutor que integrava os diversos artigos reunidos na *Revista*, é preciso compreender com quais temas ele se relacionava de forma mais recorrente. Nesse sentido, percebe-se uma forte interlocução entre literatura e ciência. No século XIX, o cientificismo se disseminava entre os intelectuais brasileiros. No caso da *Revista Brasileira*, percebe-se que tanto os estudos literários faziam uso de argumentos e métodos emprestados do campo das ciências naturais, quanto os estudos científicos muitas vezes adotavam um tom literário para narrar seus resultados.

¹¹⁵ *Revista Brasileira*, “Cornélio Tácito”, 1º de julho de 1880. p.87.

Dessa forma, por um lado, a seguinte fala de alto teor literário partia da pena de um cientista:

Na vastidão desse mundo aéreo, o qual se dilata algumas léguas acima da superfície do nosso planeta, pululam miríades de seres pequeníssimos, sorte de monstros invisíveis e impalpáveis, aos quais confiou a força criadora uma missão importante, até certo ponto necessária para a conservação da ordem e da providencial harmonia, que presidem às múltiplas transformações da matéria organizada. São as *bactérias*, os *vibriões*, as *monadas*, etc.¹¹⁶

Por outro, encontramos uma ciência humana, a história, sendo encarada de forma semelhante a uma ciência natural:

A história, que é uma ciência positiva, não pode permitir que as deduções, os julgamentos e as lições sejam substituídos pelas nêias dos romances e poesias. Os fenômenos sociais devem ser observados, discutidos e julgados do alto de uma crítica científica ampla e generalizadora. A história social deve ter o mesmo destino da história natural: dar leis. Os fatos devem ser classificados, como os seres organizados, em séries homólogas, para que as suas relações de afinidade se manifestem.¹¹⁷

3.1. O mundo das letras invade a política

Nesta última citação, fica patente a necessidade de se aplicar com amplitude métodos que permitissem chegar à *verdade*. Não era outro, afinal, o objetivo da ciência praticada na segunda metade do século XIX: classificar, organizar, catalogar, para que ao fim se obtivesse por resultado algo diferente das “deduções” características dos romances. Era necessário perseguir a palavra única, incontestável, real – a verdade, enfim.

A partir desses curtos excertos já é possível perceber dois pilares fundamentais sobre os quais o conteúdo da *Revista Brasileira* se formava, além do fato de eles se apresentarem de forma indissociável entre si e em relação a um ideal de verdade. Ciência e

¹¹⁶ Texto escrito pelo Dr. Lacerda Filho. *Revista Brasileira*, “As bactérias e os vibriões”, 1º de fevereiro de 1880. p.160.

¹¹⁷ Texto de autoria do Dr. Gama-Roza. *Revista Brasileira*, “A educação intelectual”, 1º de janeiro de 1880. p.13.

mundo das letras se aproximavam por outras vias além das escolhas formais feitas por seus representantes ao produzirem seus textos. O conhecimento único e máximo que a ciência do século XIX objetivava estabelecer encontrava eco na literatura realista, que advogava para si a função de baluarte da realidade e, em última instância, de defensora da verdade nas letras. Eram dois âmbitos, portanto, que estavam mais imbricados mutuamente do que se poderia supor, e o impacto de suas ações era sentido muito além dos discursos da academia. É desse quadro que advém a necessidade de se analisar os artigos da *Revista Brasileira* de forma conjunta e a partir de uma visão que integre todos esses elementos. A tentativa de separá-los por eixos temáticos acaba produzindo uma divisão artificial entre ciência e literatura, que não corresponde à forma como os colaboradores do periódico compreendiam os assuntos que comentavam.

Elizabeth Menezes Teixeira Leher, em artigo sobre os debates que tomaram corpo na *Revista Brasileira*, propõe que eles sejam analisados de maneira estanque, dividindo os textos entre aqueles que abordavam temas ligados às ciências, outros que se dedicavam ao mundo das letras e, por fim, um terceiro grupo que teria por objetivo comentar artigos destinados à situação da educação nacional. Não raro, porém, em um único texto do periódico são encontradas referências a mais de uma das categorias criadas por Leher, mostrando que pretender separar essas produções de forma estanque limita a compreensão dos modos pelos quais aqueles autores construía suas reflexões, que tomavam de empréstimo protocolos narrativos e argumentos de outras áreas para montar seu próprio raciocínio.¹¹⁸

Além disso, essa separação pode levar a um equívoco ainda mais perigoso: tomar a literatura do final do século XIX como algo alheio a qualquer tipo de posicionamento político ou social. Maurício Silva, ao estudar os literatos do período, especialmente os que se reuniram em torno da *Revista Brasileira* e da formação da Academia Brasileira de Letras, argumenta que esses autores se apresentavam em uma “torre de marfim”, metáfora que, para Silva, é indicativa do absentéismo daqueles

¹¹⁸ LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira. “A *Revista Brasileira* (1879-1881) e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação”. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. *Anais: História e Memória da Educação Brasileira*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0667.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2011.

intelectuais. Segundo essa visão, apenas anos depois, já na virada do século, a literatura deixaria de ser a preocupação exclusiva dos novos literatos.¹¹⁹

Interpretações como essas apenas se tornam possíveis a partir de análises de textos isolados deslocados de seu contexto original de publicação. Ao contrário, a atenção ao conjunto dos artigos que compuseram a *Revista Brasileira* entre os anos de 1879 e 1881 mostra que, abordando os mais variados temas, os textos mantinham diversos pontos de intersecção, e por mais específico que parecesse ser um assunto, como a última invenção tecnológica ou a origem de determinada palavra, o autor sempre deixava, por algum modo, transparecer posicionamentos políticos mais abrangentes.

A coincidência mais relevante identificada na maioria dos artigos do periódico era o esforço que seus autores empregavam em reivindicar para seus argumentos um estatuto de verdade definitiva. Daí as várias polêmicas, muitas vezes inflamadas, encontradas nas páginas da *Revista*. E para isso se valiam de incansáveis exemplos de demonstração e prova e, em última instância, das mais criativas comparações. Carlos Perdigão, por exemplo, ao defender que a solução para a insegurança no Brasil estava na prevenção dos crimes, e não na punição, conclui com a seguinte analogia: “Portanto, a possibilidade de prevenir o crime é, na ciência penal, verdade tão fundamental, quanto o é, em teologia, a existência de Deus.”¹²⁰ Em época em que o campo científico ainda estava sendo configurado, os participantes dessa empreitada muitas vezes retomavam elementos de tradições anteriores – como, nesse caso, a religião – para elaborar seus argumentos.

De qualquer forma, as recentes descobertas científicas e o crescente destaque que elas vinham recebendo animavam estudiosos em geral. Diversos campos passaram a estruturar seu raciocínio a partir de leis trazidas pelo cientificismo. Buscava-se inspiração na ciência para levantar possibilidades acerca do destino que deveria ser dado aos escravos; também se recorria a explicações científicas para determinar quais espaços sociais deveriam ser concedidos às mulheres, e como se esperava que elas se portassem em cada situação; mais adiante a mesma ciência seria retomada para elaborar alegações que

¹¹⁹ SILVA, Maurício. “A ideologia academicista na literatura brasileira: a *Revista Brasileira* e os discursos acadêmicos”. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, v.41, n. 1 e 2, Abril e Outubro de 2007. pp.111-121.

¹²⁰ *Revista Brasileira*, “A prevenção dos crimes”, 1º junho de 1879. p.43.

justificassem políticas higienistas de expulsão de moradores do centro do Rio de Janeiro e destruição de cortiços.¹²¹ Todo um esforço argumentativo foi mobilizado pois conjecturar passou a não ser mais suficiente. Era necessário se armar do maior número de provas possíveis de modo a tornar o raciocínio defendido o único verdadeiro, a representação absoluta do real. O Dr. Gama-Roza defendia essa situação, indicando o perigo das afirmações inverídicas:

Se há alguma cousa mais deplorável que a ignorância é a instrução falseada. Não pensar é uma ventura relativa: as trevas são a condição favorável de um sono feliz. Um homem que não pensa é simplesmente um animal; o que pensa defeituosamente é meio homem, meio bruto: um monstro.¹²²

Não seria de se esperar posicionamento diferente em uma época de grande valorização da ciência, para a qual o discurso da verdade era essencial. Porém, em determinados momentos na *Revista Brasileira* os colaboradores inseriam raciocínios que despertam a atenção para a existência de algo para além dessa imagem construída de privilégio do conhecimento profundo acima de todas as coisas. O mesmo Dr. Gama-Roza, em texto que deu origem à série à qual pertence o excerto há pouco citado, lamentava que

Achamo-nos, é verdade, principalmente no nosso país, a este respeito, em uma época muito aproximada do estado embrionário: a opinião ainda mais *confunde a aparência com a realidade*, o quartz lapidado com o diamante da primeira água, a fraude do postigo com a opulência e verdade dos tons naturais; mas, a aquisição dos conhecimentos positivos, tão a sabor do nosso tempo, dará por terra com a ficção cavilosa da aparência e patenteará os elementos constitutivos do verdadeiro saber.¹²³

Mas será que isso era tudo? Até o momento, o raciocínio do autor era coeso: criticava a falta de conhecimento e, mais ainda, os enganos advindos da confusão entre realidade e aparência, mas afirmava ter boas perspectivas para o futuro, quando reinaria o

¹²¹ Daniela Silveira mostra como Machado de Assis discutiu em seus contos esse uso que a política oitocentista fazia da ciência para justificar suas ações. Ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. pp.117-147.

¹²² *Revista Brasileira*, “A educação intelectual”, 1º de janeiro de 1880. p.10.

¹²³ *Revista Brasileira*, “A educação intelectual”, junho de 1879. p.205. (grifos meus)

“verdadeiro saber”. Seguro de seu posicionamento – que nem poderia ser diferente em época de ferrenha defesa do conhecimento uno e incontestável – o médico gaúcho parecia não perceber o deslize cometido. Em um tempo em que o campo intelectual estava sendo formado, numa sociedade igualmente indefinida, que proclamava valores modernos mas perpetuava uma estrutura conservadora, mesmo os formadores de opinião como Gama-Roza caíam em contradição em determinados momentos. Em outro parágrafo do mesmo artigo sobre “A educação intelectual”, o discurso superficial encontrado era o mesmo da defesa da intelectualidade, mas o desfecho do argumento permite que sejam aventadas conclusões em parte diferentes:

Já não há atualmente quem se vanglorie de nada saber, a exemplo dos cavaleiros da idade média; ao contrário esta circunstância é o óbice mais tremendo para a vida social, e a maior homenagem que o saber continuamente recebe são os esforços sobrehumanos dos que tentam ocultar a ignorância.¹²⁴

O saber ainda permanece como objetivo primordial, mas descobre-se que havia outras formas de prestar culto a ele, que não apenas o debruçar sobre os livros e a reclusão em laboratórios. Segundo o colaborador da *Revista Brasileira*, “a maior homenagem” que poderia ser feita para o saber era o esforço por “ocultar a ignorância” ou, em outras palavras, fingir saber. Descobrimos que dissimular, fingir, parecer, eram não apenas práticas correntes naquela sociedade, como também – ainda que certamente essa não fosse a conclusão a que o autor quisesse conduzir – acabavam se tornando, pelo uso corriqueiro, lícitas e justificadas.

Se nos artigos que se pretendiam objetivos e de cunho “real” era difícil encontrar esse tipo de reconhecimento, ainda que velado, do privilégio da aparência sobre a realidade naquela sociedade, os textos ficcionais se mostravam mais permeáveis a entradas como essa. Os costumes e modos de pensar de uma sociedade muitas vezes são de difícil aproximação a partir de fontes históricas tradicionais. Isso pode ocorrer por se tratarem de hábitos demasiado corriqueiros, que talvez os sujeitos que o praticavam sequer lembrassem de tematizar em algum relato policial ou em atas de assembleia, por exemplo. Ou então – e

¹²⁴ Idem.

esse parece ser o caso de muitas das dissimulações presentes nas práticas cotidianas da sociedade brasileira do século XIX – determinadas posturas não ficam evidentes nesse tipo de documento público porque eram ações que, apesar de bastante difundidas, deviam ser encobertas. O texto ficcional pode auxiliar a identificação mais ampla de exemplos desse tipo, possibilitando a visualização de um quadro mais completo das práticas, nem sempre abertamente divulgadas, de uma determinada época.

Desde antes de sua colaboração na *Revista Brasileira* Machado de Assis já percebia essa situação e produzia críticas a esse respeito. Esse é, por exemplo, tema recorrente em sua série de crônicas “Notas Semanais”, publicadas entre 2 de junho e 1 de setembro de 1878 no jornal *O Cruzeiro* e sob o pseudônimo Eleazar, o mesmo que assinara os dois artigos críticos ao romance *O primo Basílio* alguns meses antes. Nessas crônicas, o autor se preocupava em comentar os últimos acontecimentos que haviam ocupado as páginas da imprensa brasileira. Porém, ao contar esses fatos recentes, lançava mão de algum tipo de estratégia narrativa (como a paródia; a contradição; a ironia; a incerteza; a construção de um texto fictício absurdo, dando vida a seres inanimados; a ciência e suas explicações e regras para tudo) que colocasse em questão a relação entre ficção e realidade. Assim, em seus comentários e exemplos, acabou mostrando que as pessoas viviam e agiam de acordo com mitos que construíam, muitas vezes mais preocupadas com a aparência das ações (próprias ou de outros) do que com a ação em si. Em poucas palavras, Machado caracterizou sua época como um “tempo que vive menos da realidade que da opinião”.¹²⁵ Era um raciocínio que os organizadores da série, John Gledson e Lúcia Granja, chamaram de “ficcionalização de acontecimentos”.¹²⁶

Para entender como Machado de Assis construiu sua crítica nessa série, é interessante recuperar alguns de seus trechos. Logo na primeira crônica essa ficcionalização pode ser percebida. O narrador relata um caso de estabelecimentos que estariam vendendo água de Viadago e de Vichy, sem que essas águas viessem de fato das fontes europeias. As comissões sanitárias consideraram que isso era uma forma de enganar os compradores e mandaram que as empresas de água escrevessem a palavra “artificial” nos rótulos de suas

¹²⁵ ASSIS, Machado de. *Notas Semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.227. (Crônica de 25 de agosto de 1878)

¹²⁶ GLEDSON e GRANJA, “Introdução”. ASSIS, *Notas Semanais*, Op.cit., p.52.

garrafas. Essa ordem não foi obedecida e, por consequência, as empresas foram multadas. Casos como esse apareciam com frequência na imprensa e a situação específica dessas empresas de água já vinha sendo noticiada pelos jornais da Corte havia algumas semanas. Fica, então, a dúvida: por que Machado teria escolhido uma ocorrência aparentemente banal e a colocado como página de abertura para sua série de crônicas? A continuação do relato pode ajudar a esclarecer essa questão:

Com efeito, dizer a um cavalheiro que escreva nas suas águas de Vidago: – estas águas não são de Vidago, são do beco dos Aflitos, – é exigir mais do que pode dar a natureza humana. Supondo que a população do Rio de Janeiro morre por lebre. E que eu, não tendo lebre para lhe dar, lanço mão do gato, qual é o meu empenho? Um somente: dar-lhe gato por lebre. Ora, obrigar-me a pôr na vianda o próprio nome da vianda; ou, quando menos, a escrever-lhe em cima esta pergunta: onde está o gato? é supor-me uma simplicidade que exclui a beleza original do meu plano; é fechar-me a porta. Restar-me-ia, em tal caso, o único recurso de comparar a soma das multas com a soma dos ganhos, e se esta fosse superior, adotar o alvitre de fazer pagar as multas pelo público. O que seria a fina flor da habilidade industrial.¹²⁷

A passagem sugere que Machado de Assis se referia a algo mais do que casos de águas falsificadas. A denúncia do cronista parece ser outra: a de que o Rio de Janeiro vivia uma espécie de ficção compactuada, explicada pela metáfora do “gato por lebre”: a população sabia que as águas não eram provenientes das fontes da Europa, porém era a água importada que desejavam. Sabendo da impossibilidade de tê-la na realidade, aceitavam a ficção (ou seja, a água falsificada): prescindiam por um momento do fato de que o que vinha escrito no rótulo da garrafa não correspondia à realidade para satisfazer, ainda que ilusoriamente, um desejo. Ao “comparar a soma dos ganhos” as pessoas colocariam na balança o preço de encarar a verdade (assumir possuir um gato ou beber água do beco dos Aflitos) e o de viver num mundo de ficção. Naquela sociedade, parece que a segunda alternativa era a que apresentava um saldo positivo.

A partir disso tudo, percebe-se como de um fato aparentemente banal Machado fez emergir um eixo que pode ser utilizado para compreender melhor o seu pensamento

¹²⁷ ASSIS, *Notas Semanais*, Op.cit., p.88. (Crônica de 02 de junho de 1878)

sobre a sociedade que observava. E a importância de esse relato estar na crônica de abertura da série parece clara: com ele, o escritor indicava a seus leitores o mote que deveria ser utilizado para interpretar os textos seguintes.

São vários os significados que essa percepção de uma desconexão entre ficção e realidade ou, em outras palavras, que a constatação da sobreposição da aparência sobre a verdade podem assumir. Um assunto abordado com bastante ênfase nessas crônicas é a questão da influência que costumes europeus estavam exercendo sobre a cultura brasileira. Machado observava uma mudança nas atividades de lazer da população fluminense, e as novas distrações absorvidas pela sociedade eram em muito devidas à transposição artificial de tradições estrangeiras. Receberam destaque nesses textos comentários sobre a patinação e a tourada, atividades que começavam a ser introduzidas no cotidiano da Corte. O que mais incomodava o cronista, no entanto, eram as apresentações de aberrações, muito comuns em feiras europeias. A elite imperial brasileira se alimentava desse repertório do Velho Mundo, recebendo suas influências tanto por meio daqueles que iam estudar em Coimbra, quanto de outras fontes, como a própria imprensa.

Na quarta crônica da série “Notas Semanais”, Machado de Assis abordou esse tema a partir da crítica referente à disseminação do gosto pelos shows de aberração. Chegavam ao Rio de Janeiro duas novas atrações: o “homem-peixe” e o “anão da Libéria”. Com relação ao primeiro, o que mais incomodava Machado de Assis era a valorização que a atração recebeu por parte dos periódicos. Na verdade, a suposta aberração consistia em exímio nadador, que realizava peripécias como percorrer longas distâncias de um só fôlego. Porém, o sensacionalismo com que a imprensa abordou sua chegada foi tamanho que ofuscou a estreia da companhia lírica na cidade. Para o cronista, a inversão de prioridades parecia tal que a única alternativa era imaginar que o mundo estava virado do avesso:

Tivemos há dias um cavalo de oito pernas, que seguiu, no *Maskelyne*, para a Europa, ao passo que nos veio o homem-peixe e um homúnculo sem braços. Juntem a isso a chegada da companhia lírica (de cuja existência algumas pessoas entravam a duvidar) [...].¹²⁸

¹²⁸ ASSIS, *Notas Semanais*, Op.cit., p.119. (Crônica de 23 de junho de 1878)

O elemento mais crível de toda essa situação, a companhia lírica, era justamente o que poderia despertar desconfiança com relação à sua existência entre pessoas com crenças e valores tão deslocados. A crítica continua quando o comentário acerca dessas novas e questionáveis atrações culturais é usado metaforicamente para fazer alusão a uma situação política. Machado de Assis diz que a vantagem de ser um “homem-peixe” é poder se adaptar de acordo com cada situação:

Assim é que o nosso hóspede, quando estiver em terra, para lisonjear as vacas, trincarà uma posta de tainha; entrando no mar, comerà à vista das tainhas um naco de vaca. O meio certo de obter a adesão das vacas e tainhas é devorá-las imparcialmente, sem exclusões odiosas nem preferências mal cabidas.¹²⁹

Esse quadro parece servir também como metáfora política. Como ressaltam os comentaristas do volume comentado da série “Notas Semanais”, as eleições de janeiro de 1878 marcaram o panorama político do Brasil. Houve mudança de governo, com a subida dos liberais ao poder e a substituição do Duque do Caxias pelo Visconde de Sinimbu. O novo governo indicado traria mudanças na lei eleitoral e, como consequência, na Constituição do país. Por isso, para supervisioná-lo foi colocado um liberal que, apesar de aprovar as novidades, não desobedeceria ao imperador. Gledson e Granja argumentam que

Dom Pedro, com esse ato, expôs o regime ao ridículo, pois o governo que aprovaria o novo sistema era ele mesmo, eleito pelo sistema corrupto e violento que pretendia substituir. E, de fato, nas eleições de 1878, a Assembleia – que ao menos havia tido uma oposição minoritária (13% de liberais) – foi substituída por uma que não tinha oposição alguma e que era 100% liberal.¹³⁰

Machado percebeu essa situação em que tudo mudou para que tudo permanecesse como era, e criticou os políticos que, assim como o “homem-peixe”, assumiam novas posturas dependendo da posição em que se encontrassem. O folhetinista ainda lamentava que essa vida dúbia, em que a adoção de posicionamentos apenas

¹²⁹ Idem, p.120.

¹³⁰ GLEDSON e GRANJA, “Introdução”. ASSIS, *Notas Semanais*, Op.cit., pp.45-46.

aparentes era suficiente, era prática que se disseminaria cada vez mais. Sua previsão era desalentadora: “Que se apresse esse homem singular em receber os últimos aplausos dos outros homens. Que se apresse, porque não tarda o tempo em que a sua façanha seja a ação mais ordinária do mundo.”¹³¹ Em breve esse tipo de postura inconsistente seria tão comum que não despertaria mais qualquer motivo para gerar aplausos.

A decepção de Machado de Assis com essa situação só se intensifica, o que fica marcado em seus escritos seguintes. Neles, o autor permanece retratando uma sociedade fluminense ainda pautada em grande medida pelas aparências e conveniências imediatas, em detrimento de posicionamentos e mudanças que objetivassem produzir transformações mais profundas na realidade política e social. Assim como nas crônicas de “Notas Semanais”, Machado também assume frente de embate semelhante em outros gêneros aos quais se dedicava. No campo dos contos, os de *Papéis avulsos*, reunidos em livro em 1882, merecem destaque¹³².

Nessa coletânea há textos como “Teoria do Medalhão”, no qual um pai, chegada a maioridade do filho, aconselha-o sobre a melhor forma de ser bem sucedido. A recomendação é que o filho empreendesse esforços para ser medalhão. Em seguida, passa a ensinar o que era necessário para atingir tal objetivo. Em suma, era preciso que não se possuísse ideias – até poderia tê-las, mas disso advinha a necessidade de abafá-las durante toda a vida, o que acarretava um esforço muito maior do que simplesmente abdicar delas. O pai vai ensinando que, naquela sociedade, vencia quem soubesse usar a retórica sem aprofundar em qualquer assunto; louvasse a denominação e escapasse à aplicação; adotasse, enfim, a forma, esforçando-se por prescindir do conteúdo. A instrução era para que o filho, a partir daquele momento, começasse “a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo.”¹³³

Caso semelhante, em que o título se sobrepõe ao homem, é encontrado no conto “O espelho”, da mesma coletânea machadiana. Nele, conta-se a história de um alferes que, nomeado tal, passa a ser admirado pelo posto junto a toda a família. As pompas dispendidas

¹³¹ ASSIS, *Notas Semanais*, Op.cit., Crônica de 23 de junho de 1878. p.121.

¹³² Para análise detalhada sobre essa coletânea, ver: SILVEIRA, Op.cit.

¹³³ ASSIS, Machado de. “Teoria do Medalhão”. In: *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. V. II, pp.270-275.

ao alferes são tais que o homem é eliminado e sua identidade passa a ser marcada apenas pelo título recebido e pelos elogios advindos dessa posição. A força dessa predominância das aparências é tal que, vendo-se sozinho, sem os bajuladores costumeiros, o homem não mais se reconhece. Deixa de sentir qualquer tipo de emoção, passa a comer mal, sofre de uma profunda tristeza advinda do isolamento. Até sua imagem no espelho é distorcida: ao olhar para seu reflexo, o homem sem o título vê apenas uma figura inacabada. É no auge da angústia que encontra a solução: volta a se enxergar por completo ao colocar-se diante do espelho vestindo a farda de alferes. Era inescapável: para se compreender como sujeito pleno aquela personagem dependia da ficção do título.¹³⁴

Essa ficção adquire a forma mais física dentre todos os contos de *Papéis Avulsos* em “O segredo do bonzo”. O texto conta a história de dois amigos que passeiam pela cidade de Funchéu. Logo de início narra dois episódios de homens que com a eloquência de seus discursos conseguiam convencer multidões de que haviam descoberto a origem dos grilos (“procediam do ar e das folhas de coqueiro, na conjunção da lua nova”) e a origem da vida futura (que estava numa “certa gota de sangue de vaca”¹³⁵). Mas é no ensinamento de um bonzo e nos desdobramentos da lei por ele formulada que centra a atenção da narrativa. As palavras do sábio eram as seguintes: “se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente.”¹³⁶

Os viajantes decidem, então, criar ensaios que colocassem em prática tal fórmula – ou seja, determinaram-se a criar ficções que fossem tomadas por realidade, a fim de confirmar se a teoria do bonzo procedia. Há dois testes que são feitos, mas o narrador enfatiza que o experimento do médico Diogo Meireles fora o mais bem sucedido. Ele havia percebido que em Titané – cidade onde empreendeu sua experiência – as pessoas eram acometidas por uma doença que fazia seus narizes incharem exageradamente. Médicos já haviam proposto uma cirurgia paliativa de extirpação dos narizes, para livrar os doentes do incômodo que era provocado pela moléstia. Porém nenhum paciente aceitara a intervenção

¹³⁴ Idem, “O espelho”, pp.322-328.

¹³⁵ Idem, “O segredo do bonzo”, p.302.

¹³⁶ Idem, p.303.

– preferiam um nariz grande a nenhum nariz. Foi então que Diogo Meireles encontrou uma solução: reuniu os sábios da cidade e disse que havia finalmente descoberto o segredo para enfrentar aquele mal. Era necessário substituir o nariz doente por um nariz são, porém esse segundo de natureza metafísica. O assombro da plateia foi grande, mas Meireles proferia suas palavras com tanta energia, com um “tom alto e convencido” que acabou por convencer seus ouvintes. Depois disso, doentes em massa buscaram o médico para realizar o procedimento da substituição do nariz inchado por um metafísico. Segundo o narrador, a melhor prova do sucesso da doutrina é que “todos os desnarigados de Diogo Meireles continuaram a prover-se dos mesmos lenços de assoar.”¹³⁷

Daniela Magalhães da Silveira vai ao cerne de cada um desses três contos de *Papéis Avulsos* e os relaciona de maneira objetiva e precisa: “Enquanto nesses dois contos – “O segredo do Bonzo” e “Teoria do medalhão” – o que temos são os ensinamentos sobre como alcançar sucesso e reconhecimento, por meio da retórica, do gestual e da publicidade, em “O espelho” Machado construiu um personagem que tentava viver sob essas regras.”¹³⁸

Percebe-se que a crítica iniciada em 1878 com as crônicas publicadas em folhetim no jornal *O Cruzeiro* continuou a ser desenvolvida por Machado de Assis ao longo de sua carreira. O discurso científico, mais preocupado com o ornato da retórica do que com a acuidade da ciência, e as consequências negativas e desigualdades advindas dessa situação, preocupavam o autor e passaram a ser retratados de maneira cada vez mais cáustica. Se a crítica foi desenvolvida nas crônicas e nos contos, nos romances não seria diferente. *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi um representante emblemático desse projeto combativo da carreira de Machado, e a chamada ficcionalização da realidade perpassa toda a narrativa. Essa não era, contudo, a única voz contestatória nesse sentido na *Revista Brasileira*. Antes do início da publicação do romance machadiano, outros autores já faziam análises semelhantes nas páginas do periódico.

A peça de teatro “Por um triz”, escrita por Eugenio de Mello e publicada no periódico em 1º de março de 1880 apresentava em cena após a cena as tensões advindas de uma sociedade que baseava muito de suas ações numa ficção compartilhada entre seus

¹³⁷ Idem, p.306.

¹³⁸ SILVEIRA, Op.cit., pp.140-141.

sujeitos. O texto conta um episódio ocorrido na casa de uma família senhorial da cidade ficcional de Itatubóca, em fins de julho de 1868. Logo de início, o criado da casa comenta que todos lá ficavam eufóricos em dia de chegada do correio, como se de fato cultivassem o gosto pela leitura. Diz que era grande a expectativa pela entrega dos jornais e, mal recebidos os periódicos, a família logo se atirava sobre eles. Porém, o criado repara que tudo isso era “fogo de palha. Daí a nada estão as folhas todas atiradas por debaixo da mesa... sujas... esfarrapadas... em molambos.”¹³⁹ A cena ganha ainda mais significado quando tomamos conhecimento de que o suposto leitor inveterado era o filho do senhor da família, rapaz que cogitava desistir da carreira de médico pois tinha horror ao trabalho, para se dedicar a outra ocupação: ser poeta, já que para isso “não precisa ter ideias...”¹⁴⁰

Naquele mesmo dia, Praxedes, o dono da casa, recebe uma carta do ministro da justiça. Orgulhoso, comenta a respeito da distinta correspondência com o filho, Luiz, quando ficamos sabendo o que motivou a escrita do ilustre correspondente, e também conhecemos um pouco melhor o caráter de Praxedes:

De fato gastei bem bons cobres... lá isto gastei! Mas eu sou assim... liberal de ideias e de princípios... Para os sustentar... não olho a sacrifícios... sobretudo quando os amigos são ministros... Não quero parecer-me com o tal compadre Gualberto... um esquisitão conservador. Fica certo, Luiz, que ele nem sabe por que é conservador...¹⁴¹

Neste ponto, o senhor é interrompido pelo filho, que pondera: “Assim como o Sr. não sabe por que é liberal...”. Pego desprevenido pela afirmação de Luiz, Praxedes confessa a falta de convicção política, mas logo tenta se emendar: “Lá isto é verdade. Não... espera. Parece que me espichei... Você atrapalhou-me...”.¹⁴² Confuso, a contradição é deixada de lado, e passa-se ao conteúdo da carta: o ministro havia comunicado que pediria ao Imperador que nomeasse Praxedes “coronel comandante da guarda nacional de Itatubóca.”

¹³⁹ *Revista Brasileira*, “Por um triz, coronel”, 1º de março de 1880. p.311.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 313.

¹⁴¹ *Idem*, p.317.

¹⁴² *Idem*.

Luiz alerta para o ridículo do título, mas o pai não se abala. O importante era o título. Parecia supérfluo compreender o significado do cargo, conhecer de política ou saber justificar seu apoio a liberais ou conservadores. O essencial estava na imponência de assinar “coronel comandante da guarda nacional de Itatubóca” junto ao nome.

Declarado o motivo da carta, continuam as cenas absurdas. Praxedes conta a respeito da “manifestação espontânea” que estava sendo minuciosamente planejada por um procurador de causas, Fiusa, para o dia em que saísse a nomeação, e ensaia o discurso “a modo de improviso” que faria aos contratados para participar da comemoração. Além desses vários absurdos encontrados na narrativa, o episódio também vale pela forma primorosa como o organizador do evento convence Praxedes a dar-lhe mais dinheiro para a festa:

FIUSA

Os cálculos estão aqui... pode vê-los (*Tira do bolso um papel mui sujo*)
Tudo está ajustado com a maior economia... uma verdadeira pechincha...
Aliás só faltam trinta mil réis... E o que é isto para um chefe liberal? Se fosse com Gualberto, aquele conservador furreta... unha de fome... perdia-se tudo por esta ninharia... mas com V. Ex. a cousa muda de figura...

PRAXEDES (*enfatuado*)

Isto é verdade.

FIUSA (*persuasivo*)

Estive parafusando os meios de impedir mais esta despesa, mas não foi possível... não foi possível!... À última hora, agora mesmo, o trombone e o bumbo recusaram-se a vir tocar na banda de música sem esse pequeno aumento... São justamente dois conservadores... e precisamos comprar aquelas duas consciências...

PRAXEDES

E se dispensássemos esses instrumentos conservadores?

FUISA

Impossível, amigo (*atalhando*) oh! desculpe, Excelentíssimo... Uma banda de música sem trombone e bumbo... nunca se viu!..¹⁴³

A conversa entre Praxedes e Fiusa é exemplo primoroso das escaramuças entre um senhor e um dependente no Oitocentos brasileiro. Fiusa desejava encontrar um modo de

¹⁴³ Idem, pp.324-325.

arrancar mais dinheiro daquele senhor, mas sabia dos riscos envolvidos em entrar em conflito aberto com ele e ter sua intenção descoberta. Então, constrói argumentos que tivessem sentido para o senhor, que fizessem ser vontade de Praxedes dar-lhe mais verba. O representante da classe senhorial, por sua vez, também tenta argumentar e contornar o pedido de Fiusa. Nesse jogo velado entre forças distintas, o dependente, até mesmo em virtude de sua situação mais susceptível, parece possuir mais condições de analisar a situação a partir de diferentes pontos, o que lhe confere vantagem no momento da negociação para que seus interesses saíssem vencedores. Esses jogos de ficção que os dependentes precisavam aprender a manejar em sua vida cotidiana para sobreviver numa sociedade que pretendia oprimi-los de diversos modos é o que Sidney Chalhoub chama de “diálogo – no sentido literal, de troca de palavras entre sujeitos, e no sentido metafórico, pois tais trocas ocorrem em arenas instituídas da luta de classes.”¹⁴⁴

Voltando à peça de Eugenio de Mello, a cena seguinte mostra a conversa que gerou o comentado campo de tensão entre Fiusa e Praxedes sendo interrompida por Gualberto, o odiado conservador. Ele vem pedir que o vizinho consinta o casamento entre os filhos das duas tradicionais famílias. O futuro coronel comandante, muito seguro de seus posicionamentos, diz que isso nunca poderia acontecer, pois eles tinham convicções políticas diferentes. Mal termina seu discurso, ouvem-se gritos vindos da rua. Era a manifestação encomendada que começava. Porém, Luiz observa um fato curioso: “a gente [referindo-se à multidão na rua] está vitoriando o partido conservador, e, se não me engano, nós cá somos liberais...”.¹⁴⁵ Fiusa chega, então, com a notícia:

O correio acaba de chegar!... Caiu o partido liberal no meio da alegria geral, subiram os conservadores... triunfou a moralidade, e o Sr. Gualberto, o nosso chefe e amigo, teve a patente de coronel comandante superior da guarda nacional de Itatubóca...¹⁴⁶

Praxedes se surpreende por um momento, mas logo se recompõe e proclama:

¹⁴⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.63.

¹⁴⁵ *Revista Brasileira*, “Por um triz, coronel”, 1º de março de 1880. p.332.

¹⁴⁶ Idem.

(À parte) Sejam os homens! Coragem! (Adiantando-se para Gualberto) Eu já sabia de tudo, meu bom amigo e respeitável compadre! Receba os meus parabéns! (Chega-se para junto de Fiusa e baixo para este) Cale-se, Sr. canalha! (Alto) Esta manifestação foi preparada por mim... não ao político, (com ênfase) porque, antes de tudo, tenho convicções muito altas... mas ao homem particular a quem estimo deveras e desde muitos anos dedico amizade!...¹⁴⁷

Voltando-se para a multidão embaixo de sua janela, com rapidez adapta o discurso de improviso que havia preparado com antecedência, para que agora sua mensagem fosse uma homenagem ao partido conservador. Como se não bastasse, Praxedes se mostra feliz em casar a filha com o herdeiro de Gualberto.

E é assim que, em meio às danças das cadeiras ocorridas na política imperial brasileira, um liberal convicto com grande facilidade despia-se de suas crenças tão ardentes quanto superficiais, e manifestava sua incondicional admiração ao amigo conservador. Ainda que “Por um triz, coronel” narre esse tipo de situação de forma muito caricaturada, a peça ajuda a pensar no esforço necessário para manter determinadas posições (políticas, econômicas, sociais), fossem elas reais ou aparentes.

De todo o modo, dentre os textos da *Revista Brasileira* é em *Memórias póstumas de Brás Cubas* que essa crítica à dialética entre aparência e realidade é feita de maneira mais contundente. O romance começa a ser publicado no fascículo seguinte àquele em que apareceu a peça teatral de Eugenio de Mello. Muito possivelmente os leitores já estavam em alerta para interpretar novas produções a partir da chave da tensão entre ficção/aparência e realidade. Em todo caso, esse tema é tão recorrente no romance que não seria difícil perceber que Brás Cubas e, por conseguinte, o conjunto de suas *Memórias*, foi gerado a partir de um embuste. Já no capítulo III do livro, o narrador conta como o pai, um “homem de imaginação” (e não um deliberado mentiroso) inventou uma nova origem para a família. Era preciso escapar ao bisavô tanoeiro. Foi dessa necessidade que criou a história do surgimento do nome “Cubas” – teria vindo de um grande herói que, em combate na África, arrebatou “trezentas cubas aos mouros”.

Melhor do que a invenção do pai, apenas a justificativa de Brás para tal ato:

¹⁴⁷ Idem, p.333.

Revela notar que ele não recorreu à inventiva, senão depois de experimentar a falsificação; primeiramente, entroncou-se na família daquele meu famoso homônimo, o capitão-mor Brás Cubas, que fundou a vila de S. Vicente, onde morreu em 1592, e por esse motivo é que me deu o nome de Brás. Opôs-se-lhe porém a família do capitão-mor; e foi então que ele imaginou as trezentas cubas mouriscas.¹⁴⁸

A passagem, à primeira vista, não parece funcionar como uma justificativa. Brás Cubas procura minimizar o que poderia ser recebido como uma falta na biografia do pai dizendo que ele não recorreu à invenção como primeiro recurso. Antes, ele tentou falsificar. O que ocorre aos olhos do leitor de hoje é que a primeira alternativa buscada pelo pai de Brás, a falsificação, é uma ação passível de condenação moral tanto quanto a invenção. Onde estaria, então, o argumento que minimizaria a culpa do pai de Brás, Bento Cubas?

Para poder compreender o raciocínio do narrador, é necessário tentar se aproximar do funcionamento daquela sociedade. A família de Brás já tinha reunido grande pecúlio. Mas ainda lhe faltava o lustre da nobreza. Ser rico era importante, mas não bastava. Era necessário *parecer* detentor de riqueza e poder. Daí a confiança do narrador de que quem acompanhava a leitura das *Memórias póstumas* na *Revista Brasileira* captaria não apenas a ironia da passagem mas entenderia também porque ela funcionava como justificativa. Para aqueles primeiros leitores, que compreendiam a importância das aparências em sua sociedade e quiçá identificassem práticas semelhantes a de Bento Cubas em seu próprio cotidiano, entenderiam porque a falsificação era considerada lícita para aquele narrador e funcionava como um abrandamento da inventiva que seria mobilizada posteriormente.

O defunto autor em vários outros momentos retorna à questão de sua genealogia inventada. Mas a passagem em que a força desta criação fica mais evidente parece ser quando comenta o momento em que seu pai, o próprio fundador de toda a ficção, encontra-se imerso e convencido por completo da realidade dela. Trata-se do episódio em que

¹⁴⁸ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de março de 1880. p.357. (Capítulo III)

Virgília rejeita Brás, casando-se com Lobo Neves. O desgosto do pai é tamanho que, talvez pela primeira vez, professe com veemência a decepção causada pelo filho:

Um Cubas! um galho da árvore ilustre dos Cubas! E dizia isto com tal convicção, que eu, já então informado da nossa tanoaria, esqueci um instante a volúvel dama, para só contemplar aquele fenômeno, não raro, mas curioso: uma imaginação graduada em consciência.¹⁴⁹

Toda a passagem é emblemática. Um trecho interessante de se ressaltar é justo o adendo encontrado entre vírgulas: “não raro”. Brás não apenas se admira com a reação do pai, a “imaginação graduada em consciência”, como nota que esse não era um fenômeno raro. As invenções talvez fossem tão constantes naquela sociedade que não causaria espanto o fato de um falsificador (ou, como prefere o eufemismo de Brás, uma pessoa *imaginativa*) acabar por acreditar em suas criações.

A força da necessidade de se aparentar algo, ainda que isso não condissesse com a realidade, seria tal que apenas a morte – ou nem ela – poderia libertar desse ciclo. No capítulo XXV do romance, publicado em 1º de maio de 1880, esse raciocínio parece ficar implícito:

Talvez espante o leitor a franqueza com que lhe exponho e realço a minha mediocridade; advirta que a franqueza é a primeira virtude de um defunto. Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa, e a hipocrisia, que é um vício hediondo. Mas, na morte, que diferença! que desabafo! que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há plateia. O olhar da opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude, logo que pisamos o território da morte; não digo que ele se não estenda para cá, e nos não examine e julgue; mas

¹⁴⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de julho de 1880. p.06. (Capítulo XLIV)

a nós é que não se nos dá do exame nem do julgamento. Senhores vivos, não há nada incomensurável como o desdém dos finados.¹⁵⁰

Essa crítica às aparências estava relacionada à necessidade de afirmar verdades trazidas pelo cientificismo ainda que o convencimento dependesse muito mais de artifícios retóricos do que de um esforço de comprovação por meio de dados empíricos. Machado de Assis percebia esse uso que a ciência fazia de protocolos literários, e encontrou em *Memórias póstumas de Brás Cubas* o meio de expor essa situação. Ao mesmo tempo, reagia aos debates literários que tomavam as páginas da *Revista Brasileira* e, de forma mais ampla, às discussões estéticas que ocorreram no Brasil nas décadas finais do século XIX.

A atenção privilegiada a esses temas se devia ao fato de ciência e literatura serem campos de debate que certamente não se encerravam em si mesmos. A área de abrangência desses campos era ampla, chegando a incluir questões políticas e raciais. Vale buscar compreender como os debates em torno da estética literária abriam espaço para a reflexão acerca de outras questões.

3.2. Os duelos de Machado de Assis na *Revista Brasileira*

Discussões a respeito de protocolos narrativos estiveram presentes desde o início da publicação da *Revista Brasileira*. Sílvio Romero, por exemplo, em sua série de artigos sobre “A poesia popular no Brasil”, procurava mostrar sobre quais pilares a literatura brasileira, mais especificamente no campo da poesia, vinha se estabelecendo. Sua análise literária era eminentemente um estudo racial. O autor, informado por ideários cientificistas, naturalistas e evolucionistas, mostrava como o legado poético deixado por índios era por suposto inferior às contribuições dos negros, e ambos esses legados (de índios e negros) mais fracos do que as influências do colonizador branco. Romero pretendia, naquele momento, mostrar que a poesia brasileira recebia influência de todas as raças e promover uma integração racial, mas por meio, em princípio, da miscigenação, que

¹⁵⁰ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de maio de 1880. p.168. (Capítulo XXIV). Na versão em livro a passagem recebe um advérbio que intensifica a ideia: “Senhores vivos, não há nada *tão* incomensurável como o desdém dos finados.” (grifo meu)

eliminaría os grupos africanos pola súa incorporación à raza branca. Em suma, o crítico argumentava em favor da hierarquização de raças, apropriando-se de noções científicistas correntes à época para justificar a desigualdade entre elas.

Percebe-se que a mobilização de teorias raciais e científicas para se falar sobre literatura era prática já conhecida dos leitores da *Revista Brasileira*. Contudo, o primeiro trabalho que se dedicou mais detidamente a esse tema e o aprofundou no campo das disputas estéticas do período foi “A literatura brasileira – suas relações com a portuguesa; neo-realismo”, escrito também por Sílvio Romero. O artigo apareceu na edição de 15 de novembro de 1879 e, segundo o autor, era chegado o momento de o “Brasil, depois de quatro séculos de contato com a civilização moderna, [...] olhar para trás e ver o que tem produzido de mais ou menos apreciável no terreno das ideias.”¹⁵¹

Romero propunha fazer um balanço do que o Brasil havia produzido de bom e de ruim no meio intelectual até aquele momento. E diz que ainda estava por ser feito um estudo completo sobre a literatura brasileira, que seguisse um “critério positivo” e fosse escrito “com rigor científico”.¹⁵² Este trabalho deveria apresentar a seguinte estrutura: um primeiro capítulo sobre as condições naturais que influenciavam a literatura de um país; depois, outro sobre os povos que constituíram a respectiva nação; e, por fim, um terceiro capítulo em que se deveria discutir a poesia e os contos populares do lugar estudado. Coincidência ou não, a estrutura ideal de um grande estudo literário, na opinião de Sílvio Romero, devia seguir o roteiro que ele vinha apresentando em seus artigos sobre a poesia popular brasileira.

Depois das questões estruturais, o autor partiu para o conteúdo do artigo – uma defesa da literatura realista. Para tanto, ele começou, como sempre fazia em suas críticas, elogiando o oponente – no caso, o romantismo. Dizia que essa escola trouxera para a literatura brasileira o grande ganho de buscar novas fontes de inspiração nas obras francesas e inglesas, distanciando-se da influência literária portuguesa, que Romero considerava bastante prejudicial.

¹⁵¹ *Revista Brasileira*, “A literatura brasileira – suas relações com a portuguesa; o neo-realismo”, 15 de novembro de 1879. p.273.

¹⁵² Idem, p.275.

Feito o elogio de praxe, seguia-se o duro combate. De início, criticou o romantismo por haver colocado todas as suas forças no indianismo. Depois, emendou ressaltando que o Brasil estava caminhando para o progresso das letras, principalmente devido à pena de grandes e isolados escritores, como no caso do sempre elogiado nas obras de Romero, Tobias Barreto. No entanto, lamentava:

Se alguns destes espíritos, que mourejam quase incógnitos nas províncias, são como inexistentes para o público fluminense, a culpa não é deles. Acusemos antes a nossa presunção, que nos leva a crer que o Brasil é a *rua do Ouvidor...* que os nossos homens são somente os que fazem discursos no parlamento, para obterem as palmas dos enfasiados e os aplausos dos diletantes.¹⁵³

Havia outros autores dignos de elogios. O feito grandioso desses literatos elogiados por Sílvio Romero estaria no fato de terem trazido para a poesia brasileira o estilo realista. Entediado, alegava que não se sentia

em disposição de espírito de vir tratar de novo desta questão, entre outros motivos, porque aceito o dito de Julian Schmidt: “é uma prova de incultura ainda vir hoje discutir sobre a questão vencida do *idealismo e realismo*.”¹⁵⁴

Apesar disso, Romero possuía as suas ressalvas ao realismo. A principal delas, contudo, acabava recaindo, ainda que de maneira indireta, em uma nova crítica ao romantismo. O ensaísta sergipano defendia que o problema de escritores realistas era acreditarem ser a poética por eles seguida a única possível. Sílvio Romero chamava o leitor a ponderar que

Sempre que uma fórmula só da realidade, um lado exclusivo dos fatos, pretende impor-se pela verdade toda, temos aí um fenômeno de pouca duração. A natureza reage e o sistema cede. É o que se deu com o romantismo; entendeu que devia chorar demais, e acabou por *ensandecer*.¹⁵⁵

¹⁵³ Idem, p.287. (grifos no original)

¹⁵⁴ Idem, p.289. (grifos no original)

¹⁵⁵ Idem. (grifo no original)

Esse seria um risco que os maus praticantes do realismo poderiam correr. Haveria, porém, escapatória: bastava evitar que os textos se restringissem a narrar “casos eróticos” e ficassem cheios de “almas enfermas e de pernas e corpos nus”. Retomava, assim, os termos do debate de 1878, e dentre as diversas críticas elaboradas àquela época, Romero aceitava a que suscitou menor controvérsia entre os participantes da polêmica: a questão da moralidade discutível das obras realistas. Isso porque, ainda que com intensidades distintas, tanto os partidários quanto os opositores do realismo pareciam concordar que as obras realistas tendiam a exagerar no tom. De qualquer modo, apesar da ressalva feita, cumpria, antes, salvar o realismo, e não descartá-lo em virtude das falhas de alguns de seus seguidores. Afinal, tal estética estava “de acordo com a natureza, com a verdade, com a ciência”.¹⁵⁶

No fascículo seguinte, em 1º de dezembro de 1879, vinha publicado o que pode ser compreendido como a resposta imediata de Machado de Assis a Sílvio Romero, o artigo “A nova geração”. O tom do texto de Machado trazia em princípio um pedido de ponderação por parte dos críticos:

A nova geração chasqueia às vezes do romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das cousas; não há impor a reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano.¹⁵⁷

Machado se apresentava como escritor com mais experiência, que pedia aos jovens cautela em suas críticas, moderação no tom e acuidade de percepção para saber separar o que havia de bom e de ruim na produção recente. Acima de tudo, indicava a necessidade de se atentar para os riscos que o realismo, tal qual vinha sendo concebido, poderia trazer para a arte:

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ *Revista Brasileira*, “A nova geração”, 1º de dezembro de 1879. p.373.

Ia-me esquecendo da bandeira hasteada por alguns, o realismo, a mais frágil de todas, porque é a negação mesma do princípio da arte. [...] Um poeta, V. Hugo, dirá que há um limite intrascindível entre a realidade, segundo a arte, e a realidade, segundo a natureza. Um crítico, Taine, escreverá que se a exata cópia das cousas fosse o fim da arte, o melhor romance ou o melhor drama seria a reprodução taquigráfica de um processo judiciário. Creio que aquele não é clássico, nem este romântico. Tal é o princípio são, superior às contendas e teorias particulares de todos os tempos.¹⁵⁸

O literato argumentava que o problema não era a realidade, mas sim o realismo; não eram as descobertas científicas, mas o uso que os novos poetas vinham fazendo da ciência, como fonte de onde colher nomes complexos para fazer seus textos parecerem eruditos, prescindindo do estilo literário. Machado de Assis considerava esse último aspecto o ponto fraco da obra de seu opositor, Sílvio Romero. Sobre os trabalhos por ele produzidos, Machado dizia que

Faltava-lhes estilo, que é uma grande lacuna nos escritos do Sr. Sílvio Romero; não me refiro às flores de ornamentação, à ginástica de palavras; refiro-me ao estilo, condição indispensável do escritor, indispensável à própria ciência – o estilo que ilumina as páginas de Renan e de Spencer, e que Wallace admira como uma das qualidades de Darwin.¹⁵⁹

O comentário do autor de “A nova geração”, apesar de incisivo, concluía matizando que, se por ora a obra de Romero padecia desse mal, o crítico possuía profundo conhecimento e seus estudos traziam reflexões louváveis. Era uma questão de tempo para que encontrasse seu próprio estilo.

Machado de Assis, à maneira dos artigos publicados um ano e meio antes no jornal *O Cruzeiro*, lançava o estímulo necessário para o início de nova frente de batalha no campo literário. Suas tentativas de suavizar um pouco o tom da crítica, porém, não foram suficientes para evitar a exaltação dos ânimos. O fascículo de 15 de dezembro de 1879 trazia a implacável tréplica de Sílvio Romero. O texto, ainda que não se declarasse uma resposta ao artigo “A nova geração”, pouco a pouco indicava ser essa sua real intenção, a

¹⁵⁸ Idem, p.378.

¹⁵⁹ Idem, p.401.

ponto de chegarmos ao fim da leitura sem praticamente qualquer dúvida a respeito do interlocutor ao qual as alfinetadas se destinavam.

Romero começava justificando o destaque que conferia aos intelectuais de Pernambuco. Dizia que de lá saíram ilustres estudiosos, mas que por infelicidade eles não receberam a devida atenção por terem atuado fora da Corte:

Uma fatalidade, que se prende de um lado ao desprezo da Corte para com a imprensa provinciana, e, de outro, à posição pouco vantajosa dos trabalhadores de que vou falar, é a razão explicativa de terem ficado eles ignorados, ao passo que outros mais felizes então, como ainda hoje, foram na capital do Império aureolados com o título de notabilidade. Não contentes com a centralização política e administrativa, os pretendidos guias do pensamento nacional hão sonhado também com a centralização literária!¹⁶⁰

Adiante, a afronta a Machado de Assis aparece de forma mais objetiva, em especial para aqueles que, quinze dias antes, haviam lido o texto do romancista fluminense no mesmo periódico:

Mas eis que no Rio de Janeiro só de 1874 em diante é que, pela primeira vez, os nomes de Darwin e Comte foram pronunciados em público em conferências e escritos, quando em Pernambuco eram de vulgar notícia entre os moços de talento de 1869...

A crítica ciência, pois, não nasceu na corte com a retórica do cônego Pinheiro ou com as divagações do Sr. Machado de Assis.¹⁶¹

Os embates a respeito do modo realista de compor literatura e do papel da verdade em textos ficcionais não acabavam por aí. Ao contrário, as manifestações contrárias ou favoráveis à nova escola se multiplicaram na *Revista Brasileira*. Desde antes dos dois artigos citados esse tema já estava em voga. Na “Crônica teatral” de junho de 1879, Visconti Coaracy abordou o papel do teatro como educador da sociedade. Para que essa função fosse atingida, o autor defendia a importância de se encenar a peça como uma “fotografia” da realidade, pois caso o espectador se reconhecesse na história que assistia, a mensagem calaria mais depressa e profundamente. Concluía assim:

¹⁶⁰ *Revista Brasileira*, “A prioridade de Pernambuco”, 15 de dezembro de 1879. p.487.

¹⁶¹ *Idem*, p.494.

Por isso sem negar merecimento, e muito mesmo, a essas composições que fizeram a glória do teatro antigo, preferimos o teatro como é na atualidade, despido das falas e louçanias do ideal, sem pretensão a mostrar as cousas como *deviam ser*, limitando-se a reproduzi-las *tais quais são*, dando-nos a natureza em vez do ideal, a verdade em vez do romantismo.¹⁶²

Na crônica teatral do fascículo seguinte, Coaracy voltaria a aproximar o realismo da verdade. Essa escola literária seria responsável por despir as peças “de atavios inverossímeis, de disfarces e reservas que muitas vezes, se não sempre, desnaturam a verdade.”¹⁶³

O colega de publicação, Bethencourt da Silva, também abordou a questão da verdade nas obras de arte, mas parecia discordar do ponto de vista do cronista anterior. Silva disse que “a verdade na arte não é a mesma verdade da vida comum; nesta quer-se por assim dizer a verdade material, naquela busca-se retratar a verdade do ideal.” E completou:

O que cativa, surpreende e arrasta o espectador na observação das obras de arte não é a verdade da cópia como molde, senão a criação do espírito. A precisão da cópia das belezas da natureza deleitará talvez os olhos daqueles que no seu viver não podem elevar-se além da esfera da materialidade, mas não satisfará jamais as ambições máximas da alma do poeta e do artista.¹⁶⁴

A questão era espinhosa, e atingia textos e autores de interesses variados. Se o realismo vinha sendo utilizado como baluarte da verdade, na “Revista Musical”, de C. França, a inversão dos termos visava produzir o mesmo resultado. O autor, ao comentar a entrada do realismo nas óperas após a *Aïda* de Verdi, relacionava o romantismo a tudo quanto era falso: “o romantismo já não tem tanta aceitação; o soberano e falso vai sendo banido diante do realismo, que está ganhando terreno.”¹⁶⁵

¹⁶² *Revista Brasileira*, “Crônica teatral”, 1º junho de 1879. p.143. (grifos no original)

¹⁶³ *Revista Brasileira*, “Crônica teatral”, 1º de julho de 1879. p.223.

¹⁶⁴ *Revista Brasileira*, “Belas artes”, 15 de julho de 1879. p.286.

¹⁶⁵ *Revista Brasileira*, “Revista Musical”, 1º de setembro de 1879. p.533. (grifo no original)

Manifestações pontuais como essas, de defensores ou opositores do realismo, salpicaram por toda a publicação da *Revista Brasileira*. Depois de Sílvio Romero e Machado de Assis, um terceiro autor se destacou em meio aos artigos dedicados às novidades no campo literário brasileiro. Foi Urbano Duarte, com seu texto “O Naturalismo”. O autor defendia a importância da natureza para a concepção de um texto literário. Ressaltava que isso não significaria compor textos que só se dirigissem a uma determinada região. Para o autor, as grandes obras de arte eram etéreas: com pequenas adaptações, poderiam se referir a qualquer lugar, a qualquer época. Certo é que suas reflexões não paravam por aí. Algumas linhas mais, e Urbano Duarte atingiria o ponto já bem conhecido dos leitores da *Revista Brasileira*:

A sinceridade, a verdade, eis o que se deve exigir em primeiro lugar. Mas quais devem ser as cores, as da realidade, ou as da *arte*, dando a esta palavra a significação restrita dos retóricos? Eis a questão sobre a qual os partidários extremos se digladiam sem querer chegar a um acordo, aliás óbvio.¹⁶⁶

A saída óbvia à qual o autor fazia referência era a transformação da realidade em verdade estética. E a grande expressão da verdade, para Urbano Duarte, encontrava-se na literatura naturalista:

O espírito científico do século fecundará a inteligência dos homens de letras, e dessa benéfica hematose provirá a literatura *naturalista*, o reino da *verdade escrita*, o estudo racional, verídico, e sobretudo *inteiro*, do homem e da sociedade, com a explicação das causas e dos efeitos. É isto o que entendemos por *naturalismo na arte*. Um livro será um livro. Não mais confundir-se-á o trigo com o joio, e para se fazer uma obra será preciso mais alguma coisa que pena, papel, tinta e *uma* ou mesmo *nenhuma* ideia. Diminuirá a quantidade, mas em proveito da qualidade.¹⁶⁷

A menção que Urbano Duarte faz ao final, a respeito da impossibilidade de as novas produções literárias continuarem se apoiando em “*uma* ou mesmo *nenhuma* ideia”, faz recordar a já comentada peça de teatro “Por um triz”, de Eugenio de Mello, em que o

¹⁶⁶ *Revista Brasileira*, “O Naturalismo”, 1º de julho de 1880. p.27. (grifo no original)

¹⁶⁷ *Idem*, p.28. (grifos no original)

filho da família senhorial da narrativa cogita abandonar a profissão de médico para ser poeta, ocupação para a qual “não precisa ter ideias”. Mais ainda, lembra *Memórias póstumas de Brás Cubas*, romance que, à primeira vista, parece não contar história alguma. Todavia, investigando mais a fundo aquelas linhas, descobre-se que aquilo que acusavam na obra de Machado como sendo “ornamento frouxo, na verdade carregava o tom de crítica e dúvida diante da escrita literária orientada pelos princípios do cientificismo em voga.”¹⁶⁸

Contudo, procurar o sentido histórico presente nos textos de Machado de Assis não era o objetivo de seu oponente Urbano Duarte. Antes, ele pretendia apresentar uma terceira via, mas sem se distanciar das discussões já publicadas no periódico. Mais uma vez retomavam-se os temas da influência do pensamento científico e da representação da verdade nos textos literários. E novamente o romantismo parecia ser compreendido como uma estética literária não condizente com o novo quadro intelectual trazido pelo século XIX.

Duarte pretendia dar a resposta definitiva à questão, mas os ânimos permaneciam inflamados. Sílvio Romero voltou a se manifestar a respeito do tema em artigos críticos, e parecia continuar a dirigir comentários ácidos em direção a Machado de Assis. As observações de Romero nem sempre levavam o nome do alvo. Porém, algumas notas permitem cogitar que falava a Machado. É o caso, por exemplo, da passagem que escreveu para a *Revista Brasileira* de 1º de outubro de 1880, em meio a mais um de seus artigos sobre “A poesia popular no Brasil”:

Temos visto alguns pretendidos grandes romancistas, que nunca saíram aqui da corte, que não conhecem o seu país, que não conhecem o nosso povo, que nem sequer tiveram o vago pressentimento de que é impossível escrever o romance ou o drama sem conhecer a alma popular, temos visto, dizemos, tais homens manejando algumas dúzias de frases consagradas, escreverem livros de *erótica fluminense* e serem aplaudidos por seus admiradores, ainda mais ignorantes do que eles!¹⁶⁹

¹⁶⁸ SILVEIRA, Op.cit., p.90.

¹⁶⁹ *Revista Brasileira*, “A poesia popular no Brasil”, 1º de outubro de 1880. p.31. (grifos no original)

Mais adiante, o crítico concluiria com uma frase que, se relembrarmos o comentário feito por Machado de Assis em “A nova geração” ao estilo de Romero, faz parecer ainda mais que é ao romancista que Sílvio Romero se reportava:

Fora melhor, portanto, que certos romancistas e pretendidos dramaturgos estudassem o povo, ouvissem como ele fala, perscrutassem-lhe o pensamento, haurissem-lhe a alma e a vida no sabor de suas lendas, no perfume de suas trovas, e retemperassem assim o seu próprio e mesquinho pensamento e a sua própria e afetada linguagem. Mas... o estilo?! O estilo é justamente o contrário do que eles pensam.¹⁷⁰

Sílvio Romero parecia ter o costume de abrir frentes de batalhas literárias, assim como aparentemente não perdoava aqueles que o criticavam. Em “A Nova Geração” Machado de Assis já atentava para essa situação, e sugeria ao crítico que mudasse sua estratégia e não se preocupasse em replicar cada avaliação negativa recebida. Em seu artigo, Machado citava passagem de Romero em que este último reclamava que “injuriavam ao *poeta* [...] por causa de algumas duras verdades do *crítico*”. Em seguida, o literato fluminense aconselhava:

Realmente, criticados que se desforçam de críticas literárias com impérios dão logo idéia de uma imensa mediocridade, – ou de uma fatuidade sem freio, – ou de ambas as cousas; e para lances tais é que o talento, quando verdadeiro e modesto, deve reservar o silêncio do desdém: *Non racionar di lor, ma guarda, e passa.*¹⁷¹

A despeito dos ensinamentos de Machado, Romero não costumava se abster de retomar ou rebater censuras recebidas. Seu ataque tomava proporções ainda maiores com a publicação do livro *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*, em 1897.¹⁷² Já no prefácio fica clara a intenção do livro: mostrar que eram exagerados os elogios que a imprensa brasileira dedicava reincidentemente a Machado e que o romancista não merecia o lugar de destaque a ele conferido no mundo literário.

¹⁷⁰ Idem, p.33.

¹⁷¹ *Revista Brasileira*, “A Nova Geração”, 1º de dezembro de 1879. p.402. (A última frase se refere a algo como: “não pense neles, mas olha, e passa.”)

¹⁷² ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: Estudo Comparativo de Literatura Brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

Uma das primeiras críticas que elaborou volta a retomar os termos do debate travado em 1879-1880 na *Revista Brasileira*. Sílvio Romero dizia que Flaubert, com a publicação de *Madame Bovary*, havia aberto uma nova era literária, e por isso merecia os louros que lhe dedicavam. Já com relação a Machado de Assis, seu principal oponente, Romero alegava:

Não se pode afirmar coisa idêntica de Machado de Assis: não se pode dizer que ele haja reunido, em síntese superior, o gênio lírico de Alencar, de Álvares de Azevedo, de Varela, ao talento de observação de Martins Pena, de Manoel de Almeida, de Macedo; que tenha desse consórcio fecundo das duas principais correntes, que dividiram a literatura nacional durante a maior porção deste século, feito nascer a literatura de hoje, o espírito de nossos dias. E a prova mais evidente da negatividade de sua obra é que não teve continuadores, não teve nem poderá ter discípulos; porque ele nada inventou, não produziu uma só ideia que fosse um centro em torno do qual gravitassem as almas.¹⁷³

Roberto Ventura analisa as polêmicas travadas por Sílvio Romero durante sua carreira, e mostra como as desavenças que surgiram na *Revista Brasileira* se estenderam pelas décadas seguintes. O crítico literário afirma que as “censuras a Machado de Assis se orientam por um critério evolucionista”: Romero formulava o raciocínio de que, como Machado seguia um romantismo tardio, recusando as novas tendências literárias, seu papel na “evolução intelectual” seria desprezível.¹⁷⁴ Esse pensamento cientificista do autor do principal trabalho crítico negativo acerca da obra e da carreira de Machado recorreria ainda à etnografia, acabando por cair na forma mais dura que essa crítica poderia assumir. Romero relacionou os escritos do literato fluminense à questão racial:

Machado de Assis não sai fora da lei comum, não pode sair, e ai dele, se saísse. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada, por mais que pareça estranho tocar neste ponto.

[...] Sim, Machado de Assis é *um brasileiro de regra*, um nítido exemplar dessa sub-raça americana que constitui o tipo diferencial de nossa etnografia, e sua obra inteira não desmente a sua fisiologia, nem o

¹⁷³ Idem, p.34.

¹⁷⁴ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp.96-97.

peculiar sainete psicológico originado daí. Com certeza não o molesto, falando assim; e não pode ser por outro modo.¹⁷⁵

Os poucos trechos não deixam dúvida sobre o quão longe Sílvio Romero poderia ir para atingir seu alvo. Ainda que a colaboração de Machado de Assis para a *Revista Brasileira* durante a fase dirigida por Nicolau Midosi tenha acontecido quase duas décadas antes da publicação do livro *Machado de Assis: Estudo Comparativo de Literatura Brasileira*, as falas deixadas por Romero no periódico já indicavam a postura feroz do crítico. Talvez Machado tivesse percebido isso e soubesse o risco que corria em dar continuidade ao embate direto com seu contendor. Intelectual sem diploma (como depois Sílvio Romero faria questão de lembrar), gago, mulato e que sofria de epilepsia: o literato reunia muitas características de perigosa fragilidade num mundo dominado por ideias científicas. Possivelmente ele entendia sua posição, assim como suas personagens dependentes tinham clareza dos perigos que enfrentavam em uma sociedade paternalista. Nesse caso, Machado, que tão bem explorou o tema em suas obras ficcionais, saberia encontrar estratégias para dizer tudo o que queria, sem entrar em confronto direto com os oponentes que possuíam muitas ferramentas para transformar a polêmica em campo de batalha. Ou então o literato simplesmente seguiu o conselho que ele mesmo havia dado a Sílvio Romero em 1879: não responder a injúrias que fossem fruto de críticas mal recebidas.

De qualquer modo, fato é que Machado de Assis não replicou a Romero ou a qualquer de seus outros críticos, nem tornou a escrever textos sobre crítica literária. Inobstante, isso não significa que nunca mais ele tenha voltado a manifestar suas opiniões sobre o modo de se produzir literatura. Seus posicionamentos e sua postura combativa permaneceram. O que mudou foi a forma de trazer a público essas ideias. A partir de então, os pareceres do autor sobre estética literária e protocolos narrativos devem ser buscados na própria obra ficcional do escritor. *Memórias póstumas de Brás Cubas* pode ser compreendido, desse modo, como uma resposta direta aos debates em que o autor se envolveu desde fins da década de 1870 e que se intensificaram na *Revista Brasileira*.

¹⁷⁵ ROMERO, Op.cit., pp.66-67. (grifos no original)

No texto ficcional é possível encontrar passagens em que o narrador satiriza a fórmula romântica, como é o caso, por exemplo, de quando Brás Cubas e Virgília se despedem, friamente e em definitivo, após saberem da nomeação de Lobo Neves para presidente de província. Após se separarem, Brás reflete:

Não a vi partir; mas à hora marcada sentia alguma cousa que não era dor nem prazer, uma cousa mista, alívio e saudade, tudo misturado, em iguais doses. Não se irrite o leitor com esta confissão. Eu bem sei que, para titilar-lhe os nervos da fantasia, devia padecer um grande desespero, derramar algumas lágrimas, e não almoçar. Seria romanesco; mas não seria biográfico. A realidade pura é que eu almocei, como nos demais dias, acudindo ao coração com as lembranças da minha aventura, e ao estômago com os acepipes de Mr. Pruddon...¹⁷⁶

Bem ao gosto do realismo reivindicado por alguns colaboradores da *Revista Brasileira*, Brás afirmava, acima de tudo, seu compromisso com a verdade. E dizia que não iria permear o texto de afirmações inverídicas, apenas para agradar ao leitor conservador.

Isso na voz de um narrador cínico como Brás, para dizer o mínimo, soa como marcada ironia. Ele muitas vezes parece estar lá para confundir o leitor, mais do que para esclarecer a história. Monta teias que, à primeira vista, não dificultariam a compreensão sobre qual era o tipo de argumento defendido pelo romance no quesito da estética literária, fazendo parecer tratar-se de um texto eminentemente realista. As construções narrativas quando observadas mais de perto mostram algo diferente. A descrição que Brás Cubas apresenta de Virgília, ainda moça, é um bom exemplo para compreender melhor os jogos elaborados pela forma de narrar de Brás:

Naquele tempo contava apenas uns quinze ou dezesseis anos, e era talvez a mais atrevida criatura da nossa raça, e, com certeza, a mais voluntariosa. Não digo que já lhe coubesse a primazia da beleza entre as mocinhas do tempo, porque isto não é romance, em que o autor sobredoura a realidade e fecha os olhos às sardas e espinhas; mas também não digo que lhe maculasse o rosto nenhuma sarda ou espinha, não.¹⁷⁷

¹⁷⁶ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de outubro de 1880. pp.93-94. (Capítulo CXV)

¹⁷⁷ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de maio de 1880. p.174. (Capítulo XXVII)

Afinal, Virgília era heroína realista, que podia ter suas qualidades, mas ao mesmo tempo não escondia os defeitos, as sardas existentes em toda mulher? Ou era mocinha romântica, imaculada, sem qualquer sarda ou espinha, representação máxima da perfeição na terra? Qual era, enfim, o projeto de Machado de Assis com a escrita de *Memórias póstumas de Brás Cubas* – fornecia outra obra para a prateleira do realismo cada vez mais em voga no Brasil, ou construía uma crítica a essa estética realista tal qual defendiam determinados colaboradores da *Revista Brasileira*?

Se para alguns autores do periódico o realismo era a manifestação da ciência e da verdade na literatura, então é possível afirmar com certa segurança que Machado criou em seu romance um espaço para combater esse pensamento.¹⁷⁸ A transposição direta do conhecimento ou da estrutura de raciocínio científico para um texto ficcional foi satirizada em várias passagens. Encontramos, por exemplo, Brás inconformado com o fato de Eugênia ser bonita e coxa. No pensamento daquele senhor, essa era uma combinação infundada: “Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes uma sublime caçoadá. Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita?”¹⁷⁹

Vale lembrar que, no tempo interno da narrativa ficcional, a vivência de Brás com Eugênia ocorreu na primeira metade do século XIX. É provável, como mostra Sidney

¹⁷⁸ Por isso é tão complicado aceitar certas classificações que caracterizam Machado de Assis como escritor realista a partir das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Alfredo Bosi, por exemplo, argumenta que, a partir de determinado momento de sua carreira literária, Machado teria passado a trazer para seus textos “o avesso da tela romântica”. Disso para sua conclusão é um pulo: se se opunha ao romantismo, então é possível afirmar que o “ponto mais alto e mais equilibrado da prosa realista brasileira acha-se na ficção de Machado de Assis”. Esse tipo de análise desconsidera todo o esforço empreendido pelo literato desde a década de 1870 para combater a nova escola realista (enquanto movimento literário de tradição francesa) que tomava corpo cada vez mais definido no campo das letras no Brasil da segunda metade do século XIX. Paul Dixon, por sua vez, ainda que também não leve em conta elementos extratextuais e faça sua análise apenas baseado na função da palavra escrita e no que chama de “relação entre o texto e o sentido visual”, constrói considerações mais matizadas. Dixon reconhece que Machado percebia uma decadência do romantismo, mas ressalta que o literato também tinha “uma atitude negativa quanto ao ‘realismo’”. Comenta que “é evidente que para Machado, a alternativa do Romantismo caduco não é nem a estética realista, nem a do movimento aliado ao naturalismo.” O estudioso de Machado, por fim, conclui o argumento mostrando que “reconhecendo a condição decrépita do Romantismo, Machado sente a necessidade, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de criar um romance que deixe a velha escola dos ‘suspiros poéticos e saudades’, ao mesmo tempo evitando a adesão à mais recente importação literária.” Para conhecer os detalhes dos argumentos dos autores, ver: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Culturix, 1994. pp.163-182. E: DIXON, Paul B. *O chocalho de Brás Cubas: uma leitura das Memórias Póstumas*. São Paulo: Nankin: EDUSP, 2009. pp.81-90.

¹⁷⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de maio de 1880. pp.239-240. (Capítulo XXXIII)

Chalhoub, que o narrador, ao escrever seu livro algumas décadas depois, tivesse um olhar retrospectivo a respeito daquela situação. Talvez o que incomodasse Brás a respeito de Eugênia, no momento em que interagia com ela, fosse o fato da mulher, apesar de coxa, ter o olhar são, que não se abaixava perante um legítimo Cubas. Em outras palavras, “Eugênia não se permitia operar por dentro da lógica senhorial; buscava preservar a sua alteridade a qualquer custo, o que acabou por provocar a reação cruel e destemperada de Brás.”¹⁸⁰ Esse motivo, o orgulho senhorial maculado, era provavelmente mais difícil de servir de justificativa em 1880, quando Brás escrevia suas *Memórias*, do que em meados do século XIX, quando rejeitou Eugênia. A solução era se atualizar e operar segundo a lógica do novo momento com o qual interagia. Tarefa que, aliás, não foi difícil de ser alcançada: a influência do darwinismo permitia que facilmente os leitores contemporâneos ao defunto autor concordassem ser “indesejável desposar garota coxa, ainda que bela, pois presumia-se a inadequação para a reprodução biológica saudável.”¹⁸¹

A utilização de dados fisiológicos para analisar situações que iam além da biologia não era procedimento novo para os leitores da *Revista Brasileira*. Em seu romance “Sacrifício”, Franklin Távora já havia incorporado noções fornecidas pelos estudos que apontavam para a relação entre caráter e fisionomia. Nessa história ficcional, Maurícia havia fugido do marido, alegando maus tratos. Martins, cunhado de Maurícia, conhecia o suposto agressor apenas por um retrato. Isso já era suficiente para que pudesse tirar suas conclusões. Conforme mostra o narrador, “Martins dissera como fisionomista experiente: ‘Esta cara não é a de um homem de bem.’”¹⁸²

Procedimentos dessa ciência oitocentista invadiram o romance de Machado de Assis, porém a partir de uma visão negativa. Em artigo publicado antes do início do aparecimento de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o Dr. Kossuth Vinelli comentava a respeito da importância da fisiologia para os estudos científicos. A ciência da época já não poderia contentar-se mais com pesquisas restritas. Era preciso ir mais a fundo no conhecimento dos organismos:

¹⁸⁰ CHALHOUB, Op.cit., pp.114-115.

¹⁸¹ Idem, pp.116-117.

¹⁸² *Revista Brasileira*, “Sacrifício”, 15 de julho de 1879. p.24.

O ilustre Claude Bernard não admitia que pudesse haver fisiologia científica sem a experimentação, e sobretudo sem essa forma de experimentação a que Blainville chamou de vivisseção. Ele dizia, com toda a razão, que assim como não se puderam descobrir as leis da natureza bruta senão penetrando nos corpos inertes, assim, também não se poderá chegar a conhecer as leis e as propriedades de matéria viva senão deslocando os organismos vivos, produzindo neles mutilações que permitam introduzirmo-nos no meio interno. [...] É a experiência quem vem confirmar e corroborar a observação, e é sobre ambas que devem assentar as teorias.¹⁸³

Brás Cubas leva esse raciocínio um pouco adiante. O narrador não via apenas interesse científico nesse tipo de invasão ou mutilação causada a outro organismo vivo: ele sentia prazer. Essa postura de Brás se intensifica conforme a narrativa se desenvolve. Em um primeiro exemplo, ao ter o quarto invadido por uma borboleta preta, num impulso o protagonista das *Memórias póstumas* a mata com uma toalha. O narrador diz que ficou “um pouco aborrecido” com a situação, e, como bom senhor paternalista, isentou-se da culpa da ação, inferindo à borboleta a responsabilidade por ter sido morta: “Também porque diabo não era azul?” Passado o primeiro desconforto com relação ao ocorrido, logo é acometido por nova sensação: “deixei-me estar a contemplar o cadáver, com alguma simpatia, confesso.” A cena continua com o narrador criando hipóteses acerca de quais teriam sido os pensamentos da borboleta preta, e como seu fim poderia ser diferente caso ela fosse azul – ao invés de morrer com o safanão de uma toalha, poderia ser alfinetada e enquadrada para “recreio dos olhos”. Quando chega a essa reflexão, pondera que, afinal, não faria muita diferença – de qualquer modo sua vida teria chegado ao fim. Esse pensamento consola Brás, que então se recompõe e joga a borboleta preta pela janela. Não bastava, porém, matar a borboleta e admirar o cadáver enquanto tecia conjecturas acerca de outros desfechos que lhe poderiam reservar o destino caso as circunstâncias fossem diferentes. Brás quis, ainda, observar os últimos momentos do inseto no jardim: “Era tempo; aí vinham já as providas formigas... Não, volto à primeira ideia; creio que para ela era melhor ter nascido azul.”¹⁸⁴ O capítulo se encerra com essa frase, ficando por conta do leitor imaginar

¹⁸³ *Revista Brasileira*, “Importância da fisiologia”, junho de 1879. pp.126-127.

¹⁸⁴ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de maio de 1880. (Capítulo XXXI)

por quanto tempo a última cena envolvendo a borboleta sendo arrastada pelas formigas ainda entreteria o narrador.

Um segundo episódio semelhante, para continuar no mundo dos invertebrados, ocorreu quando Virgília e Brás tentavam se reconciliar na casa de Gamboa, depois de o amante ter se atrasado em um encontro anterior. Virgília argumentava, ameaçava colocar fim àquela relação, elogiava o marido para tentar causar incômodo em Brás. Mas parecia que nada o abalava. Com efeito, o narrador confessou que, enquanto a mulher discursava, ele, “sentado, com os braços fincados nos joelhos, olhava para o chão, onde uma mosca arrastava uma formiga que lhe mordida o pé. Pobre mosca! pobre formiga!” Virgília se irritou com o silêncio do companheiro, e fez menção de sair. Brás, então, conta de forma bastante sucinta que voltou por um momento a atenção à amiga e “disse-lhe muitas cousas meigas, outras humildes, outras graciosas”. Logo o brinco de Virgília caiu ao chão e, ao recuperá-lo para a amante, o defunto autor se depara novamente com a dupla de insetos. Esse fato sim mereceu a mais detida atenção do narrador, que descreveu em detalhe como, com a ajuda de um grampo, libertou a formiga que tinha o pé mordido por uma mosca, e a mosca que se encontrava sendo arrastada por uma formiga.¹⁸⁵

Se o fascínio de Brás Cubas pelas vivisseções e mutilações científicas não fica exposto de maneira satisfatória em suas interações com insetos, as cenas do senhor com Prudêncio não deixam dúvida a respeito da estrutura mental do narrador. Ainda menino Brás já havia desenvolvido certo espírito sádico. Ele conta que

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, ele obedecia – algumas vezes gemendo, – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – “ai, nhonhô” – ao que eu retorquia: – “Cala a boca, besta!”¹⁸⁶

A indiferença da criança rica ao sofrimento do escravo durante brincadeira maldosa ganha forma adulta. Anos depois, enquanto caminhava pelo Valongo, Brás se

¹⁸⁵ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de outubro de 1880. pp.07-08. (Capítulo CIII)

¹⁸⁶ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de abril de 1880. (Capítulo XI)

depara com um negro vergalhando outro. Qual não foi sua surpresa quando percebeu que aquele que empunhava o chicote era Prudêncio, que havia sido liberto por Bento Cubas anos antes. O paralelismo entre Prudêncio-negro vergalhado e Brás menino-Prudêncio é inegável:

[Dizia o negro atingido:]
– “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.
– Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!
– Meu senhor! gemia o outro.
– Cala a boca, besta! Replicava o vergalho.¹⁸⁷

Brás Cubas, ao perceber quem era o homem do vergalho, disse a Prudêncio que perdoasse seu escravo. A ação aparentemente boa é negada pelos pensamentos subsequentes do narrador. Brás não se compadece do negro torturado, não lastima que sua violência contra Prudêncio quando criança pudesse ter sido o germen da cena que acabara de assistir. Antes, analisa a situação, impassível, tomando-a por mera comprovação de um universo pautado pelo raciocínio de causa-consequência: “Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro.” Não bastasse isso, Brás ainda foi capaz de construir a seguinte fala: “Segui caminho a cavar cá dentro uma infinidade de reflexões, que sinto haver inteiramente perdido; aliás, seria matéria para um bom capítulo, talvez alegre. Eu gosto de capítulos alegres; é o meu fraco.”¹⁸⁸ Desse modo, percebemos como, de episódio que retoma o sofrimento passado de Prudêncio e a esse adiciona o sofrimento presente do negro vergalhado, tudo o que fica para Brás Cubas é a lamúria de haver esquecido a reflexão alegre que havia feito a partir de todo o substrato trágico que acabara de reunir.

A crítica a essa ciência invasiva que gerava uma insensibilidade ao sofrimento alheio, e mesmo uma espécie de prazer advindo de sua contemplação, já havia sido feita na *Revista Brasileira* pelo próprio Machado de Assis, em forma de poema:

¹⁸⁷ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de agosto de 1880. (Capítulo LXVIII)

¹⁸⁸ *Idem*.

Lembra-me que, em certo dia
Na rua, em pleno verão
Envenenado morria
Um pobre cão.

Arfava, espumava e ria,
De um riso espúrio e bufão,
Ventre e pernas sacudia
Na convulsão,

Nenhum, nenhum curioso
Passava, sem se deter,
Silencioso,

Junto ao cão que ia morrer.
Quem sabe? é delicioso
Ver padecer.¹⁸⁹

Não apenas o método científico, mas as motivações da ciência parecem estar subvertidas em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Em artigo da *Revista Brasileira* que deu início a uma série de textos que abordavam descobertas científicas recentes, o Dr. Luiz Couty falava da importância de despertar a atenção dos jovens para os estudos laboratoriais,

¹⁸⁹ *Revista Brasileira*, “Cantos Ocidentais”, 15 de janeiro de 1880. p.139. Essa frente de combate não foi abandonada pelo autor. A crítica a essa ciência impassível tornaria a marcar presença em seus escritos, como é o caso do conto “A Causa Secreta”, uma das obras em que Machado constrói o quadro mais primoroso a respeito desse tema. O texto publicado na *Gazeta de Notícias* de 1º de agosto de 1885 e depois reunido no livro *Várias Histórias* conta a história de Fortunato, personagem que desde o início da narrativa demonstra prazer em observar o sofrimento alheio. Assim, ele dava bengaladas em cachorros que dormiam para vê-los gemer; ajudou um desconhecido ferido por capoeiras, mas perdeu seu interesse pelo sujeito quando de seu restabelecimento; e chegou até a montar uma casa de saúde com um amigo médico, onde era auxiliar muito prestativo, não havendo moléstia repulsiva que o fizesse recuar. No entanto, a cena em que a satisfação de Fortunato pela dor é narrada com os maiores requintes de horror é aquela em que o homem tortura lentamente um rato, cortando uma a uma suas patas, aproximando rapidamente ao fogo o focinho do animal, de modo a mutilar, mas sem causar a morte do bicho, algo que colocaria fim a seu momento de deleite. O narrador conta o que se percebia em Fortunato enquanto encenava seu espetáculo repugnante: “Nem raiva, nem ódio, tão-somente um vasto prazer, quieto e profundo, como daria a outro a audição de uma bela sonata ou a vista de uma estátua divina, alguma coisa parecida com a pura sensação estética.” O caráter de Fortunato terminaria de ser traçado em episódio menos asqueroso, mas de comoção moral ainda maior: quando descobre que a esposa, que deveras amava, era tísica, o marido sofre com ela. Porém, ao chegarem os últimos momentos de agonia da mulher, a índole de Fortunato superou qualquer afeição que poderia haver, e então ele “fitou o olho baço e frio naquela decomposição lenta e dolorosa da vida, bebeu uma a uma as aflições da bela criatura, agora, magra e transparente, devorada de febre e minada de morte.” O narrador ainda reservava uma última surpresa acerca daquela personagem funesta: morta a esposa, ele flagra o sócio e amigo beijando-lhe a testa e descobre que o companheiro nutria um sentimento de amor pela mulher. Não houve tempo para o ciúme agir no caráter de Fortunato. Logo ele percebeu que o amigo sofria desesperado aquela morte, e então “saboreou tranquilo essa explosão de dor moral que foi longa, muito longa, deliciosamente longa.” ASSIS, Machado de. “A Causa Secreta”. In: *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. V. II, pp.476-483.

que se destinavam, segundo o autor, ao bem geral da nação. Um jovem que aceitasse o desafio estaria a serviço de sua pátria, pois

ele procura resolver problemas econômicos ou higiênicos, cuja solução é capital para o futuro do país, consagrando a essa solução um tempo que o egoísmo pudera levá-lo a empregar de outra forma, e quando menos nas ciências de imediata aplicação.¹⁹⁰

Brás, depois de fracassar na carreira política, decide se dedicar às ciências e inventar um emplastro anti-hipocondríaco. A decisão, porém, não possui motivação única: “a minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro, sede de nomeada. Digamos: – amor da glória.”¹⁹¹ O impulso científico do narrador não assentava, portanto, nos nobres motivos alegados por Couty. Ao contrário, se Brás declarava ao mundo ter por intuito aliviar a melancólica humanidade, em seu íntimo ele sabia que o propósito enxergava apenas o próprio ego – o desejo de ver por todo o lado as três palavras tão sonhadas: “Emplastro Brás Cubas”.

Voltamos, assim, à questão da aparência, discutida na situação da invenção de uma genealogia para a família de Brás, mas que pode ser encontrada em muitos outros episódios do romance: a ciência, supostamente berço da verdade, podia estar a serviço de motivações particulares e muitas vezes se recorria a ela para disfarçar realidades que não poderiam ser explicitadas. A estética realista também padecia desse mal, segundo mensagem que pode ser depreendida do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*: supondo ser científica e verdadeira, envolvia-se em tramas nas quais a aparência se sobrepunha à realidade. Sendo assim, nenhuma das duas teorias tão caras àqueles intelectuais de fins do século XIX – o cientificismo e o realismo – logrou fazer o leitor se deparar com a valorizada verdade. Explicitar essa impossibilidade era ação de primeira importância para Machado de Assis, que desde o início da publicação das *Memórias póstumas de Brás Cubas* inseriu episódios que faziam referência a tal situação, sugerindo uma chave de leitura importante para se compreender o romance. Porém, o modo como o

¹⁹⁰ *Revista Brasileira*, “Os estudos experimentais no Brasil”, 1º de novembro de 1879. p.234.

¹⁹¹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de março de 1880. p.356. (Capítulo II)

autor construiu sua narrativa fez com que a crítica pretendida estivesse mais imbricada na forma como contava a história, e não necessariamente na história que era contada. Analisando o desenrolar da narrativa de perto, ela não possuía uma trama cheia de ações. Muitos de seus capítulos, aliás, não descrevem um único episódio, são apenas digressões retóricas. Valentim Facioli chega a contabilizar isso:

dos cento e sessenta capítulos do romance, cerca de metade não narra nada, mas são capítulos que se constituem em comentários, reflexões, saltos, brincadeiras, enigmas, “filosofias”, manhas e astúcias e fraudes do narrador, enfim, interrupções do fio narrativo e das anedotas e acontecimentos [...].¹⁹²

Essa percepção é essencial para bem compreender o romance: Machado dedicou metade de sua obra a capítulos que tratavam mais da forma narrativa do que do desenrolar de ações, mostrando que as opções estéticas de *Memórias póstumas de Brás Cubas* ganhavam grande destaque no conjunto do livro. Não há, portanto, como ignorar a força crítica que acompanhava essas escolhas, que muito provavelmente guardavam em si algo mais do que a exposição de preferências literárias do autor. Como mostra Samuel Titan Júnior, “Mais do que apenas *praticar* um gênero, Machado o pratica e o *expõe*, num movimento que é tanto cômico quanto autorreflexivo.”¹⁹³

O problema é que, por muito tempo, os críticos ficaram apenas nessa constatação, não aprofundando as questões históricas que poderiam advir desse quadro. Em 1897 Sílvio Romero já acusava Machado de Assis de absenteísmo em polêmicas:

Daí uma lacuna em sua carreira e uma falha em sua obra: não teve o momento da luta, o aprendizado do combate, nunca se viu contestado, nunca teve de terçar armas; falta-lhe esse elemento dramático, em sua vida, essa diferenciação do sofrimento em seu caráter. Daí a placidez, a quietude, quase pudera acrescentar, a estagnação de toda a sua obra, já hoje bastante avultada.¹⁹⁴

¹⁹² FACIOLI, Valentim. *Um defunto estrambótico: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Nankin Editorial, 2002. p.72.

¹⁹³ TITAN JÚNIOR, Samuel. “O romance e a revista: as *Memórias póstumas de Brás Cubas* na *Revista Brasileira*”. In: *Serrote*, Instituto Moreira Sales, n.1, 2009. p.146. (grifo no original)

¹⁹⁴ ROMERO, Op.cit., p.55.

Essa visão se perpetuou em muitos dos trabalhos críticos atuais, em grande parte devido à dissociação feita entre motivações estéticas e históricas do autor em seus escritos ficcionais. Assim, Roberto Ventura, por exemplo, ao estudar polêmicas literárias que tomaram corpo no Oitocentos brasileiro, afirma que “Machado não chegou a tomar parte do debate. Sua ausência de participação não foi gratuita e fez parte da atitude de rejeição às polêmicas que manteve a partir dos anos 70”.¹⁹⁵ O autor de *Estilo tropical* ainda conclui dizendo sobre o mesmo romancista que o “abandono da crítica e da polêmica, além de evitar inimizades que pudessem dificultar sua ascensão social e literária, se ligava ao ceticismo quanto às formas diretas de intervenção cultural e política.”¹⁹⁶

Ocorre que ao escrever as *Memórias póstumas* Machado se incluía como ninguém nos debates literários e políticos de seu tempo. Talvez seu instrumento de combate não tenha apresentado o formato de artigo sisudo que seus comentaristas esperavam, mas isso não significa que a forma ficcional privilegiada pelo autor para se posicionar frente às polêmicas fosse menos eficiente. Os leitores originais da história narrada por Brás Cubas possuíam os elementos necessários para bem compreender as intenções da obra. Quem estivesse a par das disputas literárias que ganhavam espaço desde 1878, ou ao menos acompanhasse os textos publicados na *Revista Brasileira*, saberia reconhecer as críticas de Machado de Assis à escola realista que chegava ao Brasil. Mais do que isso, teria condições de extrapolar o campo literário e compreender as outras questões que o romancista abordava quando fazia determinadas opções estéticas. Assim, o combate ao realismo e à sua pretensão de representante da verdade era uma forma de marcar oposição ao discurso científico que pretendia se firmar como o único legítimo e, por isso mesmo, advogava para si o direito de controlar a vida das pessoas no âmbito particular e público. Para consolidar tal discurso unívoco, muitas vezes era necessário mobilizar uma dose considerável de retórica, nem sempre sustentada por argumentos factuais mais sólidos. Aqui, mais uma vez, as aparências com frequência se sobrepunham à realidade.

Nada disso ficou despercebido por Machado de Assis. O golpe final a esse realismo científico reivindicado por críticos como Sílvio Romero e outros intelectuais que

¹⁹⁵ VENTURA, Op.cit., pp.95-96.

¹⁹⁶ Idem, p.105.

se formavam desde a década de 1870 estava reservado para a frase que fecha o romance. Isso não significa que todo o sentido da narrativa de Brás Cubas esteja concentrado no capítulo final, situação que seria bastante desfavorável aos leitores que acompanharam a leitura seriada da obra ficcional ao longo de nove meses, mas apenas a compreenderiam em 15 de dezembro de 1880. Ao contrário, para bem entender a intenção do autor no desfecho da história era necessário que os leitores mobilizassem um conhecimento mais amplo, fornecido tanto pelo restante da narrativa quanto pelo periódico como um todo.¹⁹⁷

A filosofia do Humanitismo introduzida por Quincas Borba representava dentro de *Memórias póstumas* o raciocínio realista da época. Ela é apresentada como tendo sido formulada a partir de uma incessante busca e afirmação da verdade. Em 15 de setembro de 1880 a teoria é introduzida no romance, e um mês depois, no fascículo de 15 de outubro de

¹⁹⁷ Essa acepção, apesar de valorizar a construção escolhida por Machado de Assis para encerrar as *Memórias póstumas*, não coloca nessa última frase todo o sentido do romance. Negligenciar a importância do desenrolar dos acontecimentos ao longo da narrativa para concentrar todos os esforços interpretativos em sua frase final é necessariamente ignorar as leituras históricas que foram empreendidas pelos leitores da obra machadiana na *Revista Brasileira*. Isso porque esses leitores só tiveram conhecimento do desfecho de *Memórias póstumas de Brás Cubas* nove meses após o início de sua publicação, e é bastante improvável que durante todo esse tempo não tenham, em conjunto com outros artigos que eram publicados na *Revista*, construído sentidos diversos para o romance. Esse tipo de análise, que centra sua atenção especialmente no final do livro, pode ser encontrado em *A formação do nome*, de Abel Barros Baptista. O autor argumenta que a fortuna crítica costuma conferir privilégio demasiado ao capítulo do “Delírio”, que se encontra logo no início das *Memórias póstumas*. Ao contrário, Baptista sugere que se suspenda a importância desse trecho, e leia-se o romance em função do “legado da miséria”, última ideia do texto ficcional. Com essa proposta o crítico literário defende que o significado do romance pode ser apreendido de maneira mais efetiva se toda a obra for pensada a partir de seu final. Isso não apenas força desconsiderar a experiência de leitura seriada realizada por aqueles que primeiro tiveram contato com a obra machadiana, como também insinua que o leitor original de Machado de Assis teve menos condição de compreender o romance em sua plenitude do que aqueles que tiveram contato com a narrativa já reunida em livro. Em certa medida, é um raciocínio que corrobora posicionamentos de outros autores, como John Gledson e Roberto Schwarz, segundo os quais o leitor atual está mais apto a desvendar as *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Gledson defende que a forma como Machado optou por contar sua história, através da voz de um narrador que intencionalmente perturba seus leitores, impossibilitou que o público contemporâneo ao romancista compreendesse certas mensagens centrais à obra machadiana. Em Schwarz as palavras mudam, mas o raciocínio permanece: o crítico argumenta que a volubilidade do narrador das *Memórias póstumas* é tal que impediu a ampla compreensão do texto por seus primeiros leitores. A dificuldade em se assumir esses posicionamentos repousa nas diversas referências que podem ser encontradas entre o texto machadiano e a revista em que ele foi originalmente publicado. Esse diálogo entre o romance e os demais artigos da *Revista Brasileira* certamente auxiliaram os primeiros leitores a compreender a obra ficcional. É fácil imaginar, por exemplo, que o desvendamento de um narrador como Brás, que hoje se apresenta como figura tão misteriosa, tenha sido facilitado pelo conhecimento das passagens insultuosas que Sílvia Romero havia publicado contra seus leitores na *Revista*. Sobre os trabalhos enunciados, ver: BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome – Duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

1880, o pseudo-filósofo segreda ao leitor a conclusão máxima a que chegara a partir de seus estudos: “verdadeiramente há só uma desgraça: é não nascer.”¹⁹⁸

Essa asserção é defendida em grande parte do romance, juntamente com a filosofia do Humanitismo e, segundo esse raciocínio, com a estética realista. Porém, chega o momento em que tudo isso cai por terra, de uma só vez: a mensagem final deixada por Brás Cubas é a de que o saldo positivo que levou da vida foi não ter tido filhos, não haver transmitido “a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.”¹⁹⁹ O desfecho do romance arreda qualquer dúvida restante a respeito da postura crítica de Machado de Assis frente ao realismo defendido por Sílvio Romero e outros autores. Ao recusar o Humanitismo, era aquele realismo baseado na ciência e na verdade que estava sendo negado.

Em 1878, Machado de Assis travestido de Eleazar, após dizer que os adeptos do realismo não tinham o que lamentar, pois o fracasso da transposição de *O primo Basílio* para o teatro não provava nada contra a escola realista, acrescentava que

Outra convicção, igualmente doce, é que todo o movimento literário do mundo está contido nos nossos livros; daí resulta a forte persuasão em que se acham de que o realismo triunfa no universo inteiro; e que toda a gente jura por Zola e Baudelaire. Este último nome é um dos feitiços da nova e nossa igreja; e, entretanto, sem desconhecer o belo talento de poeta, ninguém em França o colocou ao pé dos grandes poetas; e toda a gente continua a deliciar-se nas estrofes de Musset, e a preferir *L'espoir em Dieu* à “*Charogne*”.²⁰⁰

Era a última frase explicitamente dedicada a falar da escola realista que Machado de Assis escreveria naquele ano. Não era necessário mais – ela encerrava em si as principais críticas do autor. Ironizava as pretensões de verdade científica que a corrente literária tinha chamando-a de “nova igreja” e transformando Zola e Baudelaire não em desbravadores de um novo modelo estético, mas em divindades. Além disso, mostrava como seus sectários insistiam em viver numa realidade ficcionalizada: defendiam que o realismo “triunfa no universo inteiro”, quando na realidade os franceses continuavam a

¹⁹⁸ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de outubro de 1880. p.97. (Capítulo CXVII)

¹⁹⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de dezembro de 1880. p.439. (Capítulo CLX)

²⁰⁰ ASSIS, *Notas Semanais*, Op.cit., p.150. (Crônica de 07 de julho de 1878)

preferir o romântico “L’epoir em Dieu” de Musset ao realista “Une Charogne” de Baudelaire.

Os eixos estabelecidos nessas primeiras incursões críticas de Machado de Assis voltariam a aparecer em seus escritos. Decerto que nas *Memórias póstumas de Brás Cubas* o tom das censuras é outro. Isso se deve tanto às características inerentes aos protocolos narrativos específicos de uma obra ficcional, quanto à intensificação do argumento, que atingia outra medida em função do acirramento da polêmica e do aumento da influência das teorias científicas no âmbito público. De qualquer modo, dava para reconhecer na pena do romancista a mão do cronista e crítico literário.

Quando, em 1880, retomou os debates iniciados em 1878, Machado manteve sua oposição às pretensões de manifestação da verdade embutidas no discurso científico e realista, mas parece que o que mais lhe incomodava era a confusão feita entre realidade e aparência. Não interessava o que era dito. Bastava que se empregasse tom suficientemente persuasivo ou se atribuísse a autoria da sentença a figura de incontestável credibilidade para que uma simples ideia se convertesse em doutrina. O capítulo “Vá de intermédio” encerra de forma primorosa essa questão. O fato de os dois últimos parágrafos do capítulo terem sido suprimidos da versão final de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, reunida em livro, mostra de forma ainda mais intensa a ligação que existia entre a versão original daquelas *Memórias* e a *Revista Brasileira*, cuja leitura em conjunto auxiliaria a identificação da chave a partir da qual o romance deveria ser compreendido:

Que há entre a vida e a morte? Uma curta ponte. Não obstante, se eu não compusesse este capítulo, padeceria o leitor um forte abalo, assaz danoso ao efeito do livro. Saltar de um retrato a um epitáfio, pode ser real e comum; o leitor, entretanto, não se refugia no livro, senão para escapar à vida. Não digo que este pensamento seja meu; digo que há nele uma dose de verdade, e que, ao menos, a forma é pitoresca. E repito: não é meu.

Vá de intermédio, e contemos a este propósito uma anedota. Foi no tempo da minha vida parlamentar; éramos cinco; falávamos de cousas e lousas, e aconteceu tocar nos negócios do Rio da Prata. Então, disse um: – O governo não deve esquecer que o dinheiro é o nervo da guerra. Ao que eu redargui que não, que o nervo da guerra eram os bons soldados.

Um dos ouvintes coçou o nariz, outro consultou o relógio, o terceiro tamborilou sobre o joelho, o quarto deu algumas pernadas pela sala, o quinto era eu. Mas, continuando a falar, ponderei que essa ideia,

inteiramente justa, não era minha, e sim de Maquiavel; circunstância que levou o primeiro a não coçar o nariz, o segundo a não consultar o relógio, o terceiro a não tamborilar sobre o joelho, e o quarto a não dar pernadas; e todos me rodearam, e me pediram que repetisse o dito, e repeti, e eles extasiavam-se, e batiam com a cabeça aprovando, saboreando, decorando. O que estimei, porque fui sempre amador de ideias justas. Mas vamos ao epitáfio.²⁰¹

Com esse capítulo, Machado de Assis construía mais uma crítica a questões que vinha observando na *Revista Brasileira*. Já satirizara a fórmula romântica para ironizar os argumentos dos paladinos do realismo; desqualificara a utilização do discurso científico como elemento retórico; expusera a ficção sobre a qual a sociedade da época se apoiava. Agora, retomava o posicionamento adotado no artigo sobre “A Nova Geração”, segundo o qual recusava a utilização da ciência como ornato. Para o crítico, um dos defeitos desses novos intelectuais era presumirem que sua sabedoria podia ser medida por “nomes ainda frescos na memória” ou por uma “terminologia apanhada pela rama”, crendo que “quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor.” Segundo Machado, era essa a forma como os integrantes da nova geração procuravam se impor sobre os demais: faziam uso dessa ciência com o intuito de tornar patente a ignorância alheia.²⁰²

É difícil não relacionar toda essa exposição a um outro objetivo central das *Memórias póstumas de Brás Cubas*: o de criticar Sílvio Romero, especialmente no que diz respeito ao tom adotado pelo autor sergipano em seus escritos. Romero era conhecido por escrever textos agressivos e por insistir em demonstrar sua erudição. Muitos de seus textos contavam com frases escritas em outras línguas e sem tradução, fato que não passou despercebido entre os comentaristas de sua época. Em 1º de junho de 1879, por exemplo, A. H. de Souza Bandeira Filho, faz a seguinte observação acerca de Sílvio Romero:

tudo isto que parece menos sério é o elemento indispensável ao Sr. Romero; para ele o que mais importa é a ostentação da ciência dos nomes próprios, em que aliás há hoje tanta gente habilitada, pois nada mais fácil do que reproduzir citações encontradas no primeiro livro francês ou alemão. Não basta ler Haeckel para ter o direito de ser arrogante, essa

²⁰¹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de novembro de 1880. pp.193-194. (Capítulo CXXIV)

²⁰² *Revista Brasileira*, “A Nova Geração”, 1º de dezembro de 1879. p.412.

qualidade assenta mal em um homem de letras; e julgamos que o Sr. Romero faria um serviço relevante à sua pátria se corrigisse a impetuosidade da sua linguagem.²⁰³

O comentário lembra muito as críticas elaboradas por Machado de Assis pouco tempo depois, em dezembro de 1879. E, se trocarmos “Haeckel” por “Maquiavel”, é mesmo possível imaginar Sílvio Romero no lugar de Brás Cubas, naquele capítulo “Vá de intermédio”.

Olhando bem, essa não é a única situação em que o narrador ficcional se aproxima do crítico real. Muitas das estratégias adotadas por Brás como narrador se parecem com características que Romero foi deixando impregnadas em suas produções ao longo da participação na *Revista Brasileira*.

Assim, Sílvio Romero em diversos momentos de seus artigos procura convencer o leitor de que está dizendo a verdade, construindo uma espécie de pacto com seu público: ao se apresentar como sincero, esperava que os leitores assumissem seus argumentos sem questioná-lo. Na abertura de seu longo texto sobre “A poesia popular no Brasil”, Romero admitia: “Começo por uma declaração que a sinceridade exige: eu já acreditei menos do que hoje na importância da poesia popular entre nós.”²⁰⁴ A sentença soa como confissão: naquele momento o crítico estava convencido da importância do tema que ia abordar, apesar de antes ter chegado a duvidar da relevância do assunto. Com isso, o autor mostrava uma espécie de fragilidade, como se, ao admitir suas falhas passadas, apresentasse-se de maneira mais próxima ao leitor, conquistando sua simpatia. Se o objetivo fosse atingido, seria mais fácil convencer quem o lesse daquilo que diria nas linhas a seguir.

Em inúmeros momentos de sua narrativa Brás Cubas empreende esforços semelhantes. Assim como Sílvio Romero decidiu iniciar seu artigo com a frase acima comentada, Brás também começa sua história afirmando ser verdadeiro e professando pseudo-confissões. Já no primeiro capítulo ele procura convencer o leitor de que falará a verdade, independentemente do que fosse necessário fazer para demonstrá-la. Dessa forma,

²⁰³ *Revista Brasileira*, “Uma renovação literária entre nós”, 1º de junho de 1879. p.179.

²⁰⁴ *Revista Brasileira*, “A poesia popular no Brasil”, 1º de junho de 1879. p.94.

conta que sua morte foi tida como fruto de uma pneumonia, mas ele podia assegurar que, na realidade, outro havia sido o fator determinante de seu óbito: morreu em virtude de uma “ideia grandiosa e útil”.²⁰⁵

A dificuldade em assumir esse ato estava logo no capítulo seguinte, quando Brás se vê obrigado a assumir seus sentimentos mais íntimos em torno dessa ideia grandiosa ou, desfazendo os mistérios, da criação do emplastro Brás Cubas. Na petição para o governo, Brás disse que o intuito do emplastro repousava sobre o “cristão” resultado de “aliviar a nossa melancólica humanidade.” Para os amigos, por sua vez, ele não negava que também possuía motivações comerciais. Mas é ao leitor que o narrador reserva a confissão mais genuína:

Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: *emplastro Brás Cubas*. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio porém que esse talento me hão de reconhecer os hábeis; e eu era hábil.²⁰⁶

Brás, de modo análogo a Romero, assumia suas fragilidades e contava com a complacência do leitor para receber a confissão não como a exposição de um defeito, mas como prova de que, não interessava o quanto desfavorável poderia lhe ser a verdade, ela sempre estaria em primeiro plano naquela narrativa. Esse tipo de pacto em que o narrador mostra um lado negativo seu para comprovar ao leitor sua disposição em ser completamente fiel à realidade é repetido várias vezes ao longo do romance. Para Brás, a maior prova de sua sinceridade repousava sobre sua condição de defunto, que o tornava imune aos interesses e preocupações dos vivos. Ou, em sua célebre sentença, poderia ser honesto porque não havia “nada [tão] incomensurável como o desdém dos finados.”²⁰⁷

Não obstante esses esforços, as reais intenções tanto de Sílvio Romero quanto de Brás Cubas não devem ter permanecido desconhecidas por todos os leitores. Romero

²⁰⁵ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de março de 1880. p.355. (Capítulo I)

²⁰⁶ *Idem*, p.356. (grifos no original)

²⁰⁷ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de maio de 1880. p.168. (Capítulo XIV)

teve que enfrentar um questionamento logo no fascículo seguinte da *Revista Brasileira* àquele em que começara sua arguição. Seu crítico constante, A. H. de Souza Bandeira Filho, diz que o autor sergipano não era honesto com seus leitores. Comentando um livro de Romero, Bandeira Filho argumenta que a obra não seguia a proposta inicial apresentada, obrigando o leitor a acompanhar dez capítulos para só então entender que, enquanto Sílvio Romero dizia produzir um trabalho a respeito da *Filosofia no Brasil*, construía na verdade uma obra com o objetivo de prestar homenagens a Tobias Barreto.²⁰⁸

O leitor que tivesse percebido o modo como Bandeira Filho desvendara as reais intenções de Romero, poderia usar o mesmo tipo de leitura crítica para compreender as teias que Brás criava com a intenção de envolver o público em suas arbitrariedades. O próprio narrador – novamente lembrando muito as táticas de Sílvio Romero – reconhece que se desvia da história que, em teoria, propunha-se a contar. É assim que interrompe seu relato acerca da ideia que havia tido (o emplastro) para incluir uma das tantas divagações do romance:

Era fixa a minha ideia, fica como... Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo: talvez a finda dieta germânica. Veja o leitor a comparação que melhor lhe quadrar, veja-a e não esteja daí a torcer-me o nariz, só porque ainda não chegamos à parte narrativa destas memórias.²⁰⁹

Nessa passagem, Brás Cubas começa a mostrar uma outra face sua, que também marcará presença constante em *Memórias póstumas*: sua agressividade com relação aos leitores. Aqui, o narrador explicita que não se preocupa com os interesses deles. Isso ficaria ainda mais claro alguns números adiante, quando Brás titubeia entre a escrita ou não de um capítulo, porém não demonstra qualquer tipo de hesitação a respeito de quem comandava aquela narrativa: “Estou com vontade de suprimir este capítulo. O declive é perigoso. Mas enfim eu escrevo as minhas memórias e não as tuas, leitor pacato.”²¹⁰ De todo modo, é no capítulo “O senão do livro” que estava reservada a principal afronta ao leitor. Em mais uma de tantas digressões de Brás, ele afirma que começava a se arrepender do livro. Mas não

²⁰⁸ *Revista Brasileira*, “Uma renovação literária entre nós”, 15 de junho de 1879. p.166.

²⁰⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de março de 1880. p.358. (Capítulo IV)

²¹⁰ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de setembro de 1880. p.460. (Capítulo XCVIII)

porque considerasse sua obra ruim, e sim “porque o maior defeito deste livro és tu, leitor.”²¹¹

Novamente, essa violência não era novidade para os leitores de *Revista Brasileira*. Franklin Távora em suas “Notas bibliográficas” já havia comentado um episódio em que Sílvio Romero desqualificara aqueles que o liam. Sem saber como comentar a atitude hostil de Romero na introdução de seu ensaio “*A Literatura Brasileira e a crítica moderna*”, o autor da resenha publicada na *Revista Brasileira* se limita a citar o trecho em questão:

“Os diferentes capítulos que formam este opúsculo foram quase todos, em épocas diversas, publicados no Recife, e recebidos com indiferença por uns, e com indignação por outros. Fiquei satisfeito... Hoje que aparecem formando o seu corpo natural num volume, desejo-lhes o mesmo acolhimento. Isto para mim é um sintoma; neste país aquilo que muito agrada, tenho a certeza de que não presta.”²¹²

Os momentos em que Brás Cubas parece mimetizar Sílvio Romero são tantos que é pouco provável que isso não tenha sido percebido pelos leitores da *Revista Brasileira*. O romance todo é permeado por críticas às ideias que Romero defendia e isso é feito ironizando a forma que o intelectual da Escola de Recife adotava para escrever os textos em que explicitava tais preceitos. Ao contrário de tantos outros casos em que é necessário confiar nessa reunião de exemplos para imaginar leituras plausíveis, para essa análise específica há algo mais. Raul d’Ávila Pompéia, em crítica que escreve para a *Revista Ilustrada* acerca das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, define o romance da seguinte maneira:

É ligeiro, alegre, espirituoso, é mesmo mais alguma cousa: leiam com atenção, com calma; há muita crítica fina e frases tão bem subscritadas que, mesmo pelo nosso correio, hão de chegar ao seu destinatário.

²¹¹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de agosto de 1880. p.253. (Capítulo LXXI)

²¹² Citação de Sílvio Romero presente em: *Revista Brasileira*, “Notas bibliográficas”, 15 de março de 1880. p.429.

É portanto um romance mais nosso, uma resposta talvez, e de mestre uma e outra cousa; e será um desastre se o oficial de gabinete absorver o literato.²¹³

A insinuação do crítico não poderia ser mais direta. A partir dela fica evidente a possibilidade do romance machadiano ter sido compreendido como uma crítica. E mais: crítica que tinha um destinatário privilegiado. Juntar as peças do quebra-cabeça e suspeitar que esse destinatário fosse Sílvio Romero não é trabalho difícil. Tudo isso ganha um interesse a mais quando atentamos para a data do texto de Raul Pompéia, 03 de abril de 1880. Isso mostra que o crítico estava lendo *Memórias póstumas de Brás Cubas* na *Revista Brasileira*, e que o romance mal havia começado a ser publicado.

Na verdade, não era mesmo necessário muito texto para compreender o colaborador da *Revista Illustrada* explicitou. A epígrafe do romance já seria suficiente para que o leitor atento desvendasse grande parte da proposta daquele texto. Trata-se de uma citação de Shakespeare que liga ainda mais o romance à *Revista*, uma vez que essa frase de abertura foi suprimida quando as *Memórias póstumas* foram reunidas em livro:

I will chide no breather in the
world but myself; against whom
I know most faults.

Não é meu intento criticar
nenhum fôlego vivo, mas a mim
somentemente, em que descubro muitos
senões.

SHAKESPEARE, *As you like it*,
act.III, sc. II²¹⁴

Machado de Assis optou por abrir seu romance fazendo Brás afirmar, por meio de uma citação, que não pretendia empreender qualquer tipo de crítica naquele texto. Os capítulos seguintes mostrariam que aquele narrador não possuía o caráter mais confiável possível. Reunidas as duas informações, seria lógica a conclusão de que aquela era

²¹³ *Revista Illustrada*, “Sobre Memórias póstumas de Brás Cubas”, 03 de abril de 1880. p.2.

²¹⁴ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de março de 1880. p.353. Na própria *Revista* foram publicadas tanto a frase original quanto a tradução que Machado de Assis realizou dela.

justamente uma obra dedicada a criticar outros “fôlegos vivos”. Bastava que o leitor buscasse nas páginas que se seguiriam quem eram esses fôlegos e quais eram as censuras trazidas pelo autor.

Para isso, era necessário enfrentar as agressões do narrador e impedir que suas tentativas de sedução fossem bem sucedidas. Permitindo-se ser instigado pelos desafios que o autor silencioso do romance lhe propunha, o leitor teria condição de apanhar as armadilhas do narrador e chegar às intenções que Machado de Assis tinha ao escrever *Memórias póstumas de Brás Cubas*.²¹⁵ Caso lograsse empreender essa tarefa, o leitor perceberia as críticas ao discurso científico, ao realismo e à noção de verdade que eram desenvolvidas naquele romance. Mais do que isso, conseguiria perceber que o autor trabalhava esses três fatores de forma reunida, pois os compreendia como elementos participantes do processo de justificação e perpetuação de opressões sociais.

Essas opressões, nas *Memórias póstumas*, assumiam uma forma específica. Não era em termos de escravidão ou de política de dependentes que Machado de Assis concentrava seus exemplos. Em sua obra ficcional, a crítica social assume a forma de uma crítica de gênero. É a partir das personagens femininas do romance que Machado demonstra as consequências que advinham de uma sociedade regida pela arbitrariedade e pelas aparências. São essas mesmas personagens que permitem entrever como, em meio aos desmandes de um narrador despótico, era possível escapar a essas redes de exploração.

²¹⁵ Wayne Booth mostra como o autor possui meios para construir um narrador enganoso e mesmo assim permitir que o leitor conheça suas ideias por trás dos desmandes da entidade ficcional criada. Booth ainda argumenta que, nesses casos, a compreensão das intenções do autor será maior quanto mais intenso foi o conluio entre leitor e autor silencioso. BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980.

CAPÍTULO 4

A MULHER EM FOCO

Quando apareceu pela primeira vez, na *Revista Brasileira*, *Memórias póstumas de Brás Cubas* integrava o periódico de modo bastante coeso. Vários são os elementos que faziam com que o romance fosse incorporado àquele projeto editorial. De maneira mais direta, o próprio objetivo da *Revista* de trazer à imprensa brasileira um veículo que tratasse de ciência e literatura fazia com que escritos como o de Machado de Assis encontrassem espaço disponível em suas páginas. Saindo do campo de gêneros de textos e tomando por foco o conteúdo dos artigos do periódico, ainda é possível reconhecer referências objetivas entre seus escritos científicos e literários. Pode-se tomar como exemplo o capítulo em que Brás Cubas, ao conversar com seu pai, começa a escrever “maquinalmente num pedaço de papel” um verso da *Eneida*²¹⁶, trecho que é inserido no romance justamente no fascículo da *Revista Brasileira* seguinte àquele em que havia sido publicado um longo artigo que narrava contendas existentes acerca da melhor tradução para um determinado trecho desta mesma obra de Virgílio.²¹⁷

Apesar de existir a possibilidade de encontrar ligações imediatas entre o romance machadiano e as demais produções que o rodearam naquele conjunto formado pela *Revista*, certamente esse não é o caminho que desperta maior interesse. Antes, temas mais amplos, que foram abordados por esse veículo de maneira obstinada ainda que nem sempre estejam na superfície dos textos, apresentam-se como um indício mais promissor na busca por compreender as *Memórias póstumas* dentro do periódico em que foram originalmente publicadas. Entre esses assuntos recorrentes, um que chama a atenção, seja por ser tema importante na obra de Machado de Assis, seja pela multiplicidade de formas que assumiu entre os diversos artigos da *Revista*, é o modo como as mulheres e o mundo feminino são retratados nas páginas do periódico.

A *Revista Brasileira* não era voltada de modo específico ao público feminino, como ocorria com outros jornais para os quais Machado escreveu, como o *Jornal das*

²¹⁶ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de maio de 1880. (Capítulo XXVI)

²¹⁷ *Revista Brasileira*, “Interpretação de um verso da Eneida”, 15 de abril de 1880. pp.131-153.

Famílias ou *A Estação*. Os colaboradores do periódico de Nicolau Midosi eram quase que exclusivamente homens, e os temas privilegiados pela *Revista*, como ciência e política, eram também assuntos tradicionalmente considerados interessantes ao universo masculino. Isso não significa, no entanto, que inexistissem leitoras entre as pessoas que acompanhavam a publicação da *Revista Brasileira*. O laço mais estreito que pode ser detectado entre esse periódico e o público feminino é a presença da literatura nesse projeto editorial da imprensa fluminense. Isso porque, como mostrou Marlyse Meyer, a inserção do folhetim literário nos jornais brasileiros do Oitocentos, importando uma tradição que já estava consolidada na França, pode ser entendida como um esforço por ampliar o público leitor desses periódicos.²¹⁸ Dentre esses novos leitores conquistados pelos jornais, estariam as mulheres. Talvez menos porque a elas interessassem os assuntos leves e as futilidades que encontrariam no folhetim terreno fértil para se desenvolver. Antes, o atrativo seria o tom fortemente literário desse espaço, visto as mulheres estarem já acostumadas a esse tipo de leitura. As questões comentadas pelos folhetins, por sua vez, não diferiam muito do conteúdo do restante do jornal. Notícias do cotidiano, discussões científicas ou debates políticos que apareciam no corpo do periódico eram adaptados ao formato e ao gosto literário dos leitores e leitoras que acompanhavam as publicações do rodapé dos jornais.²¹⁹

A literatura é, assim, um vínculo forte que pode ser estabelecido entre a experiência de leitura de jornais diários do século XIX e de um periódico voltado para temas específicos como a *Revista Brasileira*. Possivelmente as leitoras habituadas a acompanhar a publicação de contos e romances de forma seriada não vissem diferença em fazê-lo no rodapé de uma *Gazeta de Notícias* ou de um *Jornal do Commercio*, ou nas páginas do empreendimento editorial de Nicolau Midosi e seus colegas. E, se as mulheres

²¹⁸ A respeito da trajetória do *feuilleton-roman* à criação do espaço de folhetim nos jornais brasileiros, ver: MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²¹⁹ Essa abordagem do folhetim não como espaço de amenidades, mas como meio de adaptar as informações presentes no corpo dos jornais, tornando-as acessíveis a um público mais amplo, pode ser encontrada em trabalhos como os de: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de Contos*, Op.cit. RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia*, Op.cit. SOUZA, Silvia Cristina Martins de. “Ao correr da pena: uma leitura dos folhetins de José de Alencar”. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp.123-143.

compunham de forma significativa o público leitor de folhetins, é de se esperar que elas também se interessassem por aquilo que havia de literário na *Revista Brasileira*.

Essa análise, não obstante, parece requerer certo aprofundamento. Pois é muito restrito crer que as possíveis leitoras que acompanhavam a publicação da *Revista* recorressem a ela apenas em virtude da literatura que era nela publicada, rejeitando todo o restante dos artigos do periódico. Por um lado, o próprio caráter variado dos folhetins possivelmente já teria despertado o gosto das mulheres para outros assuntos que não os adocicados romances ficcionais. Mais do que isso, nos jornais oitocentistas voltados para o público feminino também eram incorporados textos que transcendiam os campos das letras e das modas. June Hahner, em pesquisa a respeito do que denomina “jornais feministas” do século XIX brasileiro (os quais, para a autora, são aqueles feitos por e para mulheres), identifica em suas páginas um conteúdo diversificado. Em periódicos como *O Domingo* ou *O Sexo Feminino*, ao lado de poesias, contos e questões relativas à maternidade, as editoras também precisavam, “para manter a atenção e a lealdade de suas leitoras”, incluir artigos sobre “conhecimento prático em áreas como saúde” e “locomotivas e agricultura em outros países”, expandindo os “horizontes científicos” das assinantes.²²⁰ À observação de Hahner é possível, ainda, acrescentar que mesmo em jornais mais conservadores, como *A Estação*, havia colaboradores que encontravam brechas para atualizar as leitoras acerca de acontecimentos políticos e de debates a respeito da emancipação feminina, como é o caso da “Croniqueta”, sessão fixa escrita por Artur Azevedo.

Percebe-se, desse modo, que nos espaços que as leitoras estavam habituadas a explorar, como folhetins de jornais diários ou periódicos femininos, eram também abordadas questões políticas, científicas ou sobre direitos das mulheres, mesmo que esses temas aparecessem de forma indireta. Com isso, não é difícil imaginar que a leitora que recorresse à *Revista Brasileira* para acompanhar a publicação do meloso romance de Franklin Távora, *O sacrifício*, ou do último capítulo das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, continuasse a folhear a *Revista* e ficasse curiosa por conhecer os “dois elementos [que] preponderam na educação: herança e meio, isto é, essência e modalidade, fundo e

²²⁰ HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp.58-59.

forma, natureza e hábito”, explicados pelo Dr. Gama-Roza²²¹ ou tivesse seu interesse despertado para a série de artigos sobre “A questão penitenciária no Brasil”, quando A. H. de Souza Bandeira filho coloca em pauta a discussão acerca das crianças que viviam abandonadas no Brasil e acabavam praticando crimes.²²²

A relevância em retomar a possibilidade de se considerar a existência de público leitor diversificado para a *Revista Brasileira* reside, em primeiro lugar, na necessidade de se chamar a atenção para a importância daquilo que era publicado nesse meio a respeito do universo feminino. Sem dúvida, *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi o texto que falou desse mundo de forma mais detida, mas há uma série de outras produções literárias ou não com as quais o romance machadiano dialoga dentro da *Revista*, no que se refere às questões relativas à presença das mulheres na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Afora isso, o modo como esse tema foi abordado ou compreendido depende muito do ponto de vista que se assume. Desconsiderando a possibilidade da existência de leitoras para esses relatos, certamente se reduz também muito da diversidade de reflexões que esses escritos podem ter suscitado. Isso porque se a história das mulheres padece de um “*silêncio das fontes*” – visto o acesso tardio e restrito que elas tiveram aos escritos públicos para deixarem seus próprios registros – é urgente perseguir os usos e interpretações que essas mulheres fizeram dos discursos produzidos sobre elas.²²³ Buscar as diferentes interpretações que um texto pode ter recebido em seu momento de produção impede que determinada versão fique consolidada como a única possível, ação que pode contribuir para que esse pretense silêncio das fontes não acarrete um completo silenciamento das mulheres.

No caso das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, perseguir essas leituras femininas e o papel das mulheres na narrativa é essencial para compreender as intenções de Machado de Assis com aquele romance. É por meio de suas personagens femininas que o

²²¹ *Revista Brasileira*, “A educação intelectual”, 1º de janeiro de 1880. pp.05-21.

²²² *Revista Brasileira*, “A questão penitenciária no Brasil”, 1º de junho de 1880. pp.306-319.

²²³ Michelle Perrot em *Minha história das mulheres* mostra os caminhos que podem ser seguidos para buscar, mesmo em documentos que não foram produzidos por mulheres ou sequer com o intuito de dizer algo a respeito delas, conhecer mais de sua história. A autora lança o desafio: “Sem dúvida é necessário abandonar a ideia de que a imagem nos traz um painel da vida das mulheres. Mas não abandonar a ideia do poder, da influência das mulheres sobre a imagem pela maneira como a usam, pelo peso de seu próprio olhar.” PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008. p.25.

autor identifica as injustiças que a sociedade paternalista reservava a seus dependentes. É também a partir das ações dessas personagens que conhecemos as estratégias encontradas para escapar às arbitrariedades e violências senhoriais. São essas mulheres ficcionais, enfim, que mostram como a crítica construída em termos teóricos adquiria materialidade na prática.

4.1. Sobre os riscos impostos às mulheres

Nem sempre é possível encontrar relatos de leitor ou leitora comuns sobre como compreendeu determinado texto. Para a realidade brasileira do século XIX, aliás, esse tipo de registro é bastante raro. O que costuma chegar até nós são as poucas apreciações de críticos especializados publicadas na imprensa. Pautar a diversidade de sentidos que uma obra pode suscitar por essas críticas singulares é ignorar uma série de outras possibilidades. Isso porque esses críticos especializados falavam de lugares muito específicos: faziam parte de uma elite cultural e também muitas vezes social, eram quase que exclusivamente (se não em sua totalidade) homens. Além disso, o trabalho do crítico pressupunha certa dose de suposta genialidade, que o obrigava a dar a ver aquilo que não seria percebido pelo leitor médio. Leituras comuns, que talvez tenham sido realizadas de forma recorrente, não deveriam tomar o espaço dessas colunas produzidas por especialistas.

A falta de registros objetivos, entretanto, não exclui a possibilidade dessas interpretações terem existido nem impede que elas sejam investigadas. O modo como mulheres, dependentes ou leitores e leitoras comuns compreenderam determinadas obras deve ser perseguido colocando os textos analisados em interlocução com outros com os quais dialogavam. Dessa forma, não se buscam registros reais, mas leituras plausíveis, apreciações que podem ter sido desenvolvidas pelo público a partir de discussões e informações disponíveis encontradas fora do texto, mas que mantinham com ele intrínseca relação.²²⁴

²²⁴ É o que Carlo Ginzburg chama de “*hors-texte*”. Segundo o autor, “o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar.” GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.42.

O primeiro texto que menciona a questão feminina na *Revista Brasileira* é o romance *O Sacrifício*, de Franklin Távora, que começou sua publicação seriada junto com o número inicial do periódico. Já neste fascículo de abertura, leitor e leitora tomavam conhecimento de qual era, na história ficcional, a função da mulher: o adorno das reuniões sociais. As primeiras personagens de destaque apresentadas são Angelo e seu amigo Martins, casado com D. Eugênia, mulher destacada por suas “graças, as virtudes, o gênio essencialmente serviçal e hospitaleiro”. Como se não bastasse ter essa flor de esposa, Martins ainda era autor de grandes ideias: decidira promover encontros literários em sua casa aos domingos. A grande ideia é devida menos à promoção dos encontros em si, do que à aceitação da participação de mulheres nessas reuniões – um atrativo apresentado pelo narrador de forma bastante ambígua. A passagem literal é a seguinte:

À fundação desta irmandade presidira grande lucidez de espírito, e – poderemos até dizê-lo – grande sabedoria: o sexo feminino não fora esquecido. Martins disse por essa ocasião como dissera um arquiteto supremo:

– Seja a mulher a argamassa deste edifício.

E isto ficou resolvido.

Inspirada e quase providencial sentença! Sem as donzelas das vizinhanças, elegantes criaturas que são os gênios protetores daquele encantado ermo, que sorte teria o *retiro literário*, com ser atrativo por outras muitas circunstâncias?²²⁵

Adorno que eram, esperava-se que as mulheres correspondessem à expectativa masculina com dotes apropriados. Maurícia, protagonista do romance, não deixava nada a desejar. Logo de início é apresentada pelo narrador como sendo uma mulher “cujo espírito fora enriquecido pelas joias do estudo e da melhor educação literária”. O quadro termina de se completar quando esse mesmo narrador, que observa os fatos do romance de forma um tanto quanto distanciada, afirma que “a honestidade que deve ser a base do caráter da mulher, que não é a cortesã sedutora, ou a barregã desprezível, Maurícia a guardava intacta, inatacável no fundo de sua alma, como o primeiro dos seus afetos”.²²⁶ Se havia até o momento dúvidas com relação ao posicionamento conservador do narrador e do modo

²²⁵ *Revista Brasileira*, “O Sacrifício”, 15 de junho de 1879. pp.23-24.

²²⁶ *Idem*, p.27.

como as mulheres seriam retratadas nesse romance, certamente essa passagem as dissiparia: à mulher que escapasse desse modelo ideal, estavam reservadas as alcunhas de “cortês sedutora” e “barregã desprezível”.

É interessante também que, em *O Sacrifício*, não apenas os homens ou a voz – muito provavelmente masculina – do narrador se esforçavam por apresentar as mulheres a partir desse estigma de submissão ou negatividade. As personagens femininas do romance auxiliavam a reforçar esse argumento. Maurícia, por exemplo, apesar de haver fugido de um marido violento e encontrado uma ocupação com a qual conseguia sustentar a ela e a filha, corroborava com o imaginário segundo o qual o mundo feminino era regido pela fragilidade e pela irracionalidade. Quando conta a Angelo que sua filha, Virginia, estava enamorada de Paulo, filho do senhor da casa onde Maurícia trabalhava como preceptora, ela mesma é autora do seguinte comentário curto, mas que carrega muito do estereótipo construído em torno da mulher oitocentista: “– Não sabia que o noivo de Virginia se chama Paulo? O acaso tem caprichos como se pertencesse ao sexo feminino.”²²⁷ O acaso a que se refere Maurícia é evidente: a “realidade” imitava a ficção, e em sua família ressurgia um dos casais mais famosos da época, aquele que havia dado título ao romance de Bernardin de Saint-Pierre, *Paulo e Virginia*. A questão a ser ressaltada, aqui, é a observação sobre ser o acaso caprichoso, como o era o sexo feminino.

Se essa acepção, na obra de Franklin Távora, foi colocada na voz de uma mulher, em outros momentos da *Revista Brasileira* o mesmo posicionamento foi defendido por figuras masculinas, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção de uma imagem passiva de mulher. É o caso, por exemplo, do conto “A araponga e a onça”, escrito por Sílvio Dinarte.²²⁸

O texto é narrado por uma araponga que conta para um grupo de pássaros da mesma espécie a história de como ela, araponga, havia pregado uma peça em uma onça. Tudo começou quando ela conheceu um casal de sanhaços e os três, conversando em uma árvore, são surpreendidos pela chegada de uma onça. A araponga, então, decide mostrar sua bravura para os recém-conhecidos, e começa a provocar a onça. Das invectivas surge um

²²⁷ Idem, p.28.

²²⁸ *Revista Brasileira*, “A araponga e a onça”, 15 de junho de 1879. pp.103-115.

desafio: a onça rugiria e a araponga gritaria. Quem conseguisse assustar o oponente seria nomeado vencedor e poderia receber as pagas previstas pela aposta. Como o casal de sanhaços tomou o lado da onça, os prêmios ficaram determinados da seguinte maneira: caso a onça saísse vitoriosa, a araponga deixar-se-ia bicar pelo casal de sanhaços; do contrário, era a araponga que bicaria os dois outros pássaros.

Acordadas as condições, iniciou-se o desafio: a onça rugiu com toda a sua força, mas a araponga, apesar de aterrorizada por dentro, manteve uma feição impassível. Chegada a vez da oponente, ela lança mão de um subterfúgio que a conduz à vitória: começa cantarolando baixinho, até que o som tranquilo fizesse com que a onça adormecesse. Nesse instante, dá o grito mais potente que consegue. Pega a onça desprevenida que, num sobressalto, acorda assustada e reconhece a vitória à araponga. O final do conto é memorável: a cena retorna à araponga narrando a história a seus pares e pedindo que divulgassem a todos os cantos do mundo sua vitória. Surge, então, a voz de um outro narrador, observador externo à história, que tece o seguinte comentário:

Desde esse dia começou, com efeito, a espalhar-se pelos alongados sertões do interior do Brasil a notícia do interessante episódio que deixamos bosquejado, mas ao mesmo tempo se deu um fato curioso: cada indivíduo que o repete, nos meses de verão desde a madrugada até quase ao por do sol, apresenta-se invariavelmente como protagonista de tão memorável feito e, chamando a si as glórias de haver nele figurado, esquece lembrar o nome daquela que primeiro deu tamanho realce à importante tribo das arapongas.²²⁹

Apesar do desfecho emblemático, interessa aqui retomar o início do conto, quando do primeiro encontro entre a araponga e o casal de sanhaços. A forma como se desenrola o diálogo entre os três pássaros, especialmente entre marido e esposa, vai construindo, na sutileza ou no pragmatismo de cada passagem, o estereótipo da figura feminina, em muito apoiado nos discursos científicos da época. A mulher era ser frágil, que carecia de lucidez e regia suas ações pela insistência e pela falta de bom senso, já que sofria dos nervos. Toda essa situação fazia com que a representante do sexo feminino necessitasse de atenção constante, o que, dentro de tal quadro, acabava por infantilizá-la:

²²⁹ Idem, p.115.

- Somos casados de fresco, prosseguiu o primeiro [o macho sanhaçu] com volubilidade. Há quatro meses éramos estranhos um ao outro... quando encontrei a senhora na margem esquerda do Paranaíba...
- Direita, amorzinho, emendou a fêmea.
- Esquerda, meu anjo.
- Ora, bembem, direita... não me contraries... por contrariar.
- Não tenho tal intenção... só peço que te lembres...
- Ah! meus pais! Choramingou a sanhaçu arrepiando logo as penas com uns esgares de fundo sofrimento moral, ainda há tão pouco que os deixei! Não de concordar que esta cena era inconveniente na presença de um indiferente como eu [araponga], e com uma onça de observação, meio sobrado abaixo.
- Direita ou esquerda, intervim, não vem nada ao caso.
- Sou bem infeliz! soluçou a sanhaçu.
- Pois bem, cedeu o macho que me pareceu boa pessoa, mas avassalado pela noiva, concordo que fosse a margem direita... Estás satisfeita? E para ressaltar a sua dignidade de marido, explicou-me em tom mais baixo.
- Preciso condescender sempre... porque esta delicada criatura é vítima dos nervos... Nem imagina a sua sensibilidade... Há pouco desmaiou de medo, ao deparar-se-lhe aquela onça... Se não fora o abrigo do meu seio, ter-se-ia despenhado destas enormes alturas... Ainda estou todo trêmulo...²³⁰

Em um primeiro plano, a imagem deixada pela passagem é a de uma fêmea irracional porque vítima dos nervos, e que conta com um macho ponderado que sabe de que lado está a razão, mas não a reivindica em virtude da necessidade de poupar sua companheira. Outra leitura viável da mesma passagem, ainda que menos explícita mas cujo resultado final é bastante objetivo, é a seguinte: no fim das contas, quem cede é o macho, indicando a possibilidade de a fêmea encontrar estratégias para conseguir que o desfecho de uma discussão seja em seu favor. O único elemento desconfortante dessa visão, que não permite que ela seja concluída satisfatoriamente, é o fato de, ao final, o sanhaçu macho fazer questão de pontuar a seu interlocutor que só abria mão do embate em virtude de seu espírito protetor, enfatizando a posição inferior da representante feminina da cena.

Se em “A araponga e a onça” a possibilidade de se compreender a mulher como agente é apenas parcial, em *Memórias póstumas de Brás Cubas* a tarefa se completa. A galeria de personagens femininas do romance é ampla, e cada uma em sua época e a seu

²³⁰ Idem, p.109.

modo interage de forma ativa com o protagonista que dá nome à história ficcional. Virgília é, sem dúvida, a figura feminina que se destaca. Em diversos momentos ela trava discussões com Brás e, ainda que o narrador não perceba, as conclusões desses embates são sempre favoráveis à mulher. No capítulo em que Brás, contrariado e movido por ciúme, trata a amante com desprezo, a mulher vai atrás de satisfações: “– Você não me ama [...]; nunca me teve a menor soma de amor. Tratou-me ontem como se me tivesse ódio. Se eu ao menos soubesse o que é que fiz! Mas não sei. Não me dirá o que foi?”²³¹ Virgília dizia isso com os olhos vermelhos de chorar e no dia seguinte àquele em que ela havia, quase que simultaneamente, rejeitado a proposta de Brás de fugirem juntos e demonstrado grande euforia frente ao convite do marido para irem assistir a uma peça no camarote. A personagem provavelmente percebeu o que havia irritado o amante, e soube escolher a ação correta e as palavras exatas para comovê-lo. Brás ainda finge que não havia agido da maneira como a amada alegava, mas ao tentar se defender “duas lágrimas rebentaram-lhe dos olhos”. Foi o suficiente: o dândi recuou e procurou acalmar Virgília.

Se o sanhaçu macho dialogava com a araponga, os interlocutores de Brás Cubas eram seus leitores e leitoras. Desde o início do livro Brás se comunicava de maneira direta com o público que o lia. No momento da discussão com Virgília não seria diferente. Muito diversa, no entanto, foi a palavra final do narrador de Machado de Assis, em comparação com a personagem voadora de Sílvio Dinarte. Brás, ao invés de assentar sua concessão a Virgília na necessidade de evitar uma crise de nervos ou qualquer outro motivo que dirimisse a força da mulher, dirige-se ao leitor e à leitora com as seguintes palavras:

Não tive ânimo de arguir, e, aliás, argui-la de que? Não era culpa dela se o marido a amava. Disse-lhe que não me fizera cousa nenhuma, que eu tinha necessariamente ciúmes do outro, que nem sempre o podia suportar de cara alegre; acrescentei que talvez houvesse nele muito de dissimulação, e que o melhor meio de fechar a porta aos sustos e às dissensões era aceitar a minha ideia da véspera.²³²

²³¹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de agosto de 1880. p.200. (Capítulo LXIV)

²³² *Idem*, p.201.

Virgília não precisava se justificar mais. Brás já o havia feito, e assumido para si toda a culpa do desentendido. O narrador continuava insistindo, contudo, na fuga. Assim como no obstáculo anterior, esse também não foi difícil de ser contornado pela mulher: bastaram mais algumas lágrimas, a sugestão de substituir a fuga por uma casa reclusa onde pudessem se encontrar secretamente, e um bilhete insinuando a necessidade de colocar um fim à relação ilícita. Dois capítulos adiante o defunto autor tornava a se render: “Vá lá; arranжемos a casinha.”²³³

É evidente que os dois exemplos comentados – o da sanhaçu e o de Brás Cubas – podem ser lidos sob uma mesma lógica: homens cedendo a suas companheiras, mas apenas superficialmente, imbuídos de um espírito protetor que visava preservá-las. A diferença é que no texto de Sílvio Dinarte havia um esforço para que essa fosse a interpretação feita, enquanto em *Memórias póstumas* o autor inseriu insinuações que permitiam uma leitura que privilegiasse o aspecto ativo da mulher, mostrando como ela poderia usar as ferramentas à sua disposição para, mesmo sem a ocorrência de um confronto aberto, conseguir que o homem com o qual interagira adotasse exatamente a postura esperada por ela.

Situações como essa são, aliás, marcas recorrentes na obra de Machado de Assis. Poucos anos antes, em *Iaiá Garcia*, esse raciocínio já era ilustrado. A personagem que confere título ao romance é representativa das possibilidades encontradas pelas mulheres para se mover, mesmo em um ambiente cujas relações de força construíam um cenário adverso. Nesse contexto, impunha-se às mulheres uma boa dose de autoconsciência de seus movimentos, para que alcançassem seus objetivos sem se tornarem vulneráveis a represálias. A maestria com que Iaiá Garcia lidava com essa situação fica mais explicitada em sua relação com Jorge.

Quando a garota suspeita da existência de um passado amoroso entre sua madrasta Estela e Jorge, o vizinho rico, Iaiá decide agir de modo a preservar a tranquilidade da família. É assim que ela, antes hostil ao dândi, passa a criar situações em que pudesse se relacionar mais diretamente com o rapaz, construindo uma teia na qual Jorge se envereda, acabando por se apaixonar pela enteada de sua antiga amada (Estela). Durante todo esse

²³³ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de agosto de 1880. p.205. (Capítulo LXVII)

processo de conquista são dadas ferramentas aos leitores e leitoras para que compreendam que seduzir Jorge foi um projeto empreendido por Iaiá: o narrador apresenta cada um dos passos tomados pela moça, o sofrimento que tal decisão lhe causava, os conflitos que surgiam no interior da menina. Apesar de tudo, Iaiá Garcia permanecia determinada a alcançar seu objetivo, reafirmando a si mesma: “Prossegue a tua obra; sacrifica-te; salva a paz doméstica.”²³⁴ É interessante, contudo, ver a reação de Jorge a tudo isso: a moça agia de forma tão discreta que o rapaz chega à conclusão de que ele é quem era o agente daquela reviravolta amorosa. Pensando em Iaiá, ele chegava mesmo a refletir que “tinha curiosidade de contemplar a sua obra, agora que a descobria ou presumia havê-la descoberto”.²³⁵

A ironia referente ao pensamento de Jorge aumenta se for considerado que ele representa no romance o papel da personagem que nunca leva a cabo seus projetos e não consegue compreender as movimentações que o cercam (ignora o motivo pelo qual Estela recusa seu amor; não descobre o que de fato impulsionava a mãe na decisão de enviá-lo à guerra; decide escrever um livro, porém nunca leva a cabo seu propósito). Além disso, sua confusão é tamanha que, apesar de pensar que Iaiá era obra sua, Jorge sequer havia se dado conta de que estava supostamente construindo tal obra. A arbitrariedade do senhor é tal que em determinado momento ele simplesmente “presume” haver descoberto Iaiá, obra sua. Já a postura da moça é bastante diversa: ela sabe o exato instante em que decidiu seduzir Jorge (quando percebe a aflição de Estela ao ler a antiga carta escrita pelo moço a Luís Garcia); tem consciência dos sofrimentos que essa sua decisão acarretaria, mas continua determinada a dar cabo a seu projeto; sabe, por fim, quais passos deveria percorrer até chegar a seu objetivo final, ainda outra variável da qual Iaiá possuía inteiro controle. Ou seja, todo o percurso da narrativa ficcional mostra que as ações, no que diz respeito à relação entre Iaiá Garcia e Jorge, estavam sendo conduzidas pela personagem feminina, ainda que em momento algum haja entre eles um embate explícito.

O narrador do romance ajuda a bem compreender as estratégias de Iaiá, ao contrário de Brás Cubas, que procurava confundir seus leitores e leitoras o quanto pudesse. Contudo, para aqueles que tivessem conhecido o modo como Machado de Assis construiu

²³⁴ ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. p.186.

²³⁵ Idem, p.200.

em *Iaiá Garcia* personagens femininas desenvoltas, que representavam as possibilidades de ação encontradas por mulheres, mas também por dependentes, no Rio de Janeiro de fins do Oitocentos, o reconhecimento de estratégia narrativa semelhante em *Memórias póstumas de Brás Cubas* seria facilitado. Com um pouco mais de insistência, na verdade, os leitores e leitoras poderiam perceber que essa era uma prática recorrente na obra de Machado de Assis. No romance seguinte, *Quincas Borba*, o mesmo modo de elaborar uma crítica social que perpassava um viés de gênero voltaria a aparecer.

Para citar apenas um exemplo simbólico, há em *Quincas Borba* uma cena em que conversam Sofia e Cristiano Palha, protagonistas do romance. Sofia contava ao marido que o amigo recente, Rubião, havia se portado de maneira indiscreta durante a festa, dirigindo-lhe olhares e galanteios impróprios. Feita essa confissão, a reação de Palha é surpreendente: ele tenta justificar a atitude de Rubião, dizendo que fora a esposa a responsável por fornecer ocasião para que aquilo ocorresse. Sofia não se cala perante a acusação do marido. A cada ponderação dele, a mulher prontamente rebatia com um novo argumento. O que se estabeleceu entre os dois foi, portanto, não um monólogo desenvolvido pelo homem, frente ao qual a esposa, passiva, retraía-se. Antes, instituiu-se uma discussão entre duas pessoas que pareciam manter uma relação de igualdade entre si. Prova disso é que Sofia, ao requerer algum tipo de atitude por parte do marido a respeito da ocorrência, não pergunta a opinião dele acerca da melhor forma de agir. Ao contrário, ela já apresenta a solução que deveria ser tomada: fechar as portas a Rubião. Restaria a Cristiano apenas decidir o modo – de uma vez ou aos poucos. Palha lembra, então, à esposa, que seria inadequado cortar relações com Rubião, pois delas dependia a ascensão financeira do casal. Tocando num ponto que também era de interesse a Sofia, a mulher retrocede um pouco, porém sem mudar a atitude por completo: mantém sua posição de controle na conversa, aceitando, perante as últimas ponderações do marido, que as portas sejam fechadas “aos poucos”. Tratava-se de uma concessão; “Palha aceitou-a”. Na conclusão de todo esse episódio, percebemos que Sofia não apenas delatou Rubião a seu marido, como também foi impositiva ou concessiva, dependendo de suas ambições pessoais. Para finalizar, a mulher conclui a conversa alegando uma “dor de cabeça”, visando dispensar o

marido que com o beijo que lhe deu na face talvez esperasse terminar a noite com algo para além daquela conversa desconfortável.²³⁶

Anélia Montechiari Pietrani apresenta uma interpretação diferente para essa passagem. A autora diz que na relação entre Sofia e Palha a mulher “assume o papel de um ‘outro’ que é usado como lhe apraz”. Aconteceria uma “coisificação da personagem feminina – a escrava branca que trabalha para o seu homem, sem direitos e emoções mais fortes”.²³⁷ O episódio acima descrito seria elucidativo disso, pois Cristiano lembra que o encantamento de Rubião por Sofia fazia parte de seus planos e, portanto, a mulher, “escrava branca”, deveria se calar diante da situação, aceitando as acusações de que a culpa, na realidade, era dela, e prosseguir com o plano previamente arquitetado por seu senhor e marido.

Certamente Palha foi compreendido entre seus contemporâneos e semelhantes como um marido rígido e bem sucedido na tarefa de manter o controle sobre uma esposa com tendência a perigosa independência. Mas é difícil crer que o subtexto presente na conversa entabulada entre ele e Sofia tenha passado despercebido por todo público da revista *A Estação*, periódico no qual *Quincas Borba* foi publicado de maneira seriada pela

²³⁶ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba: Apêndice*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. p.49. As análises a respeito do romance *Quincas Borba* foram anteriormente apresentadas em MEGID, Daniele Maria. *Mulheres de jornal: personagens femininas em romances-folhetins de Machado de Assis*. Monografia de bacharelado em História. IFCH/Unicamp, Campinas: 2009.

²³⁷ PIETRANI, Anélia Montechiari. *O enigma mulher no universo masculino machadiano*. Niterói: EDUFF, 2000. p.67. A análise que Pietrani faz de Sofia e, em consequência, da mulher oitocentista brasileira em geral, se aproxima da forma como escravos eram vistos por determinados autores dos séculos XIX e XX, até pelo menos a década de 1970. Segundo Sidney Chalhoub, a “coisificação do escravo” é um dos mitos mais célebres da historiografia sobre escravidão. Um dos estudiosos que leva essa ideia às últimas consequências é Fernando Henrique Cardoso, para quem o escravo tornado *coisa* apenas era capaz de exprimir em sua consciência e em seus atos o que era imposto por seus senhores (uma crítica detida ao trabalho de Cardoso está presente no livro *Visões da liberdade*, de Chalhoub, especialmente no primeiro capítulo). Essa interpretação de Fernando Henrique Cardoso acerca dos escravos é em muito análoga ao que, mais de trinta anos depois, Anélia Pietrani infere às mulheres. Sofia, transformada em “escrava branca”, não mais expressava suas vontades, mas era subjugada ao discurso violento do marido, que a privava de ações motivadas por reflexões próprias. Desde as décadas finais do século XX a historiografia vem contestando essa visão do escravo como ser inerte e passivo. Sendo assim, sem descartar a possibilidade de leituras como a de Pietrani terem sido empreendidas por alguns leitores e leitoras contemporâneos a Machado de Assis, há que se buscar, hoje em dia, outras inserções para se analisar as mulheres daquela época, que não seja apenas corroborando teoria já superada no que diz respeito à vivências dos escravos no Brasil. Acerca dessa historiografia que busca mostrar a agência dos escravos, consultar: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

primeira vez. Número após número do periódico as leitoras eram ensinadas sobre como aparentar ou efetivamente fazer parte da alta sociedade. Sofia era mais uma delas. Suas estratégias possivelmente foram compreendidas por muitas mulheres que acompanhavam sua saga em folhetim. Além disso, a revista também trazia outros textos que, lidos em conjunto com o romance *Quincas Borba*, indicavam que a percepção de uma relação com certa igualdade de poderes entre Cristiano e Sofia não era uma impossibilidade analítica. Na coluna “Mosaico” de 15 de novembro de 1890, encontramos uma espécie de chiste para comentar a influência da esposa sobre o marido dentro de casa:

O dono da casa queria que o quadro ficasse dependurado à direita; a dona empenhava-se para que ficasse antes à esquerda. Finalmente manda quem pode que se coloque onde ele disse. Chega o José e enterra um prego à direita, porém logo em seguida enterra outro à esquerda.
– Para que serve este segundo prego, José, diz o amo.
– É para não ter que voltar com a escada... amanhã... quando o patrão for da opinião da patroa.²³⁸

Fica claro que se a situação da Sofia de *Quincas Borba* for analisada a partir da visão fornecida pela piada acima, uma determinada leitura será realizada. Porém, há que se lembrar também que *A Estação* fornecia uma diversidade de outros textos que insistiam em educar a mulher para as prendas domésticas e para a submissão ao marido. Sendo assim, caberia às leitoras compreender aquela personagem sob um ou outro olhar, dependendo de suas experiências e inclinações pessoais.

Situação semelhante acontece com *Memórias póstumas de Brás Cubas* e a *Revista Brasileira*. No periódico, em grande parte feito por e para homens, a abordagem mais recorrente que se fazia em relação a temas que envolviam o universo feminino tinha um foco comum: reforçar os papéis da mulher como ser desprovido de racionalidade e força, e que por isso precisava a todo o momento do referencial de uma figura masculina, que deveria ser seguida e agradada constantemente. Um texto em que isso ocorreu de forma inovadora é a série de artigos escritos por J. Z. Rangel de S. Paio, “Pesquisas sobre os primitivos habitantes da América”. Nele o autor se propunha a apresentar ao leitor ou à

²³⁸ *A Estação*, “Mosaico”, 15 de novembro de 1890.

leitoras características sobre como se organizavam e como viviam diversos grupos indígenas na América. O interessante é como S. Paio, para falar dos indígenas, fez uso irrestrito de conceitos relativos ao mundo ocidental de fins do século XIX, acabando por, ao supor tratar dos índios, falar apenas de sua própria sociedade.²³⁹

Esse paralelismo às vezes era direto, quando, por exemplo, o autor afirmou que a “existência da mulher índia é seguramente uma vida de escrava, porém tal qual a da maior parte das mulheres pobres de todos os países civilizados”.²⁴⁰ Em outros momentos, ele estava lá, ainda que de forma menos explícita. Em determinado ponto de seu trabalho S. Paio apresentou quais eram as únicas aspirações da indígena da “tribo” dos sinídios, na América do Norte, e elas certamente agradariam a mais rígida doutrina dedicada às donzelas fluminenses do Oitocentos:

A indígena era a mulher do lar, a mulher do gineceu; só tinha um pensamento – agradar ao marido, ser-lhe obediente, servi-lo carinhosamente; uma única ambição – ser mãe de grande prole; um grande prazer – a educação dos filhos; um enorme desgosto – a perda destes.²⁴¹

J. Z. Rangel de S. Paio construía um ambiente aparentemente inescapável àquelas mulheres. Elas eram escolhidas por sua beleza física e seus dotes morais, e depois o que a vida lhes reservava era uma reclusão ao “*wigwam*” (espécie de tenda em que habitavam) e uma redução ao papel de esposa e mãe submissa e dedicada. O quadro hermético que foi apresentado não dava margem a qualquer tipo de ponderação que escapasse a esses limites rígidos. A conclusão deixada pelo texto parece ignorar o que o próprio autor havia apresentado duas páginas antes, quando contara que as mulheres encontravam estratégias para escolherem ativamente o jovem que queriam desposar. S. Paio havia dito que, “sem que deem o primeiro passo”, ou seja, “sem quebra do pudor”, as

²³⁹ Essa estratégia de pesquisa era uma prática entre os viajantes ocidentais. Ronald Raminelli, ao estudar o cotidiano feminino entre os tupinambás, conta que os relatos europeus a respeito da cultura indígena no Brasil colonial “adotavam uma perspectiva típica da tradição cristã, pouco se preocupando com as particularidades dos habitantes do Novo Mundo: viam os tupinambás pelo viés europeu, que estranhava, julgava e por vezes reavaliava os próprios valores.” RAMINELLI, Ronald. “Eva Tupinambá”. In: PRIORE, Mary del e BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p.11.

²⁴⁰ *Revista Brasileira*, “Pesquisas sobre os primitivos habitantes da América”, 1º de janeiro de 1880. p.65.

²⁴¹ Idem, p.69.

indígenas “não se julgam completamente inibidas de trabalhar para sua aliança matrimonial com algum valente jovem da tribo”. Elas recorriam ao auxílio das “matronas”, mulheres que exerciam o papel de casamenteiras, para despertar a atração do homem escolhido e assim dar início ao processo que culminaria na consolidação da união.²⁴²

Ao longo desses textos sobre “os primitivos habitantes da América” percebe-se um esforço por se estabelecer, ainda que de forma indireta, uma analogia entre a situação subserviente da mulher indígena e da mulher brasileira do século XIX. O peso da tradição histórica construída, somado ao tom quase sempre positivo com que o autor se refere aos indígenas, conduz à conclusão implícita de que as mulheres sempre ocuparam posições inferiores relativamente aos homens, e que essa era a estrutura que deveria permanecer. O próprio autor parecia não se dar conta de que alguns dos exemplos que inseria em seu texto demonstravam que talvez a situação não fosse assim tão homogênea, e aquelas indígenas (e, mantendo o paralelismo por ele proposto, por que não as senhoras brasileiras também?) encontravam, mesmo em um ambiente opressor, brechas para fazer com que seus posicionamentos se tornassem válidos.

É com esse tipo de aparente falta de percepção que lidamos a todo o momento em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Com a diferença de que no romance quem assume o papel de “estácio”²⁴³ é o narrador. Em todas as suas relações com as personagens femininas da obra ficcional, Brás supõe subjugar-las, porém fornece ao leitor e, principalmente, à leitora, indícios de que talvez essa superioridade masculina fosse mais imaginária do que real.

Com relação a Eugênia, a “flor da moita” de D. Eusébia e Vilaça, Brás enfatiza o fato de ser a menina filha natural e coxa, de modo a deixar claro às leitoras e aos leitores quem representava o polo privilegiado desta relação. Contudo, conforme se conhecem os eventos que tomaram espaço entre os dois, há uma reunião de exemplos que demonstram a

²⁴² Idem, p.67.

²⁴³ Segundo o *Novo Dicionário Brasileiro*, “estácio” é também sinônimo de “palerma, tolo” (SILVA, Adalberto Prado e (org.). *Novo Dicionário Brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1969). Afora isso, Sidney Chalhoub aproxima Estácio, personagem do romance *Helena*, de Machado de Assis, a Brás Cubas. O historiador mostra como os dois senhores compartilham o mesmo olhar para a ponta do nariz, tendo dificuldade em identificar ações de outras personagens que não levassem em consideração os caprichos das figuras senhoriais masculinas. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp.72-83.

altivez de Eugênia: enquanto anda a cavalo, ela passa por Brás, acena de longe ao mancebo, que fica lisonjeado “com a ideia de que, alguns passos adiante, ela voltaria a cabeça para trás; mas não voltou”²⁴⁴; em seguida, frente à indiscrição de Brás ao questionar se a menina havia se machucado, posto que mancava, a filha de D. Eusébia responde de modo objetivo e resolutivo: “– Não, senhor, sou coxa de nascença”.²⁴⁵ Quando Brás comunica que iria voltar à casa do pai, deixando sozinha a vizinha temporária, os dois travam o seguinte diálogo:

– O senhor desce amanhã? disse-me ela [Eugênia] no sábado.
– Pretendo.
– Não desça.
Não desci.²⁴⁶

Mais uma vez, a atitude volúvel e passiva do narrador fica evidente perante a segurança que Eugênia demonstrava. O próprio Brás Cubas assume isso, quando diz que “Palavra que o olhar de Eugênia não era coxo, mas direito, perfeitamente são [...]. Creio que duas ou três vezes baixaram eles a terra, um pouco turvados; mas duas ou três vezes somente; em geral, fitavam-me com franqueza, sem temeridade, nem biocos.”²⁴⁷ Ou seja: apesar de toda a desigualdade existente nessa relação, Eugênia, mulher, filha natural e coxa, mantinha-se firme diante de um homem rico e que permitia entrever, por suas palavras e ações, a grande dose de preconceito e violência de que era capaz.

Não obstante, Brás ignora tudo isso e narra seu primeiro beijo em Eugênia como tendo sido, não a manifestação de um consentimento mútuo (lembramos: o beijo aparece na narrativa logo depois do diálogo em que a moça, impositiva, fala para que Brás não desça da Tijuca), mas antes uma paga – o beijo não havia sido “furtado ou arreatado, mas candidamente entregue, como um devedor honesto paga uma dívida.”²⁴⁸ O golpe final é desferido quando, oito dias depois, Brás retorna à casa do pai, com a lembrança de Eugênia a incomodar-lhe a consciência, e soluciona tudo comparando a existência da menina em sua vida ao prazer de descalçar botas apertadas:

²⁴⁴ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de maio de 1880. p.236. (Capítulo XXX)

²⁴⁵ *Idem*, p.239. (Capítulo XXXII)

²⁴⁶ *Idem*, p.240. (Capítulo XXXIII)

²⁴⁷ *Idem*, p.239. (Capítulo XXXII)

²⁴⁸ *Idem*, p.241. (Capítulo XXXIII)

Uma vez aliviado, respirei à larga, e deitei-me a fio comprido, enquanto os pés, e todo eu atrás deles, entrávamos numa relativa bem-aventurança. Então considerei que as botas apertadas são uma das maiores venturas da terra, porque, fazendo doer os pés, dão azo ao prazer de as descalçar. Mortifica os pés, desgraçado, desmortifica-os depois, e aí tens a felicidade barata, ao sabor dos sapateiros e de Epicuro. Enquanto esta ideia me trabalhava no famoso trapézio, lançava eu os olhos para a Tijuca, e via a aleijadinha perder-se no horizonte do pretérito, e sentia que o meu coração não tardaria também a descalçar as suas botas. E descalçou-as o lascivo. Quatro ou cinco dias depois, saboreava esse rápido, inefável e incoercível momento de gozo, que sucede a uma dor pungente, a uma preocupação, a um incômodo...²⁴⁹

Com Virgília, que apresentava situação bastante diferente da de Eugênia – Virgília era perfeita fisicamente, rica e provinha de família com influência política –mas continuava sendo igualmente mulher, a atitude de Brás também se repetia. Da mesma forma o narrador vai, discretamente, inserindo em sua história dados que contribuiriam para que o leitor e a leitora construíssem um conceito negativo com relação ao caráter de Virgília. É um caso interessante o capítulo denominado “De como o autor não achando denominação para este capítulo limita-se a escrevê-lo”. Como em tantos outros, quase todo o capítulo é composto por divagações de Brás, que em princípio não parecem ter muito sentido nem servir a algum propósito determinado para a narrativa. Em linhas gerais, o narrador começa dizendo que agora ele e Virgília se amavam (ou seja: depois de não terem consolidado a proposta de casamento tão sonhada pelo pai de Brás Cubas, começaram a se amar quando não mais era lícito). Em seguida, acrescenta digressões pouco objetivas a respeito do destino, e por fim comenta que Virgília, certo dia, confessou que às vezes sentia remorso por trair o marido. Dessa frase, o narrador dá o pulo que pretendia para difamar um pouco mais Virgília junto ao leitor ou leitora. Termina o capítulo com a seguinte revelação:

Virgília era um pouco religiosa. Não ouvia missa aos domingos, é verdade, e creio até que só ia às igrejas em dia de festa, e quando havia lugar vago em alguma tribuna. Mas rezava todas as noites, com fervor, ou, pelo menos, com sono. Tinha medo às trovoadas; nessas ocasiões, tapava

²⁴⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de junho de 1880. pp.297-298. (Capítulo XXXVI)

os ouvidos, e resmoneava todas as orações do catecismo. Na alcova dela havia um oratoriozinho de jacarandá, obra de talha, de três palmos de altura, com três imagens dentro; mas não falava dele às amigas; ao contrário, taxava de beatas as que eram só religiosas. Algum tempo desconfiei que havia nela certo vexame de crer, e que a sua religião era uma espécie de camisa de flanela, preservativa e clandestina; mas evidentemente era engano meu.²⁵⁰

As acusações não são escancaradas, mas em *Memórias póstumas de Brás Cubas* as sutilezas parecem falar mais do que aquilo que é dado a ver de modo muito direto. Brás procura, nessa passagem, convencer seus leitores e leitoras do caráter fútil de Virgília. Ela se governava, segundo essa leitura, mais pelas aparências do que pela essência: só frequentava as igrejas em dia de festa e se houvesse lugar na tribuna; mantinha um oratório, que parecia interessar mais pelo aspecto decorativo do que propriamente espiritual; presumia rezar com fervor, mas acabava fazendo-o apenas com sono. Ao buscar minar a possibilidade de Virgília ser tomada como pessoa íntegra, o narrador cooptava seu leitor para que compreendesse a amante a partir de um viés de negatividade, que talvez fosse o suficiente para encobrir os pensamentos e ações condenáveis do próprio Brás, bem como a postura segura de Virgília.

A estratégia de Brás Cubas foi eficiente. Certamente funcionou entre seus leitores contemporâneos, e continua a funcionar entre a crítica especializada recente. Therezinha Mucci Xavier, ao estudar na década de 1980 as personagens femininas de Machado de Assis, apresenta Virgília como “uma mulher superficial”, que se deixou corromper pelos vícios da sociedade, partindo o coração de Brás:

Virgília é o retrato da mulher vítima do vício, sem grandes emoções e remorsos. Possui uma grande ambição voltada para a projeção social e aquisição de nome ilustre. Ela amava, chegou mesmo a cometer adultério, mas o amor e a consideração pública estavam intimamente ligados em seu espírito. Todavia, quando ambos entram em confronto, tornando-se incompatíveis, ela opta pelo poder social. Deixa Brás Cubas para acompanhar o marido. Parte sem dor e prazer, com alívio e saudade. E Brás Cubas fica com uma “amostra de viuvez”.²⁵¹

²⁵⁰ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de julho de 1880, p.131. (Capítulo LVII)

²⁵¹ XAVIER, Therezinha Mucci. *A personagem feminina no romance de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Presença, 1986. p.40.

Na verdade, as acusações de Xavier não se restringiam a Virgília. Para a autora, todas as personagens femininas de *Memórias póstumas de Brás Cubas* eram “superficiais e sem propósito”, cabendo a cada uma delas um adjetivo específico: Virgília era “suja”; Marcela, “gananciosa”; D. Plácida, “fraca”; e Eugênia, “amarga”.²⁵² Apesar de elaborar uma apreciação crítica tão dura para com as mulheres do romance, a postura de Therezinha Mucci Xavier pode ser compreendida dentro de seu trabalho como um todo. Ela faz seus estudos na penúltima década do século XX, período em que as mulheres no Brasil comçavam a adentrar com mais força o espaço público e lutando pela ampliação de seus direitos. A autora deixa transparecer em seu texto que reivindica esse tipo de postura das personagens femininas machadianas para poder considerá-las agentes importantes no processo de ampliação da influência e do poder femininos. Como essa atuação incisiva no meio público e essa luta política em sua acepção mais tradicional não eram ações comuns entre as mulheres brasileiras do século XIX (e, conseqüentemente, tampouco das personagens femininas machadianas), ao invés de procurar as estratégias femininas que fizessem sentido naquele universo anterior, Xavier acaba por concluir que essa postura ativa inexistia por parte das mulheres, e que as personagens femininas de Machado de Assis contribuía para reforçar tal situação.

Crítica semelhante é elaborada por Luis Filipe Ribeiro. Os pressupostos analíticos dos quais partem os dois estudiosos de Machado de Assis, contudo, são muito diferentes. Ao contrário de Therezinha Xavier, Ribeiro ressalta a importância de focar o período de produção do texto literário, pois considera que um autor só é capaz de escrever sobre aquilo que conhece.²⁵³ Partindo desse princípio, importa para o historiador recuperar as leituras realizadas pelos contemporâneos do literato pois, ainda que essas possam ser diferentes entre si, sempre se reportarão às experiências cotidianas do público original.

²⁵² Idem.

²⁵³ Ribeiro se inspira em Clarice Lispector e afirma que um autor “está condenado aos limites do imaginário de sua classe social. Ele só consegue captar e escrever aquilo que cabe no seu horizonte de vivências; ele está condenado a uma prisão de classe, da mesma forma que nós humanos estamos presos a um tempo e a um espaço cujas grades só conseguimos romper mergulhando no imaginário.” RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Fundação Biblioteca Nacional, 2008. p.42.

Assim, buscar essas leituras é também perseguir o universo em que elas foram realizadas, uma vez que o leitor só está apto a tematizar aquilo que é capaz de decodificar como análogo a suas vivências.²⁵⁴

Como, então, seguindo caminhos tão distintos, Therezinha Mucci Xavier e Luis Filipe Ribeiro chegam a conclusões semelhantes no que diz respeito às personagens femininas machadianas? Ocorre que, além do que foi comentado, Ribeiro possui um outro pressuposto tão forte quanto: o historiador parte do princípio de que os narradores de Machado de Assis, especialmente aqueles construídos em primeira pessoa, exercem uma influência tão grande no texto que se tornam o centro de toda a história ficcional. Não há dúvidas com relação à importância de Bentinho ou Brás Cubas ao se analisar *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas*, respectivamente. O impasse está em como compreender esses narradores e até que ponto considerar que eles detêm a voz unívoca da narrativa. Isso porque, ainda que tenhamos conhecimento da história contada apenas por meio daquilo que eles nos contam, há muitas coisas que estão sendo ditas nesses textos a despeito da vontade ou da consciência dos narradores.

Ribeiro não parece considerar com a devida atenção as sutilezas e confusões criadas pelos próprios contadores dos romances, e conclui que “esse narrador [referindo-se a Brás Cubas] de uma onipresença fora de qualquer dúvida centraliza o processo criativo na obra machadiana. Ele é quem deve ser observado, para uma adequada avaliação dessas narrativas.”²⁵⁵ Se Brás é tomado como o centro de tudo, é a partir de sua visão que Luis Filipe Ribeiro analisará as personagens femininas de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. E é justamente em decorrência da adoção desse ponto de vista que as interpretações do historiador do século XX sobre as figuras femininas com as quais Brás interage costumam se assemelhar à imagem que o senhor oitocentista se esforça por construir a respeito dessas mesmas mulheres de papel. Sendo assim, é da seguinte maneira que Ribeiro enxerga as personagens femininas das *Memórias póstumas* (“especialmente Virgília”) e, em virtude da forma como compreende a relação entre literatura e realidade, também as mulheres da Corte na segunda metade do século XIX:

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Idem, p.246.

Aqui habitam mulheres comuns, medíocres mesmo, tiradas, estas sim, ao vivo da sociedade carioca do nosso século XIX. Incultas, muitas vezes desgraçadas, incoerentes e astutas, ingênuas calculistas e simplórias desfrutáveis, elas desfilam sua mesmice e vacuidade ao longo das páginas de seus romances.²⁵⁶

Novamente é preciso reforçar: essa compreensão das personagens femininas de *Memórias póstumas de Brás Cubas* é completamente plausível, e de certo foi formulada repetidas vezes entre os leitores e leitoras do romance. Não era, afinal, outro o objetivo pragmático do narrador. Era necessário se fazer confiável, para que as mulheres com as quais interagiu fossem entendidas como corruptas ou desprovidas de características admiráveis. Isso faria com que os abusos cometidos por Brás contra elas ficassem justificados ou, melhor ainda, fossem ignorados. Como narrador, Brás Cubas não economizou estratégias para ter êxito nessa empreitada. Logo de início se apresenta como morto, o que lhe conferia uma posição de aparente imparcialidade, visto não ser mais movido pelas paixões e necessidades dos vivos.²⁵⁷ Por diversas vezes o narrador confessa defeitos, pedindo a indulgência do público e mostrando ser regido por um extremo de sinceridade, ainda que isso de alguma forma lhe maculasse a imagem. Brás justifica sua postura dizendo que o olhar da opinião não exercia influência sobre os mortos, resumindo todo esse raciocínio na célebre frase: “Senhores vivos, não há nada [tão] incomensurável como o desdém dos finados.”²⁵⁸ O narrador chega ao extremo de chamar Virgília para testemunhar sua franqueza:

Tu que me lês, se ainda fores viva, quando estas páginas vierem à luz, – tu que me lês, Virgília amada, não reparas na diferença entre a linguagem de

²⁵⁶ Idem, p.261.

²⁵⁷ Amariles Hill mostra como a posição de defunto faz com que Brás conquiste o status de narrador onisciente, apesar de ser personagem da história que conta: “Escrevendo suas memórias lá do mundo dos mortos, Brás Cubas liberta-se da estreita perspectiva dos participantes vivos. Embora seja tecnicamente um narrador interno, faz-se espectador e adquire a onisciência do narrador externo.” HILL, Amariles Guimarães. *A crise da diferença: leitura das Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976. p.26.

²⁵⁸ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de maio de 1880. p.168. (Capítulo XIV) Lembrando que o acréscimo do advérbio “tão” ocorreu apenas na versão do romance em livro.

hoje e a que primeiro empreguei quando te vi? Crê que era tão sincero então como agora; a morte não me tornou rabugento, nem injusto.²⁵⁹

Como é óbvio, não temos acesso ao depoimento de Virgília, e permanecemos apenas com a visão de Brás ao longo de toda a narrativa. Mas só a tática de se mostrar disposto a dar a palavra à amante já é suficiente para reforçar a imagem do narrador como alguém em quem o leitor e a leitora poderiam depositar sua confiança. O problema em fazê-lo, tanto com relação a Brás Cubas quanto nos outros textos conduzidos por vozes masculinas na *Revista Brasileira*, é deliberadamente aceitar depreender desses escritos apenas uma parcela restrita de informações que eles podem nos fornecer. Ficar somente num primeiro nível de leitura, e analisar esses textos de forma compartimentada, permite que sejam percebidos os riscos a que as mulheres estavam sujeitas no Rio de Janeiro do século XIX. Mas é preciso ir além e tentar descobrir se essas mulheres encontravam alternativas para tal situação, e que tipo de estratégias eram empregadas por elas.

Com relação aos riscos que ameaçavam as mulheres, a *Revista Brasileira* está repleta deles. O maior exemplo é trazido, sem dúvida, pelo romance *O Sacrifício*, de Franklin Távora. Maurícia, ao narrar sua relação com o marido, a descreve como uma “vida de humilhação e martírio”, uma “escravidão conjugal”, um “drama” em que coube a ela “o papel de vítima”. Quanto ao marido, foi seu “algoz” e “tirano sanguinário”.²⁶⁰ A opressão em *O Sacrifício* não é “apenas” moral. Não bastassem as humilhações públicas, houve a traição empreendida pelo marido na cama do casal e a perseguição de Bezerra criando uma situação que obrigava a esposa a viver novamente sob seu domínio. O marido chegou mesmo a fazer uso de violência física.

Movido pelo ciúme, Bezerra proíbe Maurícia de tocar piano. Ela, sabendo do que aquele homem era capaz, acata sua ordem. Um dia, porém, quando ele sai de casa, a esposa cativa aproveita para matar a saudade da música, que tanto lhe era cara. Porém, Bezerra chega subitamente e encontra um vizinho aplaudindo a performance de Maurícia. Tomado pela raiva, ele fecha o piano nos dedos da esposa, que se machuca a ponto de

²⁵⁹ Idem, p.174. (Capítulo XXVII)

²⁶⁰ *Revista Brasileira*, “O Sacrifício”, 15 de junho de 1879. p.39.

sangrar. Vai, em seguida, atrás do vizinho para o castigar também, mas não consegue alcançá-lo. Então,

– [...] Todo o seu furor voltou-se [...] contra mim. Ergueu o chicote, que mal tocava a anca do seu cavalo. Eu estava de pé, e olhava para ele horrorizada; nem me ocorrera fugir para um quarto e trancar-me por dentro. Mas quando, para que eu representasse todo o papel de escrava, só me faltava receber o golpe infamante, o braço de Bezerra descaiu, e ele empalideceu. Acovardara-se vendo algumas gotas de sangue que tinham caído dos meus dedos sobre o meu vestido e aí deixavam escrita em caracteres vermelhos a história do seu crime.²⁶¹

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* a violência em relação à mulher não atinge o mesmo nível nem assume a forma física, mas isso não significa que está ausente. Brás pratica com frequência seus desmandos, e com a mesma constância procura diminuir a própria culpa justificando seus atos. A primeira a sofrer nas mãos do narrador é D. Eusébia, que passa pelo constrangimento de ter seu caso com Vilaça tornado público por Brás em uma reunião de amigos, porque o menino estava bravo por ter ficado sem sobremesa. Quando já adulto e tendo reencontrado D. Eusébia, Brás relembra os acontecimentos passados, fica vexado por um instante, mas logo tranquiliza sua consciência ao advertir que os acontecimentos haviam lhe dado razão.²⁶² Ou seja: segundo o raciocínio daquele senhor, o escândalo estava perdoado porque tudo o que ele havia feito fora anunciar uma verdade. Além disso, já estava engatilhada sua compensação, que apareceria alguns capítulos adiante, para o caso de ainda ser necessário um toque a mais para que o leitor ou a leitora o absolvessem: Brás estava pronto para retornar à casa do pai, mas D. Eusébia lhe pede que transfira a descida para jantar com ela naquela noite. O narrador mostra sua pouca disposição em acatar o pedido, mas por fim cede. Afinal, “era-lhe devida aquela compensação”.²⁶³

A postura de colocar no outro a culpa de seus atos e esboçar reparações pautadas por um significativo desequilíbrio era um hábito na trajetória de Brás Cubas. É assim que se desvencilha de Eugênia, comparando-a a um par de botas apertadas e

²⁶¹ Idem, p.40.

²⁶² *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de maio de 1880. p.170. (Capítulo XXV)

²⁶³ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de maio de 1880. p.238. (Capítulo XXXII)

alegando necessidade de obedecer ao pai. Igualmente, quando encontra Marcela, já empobrecida e marcada pelas bexigas, a estratégia do narrador para não se apiedar da mulher nem ser julgado inclemente é insinuar que ela “não padecera nenhum desastre (salvo a moléstia), que tinha o dinheiro a bom recado, e que negociava com o único fim de acudir à paixão do lucro, que era o verme roedor daquela existência”. E novamente chama uma testemunha externa, sem identidade e que não poderia confirmar a afirmação, para conferir maior veracidade a seu argumento: “foi isso mesmo que me disseram depois.”²⁶⁴ Ao leitor ou leitora que não estivessem convencidos por completo das acusações de Brás contra Marcela, o capítulo seguinte poderia auxiliar a levantar suspeitas acerca da argumentação do narrador. Nele, conta-se a visita de um vizinho e sua filha, menina que nutria verdadeira paixão por Marcela. O vizinho também tece elogios àquela mulher, que até então só havia sido pintada com tintas negativas por Brás Cubas. Para quem quisesse matizar as ponderações do narrador e o colocar sob suspeita, estavam fornecidos os dados necessários.

Brás não estava sozinho nesse esforço por construir uma imagem pessimista das mulheres. Em outros momentos na *Revista Brasileira* elas foram retratadas como representantes de características negativas. É assim que em “A araponga e a onça” é a sanhaçu fêmea que incita o marido prudente a aceitar a proposta da onça, segundo a qual o casal de pássaros seria bicado pela araponga no caso de o felino perder o desafio proposto. Ao fim, ocorre justamente isso: a araponga vence e ganha o direito de agredir o casal de sanhaçus, graças à imprudência da fêmea, que, inconsequente, aceitara uma aposta movida pelo “gostinho de castigar aquela presumida”.²⁶⁵

Desde os povos mais primitivos se reconhecia que a responsável pela existência do sofrimento e da morte no mundo era a mulher. Entre os indígenas, segundo J. Z. Rangel de S. Paio, também havia essa figuração da mulher como personificação do mal. Para a “raça” dos “Eskimáus”,

A criação é explicada desta sorte: o primeiro homem saiu da terra, e a mulher do polegar do homem.

²⁶⁴ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de junho de 1880. p.301. (Capítulo XXXVIII)

²⁶⁵ *Revista Brasileira*, “A araponga e a onça”, 15 de junho de 1879. p.112.

O homem, à exceção da morte, produziu tudo no mundo; à mulher coube a tarefa de trazê-la com o fim de poder haver lugar para a imensa descendência do homem.

– É necessário que pereçais, disse ela a seus filhos, para que haja lugar no mundo para vossos descendentes.²⁶⁶

Franklin Távora começa a matizar essa questão da mulher como representante de elementos apenas negativos, mostrando que também poderiam haver exemplos positivos de mulheres. No entanto, o autor estabelece uma rígida distinção entre mulheres boas e mulheres corrompidas, não aceitando que uma única representante do sexo feminino incorporasse ao mesmo tempo venturas e defeitos. Em determinado momento de *O Sacrifício*, Angelo, que em princípio amava Maurícia, encontra-se dividido entre o amor de duas mulheres: Julia, uma atriz que havia conhecido num teatro, e Sinhazinha, amiga de infância da filha de Maurícia. As duas moças são assim caracterizadas:

Foi por esse tempo que Angelo conheceu Julia, cujos encantos tinham a viveza dos painéis pintados a fresco. Sinhazinha tinha a beleza correta, mas silenciosa e modesta das gravuras; Julia trazia no rosto o colorido ardente, nos gestos a majestade que a arte ensina e que senhoreia os espíritos mais altivos. Sinhazinha dava a ideia da esposa honesta e venerável, a quem não escapa uma palavra indiscreta, um movimento que não quadre à decência; Julia servia para ser amante por seu desembaraço, sua altiloquência teatral. A imagem da esposa não pôde reter ao pé de si o jovem impaciente pelos prazeres violentos que só a amante podia proporcionar-lhe, prazeres em que a mocidade prova as suas forças, algumas vezes as retempera, e no maior número de casos as desperdiça.²⁶⁷

Estavam configuradas as duas principais acepções de mulheres construídas pela literatura do século XIX: a mulher como representação do anjo e a mulher como personificação de algo monstruoso. Maria Manuel Lisboa demonstra que essas eram áreas bem definidas pelos discursos literários ao se retratar a mulher. Nesse par de opostos, a mulher angelical era aquela baseada na representação da virgem, que ocupa papéis assexuados como o de mãe, irmã, filha. Elas eram as responsáveis por preservar a moral da sociedade. Já a mulher apresentada como “monstro” seria a antítese da anterior: nela se

²⁶⁶ *Revista Brasileira*, “Pesquisas sobre os primitivos habitantes da América”, 1º de outubro de 1879. p.46.

²⁶⁷ *Revista Brasileira*, “O Sacrifício”, 15 de setembro de 1879. pp.545-546.

encontrariam sinais de autonomia, de independência, de alguém que controlava sua voz e sua sexualidade. Era, enfim, uma mulher subversiva que trazia grande risco à autoridade patriarcal.²⁶⁸ Não é difícil reconhecer quem representava cada um dos papéis em *O Sacrifício*. Tampouco requer esforço descobrir qual modelo de mulher era privilegiado por seu autor: Julia, a mulher monstro, foi interessante no momento em que Angelo se encontrava desiludido e queria colocar em prática seus “prazeres violentos”. Como projeto de vida, todavia, é na mulher-anjo que o homem busca sua companheira: Angelo chega ao fim do romance casado com Sinhazinha.

Em Machado de Assis, por sua vez, esses modelos femininos pré-estabelecidos não são encontrados de maneira estanque. Virgília era boa mãe, esposa atenciosa, preocupada com os mais necessitados e admirada na sociedade. Mas, ao mesmo tempo, era uma mulher corrupta que, quase aos olhos de todos, traía o marido. Nhã-loló, uma das quase-noivas de Brás Cubas, é descrita explicitamente como mulher que reúne em si esses polos aparentemente tão antagônicos:

Ela exprimia inteiramente a dualidade de Pascal, *l'ange et la bête*, com a diferença que o jansenista não admitia a simultaneidade das duas naturezas, ao passo que elas aí estavam bem juntinhas, *l'ange* que dizia algumas cousas do céu, e *la bête* que... Não; decididamente suprimo este capítulo.²⁶⁹

Parece que Brás sabia o perigo representado por uma mulher como essa ao decidir suprimir o capítulo. É claro, no entanto, que o trecho não foi omitido, o que também leva a crer que o narrador (ou seria o autor?) queria que seu leitor tivesse conhecimento da existência de mulheres como essa, bem como talvez também fosse possível que sua leitora se reconhecesse nelas – angelicais e instigadoras ao mesmo tempo. Era esse, de fato, o tipo feminino mais temido pela sociedade oitocentista: a mulher corrupta em potencial. Isso porque, mais do que a mulher que assumisse um papel de monstro ou de prostituta, o que

²⁶⁸ LISBOA, Maria Manuel. *Machado de Assis and Feminism: re-reading the heart of the companion*. Lewiston/Queenston/Lampeter: The Edwin Mellen Press, 1996.

²⁶⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de setembro de 1880. p.460. (Capítulo XCVIII)

oferecia maior risco à manutenção do *status quo* era a possibilidade de que toda donzela fosse capaz de pecar.

É aqui que um romance como *Memórias póstumas de Brás Cubas* se mostra mais interessante do que uma história como *O Sacrifício*. O romance machadiano permite que a mulher seja compreendida como submissa ou corrupta, mas possibilita também a identificação de sutilezas que desmontem esse parâmetro tão rígido. Abre frestas para que sejam percebidos os riscos enfrentados cotidianamente pelas mulheres no Brasil da segunda metade do século XIX, porém fornece as ferramentas para que aquele narrador seja questionado e, em meio às dúvidas levantadas acerca do caráter de Brás Cubas, sejam encontradas as estratégias de que essas mulheres faziam uso para enfrentar uma realidade que pretendia oprimi-las. Se essa contrapartida feminina tiver sido percebida entre as páginas construídas por um narrador tirano, ela pode da mesma forma haver sido encontrada em produções de outros autores da *Revista Brasileira*. E com isso, ainda que à revelia deles, esse periódico pode ter sido tomado como veículo através do qual as leitoras tenham reconhecido sua situação e, a partir disso, buscado inspiração para encontrar as alternativas disponíveis para reagirem.²⁷⁰

4.2. De como as mulheres encontravam alternativas

Quem buscasse na *Revista Brasileira* exemplos de mulheres ativas teria suas expectativas atendidas. Em meio a artigos científicos e etimológicos, as leitoras podiam se deparar, principalmente nos textos literários, com um universo feminino variado, que encontrava espaço para representar as estratégias existentes para a ação das mulheres, mesmo dentro de uma realidade patriarcal.

A própria Maurícia, de *O Sacrifício*, já nossa conhecida, tinha potencial para ser uma dessas mulheres ficcionais que assumiram o controle de suas vidas. Ela se destaca

²⁷⁰ Natalie Zemon Davis, no livro em que estuda a vida de três mulheres diferentes, alerta para a importância de os estudiosos da história das mulheres não se restringirem à análise delas como “sofredoras resignadas”. Antes, Davis sustenta a necessidade de mostrar “como [essas mulheres] souberam tirar o máximo proveito de sua situação”, procurando “ver as vantagens que tiveram por se situarem nas margens.” DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

entre as outras personagens femininas com as quais contracenava: sua irmã Eugênia era aquela que sabia fazer “milagres” em casa, de modo a conseguir criar um ambiente de muito conforto e fartura, apesar dos poucos rendimentos da família; a filha, Virgília, tinha por único objetivo da vida se casar com Paulo, sendo capaz de fazer a mãe aceitar tornar a viver com o ex-marido tirano para que esse sonho casamenteiro se efetivasse (afinal, Paulo, moço de boa família, não poderia se unir a uma filha de mulher separada); Sinhazinha é moça frágil, que adoece sem ter por que, sofre de amores, e só se realiza quando logra casar com seu deus na terra, Angelo. Há outras personagens femininas no romance, de senhoras a criadas, mas sem dúvida o foco de toda a narrativa é Maurícia.

E Maurícia, no início do romance, parecia ser uma promessa de personagem interessante: ela foi educada em Paris e, ainda que lá tudo o que lhe interessasse fosse demonstrar o amor desmedido que nutria pelos pais, foi essa mesma educação a acionada quando ela se viu fugindo do marido e em busca de um meio de sobreviver e sustentar a filha. Não era uma história muito diferente das biografias de várias das principais defensoras da emancipação feminina do século XIX, que, sozinhas (normalmente em virtude da viuvez) se viam impelidas a lançar-se ao mundo do trabalho para manter a família. É o caso, por exemplo, de Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Nísia Floresta, duas grandes ativistas da causa feminina na imprensa brasileira.²⁷¹

A questão é como, a partir da composição inicial dessa personagem, os novos rumos por ela seguidos a afastam da primeira imagem de mulher forte e batalhadora. No momento em que Bezerra, o marido, retorna à cena da narrativa, tudo muda, de uma forma que às vezes é até difícil crer se tratar da mesma figura feminina delineada nas páginas iniciais do romance. A mulher que justificava sua fuga, dizendo não poder mais aceitar uma vida de humilhações; que recrimina aqueles que julgavam o próximo sem conhecerem seu passado sofrido; que conquista sua independência pessoal e financeira; é a mesma que, apenas dois números da *Revista Brasileira* depois, já está afirmando, submissa e resignada

²⁷¹ A respeito da educação como forma encontrada pelas mulheres de conquistar sua independência, e da trajetória de jornais femininos (feitos por e para mulheres) no século XIX ver: LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORE, Op.cit., pp.443-481. HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981. HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

(perante a insistência daqueles que a rodeavam para que aceitasse de volta o marido): “Oh, como são cruéis os grilhões que impõem o casamento! Fatal sociedade, em que um há de ser inevitavelmente a vítima do outro!”²⁷²

E foi assim que a personagem que de 15 de junho a 1º de julho de 1879 alimentou a imaginação das moças inclinadas à emancipação feminina, começou a mostrar, a partir de 15 de julho de 1879 e até o fim do romance, as desventuras reservadas a esse tipo de mulher. Parecia indicar, desse modo, que não havia escapatória ao sexo feminino senão padecer dos males impostos por uma sociedade em que o poder ainda era detido pelos homens. A sensação que fica pela leitura do romance é a de ter havido um rompimento abrupto no caráter dessa personagem. Parece que o autor traçou um plano inicial para ela, mas no meio do caminho mudou seu curso.

Esse descompasso entre pretensão e realização perseguia Franklin Távora não apenas no campo das temáticas abordadas em seu texto. O literato também parecia oscilante no que diz respeito à forma e estética literária.²⁷³ Távora participou das discussões da Escola de Recife e compartilhava com seus membros a necessidade de se desenvolver uma literatura que trouxesse à tona os costumes e características do Norte a partir de uma estética que privilegiasse a observação científica. No prefácio escrito para o livro *O Cabeleira*, em 1876, o autor reuniu essas ideias num projeto que lançava, o de produzir uma “Literatura do Norte”. Nesse texto introdutório, Franklin Távora apresentou outros autores com os quais se afinava e aqueles cujo estilo literário rejeitava. Entre os últimos, o oponente principal era José de Alencar que, segundo Távora, ainda que fosse cearense havia se rendido à literatura do sul. A suposta falta de atenção aos elementos genuinamente nortistas e o excessivo tom romântico eram as principais recusas do autor de *O Cabeleira* com relação a Alencar, e ele indica que essas críticas já haviam sido feitas de maneira mais detida em suas *Cartas a Cincinato*. Neste novo prólogo, Távora anunciava *O Cabeleira* como romance inaugurador de uma série de obras que viria a publicar com o intuito de mostrar ser possível produzir literatura fiel a sua região de origem e às novidades trazidas

²⁷² *Revista Brasileira*, “O Sacrifício”, 15 de julho de 1879. p.249.

²⁷³ Para usar uma expressão do narrador Brás Cubas, Franklin Távora parecia seguir “fazendo romantismo prático e liberalismo teórico”. *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de abril de 1880. p.110. (Capítulo XX)

pela literatura científica. Pouco depois, no entanto, o que encontramos em *O Sacrifício* é uma história que não deixa nada a dever às narrativas mais românticas. O embate pelo qual o autor talvez passasse, entre elaborar determinada teoria literária, mas produzir na prática romances que a ignoravam, é percebido na caracterização pouco sólida de uma personagem como Maurícia.²⁷⁴

Maurícia oscilava, portanto, entre a mulher ativa e a mulher submissa. Porém o desfecho do romance não deixa dúvidas a respeito do ensinamento moral que pretendia transmitir a suas leitoras. Quando Bezerra morre, e ela finalmente estava livre para vivenciar seu amor por Angelo, a mulher também falece, consumida pela tristeza. Seguida à notícia da morte de Maurícia, vem a intervenção do narrador: “Mulheres, mirai-vos nesse espelho de aço puro. Maurícia existiu. Foi, como aqui se pinta, uma mulher que honrou o seu sexo e a família brasileira.”²⁷⁵ Ou seja: era mulher honrada aquela que abdicava de sua liberdade e segurança e retornava ao poder de seu marido violento, mesmo que isso significasse abraçar sua própria morte.

Como talvez a mensagem não ficasse clara o suficiente, ainda há uma cena final que conclui o romance. Nela, Angelo havia acabado de assistir a uma peça de teatro junto a sua ingênua e submissa esposa Sinhazinha, e retorna à casa pensando no desfecho trágico de Maurícia e numa sentença de A. Herculano que havia sido proferida na peça: “Haverá paz no túmulo? Deus sabe o destino de cada homem. Para o que aí repousa sei eu que há na

²⁷⁴ O prólogo a que foi feita menção encontra-se em: TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. São Paulo: Ática, 1998. Nele, Franklin Távora menciona suas *Cartas a Cincinato*, publicadas no jornal *Questões do dia* entre 14 de setembro de 1871 e 22 de fevereiro de 1872 e reunidas em livro no próprio ano de 1872. Cincinato era pseudônimo usado por Feliciano de Castilho, editor do jornal em questão. Esse periódico havia sido criado com o intuito de fazer oposição a questões debatidas na Câmara dos Deputados na época (especialmente no que se refere à libertação dos filhos de escravos), e o interlocutor eleito como principal alvo das críticas de *Questões do dia* fora José de Alencar. Sob o pseudônimo de Semprônio, Franklin Távora dirigia-se a seu amigo Cincinato para completar esse quadro de oposição a Alencar, sobretudo no que diz respeito ao campo das letras. Essas informações encontram-se no prefácio do livro que recentemente reuniu e anotou essas cartas escritas por Távora: TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato: estudos críticos por Semprônio*. Organização de Eduardo Vieira Martins. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2011. Ainda sobre os projetos literários defendidos por Franklin Távora, foram consultados os seguintes trabalhos de Cristina Betioli Ribeiro: RIBEIRO, Cristina Betioli. *O norte – um lugar para a nacionalidade*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). IEL/Unicamp, Campinas: 2003. RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). IEL/Unicamp, Campinas: 2008.

²⁷⁵ *Revista Brasileira*, “O Sacrifício”, 1º de novembro de 1880. p.184.

terra o esquecimento!”²⁷⁶ A conjunção de cenas desse capítulo final dá a entender que, não obstante tudo o que havia passado Maurícia, ela ainda caiu no esquecimento do homem amado. Analisando o romance desde seus episódios iniciais, a lição, se não é clara, fica implícita: à mulher que buscava a emancipação estavam reservados o sofrimento, a morte e o esquecimento. Era inútil buscar escapar à vida de sacrifício inerente a cada existência feminina.

Távora indicava a possibilidade de as mulheres buscarem sua independência, mas traçava um destino tão trágico para aquelas que seguissem esse caminho que praticamente invalidava qualquer estímulo antes fornecido. Essa abordagem negativa da atuação feminina, entretanto, não é um discurso unívoco entre todos os textos que compuseram a *Revista Brasileira*. Logo após o término da publicação de *O Sacrifício*, um novo romance já começava a matizar essa impressão.

O Patuá, de Carlos Jansen, foi publicado entre 15 de novembro de 1879 e 1º de fevereiro de 1880. O que confere título ao romance é a morte de um fazendeiro, que ocorre praticamente no fim da narrativa. Morto Jacinto, suspeita-se que o responsável pelo crime havia sido o fiel escravo da vítima. Contudo, ao final se descobre que o real assassino fora o vizinho de Jacinto, e que o criminoso praticara o homicídio seguro de que sairia impune, pois havia adquirido um poderoso patuá. Toda essa trama de violência, porém, é secundária no romance. Em primeiro plano, a história que se destaca é a de como surgiu e se desenvolveu o amor entre Luiz, amigo de Jacinto, e Glaura, filha deste senhor.

O romance começa sendo narrado pelo próprio Carlos Jansen, que também figura como personagem da história que irá relatar. Carlos (como é tratado pelas outras personagens da narrativa) conta sobre o dia em que Ivo, um pajem de Jacinto, foi até a cidade convidar a ele – Carlos – e a seu amigo Luiz para fazerem uma visita ao sítio onde moravam Jacinto, sua filha Glaura e a tia da menina.

Ao tomar conhecimento do convite, Luiz logo passa a interrogar o pajem a respeito da “Sinhá” deste último. Após um diálogo longo e com toques de humor, em virtude da forma de falar de Ivo, Luiz descobre que a moça tinha dezesseis anos, além de

²⁷⁶ Idem, p.186.

Cabelos pretos, olhos pretos, mãos pequenas [...]; canta música italiana; anda a cavalo como uma santa, não como um diabinho, e tem o procedimento de uma santa; fala francês e vive numa estância. Detém-te, Carlos; isto está tomando sérias proporções. Quero consultar o destino, antes de arriscar-me em terreno tão vulcânico.²⁷⁷

O protagonista já previa que aquela mulher preenchia todas as características da idealidade, e que a conhecer poderia render novas aspirações. Nos números seguintes da *Revista Brasileira*, porém, a leitora se depara com uma Glaura em parte diferente daquela fantasiada por Luiz. A moça de fato tinha as características narradas pelo pajem, mas junto delas carregava caráter bastante forte, não se colocando em posição de inferioridade perante os visitantes ilustres e letrados da cidade.

No primeiro jantar com toda a família e amigos reunidos, Glaura se dirige aos hóspedes com as seguintes palavras: “– Espero que os senhores serão indulgentes para com a nossa pobre mesa. *Quand on n’a pas ce qu’on aime, Il faut aimer ce qu’on a.*” Luiz, aproveitando a oportunidade de tentar enrubescer Glaura, adverte a menina sobre o duplo sentido de sua fala, frisando: “Eu morro pela interpretação da segunda parte”. A indireta lançada pelo rapaz era evidente. Glaura, porém, não deixa por menos: no mesmo instante replica de forma mordaz dizendo que se referia ao que estava “em cima, e não ao redor da mesa”, deixando claro que, naquele momento, recusava os galanteios gratuitos de Luiz. Não satisfeita, ainda completa o diálogo explicando que havia feito uso da citação francesa para se desculpar pela falta do “*patê de foie gras* e do borgonha”. Era uma clara alusão à conversa entabulada entre Luiz, Carlos e Ivo durante o percurso da cidade até a estância. O pajem havia confidenciado à moça detalhes da viagem, e ela aproveitava a ocasião para se divertir às custas da pose de homem refinado que Luiz construía para si ao longo do caminho. Para arrematar a cena, o narrador ainda conta a seus leitores e leitoras que “D. Genoveva [tia de Glaura] seguia a discussão com olhos chamejantes. Alegrava-se ao ouvir a querida sobrinha argumentar assim com um doutor.”²⁷⁸

O pai de Glaura, receoso de que aquela discussão incomodasse seu hóspede, procura desviar o rumo da conversa. Essa ressalva, porém, é descabida e provavelmente

²⁷⁷ *Revista Brasileira*, “O Patuá”, 15 de novembro de 1879. p.298.

²⁷⁸ *Revista Brasileira*, “O Patuá”, 1º de dezembro de 1880. pp.454-455.

não foi suficiente para fazer com que a leitora entusiasmada pela atitude de Glaura recuasse. Isso porque a cada novo exemplo da agência da moça, mais Luiz aumentava suas investidas românticas. O esforço foi recompensado: Glaura finalmente abre seu coração ao dândi, e o pai fornece seu consentimento para a união dos jovens.

Um último incentivo para a postura independente da mulher foi incluído no capítulo final do romance: quando Glaura visita Luiz na cidade, fica-se sabendo que na capital a menina

causara verdadeira sensação não somente pela sua beleza e distintas maneiras, mas ainda pelas graças e qualidades que lhe adornavam o espírito e o caráter. No teatro, nos bailes, nos passeios fazia figura proeminente; e, se grande era o número dos moços que invejavam Luiz, não menor era o das jovens que se viam reduzidas a satélites de uma “*estrela do campo*”.²⁷⁹

Se o caráter de Glaura fora apresentado durante o romance todo como firme, audaz e insubmisso, provavelmente eram essas as características nela admiradas pelas outras moças da cidade. Frente a mensagem tão explícita há, como talvez se esperasse de um autor do século XIX, uma ponderação: apesar de todas as qualidades de Glaura, Luiz aproveitava a estada da moça na capital para dar com ela passeios a cavalo, nos quais o rapaz “*completava a sua educação*”.²⁸⁰ A frase serve para não deixar dúvidas a respeito de qual era a hierarquia existente no casal – não importa o quão admirável fosse a mulher, ela permanecia inferior a seu companheiro, que ainda possuía muitos ensinamentos a lhe transferir. De todo modo, a longa caracterização anterior dessa personagem feminina decerto não passou despercebida por aquelas leitoras que estivessem interessadas em valorizar a postura ativa da mulher.

A esses que tivessem tomado consciência da dupla caracterização que com frequência era realizada em relação às personagens femininas, como já havia ocorrido na *Revista Brasileira* para os casos de Maurícia e Glaura, seria possivelmente mais acessível perceber a diversidade de leituras sobre as mulheres ficcionais que poderiam ser

²⁷⁹ *Revista Brasileira*, “O Patuá”, 1º de fevereiro de 1880. p.141.

²⁸⁰ Idem (grifos no original).

encontradas no subtexto de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Machado de Assis fez uso contumaz dessa estratégia literária.

Na primeira parte deste capítulo deu-se ênfase às leituras mais conformistas que as mulheres que compõem a galeria de personagens femininas de *Brás Cubas* podem ter suscitado. Leituras plausíveis e que provavelmente foram efetuadas por parte significativa dos leitores e leitoras do romance em seu veículo original de publicação. Isso não significa, contudo, que sejam as únicas possíveis nem sequer que apenas elas tenham sido efetivamente realizadas. Ao se colocar o texto machadiano em diálogo com outras produções da *Revista*, inclusive levando em consideração os últimos debates em que o próprio autor do romance havia se envolvido, outras interpretações poderiam ser depreendidas das *Memórias póstumas*, especialmente se considerarmos aquelas realizadas pelas leitoras do periódico.

A fragilidade e subserviência das personagens femininas do romance amiúde parecem relativas. Eugênia é a que ocupa posição mais instável na narrativa. Era coxa, filha natural, não possuía grande riqueza. Roberto Schwarz mostra ainda como a moça era alvo da violência latente de Brás: ao se referir a ela, o narrador usava a expressão “flor da moita”, que era “uma figura cara às Luzes, ao Romantismo e ao sentimento democrático da vida”.²⁸¹ Essa denominação foi escolhida a dedo justamente para descrever a personagem que, naquela sociedade, representaria o contrário de uma figura admirada pelo romantismo e em cuja existência havia uma completa ausência de sentimento democrático da vida. A ironia presente no uso subvertido que *Brás Cubas* faz da expressão anuncia os extremos a que o narrador chegaria para humilhar a moça. Eugênia não soube que Brás dirigia tal alcunha a ela. Entretanto, talvez tivesse conhecimento do escândalo que ele havia produzido em 1814, denunciando os amores secretos entre D. Eusébia e Vilaça e, com isso, dando publicidade no futuro à origem indiscreta da moça. Nesse caso, não seriam necessárias novas provas dos riscos que os impulsos agressivos de Brás poderiam acarretar às mulheres.

²⁸¹ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p.85.

Apesar de sua situação delicada, Eugênia é a personagem do romance que afronta Brás de maneira mais acintosa. O próprio narrador reconhece isso ao enfatizar que o olhar dela não era coxo, nem mesmo quando ela estava reduzida à pobreza e confinada num cortiço. Inclusive nessa ocasião a mulher, que ficou pálida apenas por um instante, “ergueu logo a cabeça, e fitou-me com muita dignidade.”²⁸² Na análise de Sidney Chalhoub, todos esses traços da personalidade de Eugênia mostram que a moça “não se permitia operar por dentro da lógica senhorial”.²⁸³ Talvez tenha sido essa a razão da rejeição da personagem por parte de Brás Cubas.

O desfecho de Eugênia não parece ser análogo ao de Maurícia, para quem a morte foi uma espécie de punição por conta de uma postura ativa. Antes, toda a descrição que é feita da personagem que, a despeito de sua condição inferior, não se deixou dominar por Brás, fornece indícios de que ela não poderia encontrar espaço naquela sociedade. Como lidar com a existência de uma mulher pobre e coxa, porém ativa, em época regida por uma estrutura social paternalista e por um discurso científico levado às últimas consequências? Eugênia, mais do que ser castigada por ser mulher, representaria a situação precária dos dependentes do período, ainda mais se somado a esse cenário houvesse algum argumento da ciência que pudesse ser usado para intensificar as desventuras desses sujeitos. Se em *Iaiá Garcia* Machado de Assis conseguira encontrar uma saída digna para a dependente da história, Estela²⁸⁴, quando escreveu *Memórias póstumas de Brás Cubas* todo esse quadro por ele considerado deplorável estava também mais rígido. O nível das discussões em que se envolvera na *Revista Brasileira* indicava isso. Mostrava a violência que estava reservada àqueles que se encontrassem à margem do modelo dominante. Machado entendeu isso; quiçá as leitoras de *Brás Cubas* no periódico também.

²⁸² *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de dezembro de 1880. p.437. (Capítulo CLVIII)

²⁸³ CHALHOUB, *Machado de Assis: historiador*, Op.cit., p.114.

²⁸⁴ Na obra ficcional, Estela era a dependente que tinha horror a sua situação de inferioridade. Tanto é que recusa se casar com o homem por quem era apaixonada pois ela era dependente da família do rapaz, e tal união significaria, para Estela, um rebaixamento moral ao ter que assumir a condição de viver eternamente dependendo do favor alheio. Sua resistência à estrutura paternalista da sociedade é tal que, ao final do romance, a moça encontra uma forma que considerava digna de conduzir sua vida: decide se sustentar através de seu trabalho como diretora de uma escola, rompendo de vez com as redes de favores em que esteve imbricada desde o início de sua existência.

Outras duas personagens que interagem com frequência com Brás Cubas igualmente não se rendem aos desmandos do senhor, mas encontram formas de agir diferentes daquelas empreendidas por Eugênia. Marcela e D. Plácida atuam do modo mais comum entre os dependentes do Brasil oitocentista: evitavam o confronto direto, pois sabiam as consequências que esse embate poderia acarretar, mas nem por isso abriam mão de perseguir brechas por meio das quais conseguiriam atingir o objetivo almejado.

Nesse campo de trocas, Marcela tinha uma moeda poderosa a oferecer: a iniciação de Brás nas aventuras da paixão e um fingido mas convincente amor. Em retribuição, recebia do dândi a moeda que lhe interessava a ela: aquela que vinha em forma de joias, sedas, pratarias, totalizando a pequena fortuna de onze contos de réis. No momento em que vivenciava aquela experiência, Brás, mais atento a seus caprichos do que às resistências cotidianas das pessoas que o rodeavam²⁸⁵, não se dá conta das ações de Marcela.

Entre o narrador e D. Plácida ocorre uma situação semelhante. A diferença é que a costureira de Virgília não possuía os atrativos de Marcela com os quais barganhar. Então, as táticas colocadas em uso eram um pouco mais sofisticadas, nunca deixando, porém, de se basear no fingimento e na dissimulação. É assim que D. Plácida força lágrimas de emoção ao falar de seu amor por Virgília, de modo a comover seu senhor e conquistar uma pratinha. Com o mesmo intuito de assegurar sua situação de alcoviteira, que por mais que a vexasse lhe proporcionava o sustento diário, D. Plácida costumava exagerar os episódios de crise entre os amantes, quando conversava com cada um individualmente. Deste modo, forçava reconciliações mais ardentes numa época em que Brás já sentia o seu romance com Virgília a perder o viço dos primeiros tempos. Garantia, assim, que o caso entre os amantes se prolongasse, e, com ele, a necessidade dos serviços prestados pela dependente. Como mostra Sidney Chalhoub, “isso é política de dependentes, exercida à sua moda deles, por dentro da ideologia senhorial, mesmo porque, na maior parte das vezes, não havia alternativa para escapar à humilhação e à violência.”²⁸⁶ Vê-se que a forma de agir

²⁸⁵ CHALHOUB, *Machado de Assis: historiador*, Op.cit., p.79.

²⁸⁶ Idem, p.82. A respeito das cenas em que D. Plácida conquista a pratinha com as lágrimas providenciais e pinta as brigas do casal com tons mais fortes, ver: CHALHOUB, *Machado de Assis: historiador*, Op.cit., pp.81-83.

de D. Plácida era diferente daquela adotada por Eugênia, mas nem por isso menos eficiente. Isso mostraria à leitora a possibilidade de, sendo dependente ou mulher, conquistar certa autonomia buscando não se expor aos riscos que um confronto explícito poderia acarretar.

Na realidade, senhores como Brás Cubas davam sinais de uma personalidade tão destemperada, que assumir um embate direto e incisivo para com eles parecia ser cena cabível apenas em uma comédia. Isso aparece na *Revista Brasileira* pouco antes do início da publicação das *Memórias póstumas*, com a tradução dos dois primeiros atos de um texto de Molière, “O Tartufo”.²⁸⁷ Molière escreveu essa comédia na França em 1664, mas enfrentou problemas com a censura, tendo a liberação para encenar o texto apenas em 1669. Em linhas gerais, a história conta como Orgon, um pai de família, coloca para dentro de sua casa Tartufo, um “falso beato”. A família toda se opõe à presença de Tartufo, porém Orgon acreditava que o hóspede era um grande sábio que deveria ser obedecido. Conquistada essa confiança, Tartufo apronta todo o tipo de abuso naquela casa: tenta seduzir a esposa de Orgon; faz o pai retroceder no consentimento que havia dado à filha para casar com o homem que ela amava, para fazê-la casar com Tartufo; por fim dá uma grande volta em Orgon, de modo a tomar todos seus bens. No desfecho da história Tartufo é desmascarado e punido.

Os dois atos da comédia que são publicados na *Revista Brasileira* introduzem a trama da narrativa, e o conflito central trazido por eles é a questão de Orgon querer forçar Mariana, sua filha, a se casar com o beato fingido. Quando Orgon apresenta à filha sua ideia e pede que a menina diga se teria prazer em se ver casada com Tartufo, Mariana responde: “Não há tal, eu vo-lo juro; admira! / Porque mandam, meu pai, que eu diga uma mentira?”. Orgon ignora a recusa da filha, e replica impositivo: “Mas quero eu, sim eu, que seja uma verdade. / E basta para vós ser minha esta vontade.”²⁸⁸ Mariana, amedrontada perante a autoridade do pai, retrai-se. A história terminaria por aí, não fosse a intervenção da criada de Mariana, Dorina.

Dorina é personagem excepcional. Vendo Mariana ser conduzida a destino que lhe desagradava, Dorina intervém e afronta seu senhor de forma destemida. De início, diz

²⁸⁷ Tradução de Joaquim José Teixeira. *Revista Brasileira*, “O Tartufo”, 01 e 15 de fevereiro de 1880. pp.182-202; 258-286.

²⁸⁸ *Revista Brasileira*, “O Tartufo”, 15 de fevereiro de 1880. p.261.

que havia escutado um boato desvairado de que Orgon planejava casar a filha com Tartufo. Orgon, então, confirma o rumor. A criada permanece impassível, e diz que mesmo agora, ouvindo da boca do próprio senhor, ainda acha que tal absurdo não poderia passar de galhofa. O embate entre os dois permanece durante longo diálogo, no qual Orgon vai se tornando cada vez mais grosseiro e potencialmente agressivo (chegam a haver notas para execução da cena em que se diz “ORGON (*escapando de dar uma bofetada em Dorina*)”.²⁸⁹ Dorina, por sua vez, não recua em sua postura combativa. Em determinado ponto da discussão, ela chega mesmo a ameaçar o senhor com a seguinte fala emblemática:

E quem a filha entrega a homem que ela odeia
É culpado no céu, porque ela então fraqueia.
Pesai bem o perigo em que ides vos meter.²⁹⁰

Nesse curto trecho Dorina mostra a liberdade de que se imbuía para dizer a Orgon o que pensava, sem censuras. Além disso, tenta incutir medo no senhor com aquilo que ele mais temia, um castigo da Providência. Faz ainda uma crítica aos casamentos arranjados, sem o consentimento da noiva. E, para arrematar, insinua que caso o pai de Mariana levasse adiante o propósito de casar a filha à força, ela trairia o marido com o homem que sempre havia amado, Valério. A audácia de Dorina não é punida em absoluto. Tudo o que Orgon faz é dizer à filha que não mais poderia conviver com aquela “peste infernal” sem que pecasse, dando a entender que se permanecesse lá agrediria Dorina. Então, o homem informa que sairia para tomar um ar e ver se conseguia se acalmar um pouco. Essa é toda a contrapartida recebida pela criada após afrontar de modo audaz seu senhor.

Quando fica sozinha com Mariana, Dorina ainda aproveita para repreender a moça por ter se mantido subserviente diante do pai, e não haver batalhado por seus desejos. Mariana, perdida, diz que não saberia como agir frente a pai tão despótico. Dorina, então, ensina à senhora o que ela pode fazer em situações semelhantes, dando às leitoras mais mostras de seu caráter impositivo:

²⁸⁹ Idem, p.268.

²⁹⁰ Idem, p.264.

Dir-lhe eis que amor vai livre ao coração,
Que casais para vós, não para ele, não.
Que vós aquela sendo a quem toca o partido,
A vós deve agradar, não a ele o marido,
E que se o seu Tartufo é lindo a seu contento [a contento de Orgon],
Bem o pode esposar, e sem impedimento.²⁹¹

A audácia de Dorina era tamanha que provavelmente assustaria a mais destemida leitora. Nem Eugênia, com seu olhar que raras vezes baixava diante de Brás, costumando olhá-lo com muita dignidade, ousaria imitar a criada de Molière. O conselho final que Dorina oferece a Mariana, no entanto, era mais ponderado e poderia ser incorporado pelas mulheres reais que acompanhassem a leitura da *Revista Brasileira*. A criada fala a Mariana: “Não vos amofineis. Com jeitinho constante / Bem se pode impedir...”.²⁹² A fala é interrompida pela chegada do amado de Mariana, Valério. Mas a sugestão estava dada: na falta de caráter inflexível como o de Dorina, sempre estava disponível a via para que, “com jeitinho”, a mulher conquistasse aquilo que pretendia. Com ensinamentos tão didáticos, seria difícil que passassem despercebidas pelas leitoras da *Revista* a diversidade de estratégias disponíveis às mulheres para atingirem seus objetivos.

Dorina sabia disso, as leitoras sabiam disso, as personagens femininas de *Memórias póstumas de Brás Cubas* também. Ao que parece, inclusive Brás em determinados momentos tinha consciência de que as mulheres talvez não fossem tão submissas como ele presumia. Ele conta, por exemplo, que Marcela amou-o “durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos.”²⁹³ Ao frisar o “nada menos” reforçava a ideia de que sabia a importância dos onze contos na manutenção daquele suposto amor. É claro que essa percepção acerca de Marcela só veio com a morte. Em vida, ele participou de todos os jogos propostos pela mulher, sem perceber as regras implícitas.

Com D. Plácida Brás enxerga ou dá a ver as estratégias femininas sem precisar recorrer à lucidez de defunto. A questão é que essa consciência o acomete apenas quando ele não é o foco do estratagema. É assim que consegue reconhecer que a alcoviteira aceitou

²⁹¹ Idem, p.269.

²⁹² Idem, p.275.

²⁹³ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de abril de 1880. p.100. (Capítulo XVII)

a invenção rocambolesca do mancebo (segundo a qual ele e Virgília haviam sofrido todo o tipo de impeditivo para poderem consolidar seu amor), mais por uma “necessidade da consciência” do que por pura ingenuidade.²⁹⁴ Para D. Plácida, era difícil incorporar o papel indigno que lhe era oferecido, mas as circunstâncias da vida lhe impeliam a aceitar tal ocupação como forma de sobrevivência. Dourar um pouco o cenário para tornar a experiência menos dolorosa, ao menos num mundo fictício, ajudava a enfrentar a situação.

Brás fornece a seus leitores e leitoras algumas dicas para desvendar o caráter de D. Plácida. Assim, quando o narrador conta a história de vida da dependente, em determinado momento afirma que ela lhe havia confidenciado que “– Se eu pudesse encontrar outro marido [...] creia que me teria casado; mas ninguém queria casar comigo.”²⁹⁵ Em princípio, D. Plácida manifestava aquilo que se esperava de toda donzela casadoira do século XIX brasileiro: colocar como objetivo maior da vida obter um bom marido, compreendendo que apenas dessa forma poderia alcançar vida digna. Contudo, logo em seguida Brás insere em seu comentário uma nova observação que pode subverter todo o sentido do raciocínio anterior. Diz que “Um dos pretendentes conseguiu fazer-se aceito; não sendo, porém, mais delicado que os outros, D. Plácida despediu-o do mesmo modo”.²⁹⁶ A recusa da mulher mostra que, a despeito de todas as dificuldades pelas quais passava, ainda mantinha viva sua integridade, não estando disposta a aceitar qualquer pretendente que fosse pouco mais ou menos.

Talvez o narrador tenha percebido que essa informação acerca da alcoviteira poderia despertar junto a suas leitoras a percepção de que, da mesma forma como ela tomava as rédeas de sua vida no campo amoroso, também o poderia fazer em outros momentos (agindo de forma igualmente ativa com Brás, por exemplo). Então, ele procura

²⁹⁴ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de agosto de 1880. p.209. (Capítulo LXX)

²⁹⁵ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de agosto de 1880. p.257. (Capítulo LXXIV). Ingrid Stein, em seu estudo sobre as mulheres ficcionais machadianas, traz uma ideia parecida. Ela mostra como o universo do Oitocentos brasileiro restringia as mulheres a essa quase falta de opções, tendo que necessariamente recorrer ao casamento ou ao celibato (com preferência, porém, para a primeira condição). Sendo essa a realidade histórica com a qual a autora lida, ela procura mostrar como Machado de Assis absorveu esse discurso em seus romances, construindo personagens femininas sempre dependentes das figuras masculinas que as rodeavam. Para Stein, a única forma, na obra machadiana, de se escapar à autoridade masculina era quando a mulher se tornava viúva. STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁹⁶ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de agosto de 1880. p.257. (Capítulo LXXIV)

dissuadir qualquer questionamento que porventura começasse a se formar no “trapézio” do cérebro de suas leitoras. Retrocede até a primeira notícia que havia dado sobre D. Plácida, e nela insiste: “D. Plácida jurou-me que não esperava fidalgo nenhum. Era gênio. Queria ser casada. Sabia muito bem que a mãe o não fora, e conheci algumas que tinham só o seu moço delas; mas era gênio e queria ser casada.”²⁹⁷

Brás Cubas tencionava evitar que, pela fresta por ele aberta, a leitora começasse a desvendar outros momentos em que as mulheres com as quais se relacionava tiravam, à maneira delas, proveito da incompreensão de Brás acerca do que acontecia fora dos limites de sua visão senhorial. A tentativa não surtiria efeito entre quem já estivesse atento às inconstâncias do discurso do mancebo ou, nas palavras de Roberto Schwarz, à volubilidade daquele narrador.

Sem dúvida é Virgília quem se move com mais desenvoltura por dentro dos limites de gênero e de classe que moldavam a percepção de Brás Cubas. Sempre que se depara com alguma situação em que o amante a acua com perguntas que potencialmente podem colocá-la em risco, ela se desvencilha da cilada formulando respostas esquivas ou dúbias. Quando Brás percebe, por exemplo, que Lobo Neves desconfiava do caso amoroso entre a esposa mantinha e aquele que frequentava os jantares em sua casa, o representante da ilustre árvore dos Cubas pensa logo que a alternativa que lhes restava para preservar as aventuras amorosas era fugirem. Antes, decide verificar qual a intensidade do amor de Virgília por ele, Brás, para saber se a amada seria capaz de aceitar o desafio:

- Virgília, disse eu, proponho-te uma cousa.
- Que é?
- Amas-me?
- Oh! suspirou ela, cingindo-me os braços ao pescoço.
- Virgília amava-me com fúria; aquela resposta era a verdade patente.²⁹⁸

A resposta da mulher não permitia em absoluto a conclusão a que Brás chegara. Tudo o que Virgília diz é “Oh!”. Dessa interjeição o senhor conclui, quase delirante, que

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de agosto de 1880. pp.196-197. (Capítulo LXIII)

ela o amava “com fúria”. Os desdobramentos da conversa só ajudam a desmentir a impressão desvairada do narrador: ele a havia interrogado pois acreditava que, caso o amasse de veras, Virgília aceitaria o plano da fuga. Porém, o que ocorre nas linhas seguintes é uma longa argumentação da personagem feminina, que recusando a proposta, procura dissuadir também o amante da ideia.

O episódio em que essa estratégia de Virgília é usada com o máximo de maestria aparece no capítulo “Entrevista”. Nele, Brás havia protagonizado mais uma de suas cenas de ciúme. Assim que encontrou o amante, a senhora logo percebeu “a ruga interrogativa e ameaçadora” entre as sobrancelhas de Brás. Talvez fosse o alerta necessário para cuidar do que estava por vir e colocar a postos a dissimulação necessária para se preservar. Quando descobre o motivo da atitude suspeita de Brás Cubas – ele repreendia o fato de Virgília haver dançado com um peralta no baile da antevéspera – ela não economiza na reação: veste-se dos “olhos mais pasmados”, de “boca semiaberta”, de “sobrancelhas arqueadas”, todos conformando “uma estupefação visível, tangível, que se não podia negar”. Isso foi o que Brás viu ou, ao menos, assim o interpretou. São todos elementos subjetivos. O que há de objetivo nessa história, aquilo que Virgília de fato falou, o próprio narrador assume que “inteiramente [o] confundiu”: “– Ora você!”. O suspiro – “Oh!” – de outra ocasião tomara nova forma. Nem por isso se tornava mais assertivo. Brás, como de praxe, satisfaz-se com a resposta. Mas um capítulo tão indefinido não poderia ter desfecho mais dúbio: o episódio é concluído com o seguinte comentário do narrador: “Era claro que me enganara”.²⁹⁹ Conforme mostrou Sidney Chalhoub, essa é uma “Frase ambígua, pois mostra Brás seguro de que se enganara ao pensar que Virgília flertara com o peralta; e sugere que Virgília enganara Brás flertando com o peralta.”³⁰⁰

É interessante perceber que, quando se tratam de outras pessoas, Brás percebe que Virgília dissimulava. Ele assiste de camarote (fechado na alcova) a mulher se mostrar a personagem mais decidida quando Lobo Neves quase surpreende o casal de amantes na casinha de Gamboa. Nessa situação, D. Plácida, nervosa, tagarelava sem parar; Brás simulou um ímpeto corajoso e supôs ser o momento ideal para arrancar a amada ao marido;

²⁹⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de agosto do 1880. p.261. (Capítulo LXXVII)

³⁰⁰ CHALHOUB, *Machado de Assis: historiador*, Op.cit., p.78.

apenas Virgília percebeu que com um pouco de encenação tudo estaria resolvido da forma mais pacífica possível. Ela logo se recompôs do susto, inventou que estava passando pelas redondezas, vira D. Plácida, e decidiu cumprimentá-la; acrescenta que já estava indo embora, e diz ao marido que rumassem juntos para casa.³⁰¹

Não era a primeira vez que ela se mostrava dissimulada perante Lobo Neves. Acerca de uma carta anônima que ele havia recebido, na qual o adultério da esposa lhe era denunciado, Virgília, indignada, responde que era uma “calúnia infame”.³⁰² No entanto, tolo que era, não foi a naturalidade do fingimento de Virgília que perturbou Brás nesse episódio. Antes, quando a amante lhe reporta o ocorrido com o marido, aquilo que chamou a atenção do narrador foi a “tranquilidade moral de Virgília”, sua “falta de comoção, de susto, de saudades, e até de remorsos.”³⁰³ Ele desejava um pouco de “desespero” por parte da mulher, algo que devolvesse “o sabor cáustico dos primeiros dias”, mas também algo que mostrasse a fragilidade daquela com quem interagia. Parecia incomodar a Brás reconhecer em Virgília um excesso de desenvoltura naquela que ele pretendia subjugar.

O episódio lembra a reação de Jorge, personagem que fazia o papel do dândi de *Iaiá Garcia*, quando acua Estela, dependente da família do moço e por quem ele era apaixonado. Após algumas investidas românticas, o jovem obstrui a passagem da varanda em que se encontravam e exige que Estela se pronuncie a respeito da relação amorosa latente existente entre eles. A dependente, com a postura respeitosa porém firme que lhe era característica, se mantém impassível:

Não insistiu Estela, mas ficou diante dele, quieta e sem arrogância [...]. Jorge quisera-a suplicante ou desvairada: a tranquilidade feria-lhe o amor-próprio, fazendo-lhe ver que o perigo era nenhum, e revelando, em todo caso, a mais profunda indiferença. Quem era ela para o afrontar assim?³⁰⁴

Apesar da ameaça implícita, a jovem não cede. Aliás, Estela não esmorece durante toda a narrativa. É criada e educada como dependente da família de Jorge, nutre por

³⁰¹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de outubro de 1880. pp.10-11. (Capítulo CIV)

³⁰² *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de setembro de 1880. pp.457-458. (Capítulo XCVI)

³⁰³ *Idem*, p.458.

³⁰⁴ ASSIS, *Iaiá Garcia*, Op.cit., p.100.

ele algum amor e é correspondida. Contudo a vida de favor lhe era tão repugnante, sua “taça de gratidão” estava tão cheia, que abdica de tudo isso para se casar com um homem de condição social semelhante a sua. Não sendo ainda suficiente, ao ficar viúva a moça coloca os ensinamentos que havia recebido por meio da estrutura senhorial da sociedade, mas para subverter essa ideologia: livra-se dos laços de dependência indo trabalhar em uma escola e, assim, completa o processo de luta por sua autonomia.

Essa visão acerca de Estela não é unânime. A moça bem pode ser compreendida como mulher frágil, que sofre toda uma vida e termina sozinha, desamparada e, além de tudo, sem escapar de maneira satisfatória da opressão de uma sociedade paternalista. A fortuna crítica machadiana muitas vezes privilegiou o desfecho da vida da personagem, descrito pelo narrador de *Iaiá Garcia* como um “naufrágio das ilusões”, em detrimento dos inúmeros exemplos de luta e agência da mulher ficcional que são fornecidos ao longo de todo esse romance.³⁰⁵

Seja qual for a leitura mais comum, fato é que o periódico em que *Iaiá Garcia* foi publicado pela primeira vez, o jornal *O Cruzeiro*, bem como discussões acerca da questão da emancipação feminina que vinham marcando forte presença em determinados jornais da década, como *O Sexo Feminino*, permitiam que as leitoras originais da narrativa machadiana tivessem a percepção de uma Estela ativa, não se atendo apenas à Estela

³⁰⁵ O principal argumento da fortuna crítica para não reconhecer em Estela uma postura ativa de mulher que efetivamente escapa às redes de dominação senhorial é a ausência da palavra “salário” na narrativa, quando se comenta que a personagem deixou sua casa para dirigir um estabelecimento de ensino. Os principais representantes dessa teoria são Ingrid Stein e Roberto Schwarz (STEIN, Op.cit. SCHWARZ, Op.cit.). Para os autores, o fato de em momento algum o romance explicitar que Estela, ao sair para trabalhar, iria receber um salário, denota o quão vergonhosa era tal situação, tornando impossível falar abertamente no assunto. Assim, apesar de se livrar da dependência familiar e entrar para o universo das ocupações dignas, para esses críticos literários como o trabalho pago não é mencionado, fica patente a falta de um desfecho pleno e satisfatório para Estela, fazendo do romance mais um discurso em defesa da noção de que o trabalho feminino assalariado seria uma alternativa inaceitável. Entretanto, o argumento inicial a partir do qual os autores constroem tal crítica pode ser questionado a partir de informações trazidas pelo periódico em que *Iaiá Garcia* foi publicado pela primeira vez, o jornal *O Cruzeiro*. Nele, há diversos exemplos de mulheres que trabalham, além de anúncios em que representantes do sexo feminino ofereciam seus serviços como professoras particulares. Nesses anúncios, ainda que não haja qualquer menção explícita a valores cobrados por tais serviços, não fica dúvida de que se tratava de um trabalho a ser pago. Assim, sem descartar a possibilidade de parte do público machadiano ter percebido Estela dentro de um quadro de opressão e falta de opções, há que se considerar que a ausência da palavra “salário” na narrativa ficcional não é motivo suficiente para recusarmos a possibilidade de outros leitores, especialmente as mulheres da época, haverem enxergado no romance, com o auxílio da realidade que viam expressa em outras colunas do jornal, o exemplo de uma mulher que conseguiu com sucesso obter sua independência pessoal e financeira. Para o caso das leituras plausíveis de *Iaiá Garcia* a partir de sua análise na imprensa oitocentista, ver: MEGID, Op.cit.

sofredora. Às leitoras que, apenas dois anos antes da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, houvessem conseguido desvendar a mulher desenvolta existente em Estela, talvez fosse mais acessível a compreensão das estratégias utilizadas por Virgília para se desvencilhar das opressões intentadas pelos homens com os quais interagia.

Se em Estela a conquista da liberdade dependia de se desenredar das redes de favor, para Virgília a garantia de sua autonomia passava por decidir as experiências que iria vivenciar e assegurar seus desejos, por mais condenáveis que eles pudessem ser em um cenário patriarcal. Ela controlava com maestria o marido e o amante. Brás só percebia o primeiro elemento dessa equação. A leitora atenta entenderia que o segundo fator estava implícito.

4.3. Um adultério alegórico

Diante da possibilidade de os leitores e leitoras, a partir de suas vivências e leituras conjuntas, perceberem a desenvoltura de Virgília e a ausência de punição em decorrência do adultério praticado, fica uma dúvida: por que *Memórias póstumas de Brás Cubas* não fez surgirem na imprensa polêmicas relativas à falta de moralidade do romance? Entre os críticos que comentaram a obra machadiana, muito se falou a respeito de sua forma estética, seja para criticá-la, seja para endossá-la. Mas apenas dois autores tocaram no ponto do caso extraconjugal entre Brás e Virgília, e mesmo assim o fizeram sem emitir julgamentos morais.³⁰⁶

O primeiro artigo que se ocupou do adultério contado pelas *Memórias póstumas* foi publicado na *Gazeta de Notícias* e, segundo nos informa Hélio de Seixas Guimarães, é de autoria de Capistrano de Abreu. Nele, há apenas a constatação de que Lobo Neves desconfiou da traição da esposa, mas preferiu não a confrontar, pois pior do que a suspeita seria “tornar pública a mancha doméstica”.³⁰⁷

³⁰⁶ Os artigos e autores que comentaram *Memórias póstumas de Brás Cubas* na imprensa brasileira à época da publicação do romance em forma seriada e logo após o anúncio de sua primeira edição em livro foram identificados a partir do seguinte trabalho: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

³⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, “Livros e Letras”, 30 de janeiro de 1881.

A segunda crítica que toca na questão do amor ilícito do romance machadiano é de 28 de fevereiro de 1881 e apareceu no periódico *A Estação*. Assinada por ABDIEL, pseudônimo não identificado, a questão do adultério só foi retomada no texto em função da preocupação do autor em defender o romance de acusações segundo as quais *Memórias póstumas de Brás Cubas* teria se baseado sobremaneira em *O primo Basílio*, em virtude dos casos de adultério e seus desdobramentos, muito semelhantes nos dois romances. O colaborador de *A Estação* julgou esse reparo incabível. Defendeu que características comuns aos casos de traição das duas obras, como “uma esposa que prevarica e um amante que se goza com a prevaricação” e a busca por um refúgio para ser cenário dos encontros amorosos ilícitos (como é o caso do Paraíso em *O primo Basílio* e da casinha da Gamboa nas *Memórias póstumas*) não eram invenções de Eça de Queirós. Ao contrário, argumentou que esses eram elementos comuns “tanto na sociedade como nos livros”, e listou outros romances que fizeram uso de artifícios semelhantes.³⁰⁸ Entre as obras destacadas, o autor elencou *Madame Bovary*, que gerou intensa polêmica na França à época de sua primeira publicação por ter decidido abordar de forma quase isenta de remorsos uma história de adultério feminino.

Madame Bovary foi publicado em folhetim em 1856 e reunido em livro no ano seguinte. Durante sua publicação na *Revue de Paris*, o texto de Flaubert já havia sofrido censuras em trechos considerados impróprios. Os cortes não foram suficientes para o ministério público francês, que decidiu mover um processo contra Gustave Flaubert. A argumentação de Ernest Pinard, representante da acusação, baseou-se em mostrar como o romance era uma manifestação contra a moral e poderia servir de exemplo negativo a suas leitoras. O estilo literário de Flaubert conferia, segundo Pinard, forte tom lascivo ao escrito, e a falta de intervenção do narrador fazia com que as ações de Emma Bovary fossem apresentadas ao público sem um tom repreensor, marcadas pela absoluta falta de remorsos e de punições. O advogado concluiu sustentando que, apesar da tentativa do romancista de moralizar sua obra, levando Emma a cometer suicídio nas páginas finais do texto ficcional, essa estratégia não se mostrou suficiente. Ou, como prefere Ernest Pinard, “uma conclusão moral” para a narrativa “ não poderia anistiar os detalhes lascivos que nela podemos

³⁰⁸ *A Estação*, “Bibliografia”, 28 de fevereiro de 1881. p.40.

encontrar.”³⁰⁹ A preocupação era sempre a influência que uma obra como essa poderia exercer nas leitoras. Acreditava-se que tendo essas mulheres reais seus sentidos aguçados para as seduções empreendidas por Madame Bovary, nenhum desfecho trágico poderia reverter a situação.

Frente a isso, a única defesa possível ao Sr. Sénard, advogado que representou Flaubert no processo, era convencer acerca do objetivo moral de *Madame Bovary*. Seu esforço baseou-se em mostrar que a intenção do romance era chamar a atenção dos leitores para os horrores sofridos por aquela que ousou romper com as regras morais da sociedade. O advogado alegou ainda que o livro apenas se tornou impróprio em virtude dos trechos que foram suprimidos pelo jornal em que foi publicado de forma seriada, pois esses cortes fizeram com que a narrativa ficasse em determinados momentos subjetiva. Abrindo espaço para a imaginação do público, a leitura poderia seguir um caminho impudico. Ainda assim, a falta de pudor do romance, nesses casos, seria consequência da interpretação dos leitores, e não da proposta do autor.

Flaubert e sua *Madame Bovary* foram absolvidos, porém a sentença incluiu uma “severa censura” ao romance, pois o ministério público francês considerava que “a missão da literatura deve ser ainda mais a de ornar e de recrear o espírito elevando a inteligência e depurando os costumes do que a de imprimir a repulsa pelo vício, oferecendo o quadro das desordens que podem existir na sociedade”.³¹⁰

Com relação a *O primo Basílio*, que também foi lembrado pelos comentaristas oitocentistas brasileiros ao analisarem as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o caso é semelhante. O romance de Eça de Queirós não sofreu o processo vivenciado por seu antecessor francês, mas na própria imprensa brasileira a obra eciana mereceu reparos. Entre os envolvidos na chamada Batalha do Realismo, em 1878, ainda que, como se viu no capítulo inicial dessa dissertação, a questão moral não tenha aparecido como cerne do debate, o tom libertino do romance foi com frequência apontado pelos comentaristas. Por vezes acusavam *O primo Basílio* como obra libidinosa; em outras absolviam o romance e seu autor, dizendo que ele nada mais fazia do que uma crítica à sociedade lisboeta. De

³⁰⁹ FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Tradução, apresentação e notas de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2007. p.317.

³¹⁰ Idem, p.359.

qualquer modo, a questão da moralidade do texto foi um tema importante para os rumos da apreciação do romance português no Brasil.

Apenas dois anos mais tarde, a diferença constatada na recepção crítica de *Memórias póstumas de Brás Cubas* é intrigante. Ainda mais se considerarmos que a *Revista Brasileira* também abordou questões relativas ao adultério e à necessidade de conformar as mulheres dentro de um discurso moralizador.

Um bom exemplo é encontrado no romance *O Sacrifício*. Como foi mostrado, há na narrativa um esforço de Franklin Távora por mostrar as mazelas que estavam reservadas às mulheres que buscassem conquistar certa liberdade. Além disso, a história ficcional também conta com um episódio de adultério, mas nesse caso o protagonista é um homem, Bezerra – marido de Maurícia. Não há margem para a imaginação do leitor ou da leitora com relação aos desdobramentos desse tipo de traição. Exceto Maurícia, que demonstra uma indignação que vai aos poucos se convertendo em resignação, todas as outras personagens mostram que ao adultério masculino estava reservada a impunidade. Maurícia, quando descobre que Bezerra havia se deitado com a criada Brígida na cama do casal, encaminha-se imediatamente para a casa grande, com o intuito de pedir que a senhora de engenho tomasse alguma providência. Ocorre que Brígida já havia se adiantado e conversado com a protetora, de modo que a queixa de Maurícia foi tomada como resultado de um ciúme infundado.

A sofredora protagonista não desiste e busca ajuda junto a Albuquerque, o dono da casa. A reação do senhor é novamente desestimulante:

– Não direi que a senhora não tem razão, D. Maurícia; mas devo observar-lhe que as minhas crias de casa são muito moralizadas, e que até agora nada constou ainda de seu marido que o fizesse descer do conceito que formo dele. A senhora pede-me providências, mas que providências posso dar, a não ser a de não consentir mais na continuação de minha escrava em sua casa? Esta providência tenha por certa, ainda que me pesa privá-la de quem lhe preste serviços domésticos, que a senhora não está acostumada a praticar. Pelo que respeita aos conselhos, só tenho uma judiciosa sentença que lhe lembrar; é a seguinte: a mulher, que dá o devido valor à sua honra, longe de pôr no olho da rua as fraquezas da sua

casa, é a primeira que as encobre ainda que daí lhe resultem danos e desgraças.³¹¹

Além de duvidar de Maurícia, Albuquerque ainda sugere que ela havia feito mal em expor os possíveis deslizos do marido. E acrescenta que a única atitude que poderia tomar se converte, na verdade, em mais uma desventura à própria dependente: impediria que suas criadas trabalhassem para Maurícia, mas isso acarretaria em obrigar a mulher a também arcar com os afazeres domésticos.

Novamente, se há algum pecado no estilo narrativo de Franklin Távora, não é a falta de clareza nas demonstrações. Os leitores de *Madame Bovary* poderia dar asas a sua imaginação nas lacunas deixadas pelos trechos suprimidos do romance; desse risco estavam livres aqueles que acompanhavam *O Sacrifício*. Já havia sido exposto da maneira mais explícita possível que a tolerância ao adultério do homem era incondicional. Em todo caso, valia rematar a questão e assegurar que não restasse qualquer sutileza ou subentendido. O último a comentar a traição é o próprio protagonista do ato:

– Maurícia, você anda iludida. Supõe que os homens se devem equiparar às mulheres. Entende que os deveres e os direitos da mulher são idênticos aos do marido. Ignora que o pecado mortal para a mulher não é senão culpa venial para o homem. Estranha que os maridos tenham liberdade ampla em suas ações, e as mulheres só a tenham muito reduzida. Ora, tudo isto são erros, Maurícia. Não há homem que guarde para a mulher o respeito que você supõe. Todos os anciãos respeitáveis, os homens de posição, os pais de família que abrilhantam a nossa sociedade, têm na vida particular os maiores desvios, o que não lhes faz perder uma linha da pública consideração de que gozam.³¹²

A fala de Bezerra é tão direta que chega a levantar suspeitas de que deveria ser levada a sério. É fato que pode haver aí alguma exageração que incomodasse os leitores e as leitoras. O próprio desfecho alerta que a impunidade masculina não era assim tão certa – Bezerra mais adiante terá seus crimes explicitados e sofrerá as devidas consequências: é primeiro expulso da fazenda, e depois morre. Com esse desenlace para a personagem, que durante todo o romance representou as formas que poderiam ser assumidas pela violência

³¹¹ *Revista Brasileira*, “O Sacrifício”, 1º de setembro de 1879. p.481.

³¹² *Idem*, p.487.

masculina, os leitores despóticos interessados poderiam encontrar um ensinamento: mesmo para exercer com eficácia seu domínio sobre as mulheres, era necessário que os homens fossem senhores justos e mantivessem comportamento regrado. Se a *Revista Brasileira* por vezes mostrava às mulheres como escapar a essa dominação, também aconselhava a seus leitores homens que esse controle deveria ser praticado de modo ponderado, a fim de ser perpetuado sem incitar a rebeldia feminina ou permitir censuras à autoridade senhorial masculina.

De qualquer modo, o discurso em defesa de uma postura senhorial ponderada não impossibilitou o estímulo à prática de acobertar os pecados dos homens e condenar a agência feminina. Bezerra foi castigado, mas Maurícia, que sempre se manteve honrada, não teve condições de denunciar o marido nem de ter sua desforra completa, podendo seguir a vida livremente. A punição de Maurícia (que também morre ao final da narrativa) mostra que se a traição masculina não estava incólume por completo, tampouco a denúncia feminina era aceitável.

Ademais, a *Revista Brasileira* também mostrou que, historicamente, o adultério feminino já havia recebido castigos muito mais graves. Carlos Perdigão, em texto que pretendia defender o fim da pena dos açoites no Brasil, estabeleceu uma comparação entre os escravos de seu tempo e as mulheres de épocas anteriores, para mostrar como esse tipo de castigo infamante já havia sido usado e superado em outras épocas e localidades para punir os mais diversos crimes. Ficava, entretanto, um alerta acerca de até que ponto poderia chegar a violência contra as mulheres que se aventurassem fora do casamento.

Os exemplos recolhidos por Perdigão datam dos séculos XIII e XIV, quando, segundo o autor, era comum fazer com que os adúlteros apanhados em flagrante corressem nus pelas cidades. Carlos Perdigão questionava o efeito moralizante dessa medida, pois não conseguia perceber como expor os culpados dessa forma inspiraria pudor entre o público. Na Inglaterra da época esse tipo de pena possuía uma especificidade: além de a mulher ser posta nua (perceba-se que, nesse caso, o castigo era imposto não aos adúlteros, mas apenas à mulher), ela também era arrastada “fora do domicílio conjugal, e, depois, açoutada de cidade em cidade... mas, acrescentavam... *até que ela morresse sob as vergas.*” O autor

conferia ênfase ao extremismo da pena; no entanto, ponderava que, dessa forma, ao menos “as consequências da infâmia desapareciam sob a mesma atrocidade do suplício.”³¹³

Ingrid Stein argumenta que o Brasil oitocentista reservava suas repreensões para a mulher adúltera. A autora compara o Código Criminal de 1830, que amenizava a pena prevista pelas Ordenações Filipinas (segundo a qual o marido poderia matar a esposa que fosse encontrada praticando adultério), contudo mantinha condições punitivas diferentes para homens e mulheres. Aos adúlteros, para serem condenados à prisão era necessário que mantivessem uma “concubina teúda e manteúda”, enquanto a esposa estaria susceptível às penas da lei desde que houvesse “indícios” que a incriminassem.³¹⁴

Em rápida retrospectiva, percebe-se que a *Revista Brasileira* muitas vezes trouxe a público exemplos que acusavam o adultério feminino ou restringiam as possibilidades de ação reservadas às mulheres. De maneira análoga, o Código Criminal brasileiro se mostrava mais rígido com relação ao sexo feminino. Olhada por esse viés, a situação de traição narrada em *Memórias póstumas de Brás Cubas* parece cada vez mais descabida.

Porém, se enfatizada a perspectiva da crítica que é desenvolvida ao longo de todo o romance, crítica essa que mantém relação com os debates nos quais Machado de Assis se envolvia desde 1878, a impunidade do adultério narrado nas *Memórias póstumas* faz todo o sentido. Nessa obra o autor tomou por oponente central a literatura cientificista, representada pela estética realista, e que se vinculava diretamente à ficcionalização da realidade observada na sociedade fluminense das últimas décadas do século XIX. Nada

³¹³ *Revista Brasileira*, “A pena de açoutes”, 1º de outubro de 1879. p.16. (grifos no original)

³¹⁴ STEIN, Op.cit., p.29. Sueann Caulfield, em seu estudo sobre casos de defloramento de mulheres das classes trabalhadoras nas primeiras décadas do século XX, mostra semelhante situação de desigualdade de gênero, indicando as dificuldades que as mulheres enfrentavam junto à justiça em casos de processos que envolviam questões morais e sexuais. Em linhas gerais, nesses casos de defloramento, o papel da defesa era incriminar a conduta da vítima, procurando convencer que aquela mulher era desonesta e caracterizada pela “corrupção moral” de seus atos. A preocupação da acusação, por sua vez, não era incriminar o homem suspeito do crime. Antes, a ênfase da argumentação novamente recaía sobre a mulher, porém com o objetivo contrário: o processo poderia ser ganho caso as autoridades policiais e judiciais fossem convencidas da honradez feminina, mostrando evidências de que sua virgindade era rigorosamente vigiada pela família. Caulfield mostra, assim, que todo o processo era sustentado por “normas de gênero desiguais, um padrão duplo de disciplina sexual e um conceito de ‘posse’ sexual em relação às mulheres.” CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

representa esse cenário melhor do que um adultério que é narrado em detalhes e conhecido por toda a cidade do Rio de Janeiro, mas que mesmo assim é mantido em pretense segredo.

São diversas as pessoas que sabem das aventuras amorosas de Brás e Virgília: a baronesa que frequentava a casa de Lobo Neves; dois parentes de Virgília, o tio Viegas e o primo Luiz Dutra; “duas ou três senhoras, vários gamenhos, e os fâmulos”, que formavam uma “verdadeira floresta de olheiros e escutas”.³¹⁵ Também havia as insinuações feitas acerca do romance ilícito: as pessoas do teatro que sorriem “maliciosamente” ou batem no ombro de Brás ao saberem que ele acompanharia Lobo Neves na viagem para o Norte, como secretário do rival; a senhora que diz que isso “era levar muito longe o amor da escultura”; o amigo de Sabina que faz piada dizendo que Brás Cubas era um grande latinista, pois traduzia Virgílio com perfeição, e ainda insinua que não se confunda Virgílio com Virgília.³¹⁶ Mesmo mais tarde, em 1855, quando os amores proibidos já haviam sido suspensos, o caso ainda era lembrado, e Brás é surpreendido por um indiscreto numa festa a alvitrar que o retorno de Virgília do norte teria feito com que o dândi tivesse sido “reintegrado no emprego” (de amante).³¹⁷

Era, enfim, o segredo mais compartilhado da Corte. Não há dúvidas de que Lobo Neves tinha conhecimento da traição da esposa: ele recebeu uma carta anônima que a denunciava³¹⁸; quase surpreendeu Brás Cubas e Virgília no flagra, na casa da Gamboa, e acreditou (ou fingiu acreditar) na cena insólita que criaram³¹⁹; já ao final do romance, Lobo Neves encontra Brás na rua, e assim que pode dá um jeito de desvencilhar-se do rival, livrando-se da companhia desconfortável. O defunto autor comenta que o marido de Virgília sabia das traições, e talvez já nem amasse mais a esposa, mas era preciso simular a mesma ignorância de outrora, pois havia que se preservar as aparências.³²⁰

³¹⁵ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de agosto de 1880. pp.203-204. (Capítulo LXV)

³¹⁶ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de agosto de 1880. pp.269-270. (Capítulo LXXXII)

³¹⁷ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de novembro de 1880. p.199. (Capítulo CXXXI)

³¹⁸ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de setembro de 1880. pp.457-458. (Capítulo XCVI)

³¹⁹ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 1º de outubro de 1880. pp.10-12. (Capítulo CIV)

³²⁰ *Revista Brasileira*, “Memórias póstumas de Brás Cubas”, 15 de outubro de 1880. p.91. (Capítulo CXII)

O próprio narrador do romance fornece a chave para que o leitor e a leitora compreendessem a necessidade de tal ocultamento, a aceitação das dissimulações de Virgília, o privilégio das aparências em relação à realidade:

A conclusão, se há alguma [...], é que a opinião é uma boa solda das instituições domésticas. Não é impossível que eu desenvolva este pensamento, antes de acabar o livro; mas também não é impossível que o deixe como está. De um ou de outro modo, é uma boa solda a opinião, e tanto na ordem doméstica, como na política.³²¹

Machado de Assis, sempre aclamado como autor das entrelinhas, não poderia deixar mais explícito o sentido de toda aquela construção ficcional: o adultério das *Memórias póstumas de Brás Cubas* estava tão pautado na opinião quanto dela também dependia a ordem política do Brasil oitocentista. Sidney Chalhoub desvenda esse que se apresenta como um mistério para o leitor atual. Em trabalho recente, o historiador mostra como o caso de adultério entre Brás e Virgília alegoriza a sociedade “criada pelos contrabandistas de africanos e os proprietários de gente ilegalmente escravizada” na segunda metade do século XIX brasileiro. Os elementos são comuns às duas situações – a ficcional e a real –: arbitrariedades, falta de sentimento de culpa, leveza moral. Machado conseguiu conciliar, por meio da voz de Brás Cubas, “o cativo do coração e a conveniência das regras sociais, a força da escravidão e a aparência de domínio da lei, o contrabando de africanos e a vigência formal da lei de abolição do tráfico de 7 de novembro de 1831.”³²²

Na ficção do adultério o autor reunia as ressalvas sociais e estéticas que tencionava sublinhar desde o início de sua participação na *Revista Brasileira*. O discurso retórico e vazio, como simples ornato, que pretendia fazer a aparência se sobrepor à realidade, era também a base para a preservação da relação ilícita entre Brás e Virgília. A busca por estabelecer uma verdade incontestável estava presente na falta de percepção do narrador que imaginava ser o detentor único do poder e da clareza de ideias, mas que via

³²¹ Idem, p.92. (Capítulo CXIII)

³²² CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão (ilegalidade e costume no Brasil oitocentista)*. São Paulo: Companhia das Letras, no prelo.

suas suposições serem subvertidas a cada novo encontro com a amante. A intenção era criar uma obra literária que daria tudo a ver, mas que centra sua trama em tema escuso e permite que se compreenda o desenrolar desse adultério mais pelos sentidos escondidos nas brechas da narrativa do que na descrição minuciosa de seus detalhes. Até a crítica ao cientificismo estava presente: se não era tão óbvia na relação dos protagonistas do romance, o outro caso de adultério da obra explicitava essa questão – da reunião libertina entre Vilaça e D. Eusébia, o resultado fora Eugênia, a “flor da moita” que trazia impresso em seu defeito físico sua origem imoral.

Machado de Assis conseguira, assim, reunir nas *Memórias póstumas de Brás Cubas* as críticas que vinha fazendo há pelo menos dois anos nas polêmicas em que se envolvera. Como Eleazar, que assinava o folhetim de *O Cruzeiro* em 1878 e pretendia servir de exemplo às novas gerações, o autor trazia a público uma obra que mostrava como era possível recusar o romantismo mais desgastado sem para isso cair num realismo tampouco desejado. Ficava concluída a resposta crítica que ele vinha ruminando pacientemente desde aquela época.

Estava tudo lá. Interpretação distante do leitor do século XXI, que busca explicações biográficas, psiquiátricas e literárias para o que é considerado um fenômeno – as *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Nada mais justo. Como bem lembra Luis Filipe Ribeiro, “cada leitor só pode identificar-se com as construções imaginárias que lhe sejam acessíveis via experiência cotidiana.”³²³ Tráfico ilegal; discussões em torno de uma literatura realista nascente; estratégias encontradas por mulheres e dependentes para sobreviver em uma sociedade paternalista; todas essas são questões que escapam à vivência cotidiana do leitor atual.³²⁴

³²³ RIBEIRO, Op.cit., p.42.

³²⁴ Carlo Ginzburg constrói uma metáfora interessante para ilustrar esse tipo de situação. Ao estudar passagens de alguns textos, como *Retórica*, de Aristóteles, ou *Anacársis*, de Luciano, nos quais se falava dos jogos olímpicos da Grécia antiga, o historiador italiano mostra a incompreensão ou a comicidade que poderia advir da falta de conhecimento de que o prêmio dos jogos era uma coroa de louros. Ginzburg comenta que muitas vezes esse fato era suprimido dos relatos, pois entre os gregos era desnecessário mencionar tal questão, mas os considerados bárbaros se surpreendiam por não compreender que o prêmio fosse esse, e não dinheiro. A forma como o autor interpreta essas confusões culmina na metáfora segundo a qual há “inúmeras regras [que são] escritas com tinta invisível no tecido da vida cotidiana da sociedade grega”. O Brasil oitocentista também parecia ter seus preceitos registrados com a mesma tinta incolor, que os tornava perfeitamente

Temas todos, no entanto, que certamente marcavam presença constante na vida daqueles que acompanhavam a publicação das *Memórias póstumas* na *Revista Brasileira*. Para esses, a narrativa ficcional pautada pela dissimulação, a crítica estética e a crítica social empreendidas por Machado de Assis no romance poderiam ser três elementos indissociáveis. A proposta da transparência realista se mostrava, para o autor, impossível em uma sociedade que precisava das aparências para sobreviver. Um adultério confidencial mas completamente público era uma boa forma de representar essa situação. Todas essas constatações eram mais do que óbvias entre os leitores e as leitoras originais do romance: quiçá fossem impronunciáveis. Isso porque explicitar tal análise e desvendar publicamente a metáfora criada em *Memórias póstumas de Brás Cubas* significava denunciar ardis nos quais a sociedade se sustentava. Além de desnecessária, essa atitude poderia ser arriscada. Talvez por isso a completa ausência de repreensões entre os críticos da época acerca da impunidade com que Virgília chegava ao fim do romance. Era preciso fechar os olhos às ilegalidades políticas. Convinha, portanto, ignorar o adultério alegórico.

acessíveis aos homens de seu tempo e de difícil aceção entre observadores distantes. GINZBURG, Op.cit., pp.51-53.

FONTES

Periódicos:

A Estação (1881; 1886-1890; 1900)

Correio Mercantil (1859)

Gazeta de Notícias (1878; 1880-1881)

Jornal do Commercio (1878-1879; 1881)

O Cruzeiro (1878)

Revista Brasileira (1879-1881)

Revista Illustrada (1880)

Obras literárias:

ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

_____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

_____. *Notas Semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

_____. *Quincas Borba: Apêndice*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Tradução, apresentação e notas de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato: estudos críticos por Semprônio*. Organização de Eduardo Vieira Martins. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. *O Cabeleira*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *O Sacrifício*. São Paulo: Clube do Livro, 1969.

Biografias, dicionários, enciclopédias:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Edição do Conselho Federal de Cultura. 1970. 7 volumes. Fac-símile da edição de 1883 da Typografia Nacional

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, José Galante de (org.). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Academia Brasileira de Letras, 2001. 2v.

JOBIM, José Luís (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MACHADO, Ubiratan (org.). *Machado de Assis: Roteiro da Consagração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 4v.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude Machado de Assis, 1839-1870 ensaio de biografia intelectual*. São Paul: EDUNESP, 2009.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis. Estudo Crítico e Biográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-português*. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SILVA, Adalberto Prado e (org.). *Novo Dicionário Brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1955.

_____. *Fontes para o estudo de Machado de Assis (1857-1957)*. Rio de Janeiro: INL, 1958.

Sites consultados:

<http://www.academia.org.br> consultado em 15 de junho de 2011

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0667.pdf> consultado em 12 de junho de 2011. (Artigo consultado: LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira. “A *Revista Brasileira* (1879-1881) e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação”. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. *Anais: História e Memória da Educação Brasileira*.)

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- AMARAL, Glória Carneiro do. “O Primo Basílio n’O Besouro: um aspecto pontual da recepção do romance no Brasil”. In: *150 anos com Eça de Queirós – Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses: Área de Estudos de Literaturas de Língua Portuguesa / FFLCH / USP, 1997.
- ARANTES, Daniel Essenine Takamtsu. *Literatura e imprensa: a Revista Brasileira – quarta fase (1895-1899)*. Monografia de Conclusão de Curso. IEL/Unicamp, Campinas: 2010.
- AUERBACH, Eric. *Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome – Duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- BETELLA, Gabriela Kvacek. *Narradores de Machado de Assis: A Seriedade Enganosa dos Cadernos do Conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a Simulada Displícência das Crônicas (Bons Dias! e A Semana)*. São Paulo: EDUSP; Nankin, 2007.
- BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Culturix, 1994.
- BROOKS, Peter. *Realist Vision*. New Haven: Yale University Press, 2005.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão (ilegalidade e costume no Brasil oitocentista)*. São Paulo: Companhia das Letras, no prelo.
- _____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- COHN, Dorrit. *The Distinction of Fiction*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1999.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. "História da leitura". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992. pp.199-236.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DIXON, Paul B. *O chocalho de Brás Cubas: uma leitura das Memórias Póstumas*. São Paulo: Nankin: EDUSP, 2009.
- FACIOLI, Valentim. *Um defunto estrambótico: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Nankin, 2002.
- FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

- GALLAGHER, Catherine. "Ficção". In: MORETTI, Franco (org.). *O Romance, I: A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. pp.629-658.
- GANS, Eric Lawrence. *Madame Bovary: the end of romance*. Boston: Twayne Publishers, 1989.
- GAY, Peter. *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GUIDIN, Márcia Lígia; GRANJA, Lúcia; RICIÉRI, Francine Weiss (Org.). *Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea*. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HILL, Amariles Guimarães. *A crise da diferença: leitura das Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

- LAJOLO, Mariza; ZIBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LISBOA, Maria Manuel. *Machado de Assis and Feminism: re-reading the heart of the companion*. Lewiston/Queenston/Lampeter: The Edwin Mellen Press, 1996.
- MARIANO, Ana Salles; OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de (org.). *Recortes machadianos*. São Paulo: EDUC, 2003.
- MEGID, Daniele Maria. *Mulheres de jornal: personagens femininas em romances-folhetins de Machado de Assis*. Monografia de bacharelado em História. IFCH/Unicamp, Campinas: 2009.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. *O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história*. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- PASSOS, José Luiz. *Machado de Assis: o romance com pessoas*. São Paulo: EDUSP; Nankin, 2007.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PESSOA, Patrick. *A segunda vida de Brás Cubas: a filosofia da arte de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- PIETRANI, Anélia Montechiari. *O enigma mulher no universo masculino machadiano*. Niterói: EDUFF, 2000.
- PRIORE, Mary del e BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). IFCH/Unicamp, Campinas: 2005.

- RIBEIRO, Cristina Betioli. *O norte – um lugar para a nacionalidade*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). IEL/Unicamp, Campinas: 2003.
- _____. *Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). IEL/Unicamp, Campinas: 2008.
- RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
- ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: Estudo Comparativo de Literatura Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo de Machado? – Um estudo sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Presença, 1979.
- ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARAIVA, Juracy Assmann. *O Circuito das Memórias: Narrativas Autobiográficas Romanescas de Machado de Assis*. São Paulo: EDUSP; Nankin, 2009.
- SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.

- SILVA, Maurício. “A ideologia academicista na literatura brasileira: a *Revista Brasileira* e os discursos acadêmicos”. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, v.41, n. 1 e 2, Abril e Outubro de 2007. pp.111-121.
- SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Dissertação (Mestrado em História). IFCH/Unicamp, Campinas: 2005.
- _____. *Fábrica de Contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TITAN JÚNIOR, Samuel. “O romance e a revista: as *Memórias póstumas de Brás Cubas* na *Revista Brasileira*”. In: *Serrote*, Instituto Moreira Sales, n.1, 2009.
- VERGARA, Moema de Rezende. “Ciência e literatura: a *Revista Brasileira* como espaço de vulgarização científica”. *Sociedade e cultura*. Ano/Vol. 7, n.001. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2004.
- XAVIER, Therezinha Mucci. *A personagem feminina no romance de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance – estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.